ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA GUARARAPES PAINÉIS S.A.

[TICKER Novo Mercado]

GUARARAPES PAINÉIS S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME nº 08.810.422/0001-34
NIRE 42.3.0004164-5
Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Aeroporto
CEP 89500-000 – Caçador, SC
[•] Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações nº [•]
Código de negociação das Ações na B3 "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Guararapes Painéis S.A.** ("Companhia"), **Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações** ("Brasil Agronegócio FIP" ou "Acionista Vendedor"), em conjunto com o **Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.** ("Bank of America" ou "Coordenador Líder"), o **Banco BTG Pactual S.A.** ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP"), o **Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("Citigroup"), o **Banco Bradesco BBI S.A.** ("Bradesco BBI") e o **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("UBS BB", em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, a XP, o Citigroup e o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição: **(i)** primária de [•] novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e **(ii)** secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária" e, conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior.

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Código ANBIMA" e "ANBIMA", respectivamente), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições financeiras consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta por meio da adesão à carta convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Bradesco Securities, Inc., e pelo UBS Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act,* e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act,* bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional (conforme definido nas Definições abaixo), a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ([•]) Ações [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor], na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*] ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto**.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•](5)
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta - Custos de Distribuição*", a partir da página 50 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", a partir da página 59 deste Prospecto.

A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em 4 de dezembro de 2020 perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o nº 20202475794, e publicada no jornal "Extra" e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC"), em 11 de dezembro de 2020.

A reforma do Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 perante a JUCESC sob o nº [•], e publicada no jornal "Extra" e no DOESC, em [•] de [•] de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada perante a JUCESC e publicada no jornal "Extra" e no DOESC.

A participação do Brasil Agronegócio FIP na Oferta Secundária, a alienação das Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Brasil Agronegócio FIP e os parâmetros mínimos de valor referentes ao Preço por Ação foram aprovados em reunião do Comitê de Investimento do Brasil Agronegócio FIP, realizada em [•] de [•] de 2020. Nos termos do regulamento do Brasil Agronegócio FIP, não será necessária a realização de qualquer aprovação por assembleia geral de cotistas ou pelo comitê de investimentos do Brasil Agronegócio FIP acerca da fixação do Preço por Ação no âmbito da Oferta.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações, a partir de [•] de [•] de [•], as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 16 de dezembro de 2020.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 19 e 97, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 564 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[LOGO DOS COORDENADORES DA OFERTA]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **5**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
Estimativas de Mercado e Outras Informações 8
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
NOSSA ESTRATÉGIA 17
EVENTOS RECENTES 18
Principais Fatores de Risco relativos à Companhia 19
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES **23**
Declaração de Veracidade das Informações 24
SUMÁRIO DA OFERTA **25**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **43**
Composição do Capital Social 43
Acionista Vendedor, Principais Acionistas e Administradores 44
Identificação do Acionista Vendedor 45
Características Gerais da Oferta 45
Aprovações Societárias 47
Preço por Ação 48
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 48
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 49
Custos de Distribuição 50
Cronograma Estimado da Oferta 51
Regime de Distribuição 52
Procedimento de Distribuição da Oferta 53
Plano de Distribuição da Oferta 54
Público Alvo 54
Oferta Não Institucional 55
Oferta Institucional 63
Prazos da Oferta 64
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 65
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 66
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 67
Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado 68
Violações das Normas de Conduta 69
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 69
Negociação das Ações na B3 70
Acordos de Restrição à Venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 71
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 71
Inadequação da Oferta 72
Condições a que a Oferta esteja submetida 72
Informações Adicionais 72
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **77**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA **85**
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta 85
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 85
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 86
Relacionamento entre a Companhia e a XP 87
Relacionamento entre a Companhia e o Citigroup 88

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 89
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 91
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta 92
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 92
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual 93
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citigroup 94
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI 95
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o UBS BB 95
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 97
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 104
CAPITALIZAÇÃO 106
DILUIÇÃO 107
ANEXOS 109
ANEXO A ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA 113
ANEXO B CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES 135
ANEXO C CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 141
ANEXO D MINUTA DA ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO BRASIL AGRONEGÓCIO FIP, QUE APROVARÁ A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA 165
ANEXO E MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 169
ANEXO F DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 175
ANEXO G DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 181
ANEXO H DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 187
ANEXO I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 193
ANEXO J INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 261
ANEXO K DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 321
ANEXO L INFORMAÇÕES FINANCEIRAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA E SUA CONTROLADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019 395
ANEXO M DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INDÚSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA. REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019 413
ANEXO N FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 531

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Guararapes" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Guararapes Painéis S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 531 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta", a partir da página 25 deste Prospecto.

Acionistas	Os Srs. João Carlos Ribeiro Pedroso, Leoni Margarida Bertiolin e José Carlos Januário, o Brasil Agronegócio FIP e a P&B, considerados em conjunto.
Acionista Controlador ou P&B	P&B Participações Ltda.
Acionista Vendedor ou Brasil Agronegócio FIP	O Brasil Agronegócio FIP.
Administração	O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.
ANBIMA	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	A KPMG Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	O Banco Central do Brasil.
B3	A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Bradesco BBI	O Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	A República Federativa do Brasil.
BTG Pactual ou Agente Estabilizador	O Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Citigroup	O Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CMN	O Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.

CPF/ME	O Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	O "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, expedido pela ANBIMA.
Companhia	Guararapes Painéis S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado.
Coordenador Líder ou Bank of America	O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Corretora	A BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	A Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESC	O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
Dólar, dólar, dólares ou US$	A Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida de vendas da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página da 531 deste Prospecto.
EBITDA Ajustado	O "EBITDA Ajustado" é calculado por meio do EBITDA adicionado às despesas com provisões para contingências em 2019 incorridas em virtude de uma demanda extrajudicial relacionado à compra de energia. Para maiores informações, vide a seção 4.7 do Formulário de Referência e, para uma reconciliação entre o nosso lucro líquido e o EBITDA Ajustado, vide a seção "*3.2. Medições Não Contábeis*" do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página da 531 deste Prospecto.
Estados Unidos	Os Estados Unidos da América.

Estatuto Social	O Estatuto Social da Companhia.
FGV	A Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	O Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto, a partir da página 531 deste Prospecto.
IASB	O *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
IBGE	O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	O *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Banco do Bradesco S.A.
Instrução CVM 384	A Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003.
Instrução CVM 400	A Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	AInstrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	A Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	A Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 560	A Instrução CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
Instrução CVM 578	A Instrução da CVM nº 578 de 30 de agosto de 2016, conforme alterada.
JUCESC	A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
Lei das Sociedades por Ações	A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	A Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Novo Mercado	O Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Ofício-Circular CVM/SRE	O Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2020, divulgado em 5 de março de 2020.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	A Moeda oficial corrente no Brasil.

Regra 144A	A Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento da Câmara de Arbitragem	O Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Vendedor.
Regulamento do Novo Mercado	O Regulamento do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Resolução CMN 4.373	A Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e alterações posteriores.
Regulamento S	O *Regulation S* do Securities Act de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
SEC	O *Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	O *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
UBS BB	O UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
XP	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valos Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	**GUARARAPES PAINÉIS S.A.**, sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.810.422/0001-34 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESC sob o NIRE nº 42.3.0004164-5.
Registro na CVM	A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que os registros de companhia aberta e da Oferta foram requeridos junto à CVM em 16 de dezembro de 2020.
Sede	Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Aeroporto, CEP 89500-000 – cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Fabio Torres. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (46) 3263-8331 e o seu endereço eletrônico é ri@guararapes.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", e serão negociadas a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no jornal "Extra" e no DOESC.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página da 531 deste Prospecto.
Website	http://ri.guararapes.com.br. As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas em nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 531 deste Prospecto, e junto: (i) à nossa Diretoria de Relações com Investidores; (ii) aos Coordenadores da Oferta nos endereços e *websites* indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*" a partir da página 19 deste Prospecto; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5.º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2.º a 4.º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu *website*: www.cvm.gov.br; e (iv) à B3, em seu *website*: www.b3.com.br.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro e declarações da Companhia relativas aos planos, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, tendências financeiras que afetam suas atividades, bem como declarações relativas a outras informações principalmente nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, a partir das páginas 19 e 97, respectivamente, e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 531 deste Prospecto.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- variações cambiais, nas taxas de juros, na inflação, na liquidez do mercado doméstico de crédito e de capitais, nas políticas fiscais;
- nas taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- as alterações na conjuntura social, econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo exemplificadamente, flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação, desvalorização do Real, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados doméstico de crédito, financeiro e de capitais;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao nosso setor de atuação, incluindo questões fiscais, trabalhistas e relacionada a proteção do meio ambiente, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação, bem como alterações nas preferências e situação financeira dos nossos clientes;
- as decisões de nossos processos ou procedimentos judiciais ou administrativos;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório;
- a capacidade da Companhia de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- dificuldades na manutenção e melhoria de nossas marcas e reclamações desfavoráveis de clientes, ou publicidade negativa, que afetem nossas marcas;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma tempestiva e eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores em razão da pandemia de COVID- 19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto aumentando muitos dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" a partir da página 19 deste Prospecto, nas páginas 97 e [•], respectivamente, bem como nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR NOSSOS RESULTADOS FUTUROS E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE NÓS, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMIMOS A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA NOSSA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes deste Prospecto podem não vir a se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

São feitas declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, a situação em relação aos concorrentes e a participação no mercado da Companhia, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atua. Tais declarações são feitas com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que a Companhia considera confiáveis. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificou de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto a “Real”, “Reais” ou “R$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US$” dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos.

Adicionalmente, alguns números constantes deste Prospecto e no Formulário de Referência, podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém apenas um resumo das informações financeiras e operacionais da Companhia. As informações completas sobre a Companhia estão no Formulário de Referência da Companhia. Leia-o antes de aceitar a Oferta. As informações constantes deste sumário estão consistentes com as informações do Formulário de Referência da Companhia. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, o investidor deve ler integral, cuidadosa e atenciosamente este Prospecto e o Formulário de Referência da Companhia, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro" e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 6 e 19 deste Prospecto, bem como as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco", e "10. Comentários dos Diretores", respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, assim como em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

VISÃO GERAL

Acreditamos ser um dos maiores fabricantes do país de produtos de madeira voltados para o mercado de móveis, decoração e construção. No Brasil, somos o 4º maior produtor de MDF ("medium density fiberboard" ou painéis de fibra de densidade média), com 12% de participação de mercado de acordo com dados da IBÁ em setembro de 2020, e o segundo maior exportador de compensados, com 13% de participação de mercado de acordo com dados da ABIMCI em setembro de 2020, suprindo o mercado de mais de 50 países.

Em 2019, o segmento de MDF apresentou uma receita líquida de R$546 milhões, um crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior, enquanto o segmento de compensados teve uma receita líquida de R$328 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a receita líquida dos segmentos de MDF e compensados foram, respectivamente, de R$458 milhões e R$337 milhões, um crescimento de 13,2% e 31,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2019. A Companhia tem atuação relevante tanto no mercado doméstico como em exportações, sendo que, em 2019 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 39,3% e 46,5%, respectivamente, das vendas combinadas foram oriundas de operações de exportação.

Nosso parque fabril é composto por três unidades, sendo uma de MDF e duas de compensados, com capacidade de produção total de 600 mil m3/ano e 350 mil m3/ano, respectivamente, utilizando de equipamentos de última geração, além de possuirmos uma das mais modernas linhas de revestimento em nossa unidade de MDF. Nossas unidades estão localizadas entre o sudoeste PR e oeste de SC - Caçador/SC (MDF), Palmas/PR (Compensados) e Santa Cecília/SC (Compensados), região de fácil acesso e com abundância de pinus, nossa principal matéria prima. A proximidade entre nossas unidades fabris permite ainda captura de importantes sinergias operacionais, logísticas e administrativas. Nossa logística de escoamento para exportação também é um diferencial, uma vez que estamos localizados entre 280 e 480 km de distância dos portos de Paranaguá, Itapoá e Itajaí. A Companhia conta, ainda, com um Centro de Distribuição em Ipojuca/PE para atender com eficiência às regiões Norte e Nordeste do Brasil e um escritório comercial nos Estados Unidos.

Fundada em 1984 por João Carlos Pedroso e Valderez Bertolin, a Companhia desde então vem passando por um contínuo processo de expansão da sua capacidade produtiva, diversificação de produtos e posicionamento de marca, internacionalização e, mais importante, de entrega de resultados. Em 2014, recebemos um investimento primário da BRZ Investimentos que possibilitou triplicar nossa capacidade produtiva de MDF, para o patamar atual, além de contribuir para a adoção de melhores práticas de governança corporativa.

Acreditamos estar unicamente posicionados para o momento atual do setor e do cenário econômico doméstico e global. Com um mercado de construção em plena expansão e exportações brasileiras ganhando competitividade, parcialmente por conta da desvalorização do real, mas também pela vantagem estrutural de custos de matéria prima uma vez que florestas no Brasil apresentam, em função de condições climáticas e geológicas, produtividade significativamente maior que na maioria de outros países, definimos um planejamento estratégico que visa expandir, de forma orgânica nossa capacidade de produção (i) de MDF em 540 mil m3/ano, totalizando 1.140 mil m3/ano, por meio da instalação de uma terceira linha de produção; e (ii) de compensados, em 30 mil m3/ano, totalizando 380 mil m3/ano, chegando a uma produção total de MDF e compensados de 1.520 mil m3/ano.

Produção de MDF e Ocupação da Capacidade Efetiva

('000m3, %)

Fonte: Companhia.

Produção de Compensados e Ocupação da Capacidade Efetiva

('000m3, %)

Fonte: Companhia.

Nosso modelo de negócio busca um contínuo equilíbrio e diversificação entre produtos e geografias com diferentes motores de crescimento, de forma a garantir maior resiliência e capacidade de absorver choques de demanda ou preço.

Do ponto de vista de dinâmica competitiva, enquanto o setor de compensados ainda é bastante fragmentado, com diversos players menores enfrentando dificuldade de se posicionar de forma eficiente e competitiva, o setor de MDF possui um número mais restrito de competidores, mas ainda assim com claras oportunidades para uma aceleração do processo de consolidação. Acreditamos que nossa escala, expertise operacional, capacidade financeira e metodologia de gestão trazem importantes vantagens competitivas para participarmos de forma proativa desse processo. Nossos times operacionais e de novos negócios possuem ampla experiência em prospectar e analisar possíveis alvos de aquisição. Acreditamos que oportunidades inorgânicas, se conduzidas com diligência e disciplina na alocação de capital, são uma importante avenida de crescimento na medida em que permitem uma rápida expansão de capacidade e relevante captura de sinergia.

SEGMENTOS DE ATUAÇÃO

A Companhia atua principalmente em dois segmentos, que operam de forma integrada, se beneficiando de sinergias e ganhos de escala operacionais, de matéria-prima, logística, comerciais e administrativas. As figuras abaixo apresentam os principais produtos dos segmentos de negócio da Companhia:

¹: Market share de compensados se refere apenas à exportação, enquanto o Market share de MDF se refere ao mercado doméstico + exportação

(i) MDF

O MDF é um painel de madeira homogênea reconstituída com excelente estabilidade dimensional, de superfície uniforme, lisa e de alta densidade. As fibras de madeira são aglutinadas e compactadas entre si com resina sintética, por meio da ação conjunta de pressão e calor em prensa contínua de última geração.

O MDF possui como característica principal a boa capacidade de usinagem, tanto nas bordas, quanto nas faces. Com densidade adequada e homogeneidade proporcionada pelas fibras, o painel de MDF pode ser facilmente torneado, entalhado e usinado.

Pelas suas características, o MDF é amplamente utilizado na indústria moveleira para frontais em peças com usinagens e trabalho de baixo relevo, nos fundos de móveis, lateral e fundo de gavetas e também para artesanatos diversos. Na construção civil é utilizado para fabricação de pisos, rodapés, almofadas de portas, batentes, portas usinadas, peças torneadas como balaústres de escadas, pés de mesas e também em embalagens.

<u>Processo produtivo de MDF</u>

Nosso produto MDF é utilizado principalmente na fabricação de móveis e decoração / marcenaria.

Somos o 4º maior produtor de MDF do Brasil, com 600 mil m3 de capacidade instalada e aproximadamente 12% de market share em vendas. Em 2019, produzimos 556 mil m3, um crescimento de 11% comparado à 2018.

Nossa operação de MDF foca principalmente no mercado doméstico (86% das vendas em 2019), porém com crescente exposição ao mercado externo em função de nossa competitividade e estratégia de diversificação.

Em 2019, tivemos receita líquida de R$546 milhões, 9% de crescimento comparado à 2018.

Receita Líquida de Vendas - MDF

(R$mm)

Fonte: Companhia.

Lucro Líquido - MDF

(R$mm)

Fonte: Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado - MDF

(R$mm, %)

Fonte: Companhia.

(ii) Painéis de madeira compensada

Os painéis de madeira compensada, ou compensado, são formados de lâminas de madeira sobrepostas e perpendiculares entre si, unidas por cola e prensadas com calor. As fibras em direções cruzadas permitem que a chapa suporte tensões elevadas.

O compensado é um painel com a característica principal de boa resistência estrutural e conforto térmico e acústico semelhante ao da madeira não processada.

Pelas suas características, o compensado é amplamente utilizado na indústria de construção civil em sistemas construtivos formando fechamento vertical e horizontal, indústria moveleira para peças estruturais como sofás, mesas e cadeiras, além de diversos usos onde sua resistência estrutural é desejável, como caixas de transporte e embalagens.

Processo produtivo de painéis de madeira compensada

Nosso produto é utilizado principalmente na construção civil (casas), estruturas de móveis e caixas de madeira para transporte. Somos o 2º maior exportador de compensados do Brasil, com 350 mil m3/ano de capacidade instalada e 13% de market share em vendas para o mercado externo. Em 2019, produzimos 306 mil m3/ano uma queda de 6% comparado à 2018. Nossa operação de compensados é 100% destinada à exportação. Em 2019, tivemos receita líquida de R$328 milhões, 12% de queda comparado à 2018.

Receita Líquida de Vendas - Compensados

(R$mm)

Fonte: Companhia.

Lucro Líquido - Compensados

(R$mm)

Fonte: Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado - Compensados

(R$mm, %)

Fonte: Companhia.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas e outras informações financeiras não contábeis.

(*em milhares de R$, exceto %*)	Ult. Inf. Contábil (30/11/2020)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
Receita Líquida de Vendas	607.440	458.400	404.996	545.967	502.724	423.746
Lucro Bruto	215.790	156.756	137.023	190.758	176.679	115.270
Lucro Líquido	93.584	51.031	54.052	61.808	61.161	17.735
EBITDA	163.830	122.301	97.648	111.417	126.647	79.334
EBITDA Ajustado	163.830	122.301	97.648	124.801	126.647	79.334
Dívida Bruta	294.901	177.200	165.802	149.876	185.129	201.235
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(38.076)	(12.669)	43.989	18.599	95.765	167.058
ROE (%)	7%[1]	13%	16%	19%	21%	7%

[1] O indicador ROE está distorcido para o período em função da combinação de negócios entre a Guararapes Painéis S.A. e a Indústria de Compensados Guararapes Ltda., concretizada em 04.09.2020, além de se referir ao período de 11 meses, de forma que não é comparável com os indicadores para 2019, 2018 e 2017.

NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que o sucesso da Companhia e diferenciação dos principais concorrentes é devido às seguintes vantagens competitivas:

Modelo de Negócios Resiliente

Nosso modelo de negócios se provou resiliente, mostrando crescimento / menor contração que o mercado, mesmo em ambientes adversos. Durante o período de 2014 até 2019 nossas vendas e produção apresentaram crescimento médio anual composto de 17,0% e 12,8%, respectivamente, enquanto (i) o mercado de MDF brasileiro mostrou contração de 0,6%, (ii) o setor de construção civil mostrou contração de 4,2%, e (iii) o PIB brasileiro mostrou contração de 0,7%.

Isso se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) exposição ao mercado doméstico e internacional, (ii) portfólio de produtos diversificado, com foco em linhas de produto diferenciadas e menor exposição a produtos commodity, e (iii) excelência operacional, conferindo competitividade.

Processo Produtivo Sinergético e de Primeira Linha

Possuímos um processo produtivo flexível e integrado, o que nos permite extrair sinergias significativas:

- Reaproveitamos cavaco de madeira resultante do processo de produção de compensados na nossa produção de MDF;
- Realizamos em nossas unidades uma ação de otimização da matéria-prima, em que as toras grossas são utilizadas na produção de compensados e as toras finas ("toretes") na produção de MDF; e
- Nossa planta de MDF é estrategicamente localizada entre duas plantas de compensados.

Fluxograma do Processo Produtivo de MDF e Compensados

Além disso, buscamos sempre manter máxima excelência no nosso processo produtivo:

- Possuímos reconhecimento internacional pela qualidade dos nossos produtos, obtendo os mais relevantes certificados;

Certificados dos Produtos:

Outros Certificados:

- Possuímos plantas com alta tecnologia e uma base de fornecedores de primeira linha (exemplo: Raute, Andritz, Vyncke e Siempelkamp); e

- Possuímos track-record excepcional de execução. Em apenas 6 anos após entrarmos no mercado de MDF (2009), aumentamos nossa capacidade de 200,000 m3 por ano para 600,000 m3 por ano operando com eficiência e baixa ociosidade.

Dominância Regional, com Marca Reconhecida e Alcance Global

Somos um dos principais players na região no mercado de painéis de madeira. Alcançamos a 4ª posição em produção de MDF no Brasil, 2ª posição no Brasil e estamos entre os maiores players da América Latina em exportação de compensados. Em 2019, tivemos R$355 milhões em receitas com exportação, vendendo nossos produtos para mais de 50 países e para uma base diversificada de clientes, na América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul, Europa, Ásia, África e Oceania.

Possuímos forte presença física, estando em mais de 350 pontos de venda pelo Brasil, seja através de materiais de trade *marketing* e em *showrooms*, ou expondo em lojas conceito. Além disso estamos aumentando cada vez mais nossa presença digital com publicação de conteúdo relevante para clientes do setor. Possuímos loja online própria e também divulgamos nossa marca e produtos através de redes sociais: em 12 de dezembro de 2020 possuíamos mais de 90 mil seguidores no Instagram, mais de 205 mil seguidores no Facebook, mais de 350 mil visualizações no Pinterest e mais de 2 mil inscritos no YouTube.

Localização estratégica e Vantagens de Fornecimento

Possuímos vantagens significativas por estarmos localizados no Brasil. Nosso país possui uma das maiores produtividades de plantação de Pinus do mundo, sendo aproximadamente 6 vezes maior que a da Europa e aproximadamente 3 vezes maior que a dos Estados Unidos. Além disso, o Brasil possui vasta área de plantação, com 1,6 milhão de hectares de plantação de Pinus e ainda 12 milhões de hectares disponíveis para reflorestamento.

Ainda, nossas plantas estão localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina, que nos posicionam ainda melhor em termos de fornecimento e logística: (i) Paraná e Santa Catarina possuem cerca de 77% da plantação de Pinus do Brasil, (ii) estão estrategicamente localizados para logística doméstica e exportação, e (iii) estados com um mercado ativo de cavacos de madeira, subproduto importante produção de MDF, gerado através da produção de compensado, madeira serrada e outros produtos à base de madeira.

Possuímos uma diversa base de fornecedores de madeira, o que nos permite mitigar riscos e assegurar o fornecimento necessário para o nosso crescimento.

Distribuição Geográfica das Principais Unidades Produtoras de Painéis de Madeira Reconstituída

Fonte: IBÁ.

Localização das Unidades Produtivas e Comerciais da Companhia

Equipe de Gestão Coesa e Experiente, com Incentivos Claros e Suporte de Conselho de Primeira Linha

Nossa diretoria executiva possui mais de 75 anos de experiência na indústria combinados, e mais de 75 anos de empresa combinados. A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios, estando comprometida com a execução das estratégias da Companhia.

Essa diretoria possui suporte de um conselho atuante e de primeira linha, presidido por nosso Fundador, trazendo insights de sua visão empreendedora e auxiliando na manutenção da cultura da Companhia.

Nossa administração possui incentivos claros e alinhados para aumentar engajamento:

- Compensação base em linha com mercado;
- Bônus anual baseado nos resultados da Companhia e indicadores financeiros selecionados, aplicável à conselheiros, diretores executivos, alta gestão e coordenadores;
- Diretoria executiva também possui plano de incentivo de longo prazo; e
- Programa de participação nos lucros para toda a força de trabalho iniciado em 2019.

Modelo de Negócios com Respeito ao Meio Ambiente

Acreditamos ser importante que nosso modelo de negócios seja alinhado com uma relação de respeito ao meio ambiente e sustentabilidade no longo prazo e buscamos seguir as melhores práticas de mercado.

- A companhia apenas utiliza madeira de pinus reflorestado em seu processo produtivo;
- Reutilização de resíduos do processo produtivo de compensados na produção de MDF focando em sustentabilidade;
- Produção com foco em "zero resíduos": resíduos sólidos são prioritariamente reciclados e transformados em biomassa e resíduos líquidos são tratados e majoritariamente reutilizados no processo produtivo;
- Madeira, além de ser um insumo renovável, captura carbono ao passo que outros materiais de construção como aço, concreto e tijolo são emissores de carbono e compostos por insumos não-renováveis;
- Melhores padrões de governança e sustentabilidade: comitê de ASG, presença no comitê da IBÁ, certificação ISO 14000; e
- Metas ambientais de geração de resíduos Classe I e II e consumo de água, entre outros indicadores.

NOSSA ESTRATÉGIA

Os principais elementos da estratégia da Companhia são os seguintes:

Investir no Fortalecimento da Marca e Explorar Canais que Alavanquem o Nosso Alcance

Investimos continuamente no fortalecimento da nossa marca, tanto em canais físicos quanto digitais. Onde possuímos presença física, buscamos destaque na exibição de nossos produtos, principalmente em materiais de trade *marketing* e *showrooms*, enquanto em nossa loja conceito e nos principais eventos do setor nos destacamos focando em exibir produtos de maior valor agregado de forma criativa, criando ambientes e experiências diferenciadas. Em nosso site, focamos sempre em melhorar a experiência do usuário, para criar um impacto similar ao da experiência física, além de nossa plataforma de comércio eletrônico, que contribui para aumentar a colaboração com formadores de opinião do setor. Por fim, estamos constantemente produzindo conteúdo, webinars e webseries para diferentes audiências, aumentando cada vez mais o tráfego e engajamento nas nossas redes sociais.

Continuar Investindo em Ambos os Segmentos em que Atuamos para Crescer Mantendo Sinergias Operacionais

Entendemos que estamos unicamente posicionados para aproveitar oportunidades de crescimento tanto orgânicas quanto inorgânicas em ambos segmentos de nossa atuação, os quais possuem dinâmicas fatoráveis:

- Orgânico: possuímos projetos para expansão de capacidade de produção tanto de MDF quanto compensados, seja adicionando uma nova linha de produção ou expandindo plantas existentes; e
- Inorgânico: estamos constantemente buscando e analisando oportunidades de aquisição de novas plantas com localização complementar, onde possamos extrair sinergias de receita, logística, e ganhos de escala.

Expandir Nosso Portfolio com Produtos de Maior Valor Agregado

Acreditamos que existam grandes oportunidades de criação de valor em expandir nosso portfólio adicionando produtos com cada vez mais valor agregado e conteúdo de inovação, continuando movimento iniciado com nossa entrada em MDF, suportado por nossa execução de primeira linha.

Expansão Internacional da Nossa Força Comercial

Atualmente já estamos em posição de liderança em exportação de compensados, ocupando o 2º lugar no Brasil e está entre os maiores players da América Latina. Entendemos que há espaço significativo para crescimento na exportação de compensados, MDF, bem como de outros produtos de base florestal. Para isso, estamos ativamente buscando oportunidades para expandir nossa capilaridade internacional, aumentando nossa presença comercial com escritórios fora do Brasil. Atualmente já possuímos uma subsidiária operando nos Estados Unidos que nos permite desenvolver relacionamento direto com diversos clientes, incluindo grandes redes varejistas de material de construção, atendendo a demanda através de nossos estoques locais.

EVENTOS RECENTES

(a) Reorganização societária

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia e seus acionistas iniciaram processo de reorganização societária sob o qual a acionista co-controladora Indústria de Compensados Guararapes Ltda. realizou a cisão de certos ativos não relacionados com a operação de industrialização de compensados em favor de outras holdings dos seus sócios-quotistas controladores pessoas físicas, bem como realizou a transferência da totalidade das quotas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. detidas pelos sócios-quotistas pessoas físicas para a holding P&B Participações Ltda., e em ato subsequente em 4 de novembro de 2020 tendo sido obtida a aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre a transação, a Companhia passou a deter 100% de participação no capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. por meio do aumento do capital social da Companhia com emissão de novas ações no valor de R$912 milhões em favor da holding P&B Participações Ltda.

A aquisição do controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. pela Companhia foi realizada visando a captura de sinergias e a melhoria de sua competitividade no seu mercado de atuação e no mercado externo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte da Companhia.

(b) Potencial aquisição

A Companhia está ativamente engajada na originação e no desenvolvimento de oportunidades de aquisição e investimento em sociedades que operam no Brasil e no exterior. A Companhia está, atualmente, analisando determinados ativos com o objetivo de adicionar entre 300.000 m3/ano e 600.000 m3/ano de capacidade instalada adicional de MDF no Brasil, e espera concluir ao menos um desses projetos em 2021. Nesta data, a Companhia não é uma parte de qualquer acordo vinculativo para aquisição e não pode garantir que qualquer acordo será celebrado no futuro ou que qualquer aquisição será consumada em tempo hábil. Contamos com o crescimento inorgânico para cumprir com sucesso nossa estratégia de crescimento.

Nossa Atual Estrutura Societária

Informações Adicionais

Nossa sede está localizada na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Aeroporto, CEP 89500-000. Nosso telefone para contato +55 (46) 3263-8300. Nosso Departamento de Relações com Investidores está localizado em nossa sede e seu telefone é o +55 (46) 3263-8331, o e-mail é o ri@guararapes.com.br e o *site* é o ri.guararapes.com.br. As informações incluídas no nosso *site*, ou que poderiam ser acessadas através do nosso *site*, não são partes integrantes, anexadas ou incluídas por referência a este Prospecto.

Principais Fatores de Risco relativos à Companhia

A perda ou a incapacidade da Companhia de obter ou manter quaisquer licenças ou autorizações necessárias à consecução de suas atividades pode afetar negativamente o seu negócio e seus resultados.

A Companhia atua em um setor regulado por diversos entes da administração pública, o que lhe obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações para a produção e comercialização de seus produtos, incluindo, mas não se limitando, licenças ambientais, alvarás, autorizações e o Certificado de Cadastro de Estabelecimento e o Certificado de Registro de Estabelecimento. As licenças e autorizações exigem, entre outros, que a Companhia informe periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha da Companhia na obtenção ou manutenção de tais licenças e autorizações, poderá fazer com que a Companhia seja impedida de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Além disso, a Companhia está sujeita a fiscalizações e auditorias realizadas periodicamente por tais órgãos, as quais visam a averiguar se a Companhia está em cumprimento com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Caso, no âmbito de tais fiscalizações, seja constatado qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia, as licenças e autorizações necessárias às atividades da Companhia poderão ser revogadas ou suspensas e a Companhia estará sujeita a multas e aplicação de outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo em seus resultados.

Adicionalmente, o desenvolvimento das atividades da Companhia também está sujeito ao licenciamento imobiliário para cada uma de suas unidades, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento, que devem ser obtidos junto a municipalidade onde estão localizadas as unidades da Companhia e ao Corpo de Bombeiros do estado, para cada unidade da Companhia. As licenças e autorizações imobiliárias possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido à pandemia da COVID-19, a qual resultou em adoção de medidas pelo Governo de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes. A Companhia também não pode assegurar que atualmente possui tais licenças para todos os imóveis e/ou que obterá, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

Caso a Companhia não consiga obter, manter ou renovar tempestivamente as autorizações, licenças e alvarás necessários para o desenvolvimento das atividades nas suas unidades, tal fato pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos, ou mesmo comprometer o regular desenvolvimento de suas atividades. Além disso, as autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. Ademais, diversas penalidades podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como: (i) resultar em autos de infração; (ii) aplicação de multas sucessivas; (iii) impedimento de abertura e operação de unidades, ainda que temporariamente; (iv) interdição ou fechamento de unidades, ainda que temporariamente; (v) expor a Companhia a riscos adicionais ou perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar; (vi) afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vii) expor a Companhia, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças, além de riscos à imagem.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguir abrir e operar novas unidades, se tiver que suspender ou fechar algumas das suas unidades em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento das unidades da Companhia, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Caso os atuais membros da administração da Companhia ou quaisquer de seus colaboradores considerados estratégicos, por qualquer motivo, venham a não mais integrar o quadro de administradores ou de colaboradores da Companhia, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los e, ainda que consiga, não é possível garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto, o que poderá afetar, de forma adversa, suas operações, posição de competitividade e estratégia de crescimento.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desdobramentos futuros, incertos e imprevisíveis e que podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia, nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades de operação da Companhia, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, ausência de colaboradores como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação robusta e definitiva a respeito do impacto de longo prazo do surto da COVID-19 nos negócios da Companhia, além daquela apresentada neste item 4.1 e no item 10.9 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por fim, mesmo após a eventual diminuição da pandemia da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em: (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que outras pandemias regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos no item 4.1 do Formulário de Referência e neste Prospecto.

Parte relevante das receitas da Companhia advém de exportações a outros mercados, o que expõe a Companhia a riscos adicionais que podem afetar de forma relevante e adversa seus negócios.

As receitas da Companhia oriunda de exportações a países estrangeiros representaram, aproximadamente, 14%, 18% e 20% da receita bruta da Companhia em 2019, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, respectivamente. Negociar e estabelecer relações comerciais com diferentes regiões e países expõe a Companhia a riscos políticos, econômicos e outros, bem como a vários requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a alterações, incluindo:

- desacelerações econômicas em países estrangeiros ou regiões geográficas onde temos operações significativas;
- tensões econômicas entre governos e mudanças nas políticas de investimento e comércio internacional, incluindo a imposição de restrições à repatriação de dividendos;
- regulamentos estrangeiros que restringem nossa capacidade de vender nossos produtos nesses países;
- Diferentes preferências de produtos locais e requisitos de produtos, incluindo economia de combustível, emissões de veículos e segurança;
- diferentes regulamentações trabalhistas e relações sindicais;

- consequências de mudanças na legislação tributária, trabalhista e ambiental;
- dificuldades na obtenção de financiamento em países estrangeiros para operações locais; e
- instabilidade política e econômica, desastres naturais, guerra e terrorismo.

Os efeitos desses riscos e outros riscos semelhantes podem, individualmente ou em conjunto, afetar de forma relevante e adversa os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem principalmente de melhorias, reparos e remodelações residenciais nos países em que a Companhia atua e dos níveis de atividade de construção de novas residências, todos impactados por riscos associados às flutuações no mercado imobiliário.

O negócio da Companhia se baseia principalmente em melhorias, reparos e reformas residenciais e nos níveis de atividade de construção de novas residências. O mercado imobiliário é sensível a mudanças nas condições econômicas e outros fatores, como nível de emprego, acesso ao trabalho, confiança do consumidor, renda do consumidor, disponibilidade de financiamento e níveis de taxas de juros, interrupções no fornecimento e volatilidade de preços envolvendo materiais e equipamentos de construção, variações na oferta e demanda de empreendimentos imobiliários em determinadas regiões, greves, escassez de mão de obra qualificada e alterações ambientais e regulamentos de zoneamento. Além disso, a Companhia também pode ser indiretamente afetada pelos seguintes riscos:

- as condições econômicas no Brasil e fora do Brasil, que podem impedir o crescimento do setor imobiliário como um todo, principalmente em decorrência de desaceleração econômica, aumento das taxas de juros, flutuações da moeda e instabilidade política, entre outros fatores;
- o interesse do comprador em lançamentos de novos projetos, ou o preço de venda de novos imóveis;
- o grau em que os compradores são incapazes ou não desejam concluir suas compras de imóveis como resultado de desemprego, problemas de saúde pessoal, mudança de estado civil ou mudanças nos preços de projetos concorrentes na mesma região pode resultar em uma diminuição significativa nas vendas por meio para a data prevista de inauguração, diminuindo a entrada de caixa do empreendimento;
- em caso de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande empresa do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que pode diminuir a confiança do consumidor no mercado imobiliário como um todo;
- condições nos mercados imobiliários locais e regionais, como excesso de oferta imobiliária, escassez de terrenos ou aumentos significativos na compra de terrenos e custos de construção;
- diminuição das oportunidades de desenvolvimento;
- atrasos na construção e venda de unidades imobiliárias, resultando em aumento dos custos de construção ou rescisão de contratos de compra e venda de unidades; e
- mudanças nas políticas do Conselho Monetário Nacional Brasileiro relativas à alocação de recursos para o Sistema Financeiro de Habitação que podem reduzir a disponibilidade de crédito no mercado imobiliário.

Mudanças adversas em qualquer uma dessas condições em geral, ou em qualquer um dos mercados em que a Companhia opera, incluindo devido à pandemia da COVID-19, podem: (i) fazer com que os consumidores atrasem ou diminuam a propriedade; (ii) tornar os consumidores mais conscientes dos preços, resultando em uma mudança na demanda para residências menores e menos caras; (iii) tornar os consumidores mais relutantes em fazer investimentos em suas casas existentes, incluindo grandes projetos de reforma; ou (iv) dificultar a obtenção de empréstimos para grandes reformas. Consequentemente, estas mudanças podem acarretar a diminuição da demanda pelos produtos da Companhia, e impactar adversamente os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa e condição financeira da Companhia.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia, o Acionista Vendedor e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

Guararapes Painéis S.A.
Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Aeroporto
CEP 89500-000 – Caçador, SC
At.: Diretoria de Relações com Investidores
Tel.: +55 (46) 3263-8300
www.guararapes.com.br

Acionista Vendedor

Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações
Rua Gomes de Carvalho, 1.507, conj. 61
CEP 04547-005, São Paulo, SP
At.: Tomaz Moura/ Sr. Ronaldo Hirata
Tel.: +55 (11) 3538-8000

Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ou Coordenador Líder
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Telefone: +55 (11) 2188-4000
www.bankofamerica.com

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP.
At.: Sr. Fabio Nazari
Telefone: +55 (11) 3383-2000
www.btgpactual.com

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valos Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo - SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo – SP
At.: Sr.ª Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
www.bradescobbi.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Auler
Tel.: +55 (11) 3513-6503
www.ubs.com/br/pt

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
CEP 80250-000, Curitiba, PR
At.: Sr. João Alberto Dias Panceri
Tel.: +55 (41) 3304-2706
www.kpmg.com.br

Consultor Legal Local dos Coordenadores da Oferta	Consultor Legal Local da Companhia
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP At.: Sr. Jean Marcel Arakawa Tel.: +55 (11) 3147-7600 www.mattosfilho.com.br	**Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados** Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3144, 11º andar CEP 01451-000, São Paulo, SP, Brasil At.: Sr. Gustavo Secaf Rebello Tel.: +55 (11) 3150-7400 www.machadomeyer.com.br

Consultor Legal Externo dos Coordenadores da Oferta	Consultor Legal Externo da Companhia
Simpson Thacher & Bartlett LLP Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 12º andar CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: +55 (11) 4765-3000 www.stblaw.com	**White & Case LLP** Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, 4º andar CEP 01452-000, São Paulo, SP At.: Sr. John Guzman Tel.: +55 (11) 3147 5600 www.whitecase.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 175.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir das páginas 19 e 97, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 175 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e Informações Trimestrais – ITR e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir das páginas 193 e 261 deste Prospecto, respectivamente, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	O montante de [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada neste Prospecto, correspondentes a até 20% do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas[, as quais foram utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*], nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta, nenhuma ação ordinária de emissão da Companhia está em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia estará em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 43 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada neste Prospecto, correspondentes a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Bradesco Securities, Inc., e pelo UBS Securities LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	"Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.", a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais", a partir da página 72 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	"Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.", a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais", a partir da página 72 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais quando da sua decisão de investimento, e/ou seja verificada a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta. Para mais informações veja a seção "Informações sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta", a partir da página 66 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social ("Estatuto Social"), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em 4 de dezembro de 2020 perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o nº 20202475794, e publicada no jornal "Extra" e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC"), em 11 de dezembro de 2020.

A reforma do Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 perante a JUCESC sob o nº [•], e publicada no jornal "Extra" e no DOESC, em [•] de [•] de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada perante a JUCESC e publicada no jornal "Extra" e no DOESC.

A participação do Brasil Agronegócio FIP na Oferta Secundária, a alienação das Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Brasil Agronegócio FIP e os parâmetros mínimos de valor referentes ao Preço por Ação foram aprovados em reunião do Comitê de Investimento do Brasil Agronegócio FIP, realizada em [•] de [•] de 2020. Nos termos do regulamento do Brasil Agronegócio FIP, não será necessária a realização de qualquer aprovação por assembleia geral de cotistas ou pelo comitê de investimentos do Brasil Agronegócio FIP acerca da fixação do Preço por Ação no âmbito da Oferta.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2021, a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de [•], com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, a partir da página 72 deste Prospecto.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$241.239.491,31 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 97.524.234 (noventa e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Contrato de Colocação	"*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*" a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Empréstimo	"Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.", celebrado entre a [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a Companhia na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	"Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	"Contrato de Participação no Novo Mercado", a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	"Contrato de Prestação de Serviços" celebrado em [•] de [•] de 2021, entre a Companhia, o Acionista Vendedor e a B3.
Coordenador Líder ou Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, a XP, o Citigroup, o Bradesco BBI e o UBS BB, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", a partir da página 51 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações e das Ações Adicionais, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares.

Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária [considerando as Ações Suplementares] terão a destinação informada na seção "Destinação dos Recursos", a partir da página 104 deste Prospecto. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados ao Acionista Vendedor.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações (considerando as Ações Adicionais) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos na seção "*Informações Sobre a Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações*", a partir da página 69 deste Prospecto e na seção "*18 Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 836 deste Prospecto.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta", a partir da página 99 deste Prospecto**.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus, nos termos descritos neste Prospecto. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta", na página 99 deste Prospecto.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto. Estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 19 e 97 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 531 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/ liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização de Preço das Ações”, a partir da página 68 deste Prospecto, não estarão sujeitas a tais limites, devendo observar, entretanto, os termos e condições estabelecidos no Contrato de Estabilização.

Inadequação da Oferta	O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 97 deste Prospecto Preliminar, incluindo o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência. **Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.**
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à Oferta por meio da assinatura da carta-convite a ser disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de Ações assinados pela Companhia, e pelo Acionista Vendedor, bem como por determinados Administradores.

Investidores Estrangeiros	(i) os investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, e (ii) os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados Investidores Profissionais e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimentos, assim como os Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores da Oferta do Segmento Private e os Investidores da Oferta de Varejo, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta do Segmento Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva do Segmento Private ou o Período de Reserva do Segmento Private para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private.
Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento Private que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e tiveram prioridade de alocação.

Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento Private que optaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.
Investidores da Oferta de Varejo	significa os investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que não sejam considerados Investidores Institucionais ou Investidores Qualificados, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que formalizem o Pedido de Reserva durante o Período de Reserva do Varejo ou o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e tiveram prioridade de alocação.
Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que optaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Profissionais	Investidores conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539.
Investidores Qualificados	investidores conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.
***Lock-up* da Oferta do Segmento Private**	Compromisso obrigatório dos Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* de não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as Ações por um período de 70 (setenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Compromisso obrigatório dos Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* de não oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as Ações por um período de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
Negociação na B3	As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]3".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Com *Lock-up e* Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta de Varejo*", a partir da página 56 deste Prospecto**.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta de Varejo Sem Lock-up*", a partir da página 56 deste Prospecto**.
Oferta do Segmento Private	Oferta do Segmento Private Com *Lock-up e* Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta do Segmento Private*", a partir da página 59 deste Prospecto**.
Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta Não Institucional, direcionada a Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, observados os termos e disposições deste Prospecto. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta do Segmento Private*", a partir da página 59 deste Prospecto**.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Institucional*", a partir da página 63 deste Prospecto**.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva. **Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*", a partir da página 55 deste Prospecto**.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Oferta Primária	Montante de, inicialmente, [•] novas Ações de emissão da Companhia.
Oferta Secundária	Montante de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva das Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.

Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva do Segmento Private	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta do Segmento Private.
Período de Reserva do Segmento Private para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva do Varejo	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta de Varejo.
Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores da Oferta de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Períodos de Reserva	O Período de Reserva do Varejo e o Período de Reserva do Segmento Private, considerados conjuntamente.
Períodos de Reserva para Pessoas Vinculadas	O Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas e o Período de Reserva do Segmento Private, considerados conjuntamente.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, conforme alterada: (i) controladores ou administradores da Companhia e do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.
Plano de Distribuição	Plano de distribuição das Ações elaborado pelos Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes em conformidade com a Instrução CVM 539, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e com Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário]*", a partir da página 98 deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de total return *swap*) são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo

O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.

Prospectos

Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.

Registro da Oferta

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 16 de dezembro de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações Adicionais*", a partir da página 72 deste Prospecto.

Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[A Companhia, cada um de seus Administradores e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de cento e oitenta dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.] A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de* Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", a partir da página 98 deste Prospecto.**
Rateio da Oferta de Varejo	O Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* e o Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto
Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.

Rateio da Oferta do Segmento Private	O Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* e o Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	Rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações entre Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* que tenham apresentado Pedido de Reserva.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) aplicável aos Investidores da Oferta de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) aplicável aos Investidores da Oferta do Segmento Private.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação (sem consideradas as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$241.239.491,31 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 97.524.234 (noventa e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, em até 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição/integralização dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
Ordinárias	97.524.234	R$241.239.491,31	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**R$241.239.491,31**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
Ordinárias	97.524.234	R$241.239.491,31	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**R$241.239.491,31**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e considerando a colocação integral das Ações Adicionais:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após a Oferta**	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
Ordinárias	97.524.234	R$241.239.491,31	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**R$241.239.491,31**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
Ordinárias	97.524.234	R$241.239.491,31	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**R$241.239.491,31**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionista Vendedor, Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de Ações, pelos membros Administração e pelo Acionista Vendedor, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
P&B Participações Ltda.	79.143.800	81,15	[•]	[•]
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	0,00	[•]	[•]
Outros	590.000	0,61	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**100,00**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Suplementares e sem considerar a colocação das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
P&B Participações Ltda.	79.143.800	81,15	[•]	[•]
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	0,00	[•]	[•]
Outros	590.000	0,61	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**100,00**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação das Ações Suplementares e considerando a colocação integral das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
P&B Participações Ltda.	79.143.800	81,15	[•]	[•]
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	0,00	[•]	[•]
Outros	590.000	0,61	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**100,00**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral as Ações Suplementares e das Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
P&B Participações Ltda.	79.143.800	81,15	[•]	[•]
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	0,00	[•]	[•]
Outros	590.000	0,61	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**97.524.234**	**100,00**	**[•]**	**[•]**

Identificação do Acionista Vendedor

Segue abaixo descrição do Acionista Vendedor:

BRASIL AGRONEGÓCIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento constituído de acordo com a Instrução CVM 578/16, inscrito no CNPJ sob n.11.160.957/0001-11, neste ato representado por seu gestor BRZ Investimentos Ltda., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.507, conj. 61, inscrita no CNPJ sob n.02.888.152/0001-06, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 7.490, de 11 de novembro de 2003.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 815 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BofA Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pela XP Investments US, LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Bradesco Securities, Inc., e pelo UBS Securities LLC, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional: (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation* S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas/adquiridas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares), ou seja, em até [•] ([•]) Ações [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas[, as quais serão utilizadas para atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*].

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ([•]) Ações [sendo (i) no contexto da Oferta Primária, até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) no contexto da Oferta Secundária, até [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, mas não a obrigação, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro como emissor de valores mobiliários categoria A junto à CVM, a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado perante a B3, bem como a realização da Oferta Primária pela Companhia, incluindo seus termos e condições, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em 4 de dezembro de 2020 perante a JUCESC sob o nº 20202475794, e publicada no jornal “Extra” e no DOESC, em 11 de dezembro de 2020.

A reforma do Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata foi devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 perante a JUCESC sob o nº [•], e publicada no jornal “Extra” e no DOESC, em [•] de [•] de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada perante a JUCESC e publicada no jornal “Extra” e no DOESC.

A participação do Brasil Agronegócio FIP na Oferta Secundária, a alienação das Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Brasil Agronegócio FIP e os parâmetros mínimos de valor referentes ao Preço por Ação foram aprovados em reunião do Comitê de Investimento do Brasil Agronegócio FIP, realizada em [•] de [•] de 2020. Nos termos do regulamento do Brasil Agronegócio FIP, não será necessária a realização de qualquer aprovação por assembleia geral de cotistas ou pelo comitê de investimentos do Brasil Agronegócio FIP acerca da fixação do Preço por Ação no âmbito da Oferta.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário]*", a partir da página 98 deste Prospecto Preliminar.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Composição do Capital Social*", a partir da página 43 deste Prospecto.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Brasil Agronegócio FIP	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Brasil Agronegócio FIP	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Brasil Agronegócio FIP	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Brasil Agronegócio FIP	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia, sendo que a Companhia se reserva ao direito de solicitar o reembolso das despesas descritas abaixo ao Acionista Vendedor de acordo com suas respectivas participações na Oferta. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [Arcaremos com as despesas do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, bem como arcaremos juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma]*" constante a partir da página 101 deste Prospecto.**

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]	Valor por Ação	% do total de custos	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*		
Comissão de Coordenação	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[2]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[3]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[4][5]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) [A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, tais como atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes.] A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.
(3) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.
(4) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(5) Incluídos os custos estimados com traduções e *printer* e outros.
(6) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[(1)]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM.	16 de dezembro de 2020
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização deste Prospecto.	[•] de [•] de 2021
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*.	[•] de [•] de 2021
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva da Oferta do Varejo. Início do Período de Reserva da Oferta do Varejo para Pessoas Vinculadas. Início do Período de Reserva do Segmento Private. Início do Período de Reserva do Segmento Private para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas. Encerramento do Período de Reserva do Segmento Private para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2021
6.	Encerramento do Período de Reserva do Varejo. Encerramento do Período de Reserva do Segmento Private.	[•] de [•] de 2021
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta.	[•] de [•] de 2021
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	[•] de [•] de 2021
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
10.	Data de Liquidação.	[•] de [•] de 2021
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2021
13.	Fim do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
14.	Fim do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private	[•] de [•] de 2021
15.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações a partir da data da nova disponibilização deste Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta - Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre a Oferta - Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre a Oferta - Inadequação da Oferta*", deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver o item 8 do Aviso ao Mercado e a seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", deste Prospecto.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que o Prospecto Preliminar for divulgado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Regime de Distribuição

A colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) objeto da Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após: (i) a disponibilização deste Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto Preliminar; (iii) o encerramento dos Períodos de Reservas e dos Períodos de Reservas para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; (v) a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional; (vi) o deferimento do pedido de registro da Companhia de emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM; (vii) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (viii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (ix) a disponibilização do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições do item 5 do Aviso ao Mercado. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados neste Prospecto Preliminar, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 99 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento de Distribuição da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) a Oferta Não Institucional; e (ii) a Oferta Institucional, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional compreenderá:

(i) uma oferta destinada a Investidores da Oferta de Varejo, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta de Varejo que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo;

(ii) uma oferta destinada aos Investidores da Oferta de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo;

(iii) uma oferta destinada a Investidores da Oferta do Segmento Private, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta do Segmento Private que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private; e

(iv) uma oferta destinada a Investidores da Oferta do Segmento Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Plano de Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539, (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucional e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores ou administradores da Companhia e do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações]", a partir da página 100 deste Prospecto.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedidos de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, conforme o caso.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 11% (onze por cento) e, no máximo, 30% (trinta por cento) da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio de (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores da Oferta de Varejo; e (ii) uma Oferta do Segmento Private, destinada aos Investidores da Oferta do Segmento Private.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descritos nos itens "Procedimento da Oferta de Varejo" e "Procedimento da Oferta do Segmento Private" abaixo, conforme o caso. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, em especial no que se refere aos procedimentos relativos à prioridade na alocação e à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo que realizarem solicitação de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva do Varejo, ou, no caso de Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas.

O montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e no máximo 20% (vinte por cento) das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a exclusivo critério e discricionariedade [da Companhia, do Acionista Vendedor] e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo, conforme disposto a seguir:

(i) o montante de, no mínimo, 8% (oito por cento) e no máximo 10% (dez por cento) das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* ("Oferta de Varejo Com *Lock-up*"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (a) de até 8% (oito por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 8% (oito por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo) tenha sido atendido, a alocação entre tais Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* será definida a exclusivo critério e discricionariedade da [Companhia, do Acionista Vendedor] e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo). Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), o montante máximo da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderá ser aumentado; e

(ii) o montante de, no mínimo, 2% (dois por cento) e no máximo 10% (dez por cento) das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ("Oferta de Varejo Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "Oferta de Varejo"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até 2% (dois por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 2% (dois por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up (*conforme definido abaixo).

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e o disposto neste item.

Procedimento da Oferta de Varejo. Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores da Oferta de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) deste item e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva do Varejo e o Período de Reserva do Varejo para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores da Oferta de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, conforme alterada ("Deliberação CVM 476"), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor da Oferta de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da disponibilização do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores da Oferta de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) os Investidores da Oferta de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo);

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definido abaixo). Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo (conforme abaixo definido). Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações da Oferta de Varejo objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinada à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinada à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*");

(h) caso o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, "Rateio da Oferta de Varejo");

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, a quantidade de Ações destinadas a Investidores da Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores da Oferta de Varejo possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta de Varejo descrito acima.

Lock-up da Oferta de Varejo. Os Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo, e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [Os Investidores da Oferta do Segmento Private e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta do Segmento Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações]*", a partir da página 103 deste Prospecto.

Oferta do Segmento Private

A Oferta do Segmento Private será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva do Segmento Private, ou, no caso de Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva do Segmento Private para Pessoas Vinculadas.

O montante de, no mínimo, 1% (um por cento) e, no máximo, 10% (dez por cento) das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a exclusivo critério e discricionariedade da [Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta], será destinado à colocação pública no âmbito da oferta para Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta, sendo certo que:

(i) o montante de, no mínimo, 0,8% (zero virgula oito por cento) e, no máximo, 5% (cinco por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* ("Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* (a) de até 0,8% (zero virgula oito por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,8% (zero virgula oito por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), e desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo) tenha sido atendido, a alocação, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da [Companhia, do Acionista Vendedor] e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* (conforme definido abaixo). [Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* também para a Oferta de Varejo Com *Lock-up* (conforme definida acima)]; e

(ii) o montante de, no mínimo, 0,2% (zero virgula dois por cento) e no máximo 5% (cinco por cento) do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para os Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* ("Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, a "Oferta do Segmento Private"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (a) de até 0,2% (zero virgula dois por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,2% (zero virgula dois por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo).

A Oferta do Segmento Private será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private e o disposto neste item.

Procedimento da Oferta do Segmento Private. Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores da Oferta do Segmento Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) deste item e nos itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores da Oferta do Segmento Private interessados em participar da Oferta do Segmento Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, sendo que tais Investidores da Oferta do Segmento Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor do Segmento Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da disponibilização do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores da Oferta do Segmento Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*;

(c) os Investidores da Oferta do Segmento Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores da Oferta do Segmento Private serão informados a cada Investidor do Segmento Private até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private (conforme definido abaixo);

(e) cada Investidor do Segmento Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definida no item 12 abaixo). Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor do Segmento Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do Segmento Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e no itens "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" abaixo e a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Aviso ao Mercado[, podendo também ser destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*]; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas conforme ordem de prioridade estabelecida neste Aviso ao Mercado; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*" e, em conjunto com o Rateio Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, "Rateio da Oferta do Segmento Private");

(i) Caso haja Rateio da Oferta do Segmento Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, a quantidade de Ações destinadas a Investidores da Oferta do Segmento Private poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores da Oferta do Segmento Private possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta do Segmento Private descrito acima.

Lock-up da Oferta do Segmento Private. Os Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 70 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private Com *Lock-up*, cada Investidor do Segmento Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta do Segmento Private Com *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta do Segmento Private e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta do Segmento Private e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta do Segmento Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", a partir da página 103 deste Prospecto.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, as Ações remanescentes da Oferta serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

(a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding,* na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(b) até as 16h00 do dia útil imediatamente seguinte à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento;

(c) a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação. A subscrição/aquisição das Ações será formalizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3, tendo em vista que os Coordenadores da Oferta solicitaram a dispensa da apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução 4.373, da Instrução CVM 560 ou da Lei 4.131;

(d) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta e/ou o Agente de Colocação Internacional que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (c) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta; e

(e) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – [A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário]*", a partir da página 98 deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será anunciada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações Sobre a Oferta - Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", a partir da página 67 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e no Acionista Vendedor e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia pelo Acionista Vendedor e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumirão a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia, bem como obriga o Acionista Vendedor, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.

Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *[A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil]"*, a partir da página 99 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta*" a partir da página 74 deste Prospecto.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de anúncio disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes do item 18 deste Aviso ao Mercado, mesmos meios utilizados para disponibilização deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação ou do Contrato de Colocação Internacional; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" e da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, disponibilizado o Prospecto Definitivo e disponibilizado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
XP	[•]	[•]
Citigroup	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
UBS BB	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado

O Agente Estabilizador, por intermédio Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Informações Adicionais*", a partir da página 72 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução CVM 384, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. [No entanto, não houve contratação de formador de mercado].

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no termo de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva, que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item 11 deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e recebimento de dividendos adicionais ou juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e

(h) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 836 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o *Contrato de Participação no Novo Mercado*, por meio do qual a Companhia aderirá às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]3".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 531 deste Prospecto. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

A Companhia, cada um de seus Administradores e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações pela Companhia: **(i)** decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional ([incluindo Ações Suplementares]); **(ii)** a emissão ou venda pela Companhia de Ações no âmbito de planos de outorga de ações da Companhia, conforme definidos no Prospecto Preliminar; **(iii)** decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos instrumentos de *lock-up* e confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iv)** para qualquer de suas Afiliadas, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(v)** ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e **(vi)** decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações pelos Administradores da Companhia e o Acionista Vendedor: **(i)** decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional; **(ii)** decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos instrumentos de *lock-up* e confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iii)** decorrentes de distribuições para *trust* no qual o próprio responsável pela distribuição ou sua família imediata seja beneficiário direto ou indireto, conforme aplicável, desde que anteriormente à distribuição, o *trust* confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; **(iv)** para qualquer das Afiliadas, conforme definido no Prospecto Preliminar, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos do *lock-up* desde a presente data; e **(v)** ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; **(vi)** decorrente de testamento ou em decorrência de lei, incluindo sem limitação acordo de separação ou divórcio; e **(vii)** decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *[A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia]"*, a partir da página 98 deste Prospecto.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das Ações é o Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se a todos os potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" e "*Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*", nas páginas 97 e 19 e, respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 564, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que se trata de fundo de investimento exclusivo e não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços:

Companhia

Guararapes Painéis S.A.
Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, Aeroporto
CEP 89500-000, Caçador, SC
At.: Sr. Fabio de Freitas Leitão Torres
Tel.: +55 (46) 3263-8331
https://ri.guararapes.com.br (neste *website*, clicar em "[•]")

Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Telefone: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Guararapes" e, então, clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP.
At.: Sr. Fabio Nazari
Telefone: +55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Guararapes Painéis S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar")

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Guararapes Painéis S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo - SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Guararapes Painéis S.A." e, a seguir, clicar em "2020", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar "Prospecto Preliminar")

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo – SP
At.: Sr.ª Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, clicar em "Ofertas Públicas", então, procurar por "Guararapes" e acessar o Prospecto Preliminar)

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Auler
Tel.: +55 (11) 3513-6503
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Guararapes Painéis S.A.").

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br - neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias/Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias/Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Guararapes Painéis S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em "Guararapes Painéis S.A." e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, [DO ACIONISTA VENDEDOR,] DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Companhia

Guararapes Painéis S.A.
https://ri.guararapes.com.br (neste *website*, clicar em "[•]").

Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Guararapes" e, então, clicar no documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de " Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Guararapes Painéis S.A. ", clicar no documento correspondente).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Guararapes Painéis S.A." e, então, clicar no documento correspondente).

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Guararapes Painéis S.A." e, a seguir, clicar em "2020", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

Banco Bradesco BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/ (neste *website*, clicar em "Ofertas Públicas", então, procurar o documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Guararapes Painéis S.A.").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência, devendo ser desconsideradas quaisquer informações divulgadas na mídia sobre a Companhia e a Oferta, incluindo projeções futuras, que não constem dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*" A PARTIR DAS PÁGINAS 19 E 97 DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "*4. FATORES DE RISCO*" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, A PARTIR DA PÁGINA 564 DESTE PROSPECTO PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 16 de dezembro de 2020.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow- ons da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King. Em 2020, o BTG Pactual participou do *follow-on* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, JHSF Participações, Irani, IMC e Dimed, BTG Pactual, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil, assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Quero Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; *IPO* da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; *IPO* da Vivara no valor de R$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; *IPO* da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no *IPO* do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; *IPO* da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; *IPO* da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; *IPO* da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; *IPO* da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; *IPO* do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; *IPO* da D1000 no valor de R$400 milhões; *IPO* da Pague Menos no valor de R$747 milhões; *IPO* da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; *Re-IPO* da JSL no valor de R$694 milhões; *IPO* da Melnick Even no valor de R$621 milhões, *follow-on* da Suzano no valor de R$6.910 milhões; *IPO* do Grupo Mateus no valor de R$4.080 milhões; *IPO* da Enjoei no valor de R$987 milhões; *IPO* da Méliuz no valor de R$584 milhões, *IPO* da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; *IPO* da Aeris no valor de R$982 milhões; e *IPO* da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Citigroup

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões. O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120.2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2.2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1.2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9.8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2.4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3.2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143.8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11.5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5.5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2.6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2.0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhão (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1.1 bilhões (abril de 2019), (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2.7 bilhões (abril de 2019), (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3.7 bilhões (junho de 2019), (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2.5 bilhões (julho de 2019), (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7.4 bilhões (julho de 2019), (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9.6 bilhões (julho de 2019), (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2.7 bilhões (outubro de 2019), (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (outubro de 2019), (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9.3 bilhões (dezembro de 2019), (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5.0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22.0 bilhões (fevereiro de 2020), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4.4 bilhões (julho de 2020), (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8.2 bilhões (agosto de 2020) (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6.4 bilhões (agosto de 2020), (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3.4 bilhões (setembro de 2020), (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2.2 bilhões (setembro de 2020) e (vii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5.6 bilhões (outubro de 2020).

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios “Best Investment Bank in Brazil” pela Euromoney, “The Best M&A Bank From America Latina” e “The Best Investment Bank in Brazil” pela Global Finance e “Most Innovative Investment Bank from Latin America” pela The Banker. Já em 2019, o Bradesco BBI conquistou em 2019 o prêmio “The Best Investment Bank in Brazil” pela Global Finance. Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 80 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante total de aproximadamente R$105,251 bilhões. Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

O Bradesco BBI apresentou no 1S19 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como joint bookrunner no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$2.516 milhões, coordenador líder do IPO da Centauro, no montante de R$705 milhões, joint bookrunner no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.539 milhões, joint bookrunner no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R$3.694 milhões e joint bookrunner no *Follow-on* da intermédica, no montante de R$2.666 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre de 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 54 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$50,70 bilhões originados.

No primeiro semestre de 2019, o Bradesco BBI teve 5 transações anunciadas com valor de aproximadamente R$10,5 bilhões. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R$4,0 bilhões, assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R$2,0 bilhões, (iii) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R$1,5 bilhão; (iv) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R$1,2 bilhão.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 78.521 pontos de atendimento, destacando-se 4.581 agências. Até o primeiro trimestre de 2019, o lucro líquido foi de R$11,9 bilhões enquanto o patrimônio líquido totalizou R$133.636.476, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

UBS BB

Sediado em Zurich na Suíça, o UBS conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários distribuídos em 32% Suíça, 31% Americas, 19% EMEA (excluindo Suíça) e 18% APAC. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management. Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos.

O UBS recebeu inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs", “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

A plataforma de Investment Bank destaca-se por sua eficiência e foco no cliente. O foco permanece nas áreas de assessoria financeira, mercado de capitais, equities, moedas, juros e commodities. A divisão de Investment Bank atende nossos clientes corporativos, institucionais e de Wealth Management em todo o mundo. A plataforma integrada do UBS permite fortes sinergias entre as plataformas de Wealth Management, Personal e Corporate Banking e Asset Management tanto na execução quanto na distribuição de seus produtos.

Com mais de US$2 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países, a divisão de Wealth Management se beneficia de significativa escala e da posição de liderança do UBS em todos os segmentos de clientes com alto patrimônio líquido.

No Brasil e America Latina, além de uma forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição da Avon pela Natura&Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz. O UBS desempenha também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região entre 2012 e 2019, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Azul Linheas Aereas, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobrás, IRB Brasil Resseguros, Afya, XP Inc., entre outros.

A plataforma de Brasil também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Coordenador Líder e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem relacionamento com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico:

- O Brasil Agronegócio FIP possui contas ativas mantidas junto a sociedade corretora integrante do grupo econômico do BTG Pactual, sendo que nos últimos 12 meses nenhuma remuneração foi recebida pela sociedade corretora integrante do grupo econômico do BTG Pactual.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao BTG Pactual e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta e de contas correntes abertas na XP, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga à XP e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação da XP como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citigroup

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com o Citigroup e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citigroup e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citigroup e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Citigroup e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citigroup e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O Citigroup e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citigroup e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citigroup no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citigroup e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Citigroup e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Citigroup e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citigroup poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Citigroup como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o Citigroup ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico:

- 3 contratos de câmbio contratados pela Companhia entre março de 2019 e outubro de 2019, no valor contratado total de US$21,5 milhões, sendo o saldo devedor na data deste Prospecto de US$16 milhões, com vencimentos entre dezembro de 2020 e setembro de 2024. Tais contratos de câmbio contam com duplicata ou aval como garantias.

- 1 operação de trava de câmbio contratada pela Companhia em agosto de 2019, no valor contratado total de US$1 milhão, sendo o saldo devedor na data deste Prospecto de US$1 milhão, com vencimento em agosto de 2021. Tal operação não possui garantias.

- 1 operação de limite de câmbio contratada pela Companhia, no valor contratado total de US$10 milhões, sendo o saldo disponível na data deste Prospecto de US$5,8 milhões, com vencimento em 48 meses. Tal operação não possui garantias.

- 1 operação de limite de *swap* sem caixa contratada pela Companhia, no valor contratado total de EUR1,1 milhão, sendo o saldo disponível na data deste Prospecto de US$1,1 milhão, com vencimento em 360 dias. Tal operação não possui garantias.

- 1 operação de câmbio pronto contratada pela Companhia, no valor contratado total de US$36 milhões.

- 2 Contratos de Finame para aquisição máquinas e equipamentos industriais contratados pela Companhia em 2019, no valor contratado total de R$6,6 milhões, sendo o saldo devedor na data deste Prospecto R$5,07 milhões. Tais operações possuem alienação fiduciária de equipamentos e aval como garantia.

- 1 operação cartão de crédito e de limite de cartão de crédito contratada pela Companhia, no valor contratado total de R$1 milhão, sendo a utilização média mensal de R$240 mil e com prazo vencimento indeterminado.

- 1 operação cartão transporte pedágio contratada pela Companhia, no valor médio mensal de R$170 mil.

- 1 aplicação em CDB contratada pela Companhia, no valor total de R$15,8 milhões.

- A Companhia celebrou 3 contratos para prestação de serviços de carteira de cobrança, depósito à vista e recebimentos/pagamento diversos, no volume médio mensal de R$13,3 milhões e R$7,1 milhões, respectivamente.

- A Companhia celebrou contrato para prestação de serviços de folha de pagamentos, no volume médio mensal de R$2,1 milhões.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta e pelo descrito acima, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Bradesco BBI e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem ou poderão vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. **Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 100 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao UBS BB e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Coordenador Líder e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao BTG Pactual e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta e exceto pela conta corrente detida pelo Brasil Agronegócio FIP, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga à XP e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação da XP como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citigroup

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com o Citigroup e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citigroup e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Citigroup e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citigroup e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Citigroup e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citigroup poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Citigroup como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Citigroup ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI

[•]

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao Bradesco BBI e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, o Acionista Vendedor não possui relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Acionista Vendedor pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 50 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao UBS BB e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 50 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" a partir da página 19 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto a partir da página 564 e as demonstrações financeiras e Informações Trimestrais – ITR da Companhia e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir das páginas 321 e 261, respectivamente.

As atividades, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e o Acionista Vendedor acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações.

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais e nas ações de nossa emissão.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia e detidas pelo Acionista Vendedor e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)" na página 71 deste Prospecto.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta Não Institucional. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações inicialmente ofertadas não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", a partir da página 66 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", a partir da página 104 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante as Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para mais informações, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta - Violações de Norma de Conduta*", a partir da página 69 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

A esse respeito, vide, ainda, seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual surto da pandemia da COVID-19, e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na geração e no trading de energia elétrica. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações*" na página 97 deste Prospecto.

[Arcaremos com as despesas do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, bem como arcaremos juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem por nós recebidos em decorrência da Oferta o que poderá afetar adversamente nossos resultados no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, arcaremos juntamente com o Acionista Vendedor com as comissões da Oferta, de acordo com sua participação na Oferta, além de assumirmos a obrigação de pagamento de certas despesas do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores por nós poderá impactar os valores líquidos por nós recebidos em decorrência da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao nosso patrimônio líquido o que poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. A Companhia se reservou o direito de solicitar o reembolso das despesas ao Acionista Vendedor de acordo com suas respectivas participações na Oferta. Todavia, a Companhia poderá não ser reembolsada pelo Acionista Vendedor, o que poderá resultar em litígios entre a Companhia e o Acionista Vendedor que demandariam recursos adicionais e tempo da Companhia. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos por nós com a Oferta, veja a seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" a partir da página 50 deste Prospecto.]

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, o Acionista Controlador continuará sendo titular de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o atual Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os interesses dos Administradores poderão ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das Ações, na medida em que suas remunerações poderão ser baseadas, em parte, em planos de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia.

Os Administradores poderão ser beneficiários de planos de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia, nos termos do qual os potenciais ganhos para os beneficiários poderão ser vinculados à valorização do preço das Ações no mercado. O fato de uma parcela significativa da remuneração dos Administradores pode estar ligada ao desempenho de mercado das Ações pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

Os Investidores da Oferta do Segmento Private e os Investidores da Oferta de Varejo que se comprometerem a observar o* Lock-up *da Oferta do Segmento Private e o* Lock-up *da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores da Oferta do Segmento Private e os Investidores da Oferta de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 70 (setenta) e 45 (quarenta e cinco) dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo e/ou os Investidores da Oferta do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* da Oferta do Segmento Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta do Segmento Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente R$[●] milhões (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), com base no Preço por Ação de R$[●], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção **[**"*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*"**]**, na página 50 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) expansão de suas unidades industriais de produção de compensado e de painéis MDF, bem como para realização de investimentos em projetos *greenfield* ("Expansão Orgânica"); (ii) aquisição, no curso regular de seus negócios, de ativos por meio de operações de M&A ("Expansão Inorgânica"); (iii) investimentos em novos negócios em atividades correlatas e/ou com potencial sinergia com as atividades atualmente desenvolvidas pela Companhia ("Investimentos"); e (iv) reforço de caixa e de capital de giro ("Reforço").

A Companhia está constantemente analisando oportunidades de investimento em negócios complementares às suas atividades atualmente desenvolvidas e não há, até a presente data, nenhuma negociação em andamento que vincule a Companhia à aquisição de qualquer potencial ativo.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares):

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
		(em R$)
Expansão Orgânica	[•]%	[•]
Expansão Inorgânica	[•]%	[•]
Investimentos	[•]%	[•]
Reforço	[•]%	[•]
Total	**100%**	**R$[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, a exclusivo critério da Companhia.

Os recursos necessários para a Companhia atingir os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente de suas atividades operacionais, especialmente se os recursos líquidos que vierem a ser captados pela Companhia por meio da Oferta Primária forem inferiores às suas expectativas. Nesse caso, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos da Companhia e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o valor dos recursos líquidos a serem captados pela Companhia na Oferta Primária em R$[•] milhões, nos termos do Contrato de Distribuição, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização”, na página 106 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

As informações constantes da coluna "Efetivo" da tabela abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao período de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e indicam (i) a posição real nesta data; e (ii) a posição ajustada para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em aproximadamente R$[•] milhões (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementaes), com base no Preço por Ação de R$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao período de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar, e com as seções "*3. Informações Financeiras Selecionadas*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 543.

	Em 30 de novembro de 2020	
	Efetivo	**Ajustado[1]**
	(em R$ mil)	
Empréstimos e Financiamentos (circulante)	[•]	[•]
Passivo de direito de uso – arrendamento (circulante)	[•]	[•]
Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	[•]	[•]
Passivo de direito de uso – arrendamento (não circulante)	[•]	[•]
Patrimônio líquido	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) estimados em aproximadamente R$[•] milhões, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução de comissões, tributos, taxas e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta.

(2) A capitalização total corresponde ao resultado da soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e passivo de direito de uso – arrendamento (circulante e não circulante) estimados em aproximadamente R$[•] milhões, com o patrimônio líquido em 30 de novembro de 2020. A definição aqui prevista pode variar das utilizadas por outras companhias.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de novembro de 2020.

Tendo em vista que a Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a Oferta Secundária não impactará a capitalização total da Companhia em 30 de novembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e a soma do valor patrimonial contábil das ações de emissão da Companhia subjacentes a cada Ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de novembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$[●] e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia, na mesma data, era de R$[●]. O referido valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de novembro de 2020.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta Primária e após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[●], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de novembro de 2020 seria de R$[●] milhões, representando um valor de R$[●] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria (i) um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia correspondente a R$[●] para os acionistas existentes; e (ii) uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por ação de R$[●] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação de R$[●], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção **[**"Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição"**]**, na página 50 deste Prospecto Preliminar.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base em seu patrimônio líquido em 30 de novembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	R$[•]
Preço por ação de emissão da Companhia com base no Preço por Ação	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de novembro de 2020[2]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de novembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de novembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[3]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[4]	**[•]%**

(1) Considerando a subscrição das Ações, com base no Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de novembro de 2020.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação*", na página 48 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, acarretaria um acréscimo ou diminuição, após a conclusão da Oferta, (i) de R$[●] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[●] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia aos investidores desta Oferta em R$[●] por ação de emissão da Companhia, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto Preliminar não sofrerá alterações.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues ao Acionista Vendedor.

Planos de Opções

Na data deste Prospecto, a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor. Contudo, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários (incluindo membros da administração e colaboradores chave), entre outros aspectos, serão descritos neste Prospecto e no item 13 do Formulário de Referência tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral de acionistas da Companhia, o que ocorrerá antes da divulgação do Aviso ao Mercado. Além disso, estima-se que o percentual de diluição do plano de remuneração baseado em ações a ser aprovado pela Companhia será de até 5% (cinco por cento).

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago em ações de emissão da Companhia nas subscrições realizadas nos últimos 5 (cinco) anos.

Data	Natureza da operação	Subscritor/ Adquirente	Quantidade de Ações	Valor	Valor por Ação
				(R$)	*(R$)*
04/11/2020	Subscrição privada	Acionista	41.737.360	159.593.593,25	3,823767

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do capital social da Companhia, veja o item "*17.2. Aumentos do Capital Social"* do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 832 deste Prospecto Preliminar.

ANEXOS

ANEXO A	**ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA**
ANEXO B	**CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES**
ANEXO C	**CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**
ANEXO D	**MINUTA DA ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO BRASIL AGRONEGÓCIO FIP, QUE APROVARÁ A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA**
ANEXO E	**MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA**
ANEXO F	**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO G	**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO H	**DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO I	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017**
ANEXO J	**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**
ANEXO K	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020**
ANEXO L	**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA E SUA CONTROLADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019**
ANEXO M	**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INDÚSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA. REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019**
ANEXO N	**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA
GUARARAPES PAINÉIS S.A.

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/ME n° 08.810.422/0001-34
NIRE 42.300.041.645

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Artigo 1° A Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente).

Artigo 2° A Companhia tem sede e foro na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000, podendo, por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais aplicáveis, abrir, transferir e extinguir, em qualquer localidade do País ou do exterior, escritórios, filiais e sucursais.

Artigo 3° A Companhia tem por objeto social:

(i) a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*medium density fiberboard*), MDP (m*edium density particleboard*), HDF (*high density fiberboard*) e pisos laminados;

(ii) agroindústria de madeiras laminadas serradas e compensadas;

(iii) importação e exportação de bens e serviços gerais;

(iv) exploração florestal, incluindo o cultivo de pinos e eucaliptos e extração de madeiras;

(v) prestação de serviços logísticos, incluindo transportes rodoviários; e

(vi) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outras atividades correlatas ou complementares ao objeto social descrito neste artigo 3°, bem como deter participações societárias e outros valores mobiliários em outras sociedades, no País ou no exterior.

Artigo 4° O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 5° Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 6° O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$241.239.491,31 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), dividido em 97.524.234 (noventa e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1°: O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia ("Assembleia Geral").

Parágrafo 2°: As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3°: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com que a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4°: Observados os limites fixados pela legislação e regulamentação vigentes, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Parágrafo 5°: É vedada a criação ou emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7° A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias adicionais, excluídas as ações já emitidas, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária.

Parágrafo 1°: O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e/ou bônus de subscrição, mediante deliberação do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"), que fixará as condições de emissão, inclusive preço, forma e prazo de integralização. Em havendo subscrição do capital social com integralização em bens, a competência para a aprovação do aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2°: O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramento de ações.

Parágrafo 3°: A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4° do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou por meio de permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8° A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e deverá ser realizada: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1°: Quanto à convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral, aplicam-se as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação da CVM e demais prescrições legais pertinentes, bem como as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 9° Além das demais hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente ou por dois conselheiros agindo em conjunto, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias, em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Artigo 10 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice Presidente do Conselho de Administração, ou ainda na ausência do Vice Presidente do Conselho de Administração, por outro indivíduo presente indicado pela maioria do capital social presente, o qual

escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11 Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

(i) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(iii) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(iv) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(v) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, exceto pelo previsto no parágrafo 1°, do artigo 7°, deste Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre qualquer emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, observado o item (ix) do artigo 21 deste Estatuto Social; e

(vii) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Artigo 12 A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. Para

fins deste artigo 12, o termo "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria em observância e de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo 1°: A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, nos seus respectivos cargos faz-se mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, que deve contemplar, inclusive, sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 41 deste Estatuto Social, bem como sua adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2°: O prazo de gestão dos administradores se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 3°: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14 A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos (propostos por terceiros), durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, podendo manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Artigo 15 Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável e observadas as regras de convocação aplicáveis, as reuniões de qualquer dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus respectivos membros, e, em segunda convocação, com qualquer número, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, excluídos os impedidos de votar por conflito de interesses.

Parágrafo Único. É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto

escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento.

Artigo 16 As deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, caso aplicável.

Parágrafo Único. Caso o Conselho de Administração ou a Diretoria esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação pela maioria dos presentes em determinada reunião, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Diretor Presidente, conforme o caso, o voto de qualidade.

Seção II
Conselho de Administração

Artigo 17 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e demais disposições legais aplicáveis ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1° Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 2°: Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 18 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice Presidente, eleitos pela maioria de votos da Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração em exercício.

Parágrafo 1°: No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas pelo Vice Presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do Vice Presidente do Conselho de

Administração, as funções do Vice Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Vice Presidente.

Parágrafo 2°: Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração elegerá tantos Conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 19 O Conselho de Administração reunir-se-á (a) ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre; e (b) extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de manifesta urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Vice Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 1°: As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2°: As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 3°: Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades previstas neste artigo 19, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 20 As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1° do artigo 19 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Único. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 21 Além das demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e no seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

(i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovação, alteração e/ou revogação do plano de negócios, do orçamento anual, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia;

(iii) distribuir a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral e fixar a remuneração individual dos diretores, Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, se instalado e dos membros de qualquer Comitê de Assessoramento da Companhia;

(iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;

(v) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus diretores, bem como atribuir aos diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(vi) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

(vii) fiscalizar e supervisionar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(viii) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) autorizar a emissão, pela Companhia, de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos em lei e neste Estatuto Social;

(x) autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência aos acionistas, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral;

(xii) aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço anual, semestral, trimestral ou mensal;

(xiii) aprovação de qualquer investimento ou despesa (a) não prevista no orçamento anual aprovado, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou (b) cujo valor, individual ou agregado, exceda em 10% (dez por cento) o valor originalmente aprovado no orçamento anual;

(xiv) aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

(xv) aprovação de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes* ou outros títulos de dívida de uso comum no mercado de capitais, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

(xvi) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), *compror*, *vendor*, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xvii) assunção de qualquer obrigação financeira que esteja vinculada à variação cambial, bem como a contratação de instrumentos de derivativos de qualquer espécie cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xviii) celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas à Companhia cujo valor, individual ou agregado, em um período de 12 (doze) meses, exceda R$2.000.000,00 (dois milhões reais);

(xix) prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros em operação que não envolvam a própria Companhia e/ou suas subsidiárias;

(xx) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da constituição de qualquer afiliada ou coligada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;

(xxi) aprovação das políticas, códigos e regimentos internos da Companhia;

(xxii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;

(xxiii) definição de voto da Companhia, das suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês das subsidiárias, afiliadas e coligadas da Companhia, que vierem a deliberar exclusivamente sobre matérias elencadas neste artigo 21;

(xxiv) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia com base em recomendação do Comitê de Auditoria, de acordo com o artigo 24 deste Estatuto Social;

(xxv) aprovar a realização de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; e

(xxvi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Seção III

Comitês de Assessoramento

Artigo 22 O Conselho de Administração, para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, poderá criar e extinguir comitês de assessoramento ("Comitês de Assessoramento") de natureza técnica, comercial, financeira, jurídica ou ASG (ambiental, social e de governança), com objetivos e funções definidos, que deverão ser compostos por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo integrantes ou não dos órgãos de administração da Companhia, e terão duração de 1 (um) ano.

Parágrafo 1°: A instalação dos Comitês de Assessoramento compete ao Conselho de Administração, que estabelecerá as normas aplicáveis aos Comitês de Assessoramento, incluindo regras sobre seu funcionamento, competências, composição, prazo de gestão e remuneração, quando aplicável. Tais normas e regras serão definidas nos regimentos internos dos Comitês de Assessoramento, que serão aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2°: As matérias analisadas por cada um dos Comitês de Assessoramento serão objeto de relatórios e propostas, que não vincularão as deliberações do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

Artigo 23 O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1°: O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo 2°: As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Artigo 24 Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Artigo 25 Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei das Sociedades Anônimas, e do Capítulo V abaixo, o Comitê de Auditoria conservará suas atribuições, respeitadas as competências outorgadas por lei ao Conselho Fiscal.

Seção IV

Diretoria

Artigo 26 A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) diretores, os quais serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição, observado o disposto no parágrafo 1° do artigo 13 deste Estatuto Social, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores não terão designação específica.

Parágrafo 1°: Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (vi) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (vii) administrar os assuntos de caráter societário em geral; (viii) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; e (ix) indicar nomes de candidatos a ocupar outros cargos na Diretoria da Companhia.

Parágrafo 2°: Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da Diretoria Financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 3°: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e

demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 4°: Compete aos Diretores sem designação específica: (i) cumprir as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social.

Parágrafo 5°: Os diretores exercerão os direitos de voto da Companhia no tocante a qualquer de suas coligadas e controladas em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração, de acordo com os procedimentos e normas previstos neste Estatuto Social.

Parágrafo 6°: Um diretor da Companhia poderá acumular mais de um cargo de diretor, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7°: Os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as disposições previstas em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 27 As atribuições e competências dos diretores serão aquelas estipuladas neste Estatuto Social, bem como nas deliberações do Conselho de Administração. Se um dos diretores for destituído antes do fim do seu mandato, o término do mandato do novo diretor, eleito em sua substituição, deverá coincidir com a data de encerramento do mandato do restante da diretoria.

Parágrafo 1°: Os diretores deverão exercer suas funções no melhor interesse da Companhia e de acordo com as disposições deste Estatuto Social e da lei. Os diretores deverão permanecer na administração da Companhia, dedicados à gestão operacional das atividades da Companhia em caráter de exclusividade.

Parágrafo 2°: Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 28 Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 26:

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos

negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo:

(a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas;

(b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões;

(c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios;

(d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios;

(e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios;

(f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e

(g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio.

(iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI deste Estatuto Social;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 29 A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

(i) pelo diretor presidente ou pelo diretor financeiro agindo em conjunto com qualquer outro diretor;

(ii) por qualquer diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído;

(iii) por 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos com poderes específicos, agindo em conjunto; e

(iv) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, devidamente constituído, (i) perante órgãos, repartições e entidades públicas e em atos que não impliquem responsabilidade financeira para a Companhia, (ii) para assinatura de correspondências, inclusive para bancos, na medida em que tais correspondências não impliquem ou resultem responsabilidade financeira para a Companhia, (iii) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia, (iv) para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, ou arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; ou

(v) por 1 (um) procurador, devidamente constituído com poderes específicos para celebrar contratos e escrituras (incluindo dação em pagamento), na qualidade de credora, relacionadas ao recebimento de garantias de operações comerciais realizadas pela Companhia com seus clientes.

Artigo 30 As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo diretor presidente ou pelo diretor financeiro agindo em conjunto com qualquer outro diretor, especificarão os poderes outorgados e, salvo procurações para a representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 31 A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário aos interesses da Companhia.

Parágrafo 1°: A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Parágrafo 2°: As reuniões da diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros da diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3°: As atas das reuniões da diretoria serão registradas em livro de atas das reuniões da diretoria.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades de convocação para as reuniões da diretoria previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os diretores da Companhia.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 32 A Companhia terá um conselho fiscal de caráter não permanente, com os poderes e deveres conferidos pela lei.

Artigo 33 Sempre que vier a ser instalado, o conselho fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. Os membros do conselho fiscal podem ser acionistas ou não, e serão eleitos e substituídos de seus cargos a qualquer momento pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1°: A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado, que deverá contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo 3°: Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 34 Os membros do conselho fiscal, se instalado, terão um mandato unificado até a próxima assembleia geral ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício fiscal em que foram eleitos, sendo permitida a reeleição. A remuneração dos membros do conselho fiscal, sujeita as disposições da legislação aplicável, será fixada pela assembleia geral que os eleger.

Artigo 35 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência.

Parágrafo 1°: O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo 2°: Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3°: Todas as manifestações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 36 O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 37 Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as ao Conselho de Administração, que, após aprová-las, as submeterá à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Parágrafo 1°: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 2°: Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 38 O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1° do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão de tais reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social, a legislação aplicável e políticas internas da Companhia; e

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vi) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 39 A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante, estabelecer o modo de liquidação e eleger os membros do Conselho Fiscal, que desempenharão suas funções durante o período de liquidação, bem como determinar sua remuneração.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 40 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1°: Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2°: Para os fins deste artigo 40, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

CAPÍTULO IX

ARBITRAGEM

Artigo 41 A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem,

perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades Anônimas, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 A Companhia observará os eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cumprindo-lhe fazer com que a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista. Quaisquer votos proferidos em deliberações sociais da Companhia em desacordo com acordos de acionistas eventualmente existentes e arquivados na forma deste artigo serão nulos, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros, devendo a administração da Companhia zelar por sua observância.

Artigo 43 O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações dos acionistas que tenham exercido o direito de retirada, nos casos autorizados por lei ou por este Estatuto Social, deverá corresponder ao valor patrimonial apurado na forma da lei.

Artigo 44 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 45 As disposições contidas no artigo 1° e artigo 5° (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), o item (vii) do artigo 11, artigo 12, artigo 13, parágrafo 1°, artigo 33, parágrafo 1°, exclusivamente no que se refere à cláusula compromissória e à adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, artigo 17, parágrafos 1° e 2°, os itens (xxv) e (xxvi) do artigo

21, artigos 23, 24 e 25, e seus parágrafos, no Capítulo VIII, no Capítulo IX e o artigo 44 (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), somente terão eficácia a partir data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM e enquanto as ações da Companhia permanecerem listadas no Novo Mercado.

ANEXO B CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E A REALIZAÇÃO DA OFERTA PELA COMPANHIA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQg4KBsuOiRCb-M4OtA&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37794639034-VALERI SBERSE|25105418972-JOÃO CARLOS RIBEIRO PEDROSO

GUARARAPES PAINÉIS S.A.
CNPJ n° 08.810.422/0001-34
NIRE 42.3.0004164-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Às 10 horas do dia 2 de dezembro de 2020, na sede da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4°, do artigo 124, da lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.

MESA: A Assembleia foi presidida pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso e secretariada pelo Sr. Valerí Sberse .

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** a abertura do capital da Companhia e a submissão à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria A, nos termos da Instrução da CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480" e "Abertura de Capital", respectivamente); **(ii)** a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") de pedido de listagem da Companhia no segmento especial da B3 denominado "Novo Mercado", bem como de admissão à negociação de suas ações na B3 ("Listagem"); **(iii)** a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(iv)** a escolha do escritório de advocacia que assessorará a Companhia nos processos de Abertura de Capital, Listagem e Oferta; e **(v)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia, observado o quanto disposto na presente ata de Assembleia Geral, aprove todos os termos e condições da Oferta, bem como a Diretoria celebre todos os documentos necessários à realização da Oferta, da Abertura de Capital e da Listagem.

DELIBERAÇÕES: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovaram:

(i) a realização da Abertura de Capital mediante a submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria A perante a CVM, nos termos da ICVM 480, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, autorizados a tomarem todas as medidas necessárias junto à CVM com vistas à obtenção do registro supracitado;

(ii) a realização da Listagem mediante a submissão do pedido de listagem no Novo Mercado, bem como de admissão à negociação de suas Ações na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme o caso, autorizados a tomarem todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da Listagem;

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/12/2020
Certifico o Registro em 04/12/2020
Arquivamento 20202475794 Protocolo 202475794 de 02/12/2020 NIRE 42300041645
Nome da empresa GUARARAPES PAINEIS S/A
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 155584964464864
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

(iii) a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições aplicáveis, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto o Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

A Oferta será realizada sob a coordenação de determinadas instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição a serem contratadas pela Administração da Companhia (em conjunto, "Coordenadores da Oferta").

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

As Ações serão distribuídas sob o regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, e, nos termos dos artigos 30 da Instrução CVM 400, não será permitida a distribuição parcial no contexto da Oferta.

Serão definidos oportunamente pelo Conselho de Administração e pelos acionistas vendedores a quantidade de Ações a serem alienadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais no Brasil e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (*bookbuilding*), sendo certo que os acionistas presentes declaram-se cientes, concordam e nesta ata consignam, de forma extensiva ao quanto disposto na Cláusula 5.7, item b, do Acordo de Acionistas arquivado nesta data na sede da Companhia, que a definição, em reunião do conselho de administração da Companhia, do preço de venda das Ações dependerá também da expressa aprovação pelo membro do Conselho de Administração da Companhia indicado pelo acionista Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/12/2020
Certifico o Registro em 04/12/2020
Arquivamento 20202475794 Protocolo 202475794 de 02/12/2020 NIRE 42300041645
Nome da empresa GUARARAPES PAINEIS S/A
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 155584964464864
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

(iv) a escolha do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados para assessorar a Companhia nos processos de Abertura de Capital, Listagem e Oferta; e

(v) observado o disposto no item (iii) acima, conceder a autorização para que a Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta relativos à Companhia e celebre todos os contratos e realize todos os atos necessários relacionados à Oferta, inclusive, mas não se limitando a (i) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ser realizado no contexto da Oferta, incluindo a fixação do preço de emissão das Ações; (ii) aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum*, incluindo a definição da destinação dos recursos da Oferta; e (iii) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta, no que diz respeito à própria Companhia, ressalvada a necessidade de aprovação, pelos respectivos acionistas de informações sobre os mesmos que sejam incluídas no Prospecto, no *Offering Memorandum* ou em qualquer documento relacionado à Oferta, bem como a decisão de qualquer acionistas de alienar suas ações ou não no âmbito da Oferta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes. Caçador, 2 de dezembro de 2020. Composição da Mesa – Presidente: João Carlos Ribeiro Pedroso; Secretário: Valerí Sberse. Acionistas Presentes: João Carlos Ribeiro Pedroso, Leoni Margarida Bertolin, José Carlos Januário, P&B Participações Ltda. e Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)

Caçador, 2 de dezembro de 2020.

Mesa:

João Carlos Ribeiro Pedroso
Presidente

Valerí Sberse
Secretário

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/12/2020
Certifico o Registro em 04/12/2020
Arquivamento 20202475794 Protocolo 202475794 de 02/12/2020 NIRE 42300041645
Nome da empresa GUARARAPES PAINEIS S/A
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 155584964464864
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

202475794

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	**GUARARAPES PAINEIS S/A**
PROTOCOLO	**202475794 - 02/12/2020**
ATO	**007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**
EVENTO	**007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**

MATRIZ

NIRE 42300041645
CNPJ 08.810.422/0001-34
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/12/2020
SOB N: 20202475794

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 25105418972 - JOÃO CARLOS RIBEIRO PEDROSO
Cpf: 37794639034 - VALERI SBERSE

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 04/12/2020
Certifico o Registro em 04/12/2020
Arquivamento 20202475794 Protocolo 202475794 de 02/12/2020 NIRE 42300041645
Nome da empresa GUARARAPES PAINEIS S/A
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 155584964464864
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

ANEXO C CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O NOVO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GUARARAPES PAINÉIS S.A.
CNPJ n° 08.810.422/0001-34
NIRE 42.3.0004164-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Às 9:00 horas do dia 15 de dezembro de 2020, na sede da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4°, do artigo 124, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.

MESA: A Assembleia foi presidida pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso e secretariada pelo Sr. Ricardo Pedroso.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes; **(ii)** a aprovação da destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019; **(iii)** a extinção do Comitê Financeiro da Companhia; **(iv)** a reforma integral e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e da regulamentação aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como ao regulamento do segmento de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"); e **(v)** a eleição da nova composição do Conselho de Administração da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas:

(i) as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2019, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes;

(ii) a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019, conforme descrita a seguir:

(a) em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou lucro líquido de R$17.734.720,64 (dezessete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), sendo que (i) R$887.071,08 (oitocentos e oitenta e sete mil, setenta e um reais e oito centavos) foram destinados para a conta de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$4.574.587,64 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) foram distribuídos a título de dividendos; e (iii) R$12.273.061,92 (doze milhões, duzentos e setenta e três mil, sessenta e um reais e noventa e dois centavos) foram destinados para a conta de reserva de retenção de lucros;

(b) em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou lucro líquido de R$61.161.532,10 (sessenta e um milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e dez centavos), sendo que (i) R$3.058.077,00 (três milhões, cinquenta e oito mil e setenta e sete reais) foram destinados para a conta de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$14.526.009,89 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e seis mil, nove reais e oitenta e nove centavos) foram distribuídos a título de dividendos; (iii) R$5.778.308,84 (cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, trezentos e oito reais e oitenta e quatro centavos) foram destinados para a conta de reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$37.799.136,37 (trinta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e trinta e seis reais e trinta e sete centavos) foram destinados para a conta de reserva de retenção de lucros; e

(c) em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou lucro líquido de R$61.808.106,02 (sessenta e um milhões, oitocentos e oito mil, cento e seis reais e dois centavos), sendo que (i) R$3.090.405,00 (três milhões, noventa mil e quatrocentos e cinco reais) foram destinados para a conta de reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$15.778.100,18 (quinze milhões, setecentos e setenta e oito mil, cem reais e dezoito centavos) foram distribuídos a título de dividendos; (iii) R$2.309.000,00 (dois milhões, trezentos e nove mil reais) foram destinados para a conta de reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$40.630.600,84 (quarenta milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos reais e oitenta e quatro centavos) foram destinados para a conta de reserva de retenção de lucros.

(iii) a extinção do Comitê Financeiro da Companhia em razão do processo de reestruturação dos órgãos de governança corporativa da Companhia, a qual está sendo atualmente implementada por seus acionistas e sua administração, restando encerrados os mandatos dos seus membros e exauridas suas atribuições a partir desta data.

(iv) a reforma integral do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e da regulamentação aplicável da CVM, bem como ao Regulamento do Novo Mercado. Ato contínuo, os acionistas deliberam consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Por fim, os acionistas presentes consignaram que, caso a oferta pública de distribuição de ações da Companhia ("Oferta") não venha a ser liquidada, estes deverão promover nova reforma do Estatuto Social de forma que este volte a ter a mesma redação antes das alterações aprovadas neste ato, tendo, ainda, dispensado a Companhia e seus administradores da observância das disposições ora alteradas até a liquidação da Oferta;

(v) a eleição da nova composição do Conselho de Administração da Companhia para um mandato unificado de 2 (dois) anos, o qual deverá se estender até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

(a) o Sr. **João Carlos Ribeiro Pedroso**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade RG n° 12/R 1279026 expedida pela SSP-RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 251.054.189-72, com endereço comercial na Rua Alcina Santos Araújo, n° 411, São Francisco, CEP 85555-000, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, como **Presidente do Conselho Administração**;

(b) o Sr. **Ricardo Pedroso**, brasileiro, administrador de empresas, viúvo, portador da carteira de identidade RG n° 66277232 expedida pela SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob o n° 027.359.639-00, com endereço comercial na Rua Alcina Santos Araújo, n° 411, São Francisco, CEP 85555-000, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, como **Vice Presidente do Conselho Administração**;

(c) o Sr. **Tomaz Grisanti de Moura**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade RG n° 27.250.776-3 expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 290.370.998-07, com endereço comercial na Rua Alcina Santos Araújo, n° 411, São Francisco, CEP 85555-000, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, como **Membro do Conselho Administração**;

(d) a Sra. **Maria Cecília Andreucci Cury**, brasileira, administradora, casada, portadora da carteira de identidade RG n° 26.532.944-9 expedida pela SSP-SP, inscrita no CPF/ME sob o n° 572.841.729-91, com endereço comercial na Rua Alcina Santos Araújo, n° 411, São Francisco, CEP 85555-000, na cidade de Palmas, Estado do Paraná, como **membro independente do Conselho Administração, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado**; e

(e) o Sr. **Pedro Jaime Cervatti**, brasileiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG 6.643.067-7, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 655.644.058-20, com endereço comercial na Rua Gomes de Carvalho, n° 219 – Torre B, Apto 13, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-001, como **membro independente do Conselho Administração, conforme os critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado**.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes. Caçador, 15 de dezembro de 2020. Composição da Mesa – Presidente: Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso; Secretário: Ricardo Pedroso. Acionistas Presentes: João Carlos Ribeiro Pedroso, Leoni Margarida Bertolin, José Carlos Januário, P&B Participações Ltda. e Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(*Certifico que esta é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais.*)

Caçador, 15 de dezembro de 2020

Mesa:

JOAO CARLOS RIBEIRO PEDROSO:25105418972 OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=40312993000151, CN=JOAO CARLOS RIBEIRO PEDROSO:

João Carlos Ribeiro Pedroso

Presidente

RICARDO PEDROSO: 02735963900 OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=Autenticado por AR FACIAP, CN=RICARDO

Ricardo Pedroso

Secretário

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Estatuto Social

(este anexo inicia-se na próxima página)

ESTATUTO SOCIAL DA
GUARARAPES PAINÉIS S.A.

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/ME n° 08.810.422/0001-34
NIRE 42.300.041.645

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Artigo 1° A Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente).

Artigo 2° A Companhia tem sede e foro na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000, podendo, por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais aplicáveis, abrir, transferir e extinguir, em qualquer localidade do País ou do exterior, escritórios, filiais e sucursais.

Artigo 3° A Companhia tem por objeto social:

(i) a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*medium density fiberboard*), MDP (m*edium density particleboard*), HDF (*high density fiberboard*) e pisos laminados;

(ii) agroindústria de madeiras laminadas serradas e compensadas;

(iii) importação e exportação de bens e serviços gerais;

(iv) exploração florestal, incluindo o cultivo de pinos e eucaliptos e extração de madeiras;

(v) prestação de serviços logísticos, incluindo transportes rodoviários; e

(vi) serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outras atividades correlatas ou complementares ao objeto social descrito neste artigo 3°, bem como deter participações societárias e outros valores mobiliários em outras sociedades, no País ou no exterior.

Artigo 4° O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 5° Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 6° O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$241.239.491,31 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), dividido em 97.524.234 (noventa e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1°: O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia ("Assembleia Geral").

Parágrafo 2°: As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3°: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com que a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4°: Observados os limites fixados pela legislação e regulamentação vigentes, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Parágrafo 5°: É vedada a criação ou emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7° A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias adicionais, excluídas as ações já emitidas, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária.

Parágrafo 1°: O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e/ou bônus de subscrição, mediante deliberação do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"), que fixará as condições de emissão, inclusive preço, forma e prazo de integralização. Em havendo subscrição do capital social com integralização em bens, a competência para a aprovação do aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2°: O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramento de ações.

Parágrafo 3°: A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4° do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou por meio de permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8° A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e deverá ser realizada: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1°: Quanto à convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral, aplicam-se as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação da CVM e demais prescrições legais pertinentes, bem como as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 9° Além das demais hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente ou por dois conselheiros agindo em conjunto, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias, em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Artigo 10 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice Presidente do Conselho de Administração, ou ainda na ausência do Vice Presidente do Conselho de Administração, por outro indivíduo presente indicado pela maioria do capital social presente, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 11 Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

(i) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(iii) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(iv) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(v) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, exceto pelo previsto no parágrafo 1°, do artigo 7°, deste Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre qualquer emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, observado o item (ix) do artigo 21 deste Estatuto Social; e

(vii) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Artigo 12 A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. Para fins deste artigo 12, o termo "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Seção I
Disposições Gerais

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria em observância e de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo 1°: A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, nos seus respectivos cargos faz-se mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, que deve contemplar, inclusive, sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 41 deste Estatuto Social, bem como sua adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2°: O prazo de gestão dos administradores se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 3°: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14 A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos (propostos por terceiros), durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de suas funções, podendo manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Artigo 15 Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável e observadas as regras de convocação aplicáveis, as reuniões de qualquer dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus respectivos membros, e, em segunda convocação, com qualquer número, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, excluídos os impedidos de votar por conflito de interesses.

Parágrafo Único. É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento.

Artigo 16 As deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, caso aplicável.

Parágrafo Único. Caso o Conselho de Administração ou a Diretoria esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação pela maioria dos presentes em determinada reunião, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Diretor Presidente, conforme o caso, o voto de qualidade.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 17 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e demais disposições legais aplicáveis ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1° Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao
Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia
Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 2°: Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 18 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice Presidente, eleitos pela maioria de votos da Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração em exercício.

Parágrafo 1°: No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas pelo Vice Presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do Vice Presidente do Conselho de Administração, as funções do Vice Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Vice Presidente.

Parágrafo 2°: Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração elegerá tantos Conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 19 O Conselho de Administração reunir-se-á (a) ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre; e (b) extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de manifesta urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Vice Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 1°: As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2°: As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 3°: Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades previstas neste artigo 19, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 20 As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1° do artigo 19 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Único. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 21 Além das demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e no seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

(i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovação, alteração e/ou revogação do plano de negócios, do orçamento anual, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia;

(iii) distribuir a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral e fixar a remuneração individual dos diretores, Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, se instalado e dos membros de qualquer Comitê de Assessoramento da Companhia;

(iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;

(v) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus diretores, bem como atribuir aos diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(vi) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

(vii) fiscalizar e supervisionar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(viii) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) autorizar a emissão, pela Companhia, de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos em lei e neste Estatuto Social;

(x) autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas,

direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência aos acionistas, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral;

(xii) aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço anual, semestral, trimestral ou mensal;

(xiii) aprovação de qualquer investimento ou despesa (a) não prevista no orçamento anual aprovado, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou (b) cujo valor, individual ou agregado, exceda em 10% (dez por cento) o valor originalmente aprovado no orçamento anual;

(xiv) aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

(xv) aprovação de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes* ou outros títulos de dívida de uso comum no mercado de capitais, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

(xvi) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), *compror*, *vendor*, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xvii) assunção de qualquer obrigação financeira que esteja vinculada à variação cambial, bem como a contratação de instrumentos de derivativos de qualquer espécie cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(xviii) celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas à Companhia cujo valor, individual ou agregado, em um período de 12 (doze) meses, exceda R$2.000.000,00 (dois milhões reais);

(xix) prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros em operação que não envolvam a própria Companhia e/ou suas subsidiárias;

(xx) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da constituição de qualquer afiliada ou coligada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;

(xxi) aprovação das políticas, códigos e regimentos internos da Companhia;

(xxii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;

(xxiii) definição de voto da Companhia, das suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês das subsidiárias, afiliadas e coligadas da Companhia, que vierem a deliberar exclusivamente sobre matérias elencadas neste artigo 21;

(xxiv) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia com base em recomendação do Comitê de Auditoria, de acordo com o artigo 24 deste Estatuto Social;

(xxv) aprovar a realização de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; e

(xxvi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Seção III

Comitês de Assessoramento

Artigo 22 O Conselho de Administração, para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, poderá criar e extinguir comitês de assessoramento ("Comitês de Assessoramento") de natureza técnica, comercial, financeira, jurídica ou ASG (ambiental, social e de governança), com objetivos e funções definidos, que deverão ser compostos por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo integrantes ou não dos órgãos de administração da Companhia, e terão duração de 1 (um) ano.

Parágrafo 1°: A instalação dos Comitês de Assessoramento compete ao Conselho de Administração, que estabelecerá as normas aplicáveis aos Comitês de Assessoramento, incluindo regras sobre seu funcionamento, competências, composição, prazo de gestão e remuneração, quando aplicável. Tais normas e regras serão definidas nos regimentos internos dos Comitês de Assessoramento, que serão aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2°: As matérias analisadas por cada um dos Comitês de Assessoramento serão objeto de relatórios e propostas, que não vincularão as deliberações do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

Artigo 23 O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser Conselheiro Independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo 1°: O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo 2°: As atividades do coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Artigo 24 Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Artigo 25 Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado na forma da Lei das Sociedades Anônimas, e do Capítulo V abaixo, o Comitê de Auditoria conservará suas atribuições, respeitadas as competências outorgadas por lei ao Conselho Fiscal.

Seção IV

Diretoria

Artigo 26 A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) diretores, os quais serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição, observado o disposto no parágrafo 1° do artigo 13 deste Estatuto Social, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores não terão designação específica.

Parágrafo 1°: Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (vi) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (vii) administrar os assuntos de caráter societário em geral; (viii) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; e (ix) indicar nomes de candidatos a ocupar outros cargos na Diretoria da Companhia.

Parágrafo 2°: Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da Diretoria Financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de

tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade, tecnologia da informação e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 3°: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 4°: Compete aos Diretores sem designação específica: (i) cumprir as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social.

Parágrafo 5°: Os diretores exercerão os direitos de voto da Companhia no tocante a qualquer de suas coligadas e controladas em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração, de acordo com os procedimentos e normas previstos neste Estatuto Social.

Parágrafo 6°: Um diretor da Companhia poderá acumular mais de um cargo de diretor, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 7°: Os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as disposições previstas em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 27 As atribuições e competências dos diretores serão aquelas estipuladas neste Estatuto Social, bem como nas deliberações do Conselho de Administração. Se um dos diretores for destituído antes do fim do seu mandato, o término do mandato do novo diretor, eleito em sua substituição, deverá coincidir com a data de encerramento do mandato do restante da diretoria.

Parágrafo 1°: Os diretores deverão exercer suas funções no melhor interesse da Companhia e de acordo com as disposições deste Estatuto Social e da lei. Os diretores deverão permanecer na administração da Companhia, dedicados à gestão operacional das atividades da Companhia em caráter de exclusividade.

Parágrafo 2°: Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 28 Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 26:

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo:

(a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas;

(b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões;

(c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios;

(d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios;

(e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios;

(f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e

(g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio.

(iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI deste Estatuto Social;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 29 A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

(i) pelo diretor presidente ou pelo diretor financeiro agindo em conjunto com qualquer outro diretor;

(ii) por qualquer diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído;

(iii) por 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos com poderes específicos, agindo em conjunto; e

(iv) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, devidamente constituído, (i) perante órgãos, repartições e entidades públicas e em atos que não impliquem responsabilidade financeira para a Companhia, (ii) para assinatura de correspondências, inclusive para bancos, na medida em que tais correspondências não impliquem ou resultem responsabilidade financeira para a Companhia, (iii) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia, (iv) para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, ou arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; ou

(v) por 1 (um) procurador, devidamente constituído com poderes específicos para celebrar contratos e escrituras (incluindo dação em pagamento), na qualidade de credora, relacionadas ao recebimento de garantias de operações comerciais realizadas pela Companhia com seus clientes.

Artigo 30 As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo diretor presidente ou pelo diretor financeiro agindo em conjunto com qualquer outro diretor, especificarão os poderes outorgados e, salvo procurações para a representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 31 A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário aos interesses da Companhia.

Parágrafo 1°: A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Parágrafo 2°: As reuniões da diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros da diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3°: As atas das reuniões da diretoria serão registradas em livro de atas das reuniões da diretoria.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades de convocação para as reuniões da diretoria previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os diretores da Companhia.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 32 A Companhia terá um conselho fiscal de caráter não permanente, com os poderes e deveres conferidos pela lei.

Artigo 33 Sempre que vier a ser instalado, o conselho fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. Os membros do conselho fiscal podem ser acionistas ou não, e serão eleitos e substituídos de seus cargos a qualquer momento pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1°: A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, assinado pelo Conselheiro

empossado, que deverá contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo 3°: Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 34 Os membros do conselho fiscal, se instalado, terão um mandato unificado até a próxima assembleia geral ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício fiscal em que foram eleitos, sendo permitida a reeleição. A remuneração dos membros do conselho fiscal, sujeita as disposições da legislação aplicável, será fixada pela assembleia geral que os eleger.

Artigo 35 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência.

Parágrafo 1°: O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo 2°: Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3°: Todas as manifestações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 36 O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 37 Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as ao Conselho de Administração, que, após aprová-las, as submeterá à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Parágrafo 1°: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 2°: Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 38 O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1° do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão de tais reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social, a legislação aplicável e políticas internas da Companhia; e

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vi) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 39 A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante, estabelecer o modo de liquidação e eleger os membros do Conselho Fiscal, que desempenharão suas funções durante o período de liquidação, bem como determinar sua remuneração.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 40 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1°: Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2°: Para os fins deste artigo 40, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

CAPÍTULO IX

ARBITRAGEM

Artigo 41 A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades Anônimas, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 A Companhia observará os eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cumprindo-lhe fazer com que a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista. Quaisquer votos proferidos em deliberações sociais da Companhia em desacordo com acordos de acionistas eventualmente existentes e arquivados na forma deste artigo serão nulos, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros, devendo a administração da Companhia zelar por sua observância.

Artigo 43 O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações dos acionistas que tenham exercido o direito de retirada, nos casos autorizados por lei ou por este Estatuto Social, deverá corresponder ao valor patrimonial apurado na forma da lei.

Artigo 44 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 45 As disposições contidas no artigo 1° e artigo 5° (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), o item (vii) do artigo 11, artigo 12, artigo 13, parágrafo 1°, artigo 33, parágrafo 1°, exclusivamente no que se refere à cláusula compromissória e à adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, artigo 17, parágrafos 1° e 2°, os itens (xxv) e (xxvi) do artigo 21, artigos 23, 24 e 25, e seus parágrafos, no Capítulo VIII, no Capítulo IX e o artigo 44 (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), somente terão eficácia a partir data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM e enquanto as ações da Companhia permanecerem listadas no Novo Mercado.

****

ANEXO D MINUTA DA ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO BRASIL AGRONEGÓCIO FIP, QUE APROVARÁ A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA SECUNDÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BRASIL AGRONEGÓCIO –
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ Nº 11.160.957/0001-11 ("FUNDO")

ATA DA
24ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

---

1) **LOCAL, DIA E HORA**: Realizada através de teleconferência, conforme permite o Artigo 37, parágrafo terceiro, do Regulamento, no dia [=] de [=] de 2020, às [=]h[=]min, conforme prazo de convocação previsto no Regulamento, oportunidade em que foi suspensa e mantida em aberto até o seu encerramento no dia [=] de [=] de 2020.

2) **INSTALAÇÃO E PRESENÇA**: A presente reunião foi instalada de acordo com o quórum previsto no Artigo 39 do Regulamento (maioria dos membros indicados pelos cotistas), uma vez que estavam presentes todos os membros do Comitê de Investimento.

3) **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre o desinvestimento do Fundo através da venda de sua participação detida na Guararapes Painéis S.A., no contexto de sua oferta pública inicial de ações (IPO).

4) **DELIBERAÇÕES**: A matéria da Ordem do Dia foi aprovada, por [unanimidade].

5) **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a reunião foi encerrada com a lavratura desta Ata, na forma de sumário, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Paulo, [=] de [=] de 2020.

[=]	**[=]**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GUARARAPES PAINÉIS S.A.
CNPJ n° 08.810.422/0001-34
NIRE 42.3.0004164-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2021

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Às [•] horas do dia [•] de [•] de 2021, na sede social da Agrogalaxy Participações S.A. ("Companhia"), localizada Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos Conselheiros, conforme o § único, do artigo 15, do Estatuto Social da Companhia.

3. **MESA**: A reunião foi presidida pelo Sr. [•] e secretariada pelo Sr. [•].

4. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (i) a fixação do preço de emissão por unidade de ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da oferta pública de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior ("Ações" e "Oferta"); (ii) a aprovação do aumento de capital da Companhia em decorrência da Oferta, dentro do limite de seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do estatuto social da Companhia; (iii) a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; (iv) a verificação do número de Ações subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, bem como a homologação do aumento do capital social da Companhia; (v) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à conclusão da Oferta, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Oferta e à sua implementação.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram:

   a. aprovar o preço de R$[•] ([•]) por Ação no âmbito da Oferta ("Preço por Ação"), o qual foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais por instituições integrantes do sistema de

distribuição de valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de fixação do Preço por Ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações subscritas e/ou adquiridas reflete o resultado das ordens de investimento apresentadas no contexto da Oferta.

b. aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•] ([•]), destinado exclusivamente à conta de capital social, o qual passará de R$241.239.491,31 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), para R$[•] ([•]), mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de [•] ([•]) Ações, passando o capital social da Companhia de 97.524.234 (noventa e sete milhões, quinhentas e vinte e quatro mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias, para [•] ([•]) ações ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 5º, parágrafo 4°, do estatuto social da Companhia.

c. aprovar que as novas ações emitidas no âmbito da Oferta conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta.

d. aprovar: (a) a verificação da subscrição de [•] ([•]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta, correspondentes à totalidade das Ações emitidas em razão do aumento de capital realizado no âmbito da Oferta, dentro do limite do capital autorizado; e, consequentemente, (b) a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

e. autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados

para a realização da Oferta. Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia em consonância com as deliberações tomadas nos itens anteriores, no âmbito da Oferta.

6. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Caçador, [•] de [•] de 2021. Composição da Mesa – Presidente: [•]; Secretário: [•]. Conselheiros presentes: [•].

(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)

Mesa:

[•]	[•]
Presidente da Mesa	Secretário da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO F DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

GUARARAPES PAINÉIS S.A., sociedade por ações, com sede na Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Bairro Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 08.810.422/0001-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), na qualidade de emissora no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de dispersão acionária prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Oferta"), sob a coordenação do BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A. ("Coordenador Líder"), o BANCO BTG PACTUAL S.A., o CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., a XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., o BANCO BRADESCO BBI S.A. e o UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"),vem pela presente apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(i) A Companhia, o **BRASIL AGRONEGÓCIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento constituído de acordo com a Instrução CVM 578/16, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 11.160.957/0001-11, neste ato representado por seu gestor BRZ Investimentos Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.507, conj. 61, CEP 04547-005, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.888.152/0001-06, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 7.490, de 11 de novembro de 2003, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social ("Acionista Vendedor") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A." ("Prospecto Preliminar") e participarão da elaboração do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A." ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais;

(iii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;

(iv) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de

Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação aos Prospectos, incluindo seus respectivos anexos;

(v) foram disponibilizados, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;

(vi) além dos documentos a que se refere o item (v) acima, foram solicitados, pelos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor; e

(vii) além dos documentos a que se refere o item (vi) acima, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

A Companhia, na qualidade de emissora, declara que:

(i) é, nesta data e na data de liquidação da Oferta, responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por si ou em seu nome e por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) [não há quaisquer outros fatos ou informações relevantes sobre sua situação financeira, reputação, resultados operacionais e/ou sobre suas atividades que não tenham sido informados aos Coordenadores da Oferta e que tornem quaisquer das declarações e/ou informações prestadas aos Coordenadores da Oferta, no âmbito da Oferta, falsas, incorretas, inconsistentes ou insuficientes;]

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor;

(iv) as informações prestadas pela Companhia ou em seu nome nos Prospectos, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, nas datas de suas respectivas divulgações, por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas referentes à obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(v) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Caçador, [•] de [•] de 2021.

GUARARAPES PAINÉIS S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO G DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A., instituição financeira com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 12º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 62.073.200/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de emissão da **GUARARAPES PAINÉIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Bairro Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.810.422/0001-34 ("Companhia") e de emissão da Companhia e de titularidade do **BRASIL AGRONEGÓCIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("Brasil Agronegócio FIP" ou "Acionista Vendedor"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Coordenador Líder, do **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Citigroup"), a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP"), o **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI") e o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB", em conjunto com o Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Citigroup, a XP Investimentos e o Bradesco BBI, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, das Demonstrações Financeiras Pro-forma da Companhia para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 e das Demonstrações Financeiras Pro-forma da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas controladas e coligadas, e ao Acionista Vendedor;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo (incluindo seus anexos), nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021

BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO H DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BRASIL AGRONEGÓCIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento constituído de acordo com a Instrução da CVM Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 578/16, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 11.160.957/0001-11, neste ato representado por seu gestor BRZ Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.507, conj. 61, CEP 04547-005, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.888.152/0001-06, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório nº 7.490, de 11 de novembro de 2003, neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social ("Acionista Vendedor" ou "Brasil Agronegócio FIP"), na qualidade de acionista vendedor no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da **GUARARAPES PAINÉIS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rodovia Avelino Mandelli, km 01, s/n, Bairro Aeroporto, CEP 89500-000, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.810.422/0001-34 ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de dispersão acionária prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Oferta"), sob a coordenação do BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH BANCO MÚLTIPLO S.A. ("Coordenador Líder"), o BANCO BTG PACTUAL S.A., o CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., a XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., o BANCO BRADESCO BBI S.A. e o UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), vem pela presente apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(i) A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A." ("Prospecto Preliminar") e participarão da elaboração do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Guararapes Painéis S.A." ("Prospecto Definitivo" e, em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos"), diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais;

(iii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em novembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;

(iv) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação aos Prospectos, incluindo seus respectivos anexos;

(v) foram disponibilizados, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;

(vi) além dos documentos a que se refere o item (v) acima, foram solicitados, pelos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor; e

(vii) Além dos documentos a que se refere o item (vi) acima, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, os documentos e prestado as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Acionista Vendedor declara que:

(i) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400 e ao "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia no Prospecto Preliminar e que serão prestadas no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, inclusive aquelas eventuais e periódicas e por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e; (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas referentes à obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o

Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BRASIL AGRONEGÓCIO – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
p. [•]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Conteúdo

Relatório da administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **5**

Balanços patrimoniais **10**

Demonstrações do resultado **11**

Demonstrações do resultado abrangente **12**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **13**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **14**

Demonstrações do valor adicionado **15**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **16**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

A diretoria da Guararapes gostaria de externar por meio dessa carta ao mercado, em especial a seus clientes, fornecedores e colaboradores de todos seus segmentos de atuação, a satisfação com que vem conduzindo seus negócios e os resultados alcançados ao longo do último triênio de 2017, 2018 e 2019.

Os desafios crescentes em todas as vertentes de negócios, quer seja na área de produção de bens e serviços, na concorrência de mercado, no ambiente de relacionamento com o governo e na área ambiental, entre outras, nos traz a certeza que estamos no caminho certo do nosso planejamento estratégico.

Após quase 40 anos de existência, o Grupo Guararapes se solidifica em seu mercado de atuação, possuindo parques fabris atualizados e em linha com a demanda de um mercado competitivo e exigente, um dos mais modernos do mundo, uma carteira de clientes fiéis e bem atendidos dentro de suas necessidades comerciais e uma excelência no desenvolvimento de novos padrões e soluções ao mercado.

A Guararapes é fruto do empreendedorismo de seu fundador, João Carlos Pedroso, que com uma gestão profissionalizada e competente conduziu a Companhia a sua melhor performance e transformação.

O triênio 2017-2019 foi de grandes realizações, especialmente no segmento de MDF, porém também consolidando o segmento de exportação de chapas de Compensados.

AONDE ESTAMOS

MDF

Consolidamos com sucesso o projeto da nova linha de MDF2, com investimento de aproximadamente R$ 350 milhões, tendo a sua construção finalizada no início de 2016 e rump-up de produção em 2017, adicionando capacidade de 600 mil m³, triplicando dessa forma nossa capacidade de produção e oferta ao mercado.

Com a nova linha atingimos mercados consumidores antes não alcançados, especialmente nos segmentos de Finos (HDF), Decorativos e Exportação, sendo que neste último segmento alcançamos a marca de aproximadamente 15% das nossas vendas, com um market share geral no nosso mercado de 12%. Quanto ao mercado interno, consolidamos nossa posição como um dos principais players, atingindo a quarta posição de mercado entre os produtores nacionais. Incrementamos a marca Guararapes no mercado com ações de marketing robustas com lançamento de novos padrões no segmento de chapas de Decorativos com presença constante junto ao mercado consumidor das revendas de materiais de construção e indústria moveleira. Constituímos um CD para distribuição de produtos na região nordeste do país e assim atingir uma atuação mais marcante a nível nacional. Incrementamos as exportações não somente de produtos tradicionais, mas também da linha de maior valor agregado.

COMPENSADOS

Em seu planejamento estratégico a Companhia definiu o seguimento de exportação como target e mantém desde 1989 seu foco em clientes do mercado Americano e Europeu entre outros de menor relevância, exportando para mais de 00 países. Nessa linha, constituiu em 2019 a Guararapes USA, Inc., subsidiária integral localizada nos Estados Unidos da América, com o objetivo de solidificar sua atuação comercial no mercado local estando mais perto dos consumidores varejistas.

Aliada à estratégia comercial, o rígido controle da produção, níveis de manutenção constantes e melhoria nos processos fabris, fizeram com que a Companhia otimizasse sua capacidade produtiva, atingindo a marca de 340 mil m³, crescimento da ordem de 00% frente a 2017.

Outro aspecto a ser salientado é o saudável e durador relacionamento com os principais fornecedores de insumos, especialmente madeira e resina, que propicia a manutenção do fornecimento e desenvolvimento de novas soluções para eficácia da produção.

RESULTADO

Essas ações estratégicas posicionaram nosso EBITDA no final de 2019 em R$ 184 milhões, com margem consolidada de 22%, o que representa um crescimento frente 2017 de 33%, proveniente de uma variação de Vendas da ordem de 23% no mesmo período, controle do custo dos principais insumos e das despesas fixas. As vendas líquidas somaram em 2019 R$ 875 milhões Nosso nível de endividamento considerando a Dívida Líquida sobre EBITDA foi gradativamente reduzido do patamar de 2,1 vezes durante o período de investimento para 0,5 vezes no final de 2019.

A robusta geração de caixa e o controle da operação como um todo trouxeram uma rentabilidade sobre o PL (Patrimônio Líquido) de 35% e equilíbrio para o caixa das Companhias durante o triênio com a geração de um Lucro Líquido consolidado de R$ 139 milhões, possibilitando a distribuição de lucros e dividendos a seus acionistas.

Dentro desse cenário, o Grupo Guararapes vem expressar, através de sua diretoria, seu agradecimento a todo o seu quadro de colaboradores no processo de melhoria contínua tanto para o desenvolvimento da companhia como na busca por resultados frutíferos na transformação e melhoria da qualidade de vida pessoal, familiar e de seus envolvidos.

A Direção.

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Guararapes Painéis S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guararapes Painéis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões e passivos contingentes – trabalhistas e cíveis

Veja a Nota 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas 4 e 18 das demonstrações financeiras, a Companhia reconhece provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis, quando tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados e que seja provável uma saída de recursos que para liquidar a obrigação. O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é tomado e calculado pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, que utilizam como base os elementos do processo e consideram a jurisprudência de demandas semelhantes. Como o julgamento para determinação do risco de perda e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como o principal assunto de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como a discussão com os assessores legais, sobre a probabilidade da perda das causas mais relevantes; • Confrontamos as cartas de confirmações e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações contábeis; • Confrontamos as cartas de confirmações e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações contábeis; • Verificamos as movimentações do saldo de provisão para riscos legais no exercício, analisando as mudanças de prognóstico de perda para processos significativos e a razoabilidade destas mudanças; • Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas, por meio da análise da jurisprudências de processos semelhantes, informações históricas, e pareceres preparados pelos assessores jurídicos da Companhia; e • Avaliamos, também, se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável as divulgações e o montante da provisão para contingências reconhecidas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase – Remissão das demonstrações financeiras

Em 15 de dezembro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrito(a) na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Guararapes Painéis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	2017
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	131.191	89.364	34.177
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	234
Contas a receber de clientes	10	84.807	94.947	81.959
Estoques	11	76.378	57.692	49.352
Impostos a recuperar	12	167	1.653	11.028
Outros ativos		4.756	1.438	1.379
Total do ativo circulante		297.299	245.094	178.129
Não circulante				
Contas a receber de clientes	10	419	-	812
Estoques	11	6.010	7.055	4.033
Impostos a recuperar	12	2.839	5.538	4.455
Depósitos judiciais	18	1.064	956	-
Total do realizável a longo prazo		10.332	13.549	9.300
Imobilizado	14	309.370	323.450	333.230
Ativo de direito de uso - arrendamento	5 (b)	357	-	-
Total do ativo não circulante		320.059	336.999	342.530
Total do ativo		617.358	582.093	520.659

Passivo	Nota	2019	2018	2017
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	32.072	42.705	40.351
Instrumentos financeiros derivativos	25	112	199	-
Fornecedores	16	29.698	29.993	26.246
Obrigações tributárias	17	3.393	6.627	3.228
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.607	8.397	1.337
Obrigações sociais e trabalhistas		9.093	7.728	7.585
Dividendos a distribuir	19 (c)	16.150	14.526	4.575
Passivo de arrendamento	5 (b)	213	-	-
Outros passivos		4.015	4.471	6.109
Total do passivo circulante		102.353	114.646	89.431
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15	115.886	140.718	159.377
Passivo de arrendamento	5 (b)	86	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	34.924	30.302	23.254
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	13	1.507	1.507	1.507
Provisão para contingências	18	21.176	805	372
Obrigações tributárias	17	10.666	9.385	8.623
Total do passivo não circulante		184.245	182.717	193.133
Patrimônio líquido				
Capital social	19 (a)	137.996	137.996	137.996
Reserva de lucros	19 (b)	192.764	146.734	100.099
Total do patrimônio líquido		330.760	284.730	238.095
Total do passivo e patrimônio líquido		617.358	582.093	520.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Nota	2019	2018	2017
Receita líquida de vendas	20	545.967	502.724	423.746
Custo dos produtos vendidos	21	(355.209)	(326.045)	(308.476)
Lucro bruto		190.758	176.679	115.270
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	21	(51.151)	(47.199)	(37.983)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(3.469)	(1.597)	(112)
Despesas gerais e administrativas	21	(46.861)	(17.572)	(16.129)
Outras receitas (despesas operacionais), líquidas		90	(2.231)	6
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		89.367	108.080	61.052
Despesas financeiras	22	(7.009)	(12.057)	(15.769)
Receitas financeiras	22	9.106	5.715	1.560
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	22	129	762	282
Variação cambial líquida	22	(2.053)	(15.153)	(21.104)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	22	173	(20.733)	(35.031)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		89.540	87.347	26.021
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	23	(27.732)	(26.186)	(8.286)
Lucro líquido do exercício		61.808	61.161	17.735
Lucro líquido por ação	19 (d)			
Lucro líquido por ação - básico e doluído (R$)		1,1079	1,0963	0,3179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	61.808	61.161	17.735
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	61.808	61.161	17.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2017		137.996	2.610	3.421	76.709	-	220.736
Reversão de dividendos propostos no exercício anterior	19 (c)	-	-	-	4.199	-	4.199
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.735	17.735
Destinações:							
Contituição de reserva legal	19 (b)	-	887	-	-	(887)	-
Distribuição de dividendos	19 (c)	-	-	-	-	(4.575)	(4.575)
Constituição de reserva de lucros	19 (b)	-	-	-	12.273	(12.273)	-
Em 31 de dezembro de 2017		137.996	3.497	3.421	93.181	-	238.095
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	61.161	61.161
Destinações:							
Contituição de reserva legal	19 (b)	-	3.058	-	-	(3.058)	-
Distribuição de dividendos	19 (c)	-	-	-	-	(14.526)	(14.526)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19 (b)	-	-	5.778	-	(5.778)	-
Constituição de reserva de lucros	19 (b)	-	-	-	37.799	(37.799)	-
Em 31 de dezembro de 2018		137.996	6.555	9.199	130.980	-	284.730
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	61.808	61.808
Destinações:							
Contituição de reserva legal	19 (b)	-	3.090	-	-	(3.090)	-
Dividendos propostos	19 (c)	-	-	-	-	(15.778)	(15.778)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	19 (b)	-	-	2.309	-	(2.309)	-
Constituição de reserva de lucros	19 (b)	-	-	-	40.631	(40.631)	-
Em 31 de dezembro de 2019		137.996	9.645	11.508	171.611	-	330.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício		61.808	61.161	17.735
Ajustes por:				
Depreciação	14	21.771	18.567	18.282
Depreciação do ativo de direito de uso	21	279	-	-
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	10	3.469	1.597	112
Provisão para contingências	18	20.371	433	(449)
Juros e variação cambial não realizados	15	7.836	25.798	35.453
Juros de passivo de arrendamento	22	47	-	-
Ajuste a valor presente	22	-	1.223	1.094
Imposto de renda e contribuição social	23	27.732	26.186	8.286
Instrumentos financeiros derivativos		(87)	433	(1.719)
Resultado na venda do ativo imobilizado	14	590	95	-
		143.816	135.493	78.794
Variações em:				
Contas a receber de clientes		6.252	(13.773)	(30.028)
Estoques		(17.641)	(11.362)	(669)
Impostos a recuperar		4.185	8.023	16.854
Outros ativos		(2.330)	887	(1.926)
Fornecedores		(1.391)	1.845	7.208
Obrigações tributárias		(3.541)	8.886	1.366
Outros passivos		909	(1.225)	2.715
Caixa gerado pelas atividades operacionais		130.259	128.774	74.314
Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos	15	(6.020)	(7.701)	(10.595)
Pagamento de juros - passivos de arrendamento		(47)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.312)	(18.027)	(2.006)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		101.880	103.046	61.713
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de ativo imobilizado	14	(8.281)	(8.882)	(3.167)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(8.281)	(8.882)	(3.167)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos e financiamentos	15	9.000	53.104	19.693
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	15	(46.281)	(87.506)	(46.974)
Pagamento de passivo de arrendamento - principal		(337)	-	-
Dividendos pagos	19 (c)	(14.154)	(4.575)	-
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(51.772)	(38.977)	(27.281)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		41.827	55.187	31.265
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	89.364	34.177	2.912
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	131.191	89.364	34.177
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		41.827	55.187	31.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018	2017
1 Receitas				
Receita bruta de vendas (menos devoluções e descontos)	20	671.625	618.889	522.617
Outras receitas operacionais		787	900	109
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(3.469)	(1.597)	(112)
		668.943	618.192	522.614
2 Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produto vendidos		370.265	336.219	308.115
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		104.218	79.910	69.968
		474.483	416.129	378.083
Valor adicionado bruto		194.460	202.063	144.531
3 Depreciação (incluindo depreciação do ativo de direito de uso)	14 / 21	22.050	18.567	18.282
4 Valor adicionado líquido produzido		172.410	183.496	126.249
5 Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	22	12.984	12.372	5.036
Outras receitas		14	6	-
Valor adicionado total a distribuir		185.408	195.874	131.285
6 Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta		33.161	30.414	30.251
Benefícios		2.113	1.913	1.695
FGTS		2.497	2.349	2.274
		37.771	34.676	34.220
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		62.979	57.505	33.728
Estaduais		7.944	7.905	3.556
Municipais		82	1	-
		71.005	65.411	37.284
Remuneração de capital de terceiros				
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	22	12.811	33.105	40.067
Aluguéis		2.013	1.521	1.979
		14.824	34.626	42.046
7 Remuneração de capital próprio				
Dividendos	19 (c)	15.778	14.526	4.575
Reserva legal	19 (b)	3.090	3.058	887
Lucros retidos		42.940	43.577	12.273
		61.808	61.161	17.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Guararapes Painéis S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital privado, fundada em 2 de maio de 2007, e tem por atividade principal a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard*), podendo ainda produzir MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard*) e pisos laminados.

Sua matriz e parque industrial encontram-se instalados na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, com administração na cidade de Palmas e escritório de apoio comercial na cidade de Curitiba, ambas no Estado do Paraná. Ainda, a Companhia possui uma filial instalada na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia possui como principais acionistas a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. (67,05%) e Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações (31,89%).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de dezembro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia aplicou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Remissão das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 15 de dezembro de 2020, estão sendo reemitidas, para uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, as normas da CVM, e incluindo as práticas contábeis IAS33/CPC 41- Resultado por Ação e IFRS 8/CCP 22 – Informações por Segmento, em decorrência do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de provisões e contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - principais premissas na mensuração da perda por redução ao valor recuperável para o contas a receber;

- **Nota explicativa 14** - determinação de vidas úteis e valor residual de ativo imobilizado, bem como avaliação de indicadores de *impairment*; e

- **Nota explicativa 18** - mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 25** - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. *Adotadas a partir de 2018*

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada da provisão por redução ao valor recuperável de contas a receber.

CPC 47 / IFRS 15 - *Receita de Contratos com Clientes*

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substituiu o CPC 30/ IAS 18 Receitas e CPC 17/ IAS 11 Contratos de Construção

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

De forma prática a adoção do CPC 47 / IFRS 15 não trouxe nenhum impacto significativo para a Companhia em termos de processos, controles e impactos contábeis, considerando que a Companhia cumpre a sua obrigação de desempenho na entrega dos painéis de madeira ao cliente, transferindo naquele momento o controle dos bens. Ainda, para esta conclusão, a Companhia também avaliou outros aspectos, como o baixo nível de devoluções e portanto a alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada, a inexistência de outros componentes vendidos em conjunto com os painéis de madeira (garantia estendida, instalação, ou outros serviços), a inexistência de programas de fidelidade ou similares e também a forma como o programa de abatimento existente ("*rebate*") já era reconhecido nas demonstrações financeiras até o exercício anterior, ou seja, a Companhia faz uma estimativa razoável do montante de desconto por volume vendido, ajustando o preço de venda atuais e consequentemente reduzindo a receita de vendas reconhecida.

CPC 48 / IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentada em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em 'despesas comerciais'. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de 'despesas financeiras', similar à apresentação no CPC 38/IAS 39, e não apresentadas separadamente na demonstração do resultado devido a considerações sobre materialidade.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não adotou a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) em nenhum dos períodos apresentados.

O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

Outros instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos, fornecedores e instrumentos derivativos) não sofreram alteração na classificação.

(i) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de 'perdas incorridas' da CPC 38/IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38/IAS 39.
Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

b. *Adotadas a partir de 2019*

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

*CPC 06 (R2) /*IFRS 16 *- Operações de arrendamento mercantil*

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil que entrou em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a norma anterior – CPC 06/IAS 17.

A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de "baixo valor";
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos); e
- Arrendamentos compostos por valores variáveis.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo de arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas anteriormente. Foram identificados que determinados contratos de locação de veículos se enquadravam no escopo da nova norma a partir de 1° de janeiro de 2019. Na adoção inicial, foram reconhecidos os montantes de R$ 636 relacionados ao ativo de direito de uso e passivo de arrendamento destes contratos. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo de direito de uso era de R$ 357 e o passivo de arrendamento era de R$ 299. Os passivos de arrendamento descontado considerando a taxa incremental de 8,82% a.a..

(i) Transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2019 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 / IAS 17 e interpretações relacionadas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Para mais detalhes vide nota explicativa 5.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 20.

c. Benefícios de curto prazo para empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo

montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas. Maiores detalhes.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre o contas a receber de clientes, ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes com base nos planos de negócios da Companhia

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos são determinados utilizando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e produtos em processo é formado pelas matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com pessoal, não incluindo custos com empréstimos. O valor de realização líquido é o preço estimado de venda em uma situação normal dos negócios, menos despesas com vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão detalhadas abaixo. As taxas são consistentes com os exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

	Taxas médias anuais de depreciação
Edificações	2,49%
Instalações	2,49%
Máquinas e equipamentos	7,21%
Software e hardware	29,02%
Móveis e utensílios	11,53%
Veículos	24,73%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros derivativos são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao

custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018
A Companhia classificava os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis; e

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:

- Instrumentos derivativos de *hedge*; ou

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira existentes em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

j. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos: Política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado
A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado em nível individual. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável.

As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, a Administração entende que existe apenas uma UGC, considerando que a Companhia possui apenas uma unidade fabril, sendo este o menor nível em que se identifica entradas de caixa continuamente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas

possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m. Arrendamentos

Anterior a 1º de janeiro de 2019
No início do contrato, a Companhia determinava se ele era ou continha um arrendamento. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, eram registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos eram reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência.

A partir de 1º de janeiro de 2019
No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorrido pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

n. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

o. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

p. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para

um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	2019	2018	2017
Caixa e bancos	14.689	5.561	2.787
Aplicações financeiras (i)	116.502	83.803	31.390
	131.191	89.364	34.177

i. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e outras aplicações de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI (100% a 102% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017).

10 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável.
Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	2019	2018	2017
Clientes no país	65.571	78.718	67.948
Clientes no exterior	26.003	19.108	16.105
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(6.348)	(2.879)	(1.282)
	85.226	94.947	82.771
Ativo circulante	84.807	94.947	81.959
Ativo não circulante	419	-	812

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	2019	2018	2017
A vencer	83.098	92.033	79.841
Vencidos até 30 dias	2.192	1.477	2.509
Vencidos de 31 a 90 dias	370	1.630	93
Vencidos acima de 90 dias	5.914	2.686	1.610
	91.574	97.826	84.053
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(6.348)	(2.879)	(1.282)
	85.226	94.947	82.771

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica da Companhia, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.
A movimentação no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	2019	2018	2017
Saldo no início do exercício	(2.879)	(1.282)	(1.170)
Adição à provisão	(9.711)	(2.380)	(217)
Reversão de provisão	6.242	783	105
Saldo no final do exercício	(6.348)	(2.879)	(1.282)

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 25.

11 Estoques

	2019	2018	2017
Produtos acabados	30.583	12.929	14.800
Materiais de manutenção (i)	23.003	22.008	15.042
Matérias-primas	10.430	10.649	9.774
Produtos em poder de terceiros	7.792	5.535	4.734
Produtos em elaboração	6.512	8.599	4.200
Outros	4.068	5.027	4.835
	82.388	64.747	53.385
Ativo circulante	76.378	57.692	49.352
Ativo não circulante	6.010	7.055	4.033

Em 2019, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R$ 283.097 (2018: R$ 255.007 e 2017: R$ 234.811).

i. Estão incluídos os materiais para a manutenção de equipamentos que são vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção. Dentre esses materiais, existe o saldo de R$ 6.010 (R$ 7.055 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 4.033 em 31 de dezembro de 2017) em itens cuja utilização é superior ao período de 12 meses, razão pela qual foram classificados no ativo não circulante.

Provisões para perdas de estoques
A Companhia realiza análise de itens com baixa movimentação, sendo que em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não verificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

12 Impostos a recuperar

Refere-se aos montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da Companhia.

	2019	2018	2017
PIS / COFINS a compensar (i)	1.527	1.299	12.851
ICMS a compensar (ii)	939	3.930	1.844
Reintegra (iii)	517	1.938	765
Outros impostos federais a compensar	23	24	23
	3.006	7.191	15.483
Ativo circulante	167	1.653	11.028
Ativo não circulante	2.839	5.538	4.455

i. Refere-se a créditos de PIS e COFINS originários da aquisição de ativos imobilizados adquiridos para ampliação do parque fabril, e cuja realização se dá, principalmente, pela compensação de tributos federais devedores oriundos das atividades operacionais da Companhia.

ii. Os saldos referem-se a ICMS sobre aquisição de imobilizado (CIAP), que serão apropriados em curto e médio prazo, conforme legislação fiscal vigente.

iii. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários - Reintegra é apurado com base no percentual de 1% sobre a receita auferida com a exportação de produtos manufaturados. Os valores apurados no Reintegra devem ser compensados com débitos federais ou ressarcidos em espécie. Do valor apurado no Reintegra, 17,84% serão devolvidos a título da contribuição para o PIS e 82,16% a título de contribuição para o COFINS.

PIS - Programa de Integração Social.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

13 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2019	2018	2017
Benefícios de curto prazo (i)	3.792	2.923	2.832

i. Inclui salários, assistência médica, seguro de vida, dentre outros. A administração da Companhia é composta por dois diretores e três conselheiros, o qual tem seus serviços remunerados por honorários fixos mensais aprovados em AGO.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

Principais transações com o pessoal chave da Administração

Um dos conselheiros da Companhia possui participação acionária de 52,55%, sendo 0,55% de participação direta e 52% de participação indireta.

Outras transações com o pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia registra provisão para bônus a pagar para seus Diretores no montante de R$ 2.727, R$ 2.092 e R$ 1.238, respectivamente, registrado em “Obrigações sociais e trabalhistas”, cujo pagamento está condicionado ao sucesso da Oferta Pública Inicial a ser realizado pela Companhia.

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, estão descritas abaixo:

	Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro			Saldo em aberto em 31 de dezembro		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Venda de produtos		-	-	-	-	-
Guararapes USA	5.103			4.791	-	-
	5.103	-	-	4.791	-	-
Compra de produtos						
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	20.802	21.903	23.026	1.303	1.099	1.662
Palmasplac Agropastoril Ltda.	-	-	2.634	-	-	-
	20.802	21.903	25.660	1.303	1.099	1.662
Outros						
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	1.507	1.507	1.507
Reembolso de rateio de despesas (nota explicativa 21) (ii)	3.682	3.910	3.760	359	347	313
	3.682	3.910	3.760	1.866	1.854	1.820

i. O saldo de obrigações de empréstimos a pagar com a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. não possui incidência de encargos financeiros e não há prazo de vencimento pré-definido.

ii. Refere-se à atividades compartilhadas pela Companhia e suas partes relacionadas, relativas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos e tecnologia da informação. Os termos são definidos em contrato entre as partes e considera o rateio das despesas com base no faturamento bruto das Companhias. As notas de débito são pagas até o 20° dia do mês subsequente.

Os saldos em aberto referente a compra de produtos com estas partes relacionadas devem ser liquidados dentro de 45 dias da data do balanço.

Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

14 Imobilizado

a. Composição

	2019			2018			2017		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Terrenos industriais	6.222	-	6.222	6.222	-	6.222	6.112	-	6.112
Edificações	43.522	(5.425)	38.097	41.543	(4.576)	36.967	41.169	(3.761)	37.408
Instalações	64.294	(10.802)	53.492	63.301	(7.858)	55.443	62.843	(5.009)	57.834
Máquinas e equipamentos	285.208	(86.559)	198.648	281.557	(69.802)	211.755	278.303	(56.040)	222.263
Software e *hardware*	2.476	(1.850)	626	2.114	(1.388)	726	1.889	(1.004)	885
Móveis e utensílios	1.127	(603)	524	991	(509)	482	921	(422)	499
Veículos	4.399	(1.684)	2.715	4.291	(1.336)	2.955	3.191	(935)	2.256
Obras em andamento	6.366	-	6.366	6.157	-	6.157	3.149	-	3.149
Outros ativos	2.679	-	2.679	2.743	-	2.743	2.824	-	2.824
	416.293	(106.923)	309.370	408.919	(85.469)	323.450	400.401	(67.171)	333.230

b. Movimentação do ativo imobilizado

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2019

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	41.543	63.301	281.557	2.114	991	4.291	6.157	2.743	408.919
Aquisições	-	-	-	26	319	6	415	7.515	-	8.281
Transferências	-	1.979	993	3.635	48	130	-	(6.785)	-	-
Baixas	-	-	-	(10)	(5)	-	(307)	(521)	(64)	(907)
Em 31 de dezembro de 2019	6.222	43.522	64.294	285.208	2.476	1.127	4.399	6.366	2.679	416.293
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2019	-	(4.576)	(7.858)	(69.802)	(1.388)	(509)	(1.336)	-	-	(85.469)
Depreciação	-	(849)	(2.944)	(16.762)	(467)	(94)	(655)	-	-	(21.771)
Baixas	-	-	-	5	5	-	307	-	-	317
Em 31 de dezembro de 2019	-	(5.425)	(10.802)	(86.559)	(1.850)	(603)	(1.684)	-	-	(106.923)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	36.967	55.443	211.755	726	482	2.955	6.157	2.743	323.450
Em 31 de dezembro de 2019	6.222	38.097	53.492	198.649	626	524	2.715	6.366	2.679	309.370

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2018

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2018	6.112	41.169	62.843	278.303	1.889	921	3.191	3.149	2.824	400.401
Aquisições	-	30	-	631	68	21	-	8.132	-	8.882
Transferências	110	344	458	2.906	157	49	1.100	(5.124)	-	-
Baixas	-	-	-	(203)	-	-	-	-	(81)	(364)
Em 31 de dezembro de 2018	6.222	41.543	63.301	281.557	2.114	991	4.291	6.157	2.743	408.919
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2018	-	(3.761)	(5.009)	(56.040)	(1.004)	(422)	(935)	-	-	(67.171)
Depreciação	-	(815)	(2.849)	(14.031)	(384)	(87)	(401)	-	-	(18.567)
Baixas	-	-	-	269	-	-	-	-	-	269
Em 31 de dezembro de 2018	-	(4.576)	(7.858)	(69.802)	(1.388)	(509)	(1.336)	-	-	(85.469)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2018	6.112	37.408	57.834	222.263	885	499	2.256	3.149	2.824	333.230
Em 31 de dezembro de 2018	6.222	36.697	55.443	211.755	726	482	2.955	6.157	2.743	323.450

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2017	6.112	41.084	64.461	277.552	1.352	888	3.191	1.764	2.754	399.158
Aquisições	-	25	-	-	152	33	-	2.887	70	3.167
Transferências	-	60	60	997	385	-	-	(1.502)	-	-
Reclassificação*	-	-	(1.678)	(246)	-	-	-	-	-	(1.924)
			-							
Em 31 de dezembro de 2017	6.112	41.169	62.843	278.303	1.889	921	3.191	3.149	2.824	400.401
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2017	-	(2.953)	(2.226)	(42.075)	(701)	(330)	(604)	-	-	(48.889)
Depreciação	-	(808)	(2.783)	(13.965)	(303)	(92)	(331)	-	-	(18.282)
			-							
Em 31 de dezembro de 2017	-	(3.761)	(5.009)	(56.040)	(1.004)	(422)	(935)	-	-	(67.171)
			-							
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2017	6.112	38.131	62.235	235.477	651	558	2.587	1.764	2.754	350.269
Em 31 de dezembro de 2017	6.112	37.408	57.834	222.263	885	499	2.256	3.149	2.824	333.230

*Valores de créditos de PIS/COFINS e ICMS sobre imobilizados adquiridos, os quais foram reclassificados para impostos a recuperar em 2017 por serem habilitados em conta gráfica..

c. Garantias

Os ativos adquiridos por meio de financiamento possuem a alienação do próprio bem dado em garantia, no valor de R$ 108.356 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R$ 131.458 e 2017: R$ 137.283).

d. Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante os exercícios, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado. As taxas de depreciação utilizadas nos exercícios apresentados estão detalhadas na nota explicativa 7 (h).

e. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Administração não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Modalidade	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2019	2018	2017
Empréstimo em moeda estrangeira (i)	EURIBOR + 0,95% e 4,5% a.a.	EUR	06/02/2026	106.439	126.194	130.347
CCE	CDI + 3,5% a.a.	BRL	17/04/2023	31.307	50.440	17.631
NCE	6,3% a.a.	BRL	20/09/2022	7.082	-	19.536
Finame PSI (ii)	9,2% a.a.	BRL	15/10/2020	2.210	5.154	8.066
Revitaliza (ii)	8,0 % a.a.	BRL	15/12/2021	768	1.151	1.535
Empréstimos - Lei 4131	LIBOR + 0,58% a.m.	USD	07/04/2020	152	484	638
CCB	SELIC + 6,34% a.a.	BRL	15/01/2022	-	-	21.975
				147.958	183.423	199.728
			Passivo circulante	32.072	42.705	40.351
			Passivo não circulante	115.886	140.718	159.377

(i) Operação realizada com o Banco Landesbank Baden-Württemberg - LBBW.

(ii) Operações realizadas com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CCE - Cédula de crédito à exportação.

CCB - Cédula de crédito bancário.

NCE - Nota de crédito à exportação.

EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate (Taxas médias de juros praticadas em empréstimos interbancários em Euros por bancos Europeus).

SELIC - Taxa básica de juros do Brasil.

CDI - Certificação de Depósito Interbancário.

EUR - Euro.

BRL - Reais.

USD - Dólar Americano.

Perfil de vencimentos

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

	2019	**2018**	**2017**
2019	-	-	36596
2020	-	32.515	29.264
2021	28.780	25.949	22.719
2022	27.755	25.539	17.339
2023	21.396	21.118	16.887
2024	16.956	16.669	16.860
2025	16.956	16.669	16.860
2026	4.043	2.259	2.852
	115.886	140.718	159.377

b. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Garantias

Os empréstimos são garantidos por avais dos acionistas, no montante de R$ 147.513 (2018: R$ 183.185 e 2017: R$ 199.058).

Os ativos adquiridos por meio de financiamento possuem a alienação do próprio bem dado em garantia, no valor de R$ 108.356 (2018: R$ 131.458 e 2017: R$ 137.283).

Ainda, a Companhia possui garantias recebíveis dados em garantia no valor R$ 15.654 (2018: R$ 25.219 e 2017: R$ 8.848).

d. Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

Em 1° de janeiro de 2017	202.151
Captações	19.693
Juros e variação cambial	35.453
(-) Pagamento do principal	(46.974)
(-) Pagamento de juros	(10.595)
Em 31 de dezembro de 2017	199.728
Captações	53.104
Juros e variação cambial	25.798
(-) Pagamento do principal	(87.506)
(-) Pagamento de juros	(7.701)
Em 31 de dezembro de 2018	183.423
Captações	9.000
Juros e variação cambial	7.836
(-) Pagamento do principal	(46.281)
(-) Pagamento de juros	(6.020)
Em 31 de dezembro de 2019	147.958

16 Fornecedores

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

Os saldos de Fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	2019	2018	2017
Fornecedores - mercado interno	27.497	26.828	22.532
Fornecedores - mercado externo	1.491	2.413	2.409
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 13)	710	752	1.305
	29.698	29.993	26.246

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25.

17 Obrigações tributárias

	2019	2018	2017
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC (i)	11.061	12.383	10.049
IPI a recolher	941	1.008	973
Outros	2.057	2.621	829
	14.059	16.012	11.851
Passivo circulante	3.393	6.627	3.228
Passivo não circulante	10.666	9.385	8.623

(i) A Companhia, através de sua filial em Caçador, participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC. O PRODEC busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Através desse benefício, a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina e pode postergar o recolhimento de 75% do ICMS apurado na filial.

Os vencimentos ocorrerão da seguinte forma:

2021	2.643
2022	4.934
2023	2.576
2024	908
	11.061

18 Provisões para contingências e depósitos judiciais

a. Composição

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019			2018			2017		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Trabalhistas (i)	897	(1.064)	(167)	805	(956)	(151)	372	-	372
Cíveis (ii)	20.279	-	20.279	-	-	-	-	-	-
	21.176	(1.064)	20.112	805	(956)	(151)	372	-	372

(i) Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas e equiparação salarial.

(ii) Cíveis

Em 2016 a Companhia ingressou com processo judicial (cautelar – liminar) contra a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina ("Celesc") demandando a rescisão do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER em virtude da condição adversa que o mesmo representava frente ao mercado de energia livre. Proferida a sentença favorável à Companhia que determinava a rescisão do contrato e a aplicação de multa de 10%, o contrato de fornecimento de energia foi suspendido e a Companhia reconheceu passivo no montante de R$ 3.764 (na rubrica de outros passivos) referente a multa rescisória.

Em 2019, após recurso por parte da Celesc ao Tribunal de Justiça de 2ª Instância do Estado de Santa Catarina, os desembargadores deram sentença favorável à Celesc, derrubando a liminar que estava em favor da Companhia.

Diante da última sentença proferida, os assessores jurídicos e a administração da Companhia concluíram que passou a existir uma nova obrigação presente do qual se espera saída de recursos pela Companhia para o cumprimento do período remanescente do contrato. Dessa forma, a Companhia reconheceu uma provisão para contingência em virtude do provável desembolso que totalizou o valor de R$ 20.279, o qual consiste nos valores a serem pagos pela Companhia pelo cumprimento do prazo remanescente do contrato, corrigido pelo IGP-M, reduzido pelos créditos tributários de PIS e COFINS originado na compra de energia, e receita de venda a ser gerada pela Companhia na venda de energia a ser faturada a preço de mercado (PLD - Preço de Liquidação das Diferenças).

Apesar da ação estar ainda tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Companhia está em estágio avançado de negociação extrajudicial com a Celesc e prevê um desfecho consensual ao litígio.

b. Movimentação

Em 1° de janeiro de 2017	821
Reversões	(449)
Em 31 de dezembro de 2017	372
Adições	433
Em 31 de dezembro de 2018	805
Adições	20.371
Em 31 de dezembro de 2019	21.176

c. Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 1.636 (R$ 247 em 2018 e R$ 1.825 em 2017). Tais contingências estão relacionadas com reclamatórias acerca de horas extras incorridas, danos morais e responsabilização por acidentes de trabalho.

Para esse montante, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 no valor total de R$ 137.996 está representado por 55.786.874 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionista	Ações	%
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	37.406.440	67,05
Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	31,89
João Carlos Ribeiro Pedroso	307.508	0,55
Leoni Margarida Bertolin	270.692	0,49
José Carlos Januário	11.800	0,02
	55.786.874	100

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Opção de venda de ações

Em 10 de outubro de 2014, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. firmou o Acordo de Investimentos e outras Avenças da Guararapes Painéis S.A., tendo a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. como interveniente anuente, com o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações.

Através do Acordo de Investimentos, o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações integralizou e subscreveu novas ações ordinárias representativas de 31,89% do capital total e votante da Guararapes Painéis S.A. Este Acordo permitiu que a Companhia continuasse com o projeto de investimentos na unidade de Caçador-SC.

Com base no referido acordo de acionistas, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. outorgou ao acionista Brasil Agronegócios - Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), uma opção de venda de ações por meio do qual o FIP, a partir de 30 de dezembro de 2017, possui o direito, mas não a obrigação, a seu único e exclusivo critério, de, a qualquer momento vender a totalidade de suas ações. Consequentemente, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. teria a obrigação de comprá-las. Até a emissão destas demonstrações financeiras, o FIP não havia exercido esta opção.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituído R$ 3.090 referente a reserva legal (R$ 3.058 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 887 em 31 de dezembro de 2017).

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebeu como subvenção governamental o montante de R$ 3.421, em 2013, mediante a doação de terreno no Município de Caçador-SC (matrículas 30439, 30486, 30322 e 30485), destinado na construção de seu parque industrial.

Adicionalmente, a Companhia participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, o qual consiste em uma subvenção governamental que busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Através do PRODEC a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina bem como uma postergação em 75% do saldo a recolher deste imposto. O valor de redução da alíquota do tributo é reconhecido no resultado como 'Impostos sobre vendas', deduzindo assim a despesa relacionada, e no encerramento do exercício esse montante é destinado como reserva de incentivo fiscal, onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. Em 2019, foram constituídos R$ 2.309 referente a reserva de incentivos fiscais (R$ 5.778 em 31 de dezembro de 2018). O efeito tributário do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da subvenção, excluídos da base de cálculo desses tributos, está descrito na nota explicativa 23.

Reserva de retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

As destinações são aprovadas pelos acionistas em Assembleia própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	61.808	61.161	17.735
(-) Reserva legal	(3.090)	(3.058)	(887)
Base para dividendos	58.718	58.103	16.848
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.680	14.526	4.212
Dividendos adicionais	1.098	-	363
Dividendos a distribuir	15.778	14.526	4.575

A movimentação dos dividendos a distribuir está assim demonstrada:

Em 1° de janeiro de 2017	4.199
Reversão de dividendos propostos	(4.199)
Dividendos mínimos obrigatórios	4.212
Dividendos adicionais	363
Em 31 de dezembro de 2017	4.575
Dividendos pagos	(4.575)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.526
Em 31 de dezembro de 2018	14.526
Dividendos pagos	(14.154)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.680
Dividendos adicionais	1.098
Em 31 de dezembro de 2019	16.150

d. Lucro líquido por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	61.808	61.161	17.735
Lucro líquido por ação básico e diluído:			
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em unidades)	55.786.874	55.786.874	55.786.874
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	1,1079	1,0963	0,3179

20 Receita líquida de vendas

Fluxo de receita e desagregação da receita de contratos com clientes

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF - *Medium Density Fiberboard*).

Conforme nota explicativa 24, a Companhia possui um único segmento reportável, o qual refere-se a Painéis - Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF.

Abaixo está apresentado a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício, além da composição da receita de contratos com clientes segregado entre mercado interno e mercado externo. Para a composição da receita por mercado geográfico, vide nota explicativa 24 – Informação por segmento.

	2019	2018	2017
Receita bruta			
Venda de mercadorias - mercado interno	591.011	543.491	460.677
Venda de mercadorias - mercado externo	94.802	87.636	78.821
	685.813	631.127	539.498
Deduções da receita bruta			
Impostos sobre vendas	(119.727)	(110.956)	(94.315)
Devoluções e descontos	(14.188)	(11.982)	(17.137)
Comissões	(5.931)	(5.465)	(4.300)
	(139.846)	(128.403)	(115.752)
	545.967	502.724	423.746

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
Painéis	Representa a venda de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF, havendo duas principais modalidades de venda, sendo: - Vendas na modalidade "CIF" (cost, insurance and freight) os clientes obtêm controle da produção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.; ou - Vendas na modalidade "FOB" (free on board), os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são despachados do depósito da Companhia. Os prazos de pagamento variam de contrato a contrato. De forma geral o prazo médio é de 45 dias. Não há acordos comerciais significativos, tais como direito de devolução, descontos, entre outros. Entende-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos clientes.	A receita e os custos associados são reconhecidos no momento da obtenção do controle pelo cliente, a depender da modalidade acordada entre as partes.

21 Custos e despesas por natureza

	2019	2018	2017
Materiais e embalagens	(283.097)	(255.007)	(234.811)
Custos e despesas com pessoal	(45.315)	(42.835)	(41.772)
Energia elétrica	(26.406)	(23.709)	(21.284)
Depreciação (nota explicativa 14)	(21.771)	(18.567)	(18.282)
Contingências (nota explicativa 18)	(20.371)	(433)	449
Manutenção	(18.221)	(14.521)	(14.360)
Logística	(15.235)	(20.846)	(20.534)
Marketing e publicidade	(9.241)	(7.606)	(5.872)
Despesas compartilhadas (nota explicativa 13 (ii))	(3.682)	(3.910)	(3.760)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber (nota explicativa 10)	(3.469)	(1.597)	(112)
Serviços	(1.449)	(1.661)	(687)
Viagens e estadias	(1.131)	(781)	(785)
Depreciação do ativo de direito de uso	(279)	-	-
Utilidades	(60)	(69)	(87)
Outras despesas administrativas	(6.963)	(871)	(803)
	(456.690)	(392.413)	(362.700)
Classificados como			
Custo dos produtos vendidos	(355.209)	(326.045)	(308.476)
Despesas comerciais	(51.151)	(47.199)	(37.983)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.469)	(1.597)	(112)
Despesas gerais e administrativas	(46.861)	(17.572)	(16.129)
	(456.690)	(392.413)	(362.700)

22 Resultado financeiro, líquido

	2019	2018	2017
Receitas financeiras			
Juros de aplicações financeiras	6.213	3.390	821
Juros e descontos	2.893	2.325	739
	9.106	5.715	1.560
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	(6.330)	(10.052)	(13.471)
Despesas bancárias	(269)	(364)	(355)
Juros de passivo de arrendamento	(47)	-	-
Ajuste a valor presente	-	(1.223)	(1.094)
Outros	(363)	(418)	(849)
	(7.009)	(12.057)	(15.769)

	2019	2018	2017
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	129	762	282
Variação cambial			
Variação cambial passiva	(5.802)	(21.048)	(24.298)
Variação cambial ativa	3.749	5.895	3.194
	(2.053)	(15.153)	(21.104)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	173	(20.733)	(35.031)

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Valores reconhecido no resultado do exercício e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

	2019	2018	2017
Lucro antes dos impostos	89.540	87.347	26.021
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais de 25% e 9%	(30.444)	(29.698)	(8.847)
Adições e exclusões permanentes e outros:			
Adições/(exclusões) permanentes	(203)	832	561
Efeito da subvenção governamental (nota explicativa 19 (b)	785	1.965	-
Deduções fiscais (i)	2.130	715	-
	(27.732)	(26.186)	(8.286)
Impostos diferidos no resultado do exercício	(4.622)	(7.048)	(6.280)
Impostos correntes no resultado do exercício	(23.110)	(19.138)	(2.006)
	(27.732)	(26.186)	(8.286)
Alíquota efetiva	32%	30%	32%

i. Composta pelo PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, doações e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte. A Companhia deduz do IRPJ 15% da despesa com alimentação dos funcionários limitado à 4% do IRPJ devido.

(b) Conciliação e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	2019	2018	2017
Prejuízo fiscal acumulado	-	-	718
Diferenças temporárias:			
Depreciação fiscal x vida útil	(48.960)	(37.595)	(25.257)
Variações monetárias	2.015	4.193	(262)
Subvenção governamental	-	-	(1.164)
Provisão para contingência	7.200	147	(153)
Diferença temporária no reconhecimento da receita	682	255	203
Perda por redução ao valor recuperável	2.158	979	436
Demais diferenças temporárias	1.981	1.719	2.943
Passivo fiscal diferido, líquido	(34.924)	(30.302)	(23.254)

A movimentação dos impostos diferidos está descrita abaixo:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	(30.302)	(23.254)	(16.974)
Efeito no resultado	(4.622)	(7.048)	(6.280)
Passivo fiscal diferido, líquido	(34.924)	(30.302)	(23.254)

24 Informações por segmento

a. *Base para segmentação*

A Administração desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

O seguinte resumo descreve as operações do segmento reportável da Companhia:

Segmento reportável	Operações
Painéis	Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF.

O CEO da Companhia revisa os relatórios gerenciais internos da divisão periodicamente.

(i) Segmentos geográficos

A receita do segmento de venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras *MDF - Medium Density Fiberboard*) baseia-se na localização geográfica dos clientes.

Receita operacional - mercado externo

	2019	2018	2017
América do Norte	43.529	25.714	33.911
América do Sul	31.606	34.014	18.245
Caribe	3.372	1.300	787
África	2.463	2.060	951
Europa	1.774	9.794	3.315
Ásia	1.743	3.888	3.017
Outros	10.315	10.866	18.595
	94.802	87.636	78.821

(ii) Maior cliente

A carteira de clientes da Companhia é pulverizada. O maior cliente possui o montante de R$ 4.438 (2018: R$ 7.111 e 2017: R$ 5.867).

25 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	131.191	-	131.191	-	-
Contas a receber de clientes	10	-	85.226	-	85.226	-	-
Outros ativos		-	4.756	-	4.756	-	-
		-	221.173	-	221.173	-	-

Em 31 de dezembro de 2019

	Nota	Valor contábil				Valor justo	
		Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos de proteção (*derivativos*)		112	-	-	112	112	112
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	16	-	-	29.698	29.698	-	29.698
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	-	1.507	1.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	147.958	147.958	-	-
Passivos de arrendamento		-	-	299	299	-	-
Outros passivos		-	-	4.015	4.015	-	-
		112	-	183.477	183.589	112	112

Em 31 de dezembro de 2018

	Nota	Valor contábil				Valor justo	
		Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	89.364	-	89.364	-	-
Contas a receber de clientes	10	-	94.947	-	94.947	-	-
Outros ativos		-	1.438	-	1.438	-	-
		-	185.749	-	185.749	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos de proteção (*derivativos*)		199	-	-	199	199	199
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	16	-	-	29.993	29.993	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	-	1.507	1.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	183.423	183.423	-	-
Outros passivos		-	-	4.471	4.471	-	-
		199	-	219.394	219.593	-	-

Em 31 de dezembro de 2017

	Nota	Valor contábil				Valor justo	
		Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos de proteção (*derivativos*)		234	-	-	234	234	234
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	34.177	-	34.177	-	-
Contas a receber de clientes	10	-	82.771	-	82.771	-	-
Outros ativos		-	1.379	-	1.379	-	-
		234	118.327	-	118.561	-	-

Em 31 de dezembro de 2017		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	**Valor justo - Instrumentos de proteção**	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		-	-				
Fornecedores	16	-	-	26.246	26.246	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	-	1.507	1.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	199.728	199.728	-	-
Outros passivos		-	-	6.109	6.109	-	-
		-	-	233.590	233.590	234	234

(b) Mensuração do valor justo

Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.

- *Caixa e equivalente de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- *Contas a receber e outros ativos* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

- *Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos* - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada de acordo com entendimento da Administração e reflete a informação contábil mais relevante, levando-se em consideração o modelo de negócios da Companhia.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Tipo	Técnica de avaliação	***Inputs* significativos não observáveis**	**Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo**
Instrumentos de proteção (*derivativos*)	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de *swap*. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps*. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito, calculado com base nos preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no exercício foram divulgadas na nota explicativa 10.

Contas a receber de clientes
A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber' segregado entre mercado interno e externo bem como por aging de vencimento está apresentado na nota explicativa 10.

Avaliação da perda esperada de crédito
A Companhia utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. A Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. A Companhia realizou o cálculo das perdas esperadas com base nos títulos com vencimento superior a 90 dias.

Títulos de dívida
A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que apresentam solidez no mercado.

Garantias
As garantias emitidas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa 15.

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em

caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

Em 31 de dezembro de 2019

		Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	147.958	34.325	30.922	94.168
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.507	-	-	1.507
Fornecedores	29.698	29.698	-	-
Passivo de arrendamento	299	305	86	-
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos de proteção (derivativos)	112	112	-	-

Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: a) risco cambial, e b) risco de taxa de juros.

Risco cambial
A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: R$, Dólar e Euro.

Análise de sensibilidade
O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Companhia em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 31 de dezembro de 2019 (PTAX):
Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD e EUR contra o Real em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	Moeda	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Saldo contábil	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Contas a receber de clientes	USD	13.002	6.501	26.003	(6.501)	(13.002)
Fornecedores	USD	197	99	395	(99)	(197)
Fornecedores	EUR	501	251	1.096	(251)	(501)
NDF - Non Deliverable Forward	EUR	(9.137)	(4.568)	18.274	4.568	9.137
Empréstimos e financiamentos	EUR	53.220	26.610	106.439	(26.610)	(53.220)
Empréstimos e financiamentos	USD	76	38	152	(38)	(76)
Impacto no resultado		57.859	28.931	152.359	(28.931)	(57.859)

	Moeda	-50%	-25%	PTAX	+25%	+50%
PTAX	EUR	2,2842	3,4263	4,5684	5,7105	6,8526
PTAX	USD	2,0154	3,0230	4,0307	5,0384	6,0461

Risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade
As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo está demonstrado os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Foi apresentado um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2019 (saldo contábil tendo por base o CDI de 5,90% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação e depreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	116.502	6.874	5.156	3.437
			116.502	6.874	5.156	3.437
Impacto no resultado					(1.718)	(3.437)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	41.367	2.441	1.831	1.221
			41.367	2.441	1.831	1.221
Impacto no resultado					(610)	(1.220)
Impacto final no resultado					(2.328)	(4.657)

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	116.502	6.874	8.592	10.311
			116.502	6.874	8.592	10.311
Impacto no resultado					1.718	3.437
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	41.367	2.441	3.051	3.661
			41.367	2.441	3.051	3.661
Impacto no resultado					610	1.220
Impacto final no resultado					2.328	4.657

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os valores classificados como instrumentos financeiros derivativos referem-se ao valor justo de operações de *NDF - Non Deliverable Forwards* de câmbio para proteção das exposições em Euro.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias especificas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita acima no item (b)).

No quadro abaixo, está demonstrado as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

	Valor referência (notional) - EUR			Valor justo - R$		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
NDF - Non Deliverable Forwards	4.000	4.000	4.000	(112)	(199)	234

26 Gerenciamento de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), instrumentos financeiros derivativos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

	2019	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e passivos de arrendamento	149.876	185.129	201.235
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(131.191)	(89.364)	(34.177)
Dívida líquida	18.685	95.765	167.058
Patrimônio líquido	330.180	284.730	238.095
Capital total	348.865	380.495	405.153
Índice de alavancagem financeira (i)	5%	25%	41%

(i) O índice de alavancagem financeira é calculado através do capital total dividido pela dívida líquida.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são assim demonstradas:

	2019	2018	2017
Danos materiais	262.100	232.100	217.201
Lucros cessantes	55.431	55.431	57.096
Responsabilidade civil	30.000	30.000	30.000

28 Eventos subsequentes

(i) COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global.

A Empresa adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão:

- Criação de um Comitê de Crise para acompanhar a evolução da pandemia entre os colaboradores, familiares e comunidade;

- Reforço dos protocolos de higiene dentro das instalações da Empresa;

- Propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos;

- Adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho;

- Antecipação de férias dos times de trabalho; e

- Suspensão dos investimentos durante o período de março a agosto de 2020.

Ainda, a Empresa analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

- Risco de continuidade operacional: A Empresa não identificou elementos que podem trazer incertezas sobre a sua continuidade operacional.

- Contas a receber de clientes e perdas por redução ao valor recuperável: A Empresa não identificou riscos adicionais em relação a recuperabilidade de seu contas a receber. Os prazos se mantem constantes com o período pré-pandemia.

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – "*impairment*": A Empresa não identificou indicativos de *impairment*.

(ii) Combinação de negócio

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Nessa mesma data, a Companhia obteve o controle indireto da Guararapes USA Inc. e da Trensur S.A., uma vez que as empresas são controladas diretas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

a. Contraprestação transferida

A operação foi realizada por meio da emissão de 41.737.360 ações da Companhia em troca de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda., conforme detalhado abaixo:

Número de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	130.000
Multiplicado pela relação de troca de 0,3211 ações da Companhia para cada ação ordinária da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	41.737.360
Multiplicado pelo valor justo da Companhia (valores expressos em reais)	21,85
Valor justo da contraprestação transferida	911.984

Com a aquisição, o capital social da Companhia passou de R$ 137.996 para R$ 1.049.980

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Em 4 de novembro de 2020

Ativos adquiridos	
Caixa e equivalentes de caixa	121.541
Contas a receber de clientes	76.039
Estoques	32.200
Outros ativos	56.568
Imobilizado	270.685
Intangível	248.494
Passivos assumidos	
Fornecedores	17.228
Empréstimos e financiamentos	153.931
Impostos de renda e contribuição social diferidos	159.453
Outros passivos	28.705
Total de ativos líquidos identificáveis	446.210

c. Ágio
O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	911.984
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(446.210)
Ágio	465.774

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2019.

Caçador, 15 de dezembro de 2020.

Valerí Sberse
Diretor Financeiro

Fabio de Freitas Leitão Torres
Diretor de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO J INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DA COMPANHIA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Guararapes Painéis S.A.

Informações Trimestrais
30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório da administração	**3**
Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	**8**
Balanços patrimoniais	**10**
Demonstrações dos resultados	**11**
Demonstrações dos resultados abrangentes	**12**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**13**
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	**14**
Demonstrações dos valores adicionados	**15**
Notas explicativas às informações trimestrais	**16**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Reportamos o trimestre encerrado em SET-20 com uma mensagem de otimismo ao mercado, nossos parceiros comerciais, fornecedores, clientes e colaboradores, que igualmente ao Grupo Guararapes enfrentaram e enfrentam as mesmas dificuldades advindas da pandemia do COVID-19 e precisaram se adaptar à nova realidade instalada.

Em função disso refizemos nosso planejamento estratégico, pensamos em alternativas, saímos do trivial e remodelamos nosso jeito de atuar sem perder a essência.

Colocamos em prática novos planos que passaram pela análise de alternativas, mas principalmente pela continuidade do planejamento de crescimento e diversificação de administrar nossos negócios.

Encaramos de frente os problemas e seguimos firme no propósito de unir forças entre as empresas do grupo, iniciando a restruturação societária entre as empresas Guararapes Painéis (MDF) e Indústria de Compensados Guararapes (COMPENSADOS).

Pretendemos nos próximos meses concluir esse ciclo, reorganizando as duas empresas para atingir um patamar superior de produção e rentabilidade.

O pilar dessa decisão se dá frente ao desempenho superior ao orçamento traçado para o ano, originalmente concebido, sem impactos da COVID-19.

Produção de Compensados e Ocupação da Capacidade Produtiva

(‘000m^3, %)

Produção de MDF e Ocupação da Capacidade Produtiva

(‘000m^3, %)

Overview dos Produtos

Sinergia no Processo Produtivo de MDF e Compensados

A sinergia demonstrada acima nos habilita a tornar o Grupo Guararapes um dos maiores players do mercado madeireiro do Brasil, muito próximo aos líderes
Aliado a isso, o desempenho operacional mostra a força dos indicadores que suportarão nosso planejamento estratégico.
Os acionistas e quotistas assinaram em 25/09/2020 um MoU (Memorando de Intenções) estipulando os termos desse acordo, o qual deverá ocorre no transcorrer dentro do próximo trimestre.

MDF

O mercado doméstico deste segmento apresentou recuperação após os impactos da pandemia nos meses de Abril e Maio, com elevação de preços e forte demanda verificada exatamente pelo efeito "aninhamento", aonde as famílias se voltaram para dentro de casa e a nova realidade impôs home-offices, gerando maior demanda por chapas na indústria moveleira.
Além desse fator, incrementamos vendas para o mercado externo, aproveitando o bom momento da valorização da moeda americana, atingindo um market share impressionante.
Demonstramos a seguir nossa performance frente ao mercado.

COMPENSADOS (não consolidado)

Para o mercado de Compensados que visa essencialmente a exportação, a paridade cambial trouxe uma elevada rentabilidade, aliada a uma margem de contribuição superior a 49%. O principal mercado consumidor dos Estados Unidos mostrou-se muito aquecido, com crescente índice de licenças para construção e preços médios em dólares atingindo a marca histórica USD 284,15/m³, ou seja, USD 35,9/m³ acima do budget original.

Ainda, a estratégia de atingir o varejo do mercado americano através da subsidiária Guararapes USA, Inc. mostrou-se eficaz, eliminando os intermediários distribuidores e solidificando nossa marca e tradição desde 1989.

RESULTADO

(Em milhares de Reais)	SETEMBRO		
	2020	2019	Var.
Receita líquida de vendas	458.400	404.996	13%
Custo dos produtos vendidos	(301.644)	(267.973)	13%
Lucro bruto	156.756	137.023	14%
Margem Bruta	34%	34%	1%
Lucro antes dos Movimentos Financeiros	106.945	82.771	29%
Lucro líquido do período	51.031	54.052	-6%
EBITDA	139.759	106.621	31%
EBITDA Margem (%)	30%	26%	16%
Dívida Líquida	(14.296)	16.767	-185%
Dívida Líquida / EBITDA (vezes)	(0,1)	0,2	-165%

Como resultado pós pico da pandemia nos meses de Abril, Maio e Junho, e com a reação do mercado pelo crescimento da demanda na indústria moveleira e consumo acelerado de varejo, a Painéis obteve incríveis 13% de crescimento em sua Receita Líquida em 9 meses de atividade sobre o ano anterior inteiro, mantendo a margem de contribuição de 34% e margem de EBITDA na casa dos 30%.
Paralelamente a isso a situação financeira continua evoluindo para um excelente desempenho, tendo uma dívida líquida negativa, o que remete a uma alta capacidade de endividamento para execução do planejamento estratégico mencionado nesse relatório

Finalizando, deixamos a mensagem de otimismo e confiança na pronta superação da crise instalada, com desfecho positivo às pessoas, empresas e ao país, com a certeza que estamos no caminho certo para a solidificação da estrutura organizacional chamada Guararapes.

A Direção.

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselheiros e Diretores da

Guararapes Painéis S.A.
Curitiba – Paraná

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Guararapes Painéis S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	189.899	131.191
Instrumentos financeiros derivativos	23	3.791	-
Contas a receber de clientes	8	111.999	84.807
Estoques	9	68.311	76.378
Impostos a recuperar	10	2.410	167
Outros ativos		3.345	4.756
Total do ativo circulante		379.755	297.299
Não circulante			
Contas a receber de clientes	8	-	419
Estoques	9	4.804	6.010
Impostos a recuperar	10	2.299	2.839
Depósitos judiciais	16	21	1.064
		7.124	10.332
Imobilizado	12	308.095	309.370
Ativo de direito de uso - arrendamento		148	357
Total do ativo não circulante		315.367	320.059
Total do ativo		695.122	617.358

Passivo	Nota	30/09/2020	31/12/2019
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	37.121	32.072
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	112
Fornecedores	14	36.403	29.698
Obrigações tributárias	15	6.787	3.393
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.706	7.607
Obrigações sociais e trabalhistas		12.212	9.093
Dividendos a distribuir	17	-	16.150
Passivo de direito de uso - arrendamento		90	213
Outros passivos		5.805	4.015
Total do passivo circulante		106.124	102.353
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	138.482	115.886
Passivo de direito de uso - arrendamento		-	86
Impostos de renda e contribuição social diferidos	21	38.739	34.924
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	11	1.507	1.507
Provisão para contingências	16	21.863	21.176
Obrigações tributárias	15	9.838	10.666
Total do passivo não circulante		210.429	184.245
Patrimônio líquido	17		
Capital social		137.996	137.996
Reserva de lucros		189.542	192.764
Lucros acumulados		51.031	-
Total do patrimônio líquido		378.569	330.760
Total do passivo e patrimônio líquido		695.122	617.358

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

		Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita líquida de vendas	18	173.025	150.126	458.400	404.996
Custo dos produtos vendidos	19	(112.638)	(103.270)	(301.644)	(267.973)
Lucro bruto		60.387	46.856	156.756	137.023
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	19	(14.762)	(14.034)	(41.626)	(37.067)
Receitas (despesas) por redução ao valor recuperável de contas a receber	19	309	(1.541)	(1.083)	(3.885)
Despesas gerais e administrativas	19	(8.870)	(5.838)	(18.867)	(17.727)
Outras receitas, líquidas		5.188	2.054	11.765	4.427
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		42.252	27.497	106.945	82.771
Despesas financeiras	20	(1.165)	(1.819)	(3.952)	(4.851)
Receitas financeiras	20	1.192	1.727	2.277	4.809
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20	942	297	7.170	164
Variação cambial líquida	20	(9.811)	(4.071)	(39.295)	(2.597)
Despesas financeiras, líquidas	20	(8.842)	(3.866)	(33.800)	(2.475)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.410	23.631	73.145	80.296
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	21	(10.178)	(7.043)	(22.114)	(26.244)
Lucro líquido do período		23.232	16.588	51.031	54.052
Lucro líquido por ação - básico e diluído (R$)	17	0,41644	0,29735	0,91475	0,96890

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do período	23.232	16.588	51.031	54.052
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	23.232	16.588	51.031	54.052

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 1° de janeiro de 2019		137.996	6.555	9.199	130.980	-	284.730
Lucro líquido do período		-	-	-	-	54.052	54.052
Em 30 de setembro de 2019		137.996	6.555	9.199	130.980	54.052	338.782
Em 1° de janeiro de 2020		137.996	9.645	11.508	171.611	-	330.760
Distribuição de dividendos	17 (c)	-	-	-	(3.222)	-	(3.222)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	51.031	51.031
Em 30 de setembro de 2020		137.996	9.645	11.508	168.389	51.031	378.569

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período		51.031	54.052
Ajustes por:			
Depreciação	12	15.147	14.668
Depreciação do ativo de direito de uso	19	209	209
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	8	1.083	3.885
Provisão para contingências	16	687	-
Juros e variação cambial não realizados	13	53.373	7.637
Juros de passivo de arrendamento	20	18	47
Imposto de renda e contribuição social	21	22.114	26.244
Instrumentos financeiros derivativos		(3.903)	(121)
		139.759	106.621
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(27.856)	(5.707)
Estoques		9.273	(9.196)
Impostos a recuperar		(1.703)	2.950
Outros ativos		2.454	(928)
Fornecedores		6.705	3.307
Obrigações tributárias		2.565	1.852
Outros passivos		4.909	2.695
Caixa gerado pelas atividades operacionais		136.106	101.594
Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos	13	(2.311)	(4.423)
Pagamento de juros - passivos de arrendamento		(18)	(17)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.199)	(22.603)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		115.578	74.551
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(13.872)	(4.491)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(13.872)	(4.491)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	9.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	(23.417)	(31.803)
Pagamento de passivo de arrendamento - principal		(209)	(282)
Dividendos pagos	17	(19.372)	(14.526)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(42.998)	(37.611)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		58.708	32.449
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	131.191	89.364
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7	189.899	121.813
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		58.708	32.449

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Nota	30/09/2020	30/09/2019
1	**Receitas**			
	Venda de mercadorias (menos devoluções e abatimentos)	18	553.569	499.166
	Outras receitas operacionais		470	648
	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	(1.083)	(3.885)
			552.956	495.929
2	**Insumos adquiridos de terceiros**			
	Custos dos produto vendidos		294.464	252.739
	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		89.851	88.650
			384.315	341.389
	Valor adicionado bruto		168.641	154.540
3	Depreciação (incluindo depreciação do ativo de direito de uso)	12,19	15.356	14.877
4	**Valor adicionado líquido produzido**		153.285	139.663
5	**Valor adicionado recebido em transferência**			
	Receitas financeiras e variações cambiais ativas	20	34.868	7.828
	Outras receitas		11.738	4.352
6	**Valor adicionado total a distribuir**		199.891	151.843
	Distribuição do valor adicionado			
	Pessoal			
	Remuneração direta		27.157	25.082
	Benefícios		1.742	1.534
	FGTS		1.691	1.744
			30.590	28.360
	Impostos, taxas e contribuições			
	Federais		45.555	50.969
	Estaduais		2.604	6.692
	Municipais		68	33
			48.227	57.694
	Remuneração de capital de terceiros			
	Despesas financeiras e variações cambiais passivas	20	68.668	10.303
	Aluguéis		1.375	1.434
			70.043	11.737
7	**Remuneração de capital próprio**			
	Distribuição de dividendos	17	3.222	-
	Lucros retidos		47.809	54.052
			51.031	54.052
	Valor adicional distribuido		199.891	151.843

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Guararapes Painéis S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital privado, fundada em 2 de maio de 2007, e tem por atividade principal a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard*), podendo ainda produzir MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard*) e pisos laminados.

Sua matriz e parque industrial encontram-se instalados na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, com administração na cidade de Palmas e escritório de apoio comercial na cidade de Curitiba, ambas no Estado do Paraná. Ainda, a Companhia possui uma filial instalada na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia possui como principais acionista a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. (67,05%) e Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações (31,89%).

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global.

A Companhia adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão:

- Criação de um Comitê de Crise para acompanhar a evolução da pandemia entre os colaboradores, familiares e comunidade;
- Reforço dos protocolos de higiene dentro das instalações da Companhia;
- Propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos;
- Adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho;
- Antecipação de férias dos times de trabalho; e
- Suspensão dos investimentos no período de março a agosto de 2020.

Ainda, a Companhia analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas informações trimestrais, conforme abaixo:

- Contas a receber de clientes e perdas por redução ao valor recuperável: a Companhia não identificou riscos adicionais em relação a recuperabilidade de seu contas a receber. Os prazos se mantem constantes com o período pré-pandemia.

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*impairment*": A Companhia não identificou indicativos de *impairment* para o período findo em 30 de setembro de 2020.

2 Apresentação e elaboração das informações trimestrais

Declaração de conformidade
As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de dezembro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de receita: se a receita de venda deve ser reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - principais premissas na mensuração da perda por redução ao valor recuperável para o contas a receber;

- **Nota explicativa 12** - determinação de vidas úteis e valor residual de ativo imobilizado, bem como avaliação de indicadores de *impairment*; e

- **Nota explicativa 16** - mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas informações trimestrais, salvo indicação ao contrário.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 18.

c. Benefícios de curto prazo para empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre o contas a receber de clientes, ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações trimestrais e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos nos períodos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos são determinados utilizando o método de custo médio. O custo dos produtos acabados e produtos em processo é formado pelas matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com pessoal (de acordo com a capacidade normal de operação), não incluindo custos com empréstimos. O valor de realização líquido é o preço estimado de venda em uma situação normal dos negócios, menos despesas com vendas.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão detalhadas abaixo:

	Taxas médias anuais de depreciação
Edificações	2,49%
Instalações	2,49%
Máquinas e equipamentos	7,21%
Software e hardware	29,02%
Móveis e utensílios	11,53%
Veículos	24,73%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros derivativos são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira de contas a receber e empréstimos e financiamentos existentes em 30 de setembro de 2020.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

j. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 90 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, a Administração entende que existe apenas uma UGC, considerando que a Companhia possui apenas uma unidade fabril, sendo este o menor nível em que se identifica entradas de caixa continuamente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.
As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m. Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

n. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

o. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

p. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.
Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na

transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações préexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações trimestrais da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	5.501	14.689
Aplicações financeiras (i)	184.398	116.502
	189.899	131.191

i. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e outras aplicações de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 110% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI.

8 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável.
Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30/09/2020	31/12/2019
Clientes no país	79.349	65.571
Clientes no exterior	40.081	26.003
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(7.431)	(6.348)
	111.999	85.226
Ativo circulante	111.999	84.807
Ativo não circulante	-	419

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	110.927	83.098
Vencidos até 30 dias	536	2.192
Vencidos de 31 a 90 dias	6	370
Vencidos acima de 90 dias	7.961	5.914
	119.430	91.574
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(7.431)	(6.348)
	111.999	85.226

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica da Companhia, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.
A movimentação no exercício / período encontra-se apresentada a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício / período	(6.348)	(2.879)
Adição à provisão	(2.605)	(9.711)
Reversão de provisão	1.522	6.242
Saldo no final do exercício / período	(7.431)	(6.348)

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 23.

9 Estoques

	30/09/2020	31/12/2019
Materiais de manutenção (i)	24.845	23.003
Produtos acabados	15.977	30.583
Matérias-primas	15.078	10.430
Produtos em elaboração	6.348	6.512
Produtos em poder de terceiros	5.902	7.792
Outros	4.965	4.068
	73.115	82.388

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo circulante	68.311	76.378
Ativo não circulante	4.804	6.010

No período findo em 30 de setembro de 2020, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R$ 222.237 (Período findo em 30 de setembro de 2019: R$ 188.478).

i. Estão incluídos os materiais para a manutenção de equipamentos que são vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção. Dentre esses materiais, existe o saldo de R$ 4.804 (R$ 6.010 em 31 de dezembro de 2019) em itens cuja utilização é superior ao período de 12 meses, razão pela qual foram classificados no ativo não circulante.

Provisões para perdas de estoques
A Companhia realiza análise de itens com baixa movimentação, sendo que para o período findo em 30 de setembro de 2020 não verificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

10 Impostos a recuperar

Refere-se aos montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da Companhia.

	30/09/2020	31/12/2019
PIS / COFINS a compensar (i) / (ii)	3.786	1.527
Reintegra (iii)	596	517
ICMS a compensar	216	939
Outros impostos federais a compensar	111	23
	4.709	3.006
Ativo circulante	2.410	167
Ativo não circulante	2.299	2.839

i. Do total, o montante de R$ 2.681 (R$ 1.527 em 31 de de dezembro de 2019) refere-se a créditos de PIS e COFINS originários da aquisição de ativos imobilizados adquiridos para ampliação do parque fabril e de insumos produtivos.

ii. Em setembro de 2020, a Companhia contabilizou o montante de R$ 1.105, referente processo tributário que trata da exclusão do ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS, com trânsito em julgado e com pedido de habilitação deferido.

iii. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários - Reintegra é apurado com base no percentual de 1% sobre a receita auferida com a exportação de produtos manufaturados. Os valores apurados no Reintegra devem ser compensados com débitos federais ou ressarcidos em

espécie. Do valor apurado no Reintegra, 17,84% serão devolvidos a título da contribuição para o PIS e 82,16% a título de contribuição para o COFINS.

PIS - Programa de Integração Social.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

11 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Benefícios de curto prazo (i)	917	733	2.451	2.150

i. Inclui salários, assistência médica, seguro de vida, dentre outros. A administração da Companhia é composta por dois diretores e três conselheiros, o qual tem seus serviços remunerados por honorários fixos mensais aprovados em AGO.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

Principais transações com o pessoal chave da Administração
Um dos conselheiros da Companhia possui participação acionária de 52,55%, sendo 0,55% de participação direta e 52% de participação indireta.

Outras transações com o pessoal chave da Administração
Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia registra provisão para bônus de curto prazo a pagar para seus Diretores no montante de R$ 1.431 e R$ 714, respectivamente, registrado em "Obrigações sociais e trabalhistas", cujo pagamento está condicionado ao sucesso da Oferta Pública Inicial a ser realizado pela Companhia ou desinvestimento do acionista FIP.

b. Outras transações com partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados do período/exercício, relativo a operações com empresas relacionadas, estão descritas abaixo:

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Saldo em aberto em	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Compra de produtos						
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	7.070	6.689	19.325	19.018	37	710
	7.070	6.689	19.325	19.018	37	710
Venda de produtos						
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	3	218	17	638	-	-
	3	218	17	638	-	-
Outros						
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	-	1.507	1.507
Reembolso de rateio de despesas (ii) (nota explicativa 19)	1.045	1.257	3.614	2.394	326	359
	1.045	1.257	3.614	2.394	1.833	1.866

i. O saldo de obrigações de empréstimos a pagar com a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. não possui incidência de encargos financeiros e não há prazo de vencimento pré-definido.

ii. Refere-se à atividades compartilhadas pela Companhia e suas partes relacionadas relativas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos e tecnologia da informação. Os termos são definidos em contrato entre as partes e considera o rateio das despesas com base no faturamento bruto das Companhias. As notas de débito são pagas até o 20° dia do mês subsequente.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas devem ser liquidados dentro de 45 dias da data do balanço (exceto pelo valor relacionado ao empréstimo).

Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

12 Imobilizado

a. Composição

	30/09/2020			31/12/2019		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo Líquido**
Terrenos industriais	6.222	-	6.222	6.222	-	6.222
Edificações	44.061	(6.100)	37.961	43.522	(5.425)	38.097
Instalações	64.498	(13.041)	51.457	64.294	(10.802)	53.492
Máquinas e equipamentos	285.772	(97.798)	187.974	285.208	(86.559)	198.649
Software e hardware	3.616	(2.295)	1.321	2.476	(1.850)	626
Móveis e utensílios	1.127	(663)	464	1.127	(603)	524
Veículos	4.353	(2.127)	2.226	4.399	(1.684)	2.715
Obras em andamento	17.791	-	17.791	6.366	-	6.366
Outros ativos	2.679	-	2.679	2.679	-	2.679
	430.119	(122.024)	308.095	416.293	(106.923)	309.370

b. Movimentação do ativo imobilizado

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de setembro de 2020

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	43.522	64.294	285.208	2.476	1.127	4.399	6.366	2.679	416.293
Aquisições	-	346	204	564	1.140	-	-	11.618	-	13.872
Transferências	-	193	-	-	-	-	-	(193)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Em 30 de setembro de 2020	6.222	44.061	64.498	285.772	3.616	1.127	4.353	17.791	2.679	430.119
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2020	-	(5.425)	(10.802)	(86.559)	(1.850)	(603)	(1.684)	-	-	(106.923)
Depreciação	-	(675)	(2.239)	(11.239)	(445)	(60)	(489)	-	-	(15.147)
Baixas	-	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 30 de setembro de 2020	-	(6.100)	(13.041)	(97.798)	(2.295)	(663)	(2.127)	-	-	(122.024)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	38.097	53.492	198.649	626	524	2.715	6.366	2.679	309.370
Em 30 de setembro de 2020	6.222	37.961	51.457	187.974	1.321	464	2.226	17.791	2.679	308.095

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de setembro de 2019

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	41.543	63.301	281.557	2.114	991	4.291	6.157	2.743	408.919
Aquisições	-	1.275	959	1.352	344	124	141	296	-	4.491
Transferências	-	441	-	-	-	-	-	(441)	-	-
Baixas	-	-	-	(10)	-	-	(34)	-	-	(44)
Em 30 de setembro de 2019	6.222	43.259	64.260	282.899	2.458	1.115	4.398	6.012	2.743	413.366
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2019	-	(4.576)	(7.858)	(69.802)	(1.388)	(509)	(1.336)	-	-	(85.469)
Depreciação	-	(625)	(2.192)	(11.226)	(340)	(70)	(215)	-	-	(14.668)
Baixas	-	-	-	10	-	-	34	-	-	44
Em 30 de setembro de 2019	-	(5.201)	(10.050)	(80.709)	(1.733)	(580)	(1.823)	-	-	(100.096)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	36.967	55.443	211.755	726	482	2.955	6.157	2.743	323.450
Em 30 de setembro de 2019	6.222	38.058	54.210	201.881	730	536	2.881	6.012	2.743	313.273

Garantias
A Companhia possui máquinas e equipamentos financiados, os quais são oferecidos como garantia desses empréstimos, que somam R$ 145.943 em 30 de setembro de 2020.

Revisão das vidas úteis
As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante os exercícios. As taxas de depreciação utilizadas nos exercícios apresentados estão detalhadas na nota explicativa 6 (h).

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*.

13 Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Modalidade	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimo em moeda estrangeira (i)	EURIBOR + 0,95% e 4,5% a.a.	EUR	06/02/2026	145.936	106.439
CCE	CDI + 3,5% a.a.	BRL	17/04/2023	24.519	31.307
NCE	6,3% a.a.	BRL	20/09/2022	5.148	7.082
Finame PSI	9,2% a.a.	BRL	15/10/2020	-	2.210
Revitaliza	8,0 % a.a.	BRL	15/12/2021	-	768
Empréstimos - Lei 4131	LIBOR + 0,58% a.m.	USD	07/04/2020	-	152
				175.603	147.958
			Passivo circulante	37.121	32.072
			Passivo não circulante	138.482	115.886

i. Operação realizada com o Banco Landesbank Baden-Württemberg - LBBW.

CCE - Cédula de crédito à exportação.

NCE - Nota de crédito à exportação.

EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate (Taxas médias de juros praticadas em empréstimos interbancários em Euros por bancos Europeus).

CDI - Certificação de Depósito Interbancário.

EUR - Euro.

BRL - Reais.

Perfil de vencimentos
O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

	30/09/2020	31/12/2019
2021	-	28.780
2022	35.604	27.755
2023	29.255	21.396
2024	24.834	16.956
2025	24.834	16.956
2026	23.955	4.043
	138.482	115.886

b. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c. Garantias

Os empréstimos são garantidos por avais dos acionistas, no montante de R$ 175.507.
Os ativos adquiridos por meio de financiamento possuem a alienação do próprio bem dado em garantia, no valor de R$ 145.943.

d. Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

Em 1° de janeiro de 2020	147.958
Juros sobre empréstimos	2.401
Variação cambial	50.972
(-) Pagamento do principal	(23.417)
(-) Pagamento de juros	(2.311)
Em 30 de setembro de 2020	175.603

Em 1° de janeiro de 2019	183.423
Captações	9.000
Juros sobre empréstimos	3.864
Variação cambial	3.773
(-) Pagamento do principal	(31.803)
(-) Pagamento de juros	(4.423)
Em 30 de setembro de 2019	163.834

14 Fornecedores

Fornecedores incluem obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Companhia.

Os saldos de Fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores - mercado interno	32.515	27.497
Fornecedores - mercado externo	3.851	1.491
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 11)	37	710
	36.403	29.698

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a Fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 23.

15 Obrigações tributárias

	30/09/2020	31/12/2019
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC (i)	11.069	11.061
COFINS a recolher	2.405	-
IPI a recolher	1.381	941
ICMS a recolher	218	-
PIS a recolher	131	-
Outros	1.421	2.057
	16.625	14.059
Passivo circulante	6.787	3.393
Passivo não circulante	9.838	10.666

i. A Companhia, através de sua filial em Caçador, participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC. O PRODEC busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina.

Através desse benefício, a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina e pode postergar o recolhimento de 75% do ICMS apurado na filial.

Os vencimentos ocorrerão da seguinte forma:

2021	2.651
2022	4.934
2023	2.576
2024	908
	11.069

16 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Composição

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/09/2020			31/12/2019		
	Provisão	**Depósito judicial**	**Líquido**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Líquido**
Trabalhistas (i)	1.584	(21)	1.563	897	(1.064)	(167)
Cíveis (ii)	20.279	-	20.279	20.279	-	20.279
	21.863	(21)	21.842	21.176	(1.064)	20.112

i. Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas e equiparação salarial.

ii. Cíveis

Em 2016 a Companhia ingressou com processo judicial (cautelar – liminar) contra a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina ("Celesc") demandando a rescisão do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER em virtude da condição adversa que o mesmo representava frente ao mercado de energia livre. Proferida a sentença favorável à Companhia que determinava a rescisão do contrato e a aplicação de multa de 10%, o contrato de fornecimento de energia foi suspendido e a Companhia reconheceu passivo no montante de R$ 3.764 (na rubrica de outros passivos) referente a multa rescisória.

Em 2019, após recurso por parte da Celesc ao Tribunal de Justiça de 2ª Instância do Estado de Santa Catarina, os desembargadores deram sentença favorável à Celesc, derrubando a liminar que estava em favor da Companhia.

Diante da última sentença proferida, os assessores jurídicos e a administração da Companhia concluíram que passou a existir uma nova obrigação presente do qual se espera saída de recursos pela Companhia para o cumprimento do período remanescente do contrato. Dessa forma, a Companhia reconheceu uma provisão para contingência em virtude do provável desembolso que totalizou o valor de R$ 20.279, o qual consiste basicamente nos valores a serem pagos pela Companhia pelo cumprimento do prazo remanescente do contrato, corrigido pelo IGP-M, reduzido pelos créditos tributários de PIS e COFINS originado na compra de energia, e

receita de venda a ser gerada pela Companhia na venda de energia a ser faturada a preço de mercado (PLD - Preço de Liquidação das Diferenças).

Apesar da ação estar ainda tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Companhia está em estágio avançado de negociação extrajudicial com a Celesc e prevê um desfecho consensual ao litígio.

Movimentação

Em 1° de janeiro de 2020	21.176
Adições	687
Em 30 de setembro de 2020	21.863

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos e administração como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 1.636 (R$ 1.636 em 2019). Tais contingências estão relacionadas com reclamatórias acerca de horas extras incorridas, danos morais e responsabilização por acidentes de trabalho.

Para esse montante, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, no valor total de R$ 137.996 está representado por 55.786.874 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionista	Ações	%
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	37.406.440	67,05
Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	31,89
João Carlos Ribeiro Pedroso	307.508	0,55
Leoni Margarida Bertolin	270.692	0,49
José Carlos Januário	11.800	0,02
	55.786.874	100

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Opção de venda de ações

Em 10 de outubro de 2014, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. firmou o Acordo de Investimentos e outras Avenças da Guararapes Painéis S.A., tendo a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. como interveniente anuente, com o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações.

Através do Acordo de Investimentos, o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações integralizou e subscreveu novas ações ordinárias representativas de 31,89% do capital total e votante da Guararapes Painéis S.A. Este Acordo permitiu que a Companhia continuasse com o projeto de investimentos na unidade de Caçador-SC.

Com base no referido acordo de acionistas, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. outorgou ao acionista Brasil Agronegócios - Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), uma opção de venda de ações por meio do qual o FIP, a partir de 30 de dezembro de 2017, possui o direito, mas não a obrigação, a seu único e exclusivo critério, de, a qualquer momento vender a totalidade de suas ações. Consequentemente, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. teria a obrigação de comprá-las. Até a emissão destas informações trimestrais, o FIP não havia exercido esta opção.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R$ 9.645 (R$ 9.645 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebeu como subvenção governamental o montante de R$ 3.421, em 2013, mediante a doação de terreno no Município de Caçador-SC (matrículas 30439, 30486, 30322 e 30485), destinado na construção de seu parque industrial.

Adicionalmente, a Companhia participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, o qual consiste em uma subvenção governamental que busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Através do PRODEC a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina bem como uma postergação em 75% do saldo a recolher deste imposto. O valor de redução da alíquota do tributo é reconhecido no resultado como 'Impostos sobre vendas', deduzindo assim a despesa relacionada, e no encerramento do exercício esse montante é destinado como reserva de incentivo fiscal, onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva de incentivos fiscais o valor de R$ 11.508 (R$ 11.508 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

As destinações são aprovadas pelos acionistas em Assembleia própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A movimentação dos dividendos no período findo em 30 de setembro de 2020 está conforme abaixo:

Em 1° de janeiro de 2020	16.150
Dividendos distribuídos	3.222
Dividendos pagos	(19.372)
Em 30 de setembro de 2020	-
Em 1° de janeiro de 2019	14.526
Dividendos pagos	(14.526)
Em 30 de setembro de 2019	-

d. Lucro líquido por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do período	23.232	16.588	51.031	54.052
Lucro líquido por ação básico e diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em unidades)	55.786.874	55.786.874	55.786.874	55.786.874
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	0,41644	0,29735	0,91475	0,96890

18 Receita líquida de vendas

Fluxo de receita e desagregação da receita de contratos com clientes

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF - *Medium Density Fiberboard*).

Conforme nota explicativa 22, a Companhia possui um único segmento reportável, o qual refere-se a Painéis - Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF.

Abaixo está apresentado a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado, além da composição da receita de contratos com clientes segregado entre mercado interno e mercado externo. Para a composição da receita por mercado geográfico, vide nota explicativa 22 – Informação por segmento.

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita bruta				
Venda de mercadorias - mercado interno	178.436	161.489	457.739	440.991
Venda de mercadorias - mercado externo	34.794	26.477	102.907	66.571
	213.230	187.966	560.646	507.562
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre vendas	(35.776)	(32.221)	(91.038)	(89.875)
Devoluções e descontos	(2.787)	(4.174)	(7.077)	(8.396)
Comissões	(1.642)	(1.445)	(4.131)	(4.295)
	(40.205)	(37.840)	(102.246)	(102.566)
	173.025	150.126	458.400	404.996

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Painéis	Representa a venda de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF, havendo duas principais modalidades de venda, sendo: - Os clientes obtêm controle da produção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.; ou - Os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são despachados do depósito da Companhia. Os prazos de pagamento variam de contrato a contrato. De forma geral o prazo médio é de 45 dias. Não há acordos comerciais significativos, tais como direito de devolução, descontos, entre outros. Entende-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos clientes.	A receita e os custos associados são reconhecidos no momento da obtenção do controle pelo cliente, a depender da modalidade acordada entre as partes.

19 Custos e despesas por natureza

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Materiais e embalagens	(84.449)	(78.482)	(222.237)	(188.478)
Custos e despesas de pessoal	(13.427)	(11.624)	(36.396)	(33.433)
Logística	(12.705)	(11.269)	(35.770)	(29.622)
Energia elétrica	(7.291)	(6.979)	(19.987)	(19.537)
Depreciação	(6.991)	(4.899)	(15.147)	(14.668)
Manutenção	(4.012)	(4.405)	(12.456)	(17.113)
Marketing e publicidade	(2.057)	(2.766)	(5.856)	(7.445)
Despesas compartilhadas	(1.045)	(1.257)	(3.614)	(2.394)
Serviços	(941)	(164)	(2.220)	(1.433)
Depreciação do ativo de direito de uso	(52)	(69)	(209)	(209)
Viagens e estadias	(28)	(131)	(176)	(896)
Utilidades	(16)	(16)	(54)	(55)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	309	(1.541)	(1.083)	(3.885)
Contingências	-	-	(687)	-
Outras despesas administrativas	(3.256)	(1.081)	(7.328)	(7.484)
	(135.961)	(124.683)	(363.220)	(326.652)

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Classificados como				
Custo dos produtos vendidos	(112.638)	(103.270)	(301.644)	(267.973)
Despesas comerciais	(14.762)	(14.034)	(41.626)	(37.067)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	309	(1.541)	(1.083)	(3.885)
Despesas gerais e administrativas	(8.870)	(5.838)	(18.867)	(17.727)
	(135.961)	(124.683)	(363.220)	(326.652)

20 Resultado financeiro, líquido

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	1.114	1.605	1.546	4.563
Juros e descontos	78	122	731	246
	1.192	1.727	2.277	4.809
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(965)	(1.645)	(3.079)	(4.322)
Despesas bancárias	(28)	(53)	(108)	(210)
Juros sobre arrendamentos	(5)	(15)	(18)	(47)
Outras despesas financeiras	(167)	(106)	(747)	(272)
	(1.165)	(1.819)	(3.952)	(4.851)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos				
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	942	297	7.170	164
Variação cambial				
Variação cambial passiva	(15.367)	(5.835)	(64.716)	(5.452)
Variação cambial ativa	5.556	1.764	25.421	2.855
	(9.811)	(4.071)	(39.295)	(2.597)
Despesas financeiras, líquidas	(8.842)	(3.866)	(33.800)	(2.475)

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Valores reconhecido no resultado do exercício/período e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

	Período de três meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes dos impostos	33.410	23.631	73.145	80.296
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(11.359)	(8.035)	(24.869)	(27.301)
Adições/exclusões à base de cálculo	1.181	992	2.755	1.057
	(10.178)	(7.043)	(22.114)	(26.244)
Despesa impostos correntes no resultado do período	(8.372)	(4.180)	(18.299)	(18.368)
Despesa impostos diferidos no resultado do período	(1.806)	(2.863)	(3.815)	(7.876)
Alíquota efetiva	30%	30%	30%	33%

(b) Conciliação e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	30/09/2020	**31/12/2019**
Diferenças temporárias:		
Depreciação fiscal x vida útil	(57.473)	(48.960)
Variações monetárias	3.821	2.015
Perda por redução ao valor recuperável	2.526	2.158
Provisão para contingências	7.434	7.200
Outras diferenças temporárias	4.953	2.663
Passivo fiscal diferido, líquido	(38.739)	(34.924)

A movimentação dos impostos diferidos no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 está descrita abaixo:

	30/09/2020
Saldo inicial	(34.924)
Adições	(3.815)
Passivo fiscal diferido, líquido	(38.739)

22 Informações por segmento

a. Base para segmentação

A Administração desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

O seguinte resumo descreve as operações da Companhia:

Segmento reportável	Operações
Painéis	Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF.

O CEO da Companhia revisa os relatórios gerenciais internos da divisão periodicamente.

(i) Segmentos geográficos

A receita do segmento de venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras *MDF - Medium Density Fiberboard*) baseia-se na localização geográfica dos clientes.

Receita de vendas - mercado externo

	Período de três meses findos em 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020
América do Norte	13.461	45.413
América do Sul	11.839	26.858
Caribe	1.305	3.801
África	630	1.618
Europa	242	1.104
Ásia	518	3.856
Outros	6.799	20.257
	34.794	102.907

23 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 30 de setembro de 2020

		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	**Valor justo - Instrumentos de proteção**	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos de proteção (*derivativos*)	23	3.791	-	-	3.791	3.791	3.791
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	189.899	-	189.899	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	111.999	-	111.999	-	-
Outros ativos		-	3.345	-	3.345	-	-
		3.791	305.243	-	309.034	3.791	3.791
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	14	-	-	36.403	36.403	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	11	-	-	1.507	1.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	175.603	175.603	-	-
Passivos de arrendamento		-	-	90	90	-	-
Outros passivos		-	-	5.805	5.805	-	-
		-	-	219.408	219.408	-	-

Em 31 de dezembro de 2019

		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	**Valor justo - Instrumentos de proteção**	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	131.191	-	131.191	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	85.226	-	85.226	-	-
Outros ativos		-	4.756	-	4.756	-	-
		-	221.173	-	221.173	-	-

Em 31 de dezembro de 2019		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos de proteção (*derivativos*)		112	-	-	112	112	112
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	14	-	-	29.698	29.698	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	11	-	-	1.507	1.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	147.958	147.958	-	-
Passivos de arrendamento		-	-	299	299	-	-
Outros passivos		-	-	4.015	4.015	-	-
		112	-	183.477	183.589	112	112

(b) Mensuração do valor justo

Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- *Caixa e equivalente de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- *Contas a receber e outros ativos* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se aproxima ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

- *Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos* - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada de acordo com entendimento da Administração e reflete a informação contábil mais relevante, levando-se em consideração o modelo de negócios da Companhia.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos de proteção (*derivativos*)	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de *swap*. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps*. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito, calculado com base nos preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

i. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no período foram divulgadas na nota explicativa 8.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber' segregado entre mercado interno e externo bem como por aging de vencimento está apresentado na nota explicativa 8.

Avaliação da perda esperada de crédito
A Companhia utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. A Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. A Companhia realizou o cálculo das perdas esperadas com base nos títulos com vencimento superior a 90 dias.

Títulos de dívida
A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que apresentam solidez no mercado.

Garantias
As garantias emitidas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa 13.

ii.*Risco de liquidez*
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações trimestrais. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais

Em 30 de setembro de 2020

		Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	175.603	38.963	38.269	108.281
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.507	-	-	1.507
Fornecedores	36.403	36.403	-	-
Passivo de arrendamento	90	90	-	-

iii. *Risco de mercado*
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: a) risco cambial, e b) risco de taxa de juros.

Risco cambial
A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: R$, Dólar e Euro.

Análise de sensibilidade
O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Companhia em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 30 de setembro de 2020 (PTAX):

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD e EUR contra todas as outras moedas em 30 de setembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	Moeda	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Saldo contábil	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Contas a receber de clientes	USD	20.041	10.020	40.081	(10.020)	(20.041)
Fornecedores	USD	77	39	154	(39)	(77)
Fornecedores	EUR	1.849	924	3.697	(924)	(1.849)
NDF - Non Deliverable	EUR	(13.226)	(6.613)	26.453	6.613	13.226
Empréstimos e financiamentos	EUR	72.968	36.484	145.936	(36.484)	(72.968)
		81.709	40.854	216.321	(40.854)	(81.709)

	Moeda	-50%	-25%	PTAX	25%	50%
PTAX	EUR	3,3066	4,9599	6,6132	8,2665	9,9198
PTAX	USD	2,8204	4,2305	5,6407	7,0509	8,4611

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo está demonstrado os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Foi apresentado um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 3,30% projetado para o próximo exercício) e ainda mais dois cenários com apreciação e depreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	184.398	6.085	4.564	3.043
			184.398	6.085	4.564	3.043
Impacto no resultado					(1.521)	(3.042)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	29.667	979	734	490
			29.667	979	734	490
Impacto no resultado					(245)	(489)
Impacto final no resultado					(1.766)	(3.531)

Aumento do CDI	**Indexador**	**Risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	184.398	6.085	7.606	9.127
			184.398	6.085	7.606	9.127
Impacto no resultado					1.521	3.042
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	29.667	979	1.223	1.469
			29.667	979	1.223	1.469
Impacto no resultado					245	489
Impacto final no resultado					1.766	3.251

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os valores classificados como instrumentos financeiros derivativos referem-se ao valor justo de operações de *NDF - Non Deliverable Forwards* de câmbio para proteção das exposições em Euro.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias especificas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita acima no item (b)).

No quadro abaixo, está demonstrado as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

	Valor referência (notional) - EUR		**Valor justo - R$**	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
NDF - Non Deliverable Forwards	4.000	4.000	3.791	(112)

24 Gerenciamento de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial) e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

	30/09/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento	177.200	149.876
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.899)	(131.191)
Dívida líquida	(12.699)	18.685
Patrimônio líquido	378.569	330.760
Capital total	365.870	349.445
Índice de alavancagem financeira (i)	(3%)	5%

(i) O índice de alavancagem financeira é calculado através do capital total dividido pela dívida líquida.

25 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 30 de setembro de 2020 são assim demonstradas:

	30/09/2020
Danos materiais	262.100
Lucros cessantes	55.431
Responsabilidade civil	30.000

26 Eventos subsequentes

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda., que tem como atividade principal a industrialização e comercialização de madeiras laminadas, madeiras serradas e madeiras compensadas.

Nessa mesma data, a Companhia obteve o controle indireto da Guararapes USA Inc. e da Trensur S.A., uma vez que as empresas são controladas diretas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

a. Contraprestação transferida

A operação foi realizada por meio da emissão de 41.737.360 ações da Companhia em troca de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda., conforme detalhado abaixo:

Número de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	130.000
Multiplicado pela relação de troca de 0,3211 ações da Companhia para cada ação ordinária da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	41.737.360
Multiplicado pelo valor justo da Companhia (valores expressos em reais)	21,85
Valor justo da contraprestação transferida	911.984

Com a aquisição, o capital social da Companhia passou de R$ 137.996 para R$ 1.049.980

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Em 4 de novembro de 2020	
Ativos adquiridos	
Caixa e equivalentes de caixa	121.541
Contas a receber de clientes	76.039
Estoques	32.200
Outros ativos	56.568
Imobilizado	270.685
Intangível	248.494
Passivos assumidos	
Fornecedores	17.228
Empréstimos e financiamentos	153.931
Impostos de renda e contribuição social diferidos	159.453
Outros passivos	28.705
Total de ativos líquidos identificáveis	446.210

c. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	911.984
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(446.210)
Ágio	465.774

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Caçador, 15 de dezembro de 2020.

Valerí Sberse
Diretor Financeiro

Fabio de Freitas Leitão Torres
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO K DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 30 de novembro de 2020.

KPDS

Conteúdo

Relatório da administração	**3**
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	**5**
Balanços patrimoniais	**11**
Demonstrações do resultado	**12**
Demonstrações do resultado abrangente	**13**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**14**
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	**15**
Demonstrações do valor adicionado	**16**
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	**17**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Um ano desafiador, sem dúvida!

Estamos vivendo a maior crise sofrida pela humanidade na era moderna, de cunho sanitário e que nos afeta direta e indiretamente em todos os sentidos de nossas vidas: a COVID-19.

Após praticamente um ano de descontrole de quase todas as diretrizes existenciais, focando especificamente nos fatores econômicos globais e regionais nos deparamos com desafios nunca antes imaginados. Contando com a inerente adaptação humana, fator decisivo para a superação de quaisquer barreiras e estando agora na iminência de uma solução efetiva, conseguimos visualizar um futuro mais promissor para o país, o mercado e o nosso negócio.

A lição disso tudo é que olhamos para trás e conseguimos ver a própria superação, fruto do empenho de todos e esforços conjuntos de forma construtiva. Passamos esses 11 meses de 2020 planejando, reprogramando e não medindo esforços para superar as adversidades.

Agora, no final da jornada, podemos colher os louros da vitória de um ano bem-sucedido, mesmo com todos os fatores adversos acima mencionados.

Reportamos a seguir nosso desempenho durante praticamente todo o ano fiscal de 2020, encerrado como vamos observar a seguir em Novembro e demonstrando muitas realizações e novos projetos.

MDF e COMPENSADOS. Agora juntos.

Reorganização Societária: buscando a sinergia operacional entre as empresas com relacionamento acionário de forma direta, foi assinado em 25/09/2020 um Memorando de Intenções para que o acionista da Guararapes Painéis, Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações, administrado pela gestora de fundos BRZ Investimentos, pudesse também participar da Indústria de Compensados Guararapes e assim viabilizar um projeto novo de crescimento em ambos os seguimentos. Desta forma, em 04/11/2020 foi assinado o Acordo de investimento definitivo, com devido registro no CADE em 04/11/2020, refletido nas demonstrações financeiras. Esta combinação de negócios se traduz no segmento fabril nas unidades de Palmas/PR, Santa Cecília/SC e Caçador/SC, formando um dos complexos madeireiro mais importante do Brasil, empregado mais de 2.000 colaboradores e com capacidade produtiva total de quase 1 milhão de m³ de chapas de MDF e Compensados

Com sinergias no campo da produção e compra de insumos, o negócio combinado soma a 2ª maior exportadora brasileira de Compensados com a 4ª maior produtora de chapas de MDF do Brasil, consolidando a experiência de quase 40 anos de mercado em negócios compartilhados.

A ideia central, além da sinergia existente, é alçar voos ainda maiores e consolidar o mercado brasileiro de MDF e expandir a produção de Compensados estruturais para exportação.

Ainda, com a capacidade somada de ambas as empresas, surgem oportunidades para expansão do parque fabril de MDF, com projeto em andamento que adicionará mais 540 mil m³ atual site de Caçador/SC, assim como mais 30 mil m³ de Compensados anuais nos sites de Palmas/PR e Santa Cecília/SC, totalizando um incremento de capacidade total dos atuais 950 mil m³ para 1.520 m³.

Da[illegible]nário, apresentamos a seguir o desempenho das companhias de forma i[illegible]olidadas, demonstran[illegible]preendimento conj[illegible]

+

+

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

RESULTADO CONSOLIDADO (Evolução NOV-19 a NOV-20)

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	31/12/2019	30/11/2020
Total do Ativo	1.639.820	617.358	1.979.721
Total do Patrimônio Líquido	1.338.949	330.760	1.338.949
Receita Líquida de Vendas	578.699	511.838	607.440
Lucro Bruto	203.588	174.987	215.790
Margem de Contribuição	35%	34%	36%
Lucro antes dos Movimentos Financeiros	141.029	110.653	151.501
Lucro Líquido doPeríodo	99.427	77.785	99.427
EBITDA	177.249	135.274	167.374
EBITDA Margem (%)	31%	26%	28%
Dívida Líquida	(51.468)	16.767	(38.105)
Dívida Líquida / EBITDA (vezes)	-0,29	0,12	-0,23

Com desafios sendo superados e certamente muitos outros a serem vencidos, iniciamos uma nova jornada baseada em velhos princípios: respeito, trabalho, honestidade e caráter.
Nossos valores, aliados a força do nosso quadro de profissionais e parceiros de longa data certamente nos ajudarão a construir as avenidas de crescimento e manterão o Grupo Guararapes no lugar de destaque que sempre alcançou.
Está nascendo um novo, mas tradicional grupo empresarial, com a marca Guararapes.

A Direção.

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Guararapes Painéis S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de novembro de 2020 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de onze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guararapes Painéis S.A. em 30 de novembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de onze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo os requerimentos do o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobres esse assuntos.

Combinação de negócios

Veja as Nota 3 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Compensados Guararapes Ltda. Esta transação foi contabilizada conforme o pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3) – Combinação de Negócios e, portanto, a Companhia mensurou a contraprestação transferida, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição cuja estimativa requer o uso de premissas tais como: custo de reposição de determinados ativos, taxa de desconto (WACC), período projetado e perpetuidade. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e às incertezas relacionadas as premissas e estimativa que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: ● A avaliação dos contratos de permuta de participações societárias entre os acionistas. ● Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo das contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição; ● Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo das contraprestação transferida, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição. Também, avaliamos as premissas utilizadas e cálculos, confrontando com informações externas, bem como avaliamos a análise de sensibilidade sobre essas premissas e os impactos de possíveis mudanças sobre os valores justos calculados; e ● Avaliamos, também, se as divulgações das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis a determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos, no contexto das demonstrações financeiras intermediarias individuais e consolidada para o período findo em 30 de novembro de 2020.

Provisões para contingencias

Veja as Notas 4 e 18 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 18 das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia reconhece provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis, quando tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados e que seja provável uma saída de recursos que para liquidar a obrigação. O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é tomado e calculado pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, que utilizam como base os elementos do processo e consideram a jurisprudência de demandas semelhantes. Como o julgamento para determinação do risco de perda e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como o principal assunto de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Obtenção de carta de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, bem como discussão com os assessores legais, sobre a probabilidade da perda das causas mais relevantes; • Confrontamos as cartas de confirmações e os montantes registrados e divulgados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas; • Verificamos as movimentações do saldo de provisão para riscos legais no período, analisando as mudanças de prognóstico de perda para processos significativos e a razoabilidade destas mudanças; • Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas, por meio da análise da jurisprudências de processos semelhantes, informações históricas, e pareceres preparados pelos assessores jurídicos da Companhia; e • Avaliamos, também, se as divulgações das demonstrações financeiras intermediarias individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável as divulgações e o montante da provisão para contingências reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referente ao período findo em 30 de novembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Guararapes Painéis S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado
Ativo	**Nota**	**30/11/2020**	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10	206.998	131.191	332.977
Contas a receber de clientes	11	107.318	84.807	155.607
Estoques	12	64.563	76.378	112.157
Adiantamentos a fornecedores	13	2.496	3.044	22.410
Impostos a recuperar	14	1.243	167	24.997
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	560
Outros ativos		2.859	1.712	5.074
Total do ativo circulante		385.477	297.299	653.782
Não circulante				
Contas a receber de clientes	11	-	419	-
Estoques	12	13.166	6.010	17.002
Impostos a recuperar	14	2.342	2.839	10.437
Depósitos judiciais	22	11	1.064	249
Total do realizável a longo prazo		15.519	10.332	27.688
Investimentos	15	925.711	-	-
Imobilizado	17	308.587	309.370	581.290
Intangível	18	-	-	712.436
Ativo de direito de uso - arrendamento		87	357	87
Total do ativo não circulante		1.249.904	320.059	1.321.501
Total do ativo		1.635.381	617.358	1.975.283

		Controladora		Consolidado
Passivo	**Nota**	**30/11/2020**	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	19	35.540	32.072	99.594
Instrumentos financeiros derivativos		-	112	-
Fornecedores	20	42.061	29.698	58.868
Obrigações tributárias	21	5.747	3.393	8.568
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.621	7.607	11.213
Obrigações sociais e trabalhistas		11.871	9.093	23.156
Dividendos a distribuir	23	-	16.150	-
Passivo de arrendamento		29	213	29
Outros passivos		9.054	4.015	12.851
Total do passivo circulante		110.923	102.353	214.279
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	19	119.990	115.886	195.278
Passivo de direito de uso - arrendamento		-	86	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	27	40.202	34.924	196.514
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	16	-	1.507	-
Provisão para contingências	22	20.601	21.176	23.754
Obrigações tributárias	21	10.559	10.666	9.650
Outros passivos		-	-	2.702
Total do passivo não circulante		191.352	184.245	427.898
Patrimônio líquido	23			
Capital social		1.049.980	137.996	1.049.980
Reservas de lucros		189.542	192.764	189.542
Lucros acumulados		93.584	-	93.584
Total do patrimônio líquido		1.333.106	330.760	1.333.106
Total do passivo e patrimônio líquido		1.635.381	617.358	1.975.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**30/11/2020**	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Receita líquida de vendas	24	578.699	507.436	607.440
Custo dos produtos vendidos	25	(375.111)	(334.122)	(391.650)
Lucro bruto		203.588	173.314	215.790
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	26	(51.761)	(46.038)	(54.533)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	26	(2.288)	(2.308)	(7.876)
Despesas gerais e administrativas	26	(24.521)	(44.878)	(27.786)
Outras receitas, líquidas		16.011	4.823	21.468
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		141.029	84.913	147.063
Despesas financeiras	27	(4.227)	(5.888)	(4.784)
Receitas financeiras	27	3.339	6.049	3.506
Instrumentos financeiros derivativos	27	6.524	484	6.524
Variação cambial líquida	27	(36.028)	(5.420)	(31.086)
Despesas financeiras, líquidas		(30.392)	(4.775)	(25.840)
Resultado de equivalência patrimonial	15	13.727	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		124.364	80.138	121.223
Imposto de renda e contribuição social – corrente	28	(25.502)	(18.368)	(25.502)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	28	(5.278)	(9.768)	(2.137)
Lucro líquido do período		93.584	52.002	93.584
Lucro líquido por ação	21			
Lucro líquido por ação - básico e diluído (R$)		1,5707	0,9322	1,5707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Lucro líquido do período	93.584	52.002	93.584
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	93.584	52.002	93.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Reserva de retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 1° de janeiro de 2019		137.996	6.555	9.199	130.980	-	284.730
Lucro líquido do período		-	-	-	-	52.002	52.002
Em 30 de novembro de 2019		137.996	6.555	9.199	130.980	52.002	336.732
Em 1° de janeiro de 2020		137.996	9.645	11.508	171.611	-	330.760
Lucro líquido do período		-	-	-	-	93.584	93.584
Distribuição de dividendos	23 (c)	-	-	-	(3.222)	-	(3.222)
Aumento de capital social por combinação de negócios	3 (a)	911.984	-	-	-	-	911.984
Em 30 de novembro de 2020		1.049.980	9.645	11.508	168.389	93.584	1.333.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**30/11/2020**	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do período		93.584	52.002	93.584
Ajustes por:				
Depreciação	17	16.210	17.963	16.497
Depreciação do ativo de direito de uso	27	270	256	270
Amortização do intangível		-	-	1.832
Resultado de equivalência patrimonial	15	(13.727)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	11	2.288	2.308	7.876
Provisão para contingências	22	(575)	21.561	(2.864)
Juros e variação cambial não realizados	19	48.512	11.275	38.681
Juros de passivo de arrendamento		19	43	19
Imposto de renda e contribuição social	23	30.780	28.136	26.135
Instrumentos financeiros derivativos		(112)	(199)	(112)
		177.249	133.345	181.918
Variações em:				
Contas a receber de clientes		(24.408)	(5.044)	(2.246)
Estoques		4.659	(9.154)	(14.571)
Adiantamento a fornecedores		548	(3.042)	(19.366)
Impostos a recuperar		(579)	3.476	23.319
Outros ativos		(94)	(1.459)	(2.547)
Fornecedores		12.363	5.167	11.942
Obrigações tributárias		2.247	3.240	7.317
Outros passivos		7.817	4.057	2.337
Caixa gerado pelas atividades operacionais		179.802	130.586	188.103
Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos		(3.287)	(5.837)	(3.640)
Pagamento de juros - passivos de arrendamento		(19)	(43)	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.488)	(26.765)	(23.550)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		150.008	97.941	160.894
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Caixa adquirido através de combinação de negócios	3	-	-	121.541
Aquisição de ativo imobilizado	17	(15.427)	(6.147)	(17.470)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	17	28	80	28
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(15.399)	(6.067)	104.099
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Captação de empréstimos e financiamentos	19	-	9.000	318
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	19	(37.653)	(46.340)	(42.376)
Pagamento de passivo de arrendamento - principal		(270)	(309)	(270)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas		(1.507)	-	(1.507)
Dividendos pagos	23	(19.372)	(14.526)	(19.372)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(58.802)	(52.175)	(63.207)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		75.807	39.699	201.786
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		131.191	89.364	131.191
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		206.998	129.063	332.977
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		75.807	39.699	201.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Guararapes Painéis S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de onze meses findos em 30 de novembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
1 Receitas			
Venda de mercadorias (menos devoluções e abatimentos)	701.014	625.010	730.559
Outras receitas operacionais	578	794	578
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.288)	(2.308)	(7.876)
	699.304	623.496	723.261
2 Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produto vendidos	378.338	323.848	388.950
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	106.069	120.136	108.818
	484.407	443.984	497.768
Valor adicionado bruto	214.897	179.512	225.493
3 Depreciação (incluindo depreciação do ativo de direito de uso)	16.480	18.219	16.767
4 Valor adicionado líquido produzido	198.417	161.293	208.726
5 Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	13.727	-	-
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	37.386	10.193	48.520
Outras receitas	15.984	4.747	21.289
Valor adicionado total a distribuir	265.514	176.233	278.535
6 Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	33.490	31.079	39.267
Benefícios	2.240	1.905	2.768
FGTS	2.214	2.238	2.648
	37.944	35.222	44.683
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	61.109	62.683	59.986
Estaduais	3.227	9.509	3.393
Municipais	107	34	123
	64.443	72.226	63.502
Remuneração de capital de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	67.778	14.968	74.360
Aluguéis	1.765	1.815	2.406
	69.543	16.783	76.766
7 Remuneração de capital próprio			
Distribuição de dividendos	3.222	-	3.222
Lucros retidos	90.362	52.002	90.362
	93.584	52.002	93.584
Valor adicional distribuido	265.514	176.233	278.535

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Guararapes Painéis S.A. ("Companhia" ou "Painéis") é uma sociedade anônima de capital privado, fundada em 2 de maio de 2007, e tem por atividade principal a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard*), podendo ainda produzir MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard*) e pisos laminados.

Sua matriz e parque industrial encontram-se instalados na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, com administração na cidade de Palmas e escritório de apoio comercial na cidade de Curitiba, ambas no Estado do Paraná. Ainda, a Companhia possui uma filial instalada na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo está envolvido com a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF, madeiras laminadas, madeiras serradas e madeiras compensadas.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global.

O Grupo adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão:

- Criação de um Comitê de Crise para acompanhar a evolução da pandemia entre os colaboradores, familiares e comunidade;
- Reforço dos protocolos de higiene dentro das instalações do Grupo;
- Propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos;
- Adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho;
- Antecipação de férias dos times de trabalho; e
- Suspensão dos investimentos entre o período de março a agosto de 2020.

Ainda, o Grupo analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras intermediárias, conforme abaixo:

- Risco de continuidade operacional: o Grupo não identificou elementos que podem trazer incertezas sobre a sua continuidade operacional.

- Contas a receber de clientes e perdas por redução ao valor recuperável: o Grupo não identificou riscos adicionais em relação a recuperabilidade de seu contas a receber. Os prazos se mantem constantes com o período pré-pandemia.

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*impairment*": o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020.

2 Relação de entidades controladas

Abaixo está a lista de controladas do Grupo:

Entidade	Atividade principal	País	Controle	Participação acionária % 30/11/2020	Participação acionária % 31/12/2019
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	Industrialização e comercialização de madeiras laminadas, serradas e compensadas.	Brasil	Direto	100	-
Guararapes USA Inc.	Comercialização de compensados e MDF.	Estados Unidos	Indireto	100	-
Trensur S.A. (i)	Prestação de serviços como *holding,*	Uruguai	Indireto	100	-

i. Companhia constituída, mas sem aportes de capital até a emissão destas demonstrações financeiras intermediárias.

3 Aquisição de controladas

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados"), que tem como atividade principal a industrialização e comercialização de madeiras laminadas, madeiras serradas e madeiras compensadas.

Nessa mesma data, a Companhia obteve o controle indireto da Guararapes USA Inc. e da Trensur S.A., uma vez que as empresas são controladas diretas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Como resultado dessa combinação de negócios, espera-se que o Grupo aumente sua presença no mercado local e internacional.

Entre a data de aquisição e 30 de novembro de 2020, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. e a Guararapes USA Inc. contribuíram com uma receita de R$ 34.032 e lucro de R$ 17.831 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2020, a Administração estima que a receita consolidada seria de R$ 1.051.940 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 261.065.

A contabilização dessa combinação de negócio foi realizada usando o método de aquisição de acordo com o CPC15(R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde a Painéis é considerada a Adquirente. O CPC15 (R1)/IFRS 3, requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos em seu valor justos na data de aquisição. A mensuração de valor justo pode ser altamente subjetiva e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver e suportar um intervalo de valores estimados.

Custos de Transação relacionados à aquisição (ou seja, assessoria, assessoria jurídica, avaliadores e outros honorários profissionais) e determinados gastos com reestruturação societária relacionados à Transação não são considerados componentes da contraprestação transferida, mas são contabilizados como despesas nos períodos em que os custos incorridos. Os custos relacionados a Transação não foram considerados relevantes pela Administração.

a. Contraprestação transferida
A Transação foi realizada por meio da emissão de ações da Painéis em troca de ações da Compensados. Para determinar o valor justo das ações da Painéis foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados ("FDC"). Desta forma, a contraprestação transferida foi determinada da seguinte maneira:

Número de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	130.000
Multiplicado pela relação de troca de 0,3211 ações da Companhia para cada ação ordinária da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	41.737.360
Multiplicado pelo valor justo da Companhia (valores expressos em reais)	21,85
Valor justo da contraprestação transferida	911.984

A avaliação das duas Companhias foi realizado com base no método dos fluxos de caixa descontados, onde foram projetados fluxos de caixa para as Companhias e descontou-se por uma taxa que considera o custo ponderado do capital próprio e de terceiros, resultando no valor operacional das Companhias, calculada com base na metodologia WACC (abreviação em Inglês de *Weighted Average Cost of Capital*)

O resultado foi então ajustado pelos ativos e passivos não operacionais e a dívida líquida de cada uma das empresas existentes na data-base, obtendo-se então o valor patrimonial das empresas (*equity value*).

Na avaliação das duas Companhias, os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de desconto de 11,9% em termos nominais.

Ao final do período projetivo foi calculada uma perpetuidade com crescimento nominal de 5,4% ao ano na avaliação da Indústria de Compensados Guararapres Ltda., e de 4,4% ao ano na avaliação da Guararapes Painéis S.A., aplicado sobre um fluxo terminal normalizado.

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
A Painéis realizou uma avaliação do valor justo dos ativos da Compensados a serem adquiridos e passivos a serem assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios, baseado em informações disponíveis a data destas informações

financeiras. Utilizando a contraprestação total para a Transação, a Painéis estimou a alocação do preço de compra. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra na data da aquisição:

Em 4 de novembro de 2020

Ativos adquiridos	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	121.541
Contas a receber de clientes	76.039
Estoques	32.200
Outros ativos	56.568
Imobilizado	270.685
Intangível	248.494
Passivos assumidos	
Fornecedores	17.228
Empréstimos e financiamentos	153.931
Impostos de renda e contribuição social diferidos	159.453
Outros passivos	28.705
Total de ativos líquidos identificáveis	446.210
Ágio	465.774
Valor justo da contraprestação transferida	911.984

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	**Técnica de avaliação**
Estoques	O valor justo foi calculado considerando o valor de custo dos produtos acabados com uma margem de lucro normal baseada nos esforços de fabricação e de venda e um preço de venda estimado líquido das despesas de venda. Na determinação do preço de venda foi considerado um *mark-up* de 200% sobre o valor de custo, e 10% de desdesas em relação ao preço de venda. O valor justo mensurado foi de R$ 32.200.
Imobilizado	Os ativos imobilizados, exceto terrenos, foram avaliados pelo método do custo de reprodução ou reposição, em que o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes, indicando quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original. A avaliação dos terrenos foi baseada em comparativo direto de dados de mercado. O valor justo mensurado foi de R$ 270.685.
Intangível	*Certificações:* Calculado em função do custo de implementação das certificações detidas pela Indústria de Compensados Ltda. Mensurado através de *Cost Approach*, o qual implica em estabelecer o valor de um ativo com base no custo de reproduzi-lo ou substituí-lo, deduzido da depreciação pela utilização já decorrida deste ativo ou por sua obsolescência. Para a mensuração do valor equivalente ao custo de reposição, foram considerados os custos atualizados de obtenção das certificações, deduzindo do custo total o efeito dos tributos diretos, uma vez que tais desembolsos seriam dedutíveis da base tributária.

Intangível	*Relacionamento com clientes:* Mensurado através da abordagem *Income Approach,* o qual considera o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente pelo ativo avaliado, quantificados na forma de fluxos de caixa. O fluxo de caixa foi projetado por um período de 20 anos e 2 meses, o qual abrange o período de Outubro de 2020 a Dezembro de 2040, descontado à taxa de 12,9% ao ano o qual consiste em um WACC de 11,9% + prêmio de 1%. Partiu-se da receita projetada de 2020, excluindo a receita com a Painéis da base e ajustando ao longo da projeção pela variação dos preços. Adicionalmente foi aplicado um Churn rate anual de 15,2%, de modo a considerar a gradual perda dos clientes existentes no momento da aquisição. O Churn rate foi calculado a partir das vendas anuais por cliente observadas entre os anos de 2015 e de 2019, agregando clientes do mercado interno e externo. O valor justo mensurado foi de R$ 245.537.

c. Ágio
O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	Nota	
Contraprestação transferida	3 (a)	911.984
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	3 (b)	(446.210)
Ágio		465.774

O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 15 de dezembro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 18** - reconhecimento de provisões e contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de novembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 (a)** - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;

- **Nota explicativa 11** - principais premissas na mensuração da perda por redução ao valor recuperável para o contas a receber;

- **Nota explicativa 17** - determinação de vidas úteis e valor residual de ativo imobilizado, bem como avaliação de indicadores de *impairment*;

- **Nota explicativa 18** - teste de redução ao valor recuperável de ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e

- **Nota explicativa 22** - mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo
Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29** - Instrumentos financeiros.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios / períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

i. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é

transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

ii. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

i. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 24.

d. Benefícios de curto prazo para empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a

obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas. Maiores detalhes, vide nota explicativa 23 (b).

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre o contas a receber de clientes, ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício / período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício / período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos são determinados utilizando o método de custo médio. O custo dos produtos acabados e produtos em processo é formado pelas matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com pessoal (de acordo com a capacidade normal de operação), não incluindo custos com empréstimos. O valor de realização líquido é o preço estimado de venda em uma situação normal dos negócios, menos despesas com vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão detalhadas abaixo. As taxas são consistentes com os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

	Taxas médias anuais de depreciação - Controladora e Consolidado
Edificações	2,49%
Instalações	2,49%
Máquinas e equipamentos	7,21%
Software e hardware	29,02%
Móveis e utensílios	11,53%
Veículos	24,73%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As taxas de amortização estão detalhadas abaixo.

	Taxas médias anuais de amortização
Relacionamento com clientes	8,95%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos
O Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de novembro de 2020.

l. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de

recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas

referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

o. Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

p. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício / período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício / período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios / períodos apresentados.

q. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

r. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

s. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias do Grupo.

10 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Caixa e bancos	1.665	14.689	11.590
Aplicações financeiras (i)	205.333	116.502	321.387
	206.998	131.191	332.977

i. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e outras aplicações de renda fixa, com vencimento inferior a 3 meses, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI para os dois períodos apresentados.

11 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Clientes no país	79.586	65.571	103.238
Clientes no exterior	36.368	26.003	66.593
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(8.636)	(6.348)	(14.224)
	107.318	85.226	155.607
Ativo circulante	107.318	84.807	155.607
Ativo não circulante	-	419	-

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
A vencer	108.336	83.098	160.568
Vencidos até 30 dias	179	2.192	194
Vencidos de 31 a 90 dias	4	370	286
Vencidos acima de 90 dias	7.435	5.914	8.783
	115.954	91.574	169.831
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(8.636)	(6.348)	(14.224)
	107.318	85.226	155.607

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes.

A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica do Grupo, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A movimentação no exercício / período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Saldo no início do exercício / período	(6.348)	(2.879)	(6.348)
Adição à provisão	(3.810)	(9.711)	(9.398)
Reversão de provisão	1.522	6.242	1.522
Saldo no final do exercício / período	(8.636)	(6.348)	(14.224)

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, está divulgada na nota explicativa 25.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Materiais de manutenção (i)	23.403	23.003	37.347
Produtos acabados	19.307	30.583	36.517
Matérias-primas	17.656	10.430	20.843
Produtos em poder de terceiros	6.345	7.792	15.216
Produtos em elaboração	5.744	6.512	9.853
Outros	5.274	4.068	9.383
	77.729	82.388	129.159
Ativo circulante	64.563	76.378	112.157
Ativo não circulante	13.166	6.010	17.002

No período de onze meses findos em 30 de novembro de 2020, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R$ 286.143 na controladora e R$ 296.755 no consolidado (R$ 248.430 em 30 de novembro de 2019).

i. Estão incluídos os materiais para a manutenção de equipamentos que são vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção. Dentre esses materiais, existe o saldo de R$ 13.166 e R$ 17.002 no consolidado (R$ 6.010 em 31 de dezembro de 2019) em itens cuja utilização é superior ao período de 12 meses, razão pela qual foram classificados no ativo não circulante.

Provisões para perdas de estoques
O Grupo realiza análise de itens com baixa movimentação, sendo que para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 não verificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

13 Adiantamentos a fornecedores

A composição dos adiantamentos está registrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Adiantamento a fornecedores - mercado interno	1.217	1.360	21.131
Adiantamento a fornecedores - mercado externo	1.279	1.684	1.279
	2.496	3.044	22.410

Os adiantamentos são compostos por pagamentos antecipados realizados pelo Grupo aos seus fornecedores de insumos. Tais valores serão realizados no momento do recebimento da mercadoria.

14 Impostos a recuperar

Refere-se aos montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades do Grupo.

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
PIS / COFINS a compensar (i)	2.509	1.527	5.929
Reintegra (ii)	638	517	1.088
ICMS a compensar (iii)	312	939	17.704
Impostos federais a compensar	126	23	2.991
Pedido de crédito de ICMS (iv)	-	-	7.035
Pedido de crédito PIS / COFINS (iv)	-	-	687
	3.585	3.006	35.434
Ativo circulante	1.243	167	24.997
Ativo não circulante	2.342	2.839	10.437

i. Refere-se a créditos de PIS e COFINS originários da aquisição de ativos imobilizados adquiridos para ampliação do parque fabril, e cuja realização se dá, principalmente, pela compensação de tributos federais devedores oriundos das atividades operacionais do Grupo.

ii. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários - Reintegra é apurado com base no percentual de 1% sobre a receita auferida com a exportação de produtos manufaturados. Os valores apurados no Reintegra devem ser compensados com débitos federais ou ressarcidos em espécie. Do valor apurado no Reintegra, 17,84% serão devolvidos a título da contribuição para o PIS e 82,16% a título de contribuição para o COFINS.

iii. Os saldos referem-se a ICMS sobre aquisição de imobilizado (CIAP), que serão apropriados em curto e médio prazo, conforme legislação fiscal vigente.

iv. A controlada Indústria de Compensados Guararapes Ltda. entrou com pedidos de homologação e crédito de PIS, COFINS e ICMS junto as Receitas Federal e Estadual, respectivamente, de modo a utilizar na compensação de tributos ou efetuar a venda desses créditos para terceiros.

PIS - Programa de Integração Social.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

15 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos investimentos em controladas

		30/11/2020			
	Participação (%)	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido**
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	100	372.490	196.182	176.308	16.647

b. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, é como segue:

	Valor contábil do patrimônio líquido	**Mais valia dos ativos**	**Ágio**	**Total**
Em 1° de janeiro de 2020	-	-	-	-
Aquisição de investimento	159.661	286.549	465.774	911.984
Resultado de equivalência patrimonial	16.647	-	-	16.647
Resultado de equivalência patrimonial - amortização da mais valia	-	(2.920)	-	(2.920)
Em 30 de novembro de 2020	178.308	283.629	465.774	925.711

Conforme estipulado pela interpretação técnica ICPC09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, o ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura e a mais valia dos ativos e passivos, no balanço da controladora, permanecem registrados no subgrupo de Investimentos, no ativo não circulante, e no balanço consolidado são apresentados no subgrupo de ativos intangíveis, no ativo não circulante conforme nota explicativa 18.

16 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Benefícios de curto prazo (i)	3.063	2.639	3.776

i. Inclui salários, assistência médica, seguro de vida, dentre outros. A administração da Companhia é composta por dois diretores e três conselheiros (dois diretores na controlada Indústria de Compensados Guararapes Ltda.), o qual tem seus serviços remunerados por honorários fixos mensais aprovados em AGO.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

Principais transações com o pessoal chave da Administração

Um dos conselheiros da Companhia possui participação acionária de 52,48%, sendo 0,32% de participação direta e 52,16% de participação indireta.

Outras transações com o pessoal chave da Administração

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, o Grupo registra provisão para bônus a pagar para seus Diretores no montante de R$ 1.590 (R$ 714 em 31 de dezembro de 2019), registrado em "Obrigações sociais e trabalhistas". Os valores são mensurados com base no atingimento de, no mínimo, 85% das metas corporativas e de 50% das metas individuais, como gatilhos concomitantes, estipuladas para os exercícios anteriores à data da realização da Oferta Pública Inicial - IPO. Entre os inputs envolvidos estão a realização do orçamento anual da Companhia em termos de vendas, EBITDA e lucro líquido. Como remuneração variável de longo prazo ao Diretor Financeiro - CFO, o valor máximo foi provisionado em conta específica e refere-se à aquisição de ações na modalidade "*phanton share*" compradas na mesma proporção de valor do bônus pago de curto prazo, cujo pagamento está condicionado ao sucesso da Oferta Pública Inicial a ser realizado pela Companhia ou desinvestimento do acionista FIP.

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, estão descritas abaixo:

Controladora

	Período de onze meses		Saldo em aberto	
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**	**31/12/2019**
Compra de produtos				
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	24.545	22.863	1.000	710
Palmasplac Agropastoril Ltda.	7.638	4.694	187	-
	32.183	27.557	1.187	710

	Período de onze meses		Saldo em aberto	
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**	**31/12/2019**
Venda de produtos				
Indústria de Compensados Gurararapes Ltda.	-	639	-	-
Guararapes USA Inc.	46.015	2.265	26.243	-
	46.015	2.265	26.243	-
Outros				
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	1.507
Reembolso de rateio de despesas (ii)	4.497	3.223	442	359
	4.497	3.223	442	1.866

Consolidado

	Período de onze meses		Saldo em aberto	
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**	**31/12/2019**
Compra de produtos				
Palmasplac Agropastoril Ltda.	7.638	4.694	187	-
	7.638	4.694	187	-
Outros				
Empréstimos com partes relacionadas (i)	-	-	-	1.507
	-	-	-	1.507

i. O saldo de obrigações de empréstimos a pagar com a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. não possuia incidência de encargos financeiros e não havia prazo de vencimento pré-definido. O valor foi liquidado em novembro de 2020.

ii. Refere-se à atividades compartilhadas pela Companhia e suas partes relacionadas relativas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos e tecnologia da informação. Os termos são definidos em contrato entre as partes e considera o rateio das despesas de pessoal com base no faturamento bruto das empresas. As notas de débito são pagas até o 20° dia do mês subsequente.

Os saldos em aberto referente a compra de produtos com estas partes relacionadas devem ser liquidados dentro de 45 dias da data do balanço.

Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

17 Imobilizado

a. Composição

(i) Controladora

	30/11/2020			31/12/2019		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Terrenos industriais	6.222	-	6.222	6.222	-	6.222
Edificações	44.061	(6.247)	38.814	43.522	(5.425)	38.097
Instalações	64.498	(13.526)	50.972	64.294	(10.802)	53.492
Máquinas e equipamentos	285.772	(97.982)	187.790	285.208	(86.559)	198.649
Software e hardware	3.616	(2.426)	1.190	2.476	(1.850)	626
Móveis e utensílios	1.127	(676)	451	1.127	(603)	524
Veículos	4.353	(2.230)	2.123	4.399	(1.684)	2.715
Obras em andamento	19.309	-	19.309	6.366	-	6.366
Outros ativos	2.716	-	2.716	2.679	-	2.679
	431.674	(123.087)	308.587	416.293	(106.923)	309.370

(ii) Consolidado

			30/11/2020
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Terrenos industriais	13.478	-	13.478
Edificações	147.751	(13.490)	134.261
Instalações	65.914	(14.277)	51.637
Máquinas e equipamentos	509.914	(167.618)	342.296
Software e hardware	9.906	(6.600)	3.306
Móveis e utensílios	2.682	(2.120)	562
Veículos	31.439	(18.360)	13.079
Obras em andamento	19.869	-	19.869
Outros ativos	2.802	-	2.802
	803.755	(222.465)	581.290

b. Movimentação do ativo imobilizado (Controladora)

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de novembro de 2020

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	43.522	64.294	285.208	2.476	1.127	4.399	6.366	2.679	416.293
Aquisições	-	345	204	564	1.140	-	-	13.137	37	15.427
Transferências	-	194	-	-	-	-	-	(194)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Em 30 de novembro de 2020	6.222	44.061	64.498	285.772	3.616	1.127	4.353	19.309	2.716	431.674
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2020	-	(5.425)	(10.802)	(86.559)	(1.850)	(603)	(1.684)	-	-	(106.923)
Depreciação	-	(822)	(2.724)	(11.423)	(576)	(73)	(592)	-	-	(16.210)
Baixas	-	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 30 de novembro de 2020	-	(6.247)	(13.526)	(97.982)	(2.426)	(676)	(2.230)	-	-	(123.087)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	38.097	53.492	198.649	626	524	2.715	6.366	2.679	309.370
Em 30 de novembro de 2020	6.222	37.814	50.972	187.790	1.190	451	2.123	19.309	2.716	308.587

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de novembro de 2019

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	41.543	63.301	281.557	2.114	991	4.291	6.157	2.743	408.919
Aquisições	-	1.430	992	3.099	348	135	141	2	-	6.147
Transferências	-	549	-	-	-	-	-	(549)	-	-
Baixas	-	-	-	(10)	-	-	(34)	-	-	(44)
Em 30 de novembro de 2019	6.222	43.522	64.293	284.646	2.462	1.126	4.398	5.610	2.743	415.022
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2019	-	(4.576)	(7.858)	(69.802)	(1.388)	(509)	(1.336)	-	-	(85.469)
Depreciação	-	(774)	(2.690)	(13.666)	(421)	(86)	(326)	-	-	(17.963)
Baixas	-	-	-	10	-	-	34	-	-	44
Em 30 de novembro de 2019	-	(5.350)	(10.548)	(83.458)	(1.809)	(595)	(1.628)	-	-	(103.388)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2019	6.222	36.967	55.443	211.755	726	482	2.955	6.157	2.743	323.450
Em 30 de novembro de 2019	6.222	38.172	53.745	201.188	653	531	2.770	5.610	2.743	311.634

c. Movimentação do ativo imobilizado (Consolidado)

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de novembro de 2020

	Terrenos industriais	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	43.522	64.294	285.208	2.476	1.127	4.399	6.366	2.679	416.293
Ativos adquiridos através de combinação de negócios (i)	7.256	96.633	668	152.468	2.175	112	11.119	514	2	270.947
Aquisições	-	345	206	2.475	1.140	-	-	13.183	121	17.470
Transferências	-	194	-	-	-	-	-	(194)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Em 30 de novembro de 2020	13.478	140.694	65.168	440.151	5.791	1.239	15.472	19.869	2.802	704.664
Depreciação acumulada										
Em 1° de janeiro de 2020	-	(5.425)	(10.802)	(86.559)	(1.850)	(603)	(1.684)	-	-	(106.923)
Depreciação	-	(1.008)	(2.729)	(11.296)	(635)	(74)	(755)	-	-	(16.497)
Baixas	-	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 30 de novembro de 2020	-	(6.433)	(13.531)	(97.855)	(2.485)	(677)	(2.393)	-	-	(123.374)
Imobilizado líquido										
Em 1° de janeiro de 2020	6.222	38.097	53.492	198.649	626	524	2.715	6.366	2.679	309.370
Em 30 de novembro de 2020	13.478	134.261	51.637	342.296	3.306	562	13.079	19.869	2.802	581.290

i. Imobilizados originados da aquisição da controlada direta Indústria de Compensados Guararapes Ltda, no montante de R$ 270.685 e da controlada indireta Guararapes USA Inc, no montante de R$ 262.

d. Garantias

Os ativos adquiridos por meio de financiamento possuem a alienação do próprio bem dado em garantia, no valor de R$ 128.148 na controladora e R$ 133.229 no consolidado,em 30 de novembro de 2020 (R$ 108.356 em 31 de dezembro de 2019).

e. Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante os exercícios, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado. Não foram identificadas necessidades de ajustes nas taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas. As taxas de depreciação utilizadas nos exercícios / períodos apresentados estão detalhadas na nota explicativa 7 (h).

f. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

18 Ativos intangíveis e ágio

a. Composição

	Consolidado		
	30/11/2020		
Descrição	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo Líquido**
Certificações	2.957	-	2.957
Relacionamento com clientes	245.537	(1.832)	243.705
Ágio	465.774	-	465.774
	714.268	(1.832)	712.436

b. Movimentação

Movimentação do intangível de 1° de janeiro a 30 de novembro de 2020

	Certificações	Relacionamento com clientes	Ágio	Total
Custo				
Em 1° de janeiro de 2020	-	-	-	-
Aquisições - Combinação de negócios	2.957	245.537	465.774	714.268
Em 30 de novembro de 2020	2.957	245.537	465.774	714.268
Amortização acumulada				
Em 1° de janeiro de 2020	-	-	-	-
Amortização	-	(1.832)	-	(1.832)
Em 30 de novembro de 2020	-	(1.832)	-	(1.832)
Intangível líquido				
Em 1° de janeiro de 2020	-	-	-	-
Em 30 de novembro de 2020	2.957	243.705	465.774	712.436

Teste por redução ao valor recuperável

O ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como a carteira de clientes e certificações, foram originados na aquisição da controlada Indústria de Compensados Guararapes Ltda., ocorrido em 4 de novembro de 2020, suportados por laudo de avaliação, sendo essa um única UGC para alocação destes ativos. Com base no laudo de avaliação, a Administração concluiu que os saldos contábeis registrados em 30 de novembro de 2020 dos respectivos ativos são recuperáveis e, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis foi contabilizada.

19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

				Controladora		Consolidado
Modalidade	**Taxa de juros**	**Moeda**	**Vencimento**	**30/11/2020**	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Empréstimo em moeda estrangeira (i)	EURIBOR + 0,95% e 4,5% a.a.	EUR	06/02/2026	128.148	106.439	128.148
CCE	CDI + 3,5% a.a.	BRL	17/04/2023	22.204	31.307	28.042
NCE	6,3% a.a.	BRL	20/09/2022	5.178	7.082	5.178
PPE	4,1% a.a	USD	20/09/2024	-	-	103.312
ACC	3,9% a.a	USD	21/06/2021	-	-	24.806
CDC	6,8% a.a	BRL	21/10/2022	-	-	306
Finame PSI	9,2% a.a.	BRL	15/10/2020	-	-	5.080
Finame PSI	9,2% a.a.	BRL	15/10/2020	-	2.210	-
Revitaliza	8,0 % a.a.	BRL	15/12/2021	-	768	-
Empréstimos - Lei 4131	LIBOR + 0,58% a.m.	USD	07/04/2020	-	152	-
				155.530	147.958	294.872
			Passivo circulante	35.540	32.072	99.594
			Passivo não circulante	119.990	115.886	195.278

(i) Operação realizada com o Banco Landesbank Baden-Württemberg - LBBW.

CCE - Cédula de crédito à exportação.

NCE - Nota de crédito à exportação.

PPE - Pré-pagamento de exportação.

CCB - Cédula de crédito bancário

AAC - Adiantamento sobre contrato de câmbio

CDC - Crédito de direito ao consumidor

EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate (Taxas médias de juros praticadas em empréstimos interbancários em Euros por bancos Europeus).

SELIC - Taxa básica de juros do Brasil.

CDI - Certificação de Depósito Interbancário.

EUR - Euro.

BRL - Reais.

USD - Dólar Americano.

Perfil de vencimentos
O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
2021	-	28.780	-
2022	34.728	27.755	69.558
2023	28.379	21.396	58.114
2024	23.958	16.957	33.340
2025	23.958	16.957	23.958
2026	8.967	4.041	10.308
	119.990	115.886	195.278

b. Cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c. Garantias

Os empréstimos são garantidos por avais dos acionistas, no montante de R$ 155.530 (R$ 294.795 no consolidado).
Os ativos adquiridos por meio de financiamento possuem a alienação do próprio bem dado em garantia, no valor de R$ 128.148 **(R$ 133.229 no** consolidado).

d. Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Controladora
Em 1° de janeiro de 2020	147.958
Juros sobre empréstimos	2.852
Variação cambial	45.660
(-) Pagamento do principal	(37.653)
(-) Pagamento de juros	(3.287)
Em 30 de novembro de 2020	155.530

Em 1° de janeiro de 2019	183.423
Captações	9.000
Juros sobre empréstimos	4.623
Variação cambial	6.652
(-) Pagamento do principal	(46.340)
(-) Pagamento de juros	(5.837)
Em 30 de novembro de 2019	151.521

	Consolidado
Em 1° de janeiro de 2020	147.958
Efeito da combinação de negócios	153.931
Captações	318
Juros sobre empréstimos	3.397
Variação cambial	35.284
(-) Pagamento do principal	(42.376)
(-) Pagamento de juros	(3.640)
Em 30 de novembro de 2020	294.872

20 Fornecedores

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios do Grupo.

Os saldos de Fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Controladora		**Consolidado**
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Fornecedores - mercado interno	38.699	27.497	56.739
Fornecedores - mercado externo	2.362	1.491	2.129
Fornecedores - partes relacionadas	1.000	710	-
	42.061	29.698	58.868

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25.

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	31/12/2019	30/11/2020
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC (i)	11.935	11.061	11.935
IPI a recolher	1.461	941	1.461
Parcelamentos federais	-	-	329
Pedidos de compensação de impostos	-	-	355
Outras obrigações tributárias	2.910	2.057	4.138
	16.306	14.059	18.218
Passivo circulante	5.747	3.393	8.568
Passivo não circulante	10.559	10.666	9.650

(i) A Companhia, através de sua filial em Caçador, participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC. O PRODEC busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Através desse benefício, a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina e pode postergar o recolhimento de 75% do ICMS apurado na filial.

Os vencimentos ocorrerão da seguinte forma:

2021	2.651
2022	4.934
2023	2.576
2024	1.774
	11.935

22 Provisão para contingências e depósitos judiciais

a. Composição

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora						Consolidado		
	30/11/2020			31/12/2019			30/11/2020		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Trabalhistas e previdenciárias (i)	311	(11)	311	897	(1.064)	(167)	3.475	(250)	3.225
Cíveis (ii)	20.279	-	20.279	20.279	-	20.279	20.279	-	20.279
	20.601	(11)	20.590	21.176	(1.064)	20.112	23.754	(250)	23.504

(i) Trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas e equiparação salarial.

(ii) Cíveis

Em 2016 a Companhia ingressou com processo judicial (cautelar – liminar) contra a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina ("Celesc") demandando a rescisão do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER em virtude da condição adversa que o mesmo representava frente ao mercado de energia livre. Proferida a sentença favorável à Companhia que determinava a rescisão do contrato e a aplicação de multa de 10%, o contrato de fornecimento de energia foi suspendido e a Companhia reconheceu passivo no montante de R$ 3.764 (na rubrica de outros passivos) referente a multa rescisória.

Em 2019, após recurso por parte da Celesc ao Tribunal de Justiça de 2ª Instância do Estado de Santa Catarina, os desembargadores deram sentença favorável à Celesc, derrubando a liminar que estava em favor da Companhia.

Diante da última sentença proferida, os assessores jurídicos e a administração da Companhia concluíram que passou a existir uma nova obrigação presente do qual se espera saída de recursos pela Companhia para o cumprimento do período remanescente do contrato. Dessa forma, a Companhia reconheceu uma provisão para contingência em virtude do provável desembolso que totalizou o valor de R$ 20.279, o qual consiste basicamente nos valores a serem pagos pela Companhia pelo cumprimento do prazo remanescente do contrato, corrigido pelo IGP-M, reduzido pelos créditos tributários de PIS e COFINS originado na compra de energia, e receita de venda a ser gerada pela Companhia na venda de energia a ser faturada a preço de mercado (PLD - Preço de Liquidação das Diferenças).

Apesar da ação estar ainda tramitando no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Companhia está em estágio avançado de negociação extrajudicial com a Celesc e prevê um desfecho consensual ao litígio.

b. Movimentação

Controladora	
Em 1° de janeiro de 2020	21.176
Reversões	(575)
Em 30 de novembro de 2020	20.601
Consolidado	
Em 1° de janeiro de 2020	21.176
Contingência assumidas em decorrência de combinação de negócios	5.442
Reversões	(2.864)
Em 30 de novembro de 2020	23.754

c. Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 225 na controladora e R$ 1.903 no consolidado (R$ 1.636 em 31 de dezembro de 2019). Tais contingências estão relacionadas com reclamatórias acerca de horas extras incorridas, danos morais e responsabilização por acidentes de trabalho.

Para esse montante, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R$ 137.996 e estava representado por 55.786.874 ações ordinárias.

Em 4 de novembro de 2020 os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária, a emissão de 41.737.360 ações que foram integralizadas pela P&B Participações Ltda. mediante o conferimento das ações representativas de 100% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Em 16 de outubro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE disponibilizou o Despacho e o Parecer da Superintendência Geral aprovando sem restrições a transação. O Despacho foi publicado dia 19 de outubro de 2020 no Diário Oficial da União e, em 4 de novembro de 2020, foi emitida a Certidão de Trânsito em Julgado concluindo o processo.

O total de novas ações emitidas e entregues à P&B Participações Ltda. foram calculadas com base na avaliação realizada em 4 de novembro de 2020, data em que a Companhia passou a deter controle da Indústria de Compensados Ltda., conforme descrito na nota explicativa 3.

Em 30 de novembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado no valor total de R$ 1.049.980 está representado por 97.524.234 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionista	Ações	%
P&B Participações Ltda.	79.143.800	81,15
Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24
João Carlos Ribeiro Pedroso	307.508	0,32
Leoni Margarida Bertolin	270.692	0,28
José Carlos Januário	11.800	0,01
	97.524.234	100

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva legal o valor de R$ 9.645 (R$ 9.645 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de incentivos fiscais

Adicionalmente, a Companhia participa do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, o qual consiste em uma subvenção governamental que busca conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais, que vierem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Através do PRODEC a Companhia possui uma redução em sua alíquota de ICMS no estado de Santa Catarina bem como uma postergação em 75% do saldo a recolher deste imposto. O valor de redução da alíquota do tributo é reconhecido no resultado como 'Impostos sobre vendas', deduzindo assim a despesa relacionada, e no encerramento do exercício esse montante é destinado como reserva de incentivo fiscal, onde somente poderão ser utilizadas sem efetiva tributação em caso de aumento do capital social ou absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, devendo em relação a este último ponto ser recomposta à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva de incentivos fiscais o valor de R$ 11.508 (R$ 11.508 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de retenção de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia.

As destinações são aprovadas pelos acionistas em Assembleia própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras.

c. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

A movimentação dos dividendos a distribuir está assim demonstrada:

Em 1° de janeiro de 2019	14.526
Dividendos pagos	(14.526)
Em 30 de novembro de 2019	-
Em 1° de janeiro de 2020	16.150
Distribuição de dividendos	3.222
Dividendos pagos	(19.372)
Em 30 de novembro de 2020	-

d. Lucro líquido por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

	30/11/2020	**30/11/2019**
Lucro líquido do período	93.584	52.002
Lucro líquido por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em unidades)	59.581.179	55.786.874
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	1,5707	0,9322

Média ponderada de ações ordinárias

	30/11/2020	**30/11/2019**
Ações ordinárias existentes no início do período	55.786.874	55.786.874
Efeito das ações emitidas relativas a combinações de negócios (nota explicativa 3)	41.737.360	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	59.581.179	55.786.874

24 Receita líquida de vendas

Fluxo de receita e desagregação da receita de contratos com clientes

O Grupo gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF - *Medium Density Fiberboard)* e painéis de compensados de madeira.

Conforme nota explicativa 28, o Grupo possui dois segmentos reportáveis, o qual refere-se a Painéis - Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF e Compensados - industrialização e comercialização de madeiras laminadas, madeiras serradas e madeiras compensadas.

Abaixo está apresentado a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado, além da composição da receita de contratos com clientes segregado entre mercado interno e mercado externo. Para a composição da receita por mercado geográfico, vide nota explicativa 28 – Informação por segmento.

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Receita bruta			
Venda de mercadorias - mercado interno	586.373	550.085	596.423
Venda de mercadorias - mercado externo	126.020	85.968	145.679
	712.393	636.053	742.102
Deduções da receita bruta			
Impostos sobre vendas	(117.015)	(112.219)	(117.610)
Devoluções e descontos	(11.379)	(11.043)	(11.543)
Comissões	(5.300)	(5.355)	(5.509)
	(133.694)	(128.617)	(134.662)
	578.699	507.436	607.440

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Painéis e Compensados	Representa a venda de produtos relacionados a madeira (painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF - *Medium Density Fiberboard* e painéis de compensados de madeira), sendo: - Nas vendas na modalidade "CIF" (cost, insurance and freight), os clientes obtêm controle da produção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.; ou - Nas vendas na modalidade "FOB" (free on board), os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são despachados do depósito do Grupo. Os prazos de pagamento variam de contrato a contrato. De forma geral o prazo médio é de 45 dias. Não há acordos comerciais significativos, tais como direito de devolução, descontos, entre outros. Entende-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos clientes.	A receita e os custos associados são reconhecidos no momento da obtenção do controle pelo cliente, a depender da modalidade acordada entre as partes.

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Materiais e embalagens	(286.143)	(248.430)	(296.755)
Custos e despesas de pessoal	(45.128)	(41.596)	(51.945)
Logística	(43.676)	(37.469)	(44.936)
Energia elétrica	(25.043)	(24.130)	(26.110)
Depreciação	(16.210)	(17.963)	(16.497)
Manutenção	(16.441)	(13.270)	(18.116)
Marketing e publicidade	(7.269)	(8.568)	(7.269)
Despesas compartilhadas	(4.497)	(3.323)	-
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.288)	(2.308)	(7.876)
Serviços	(4.162)	(6.690)	(4.861)
Depreciação do ativo de direito de uso	(270)	(256)	(270)
Contingências	575	(21.561)	2.864
Viagens e estadias	(218)	(506)	(225)
Utilidades	(59)	(74)	(290)
Outras despesas administrativas	(2.852)	(1.202)	(9.559)
	(453.681)	(427.346)	(481.845)

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Classificados como			
Custo dos produtos vendidos	(375.111)	(334.122)	(391.650)
Despesas comerciais	(51.761)	(46.038)	(54.533)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.288)	(2.308)	(7.876)
Despesas gerais e administrativas	(24.521)	(44.878)	(27.786)
	(453.681)	(427.346)	(481.845)

26 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Receitas financeiras			
Juros de aplicações financeiras	2.321	5.643	2.531
Juros e descontos	1.018	406	975
	3.339	6.049	3.506
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	(3.732)	(5.258)	(4.273)
Despesas bancárias	(130)	(246)	(145)
Outras despesas financeiras	(365)	(384)	(366)
	(4.227)	(5.888)	(4.784)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.524	484	6.524
Variação cambial			
Variação cambial passiva	(63.551)	(9.080)	(69.576)
Variação cambial ativa	27.523	3.660	38.490
	(36.028)	(5.420)	(31.086)
Despesas financeiras, líquida	(30.392)	(4.775)	(25.840)

27 Imposto de renda e contribuição social

(a) Valores reconhecido no resultado e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2019**	**30/11/2020**
Lucro antes dos impostos	124.364	80.138	121.223
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais de 25% e 9%	(42.284)	(27.247)	(41.216)
Exclusões permanentes	1.133	980	3.010
Equivalência patrimonial	5.660	-	-
Subvenção para investimentos	1.935	1.849	5.602
Deduções fiscais	1.252	1.139	1.940
Outras deduções	1.524	(4.857)	3.025
	(30.780)	(28.136)	(27.639)
Despesa impostos correntes no resultado do período	(25.502)	(18.368)	(25.502)
Despesa impostos diferidos no resultado do período	(5.278)	(9.768)	(2.137)
Alíquota efetiva	25%	35%	23%

(b) Conciliação e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Diferenças temporárias:			
Valor justo de ativos e passivos adquiridos, líquido da realização	-	-	(146.112)
Depreciação fiscal x vida útil	(60.027)	(48.960)	(73.144)
Variações monetárias e cambiais	6.994	2.015	7.132
Provisão para contingências	7.180	7.200	8.076
Perda por redução ao valor recuperável	2.635	2.158	3.152
Demais diferenças temporárias	3.016	2.663	4.382
Passivo fiscal diferido, líquido	(40.202)	(34.924)	(196.514)

A movimentação dos impostos diferidos no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 está descrita abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(34.924)	(34.924)
Adições decorrente de combinação de negócios	-	(159.453)
Adições	(5.278)	(2.137)
Passivo fiscal diferido, líquido	(40.202)	(196.514)

28 Informações por segmento (Consolidado)

a. *Base para segmentação*

O Grupo possui duas divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e são administradas separadamente.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

Segmento reportável	Operações
Painéis	Industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF.
Compensados	Industrialização e comercialização de madeiras laminadas, madeiras serradas e madeiras compensadas.

O CEO do Grupo revisa os relatórios gerenciais internos das divisões periodicamente.

(i) Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo:

	Segmentos reportáveis				
	Painéis		Compensados	Eliminações (a)	Consolidado
	30/11/2020	30/11/2019	04/11 a 30/11/2020	04/11 a 30/11/2020	30/11/2020
Receita líquida por segmento reportável	578.699	507.436	28.741	-	607.440
Custo dos produtos vendidos por segmento reportável	(375.111)	(334.122)	(13.947)	(2.592)	(391.650)
Lucro bruto por segmento reportável	203.588	173.314	14.794	(2.592)	215.790
Receitas (despesas) operacionais por segmento reportável					
Despesas comerciais	(51.761)	(46.038)	(940)	(1.832)	(54.533)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.288)	(2.308)	(5.588)	-	(7.876)
Despesas gerais e administrativas	(24.521)	(44.878)	(3.265)	-	(27.786)
Outras receitas, líquidas	16.011	4.823	5.457	-	21.468
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	141.029	84.913	10.458	(4.424)	147.063
Despesas financeiras	(4.227)	(5.888)	(557)	-	(4.784)
Receitas financeiras	3.339	6.049	167	-	3.506
Resultado com instrumentos de proteção (*Hedge*)	6.524	484	-	-	6.524
Variação cambial líquida	(36.028)	(5.420)	4.942	-	(31.086)
Despesas financeiras, líquidas	(30.392)	(4.775)	4.552	-	(25.840)
Resultado de equivalência patrimonial	13.727	-		(13.727)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	124.364	80.138	15.010	(18.151)	121.223
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(25.502)	(18.368)	-	-	(25.502)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(5.278)	(9.768)	1.637	1.504	(2.137)
Lucro líquido do período por segmento reportável	93.584	52.002	16.647	(16.647)	93.584

(a) Refere-se a eliminação da equivalência patrimonial da Painéis sobre o investimento da Compensados.

(ii) Segmentos geográficos

As receitas dos segmentos reportáveis baseiam-se na localização geográfica dos clientes.

Receita operacional - mercado externo

	Controladora	Consolidado
	30/11/2020	**30/11/2020**
América do Norte	45.414	67.893
América do Sul	26.859	27.245
Caribe	3.801	6.555
África	1.618	1.618
Europa	1.105	14.582
Ásia	3.857	4.424
Outros	43.366	23.362
	126.020	145.679

(iii) Maior cliente

A carteira de clientes do Grupo é pulverizada, não havendo concentração de em suas receitas.

29 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 30 de novembro de 2020 (Consolidado)

		Valor contábil		
	Nota	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	10	332.977	-	332.977
Contas a receber de clientes	11	155.607	-	155.607
Outros ativos		5.074	-	5.074
		493.658	-	493.658
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Fornecedores	20	-	58.868	58.868
Empréstimos e financiamentos	19	-	294.872	294.872
Passivos de arrendamento		-	29	29
Outros passivos		-	15.553	15.553
		-	369.322	369.322

(b) Mensuração do valor justo

Ativos e passivos financeiros a custo amortizado
Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- *Caixa e equivalente de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- *Contas a receber e outros ativos* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se aproxima ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

- *Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos* - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada de acordo com entendimento da Administração e reflete a informação contábil mais relevante, levando-se em consideração o modelo de negócios da Companhia.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis
A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis
A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Tipo	Técnica de avaliação	*Inputs* significativos não observáveis	Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos financeiros derivativos	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de *swap*. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps*. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito, calculado com base nos preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no período foram divulgadas na nota explicativa 11.

Contas a receber de clientes

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A revisão efetuada pela Administração inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 45 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito para ‘Contas a receber’ segregado entre mercado interno e externo bem como por aging de vencimento está apresentado na nota explicativa 11.

Avaliação da perda esperada de crédito
O Grupo utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. O Grupo não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica do Grupo, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas
Títulos de dívida
A política do Grupo para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, o Grupo monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa
O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.
Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que apresentam solidez no mercado.

Garantias
As garantias emitidas pelo Grupo estão divulgadas na nota explicativa 19.

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração Financeira intermediária. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

Em 30 de novembro de 2020 (Consolidado)

		Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Financiamentos e empréstimos	294.872	103.865	130.714	73.609
Fornecedores	58.868	58.868	-	-
Passivo de arrendamento	29	29	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: a) risco cambial, e b) risco de taxa de juros.

Risco cambial

O Grupo está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional do Grupo.

A moeda funcional do Grupo é o Real (R$). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R$, Dólar e Euro.

Análise de sensibilidade

O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado do Grupo em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 30 de novembro de 2020 (PTAX).

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD e EUR contra o Real em 30 de novembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Consolidado

Variação da taxa de câmbio	**Moeda**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Saldo contábil**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Contas a receber de clientes	USD	33.258	16.629	66.516	(16.629)	(33.258)
Contas a receber de clientes	EUR	38	19	77	(19)	(38)
Fornecedores	USD	1.065	532	2.129	(532)	(1.065)
Empréstimos e financiamentos	USD	64.059	32.030	128.118	(32.030)	(64.059)
Empréstimos e financiamentos	EUR	64.074	32.037	128.148	(32.037)	(64.074)
		162.494	81.247	324.988	(81.247)	(162.494)
	Moeda	**-50%**	**-25%**	**PTAX**	**25%**	**50%**

PTAX	EUR	3,1900	4,7849	6,3799	7,9749	9,5699
PTAX	USD	2,6659	3,9988	5,3317	6,6646	7,9976

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo está demonstrado os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Foi apresentado um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de novembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 3,30% projetado para o próximo exercício) e ainda mais dois cenários com apreciação e depreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Variação da taxa de juros

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	321.387	10.606	7.955	5.303
			321.387	10.606	7.955	5.303
Impacto no resultado					(2.651)	(5.303)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	38.606	1.274	956	637
			38.606	1.274	956	637
Impacto no resultado					(318)	(637)
Impacto final no resultado					(2.969)	(5.940)

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	321.387	10.606	13.257	15.909

			321.387	10.606	13.257	15.909
Impacto no resultado					2.651	5.303
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	38.606	1.274	1.592	1.911
			38.606	1.274	1.592	1.911
Impacto no resultado					318	637
Impacto final no resultado					2.969	5.940

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os valores classificados como instrumentos financeiros derivativos referem-se ao valor justo de operações de *NDF - Non Deliverable Forwards* de câmbio para proteção das exposições em Euro.

Em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre o Grupo e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias especificas de avaliações, trazidas a valor presente. (Metodologia descrita acima no item (b)).

No quadro abaixo, está demonstrado as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras intermediáris:

Consolidado

	Valor referência (notional) - EUR		**Valor justo**	
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**	**31/12/2019**
NDF - Non Deliverable Forwards	-	-	-	(112)

30 Gerenciamento de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo), instrumentos financeiros derivativos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado
	30/11/2020	**31/12/2019**	**30/11/2020**
Total dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e passivo de direito de uso	155.559	149.876	294.901
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(206.998)	(131.191)	(332.977)
Dívida líquida	(51.439)	18.685	(38.076)
Patrimônio líquido	1.333.106	330.760	1.333.106
Capital total	1.281.667	349.445	1.295.030
Índice de alavancagem financeira	(4%)	5%	(3%)

31 Cobertura de seguros

O Grupo mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 30 de novembro de 2020 são assim demonstradas:

	30/11/2020
Danos materiais	208.358
Lucros cessantes	331.927
Responsabilidade civil	30.000

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020.

Caçador, 15 de dezembro de 2020.

Valeri Sberse
Diretor Financeiro

Fabio de Freitas Leitão Torres
Diretor de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO L INFORMAÇÕES FINANCEIRAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS DO BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA E SUA CONTROLADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Guararapes Painéis S.A.

Informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas em 30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório de asseguração dos auditores independentes sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* **4**

Balanço patrimonial consolidado condensado pro forma não auditado em 30 de setembro de 2020 **6**

Demonstração do resultado condensado *pro forma* não auditado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 **8**

Demonstração do resultado condensado *pro forma* não auditado para os nove meses findos em 30 de setembro de 2020 **9**

Demonstração do resultado condensado pro forma não auditado para os nove meses findos em 30 de setembro de 2019 **10**

Notas explicativas da administração para as informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma não auditadas* **11**

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório de asseguração dos auditores independentes sobre a compilação de informações financeiras *pro forma*

Aos Conselheiros e Diretores da
Guararapes Painéis S.A.
Curitiba - Paraná

Concluímos nosso trabalho de asseguração para emissão de relatório sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia"), elaborada sob responsabilidade de sua administração. As informações financeiras pro forma compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado pro forma em 30 de setembro de 2020 e a demonstração do resultado consolidada condensada pro forma para o período de nove meses findo naquela data e as respectivas notas explicativas, apresentados no anexo K do prospecto emitido pela Guararapes Painéis S.A. Os critérios aplicáveis com base nos quais a administração da Companhia compilou as informações financeiras *pro forma* estão especificados no OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma* e estão sumarizados na nota explicativa 1(b).

As informações financeiras *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia para ilustrar o impacto da transação apresentada na nota explicativa 1(a) sobre a demonstração do resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019. Como parte desse processo, informações sobre o desempenho operacional da Companhia foram extraídas pela administração da Companhia das demonstrações contábeis da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e das demonstrações contábeis consolidadas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. para período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, sobre as quais emitimos relatórios de revisão limitada sem modificações.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Responsabilidade da administração da companhia pelas informações financeiras *pro forma*
A administração da Companhia é responsável pela compilação das informações financeiras *pro forma* com base no OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*.

Responsabilidade do auditor independente
Nossa responsabilidade é expressar uma opinião, conforme requerido pela Comissão de Valores Mobiliários sobre se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas pela administração da Companhia, em todos os aspectos relevantes, com base no OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*.

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3420 - Trabalho de Asseguração sobre a Compilação de Informações Financeiras *Pro Forma* Incluídas em Prospecto, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, equivalente à Norma Internacional emitida pela Federação Internacional de Contadores ISAE 3420. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que a administração da Companhia compilou, em todos os aspectos relevantes, as informações financeiras *pro forma* com base no OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma*.

Para os fins deste trabalho, não somos responsáveis pela atualização ou reemissão de quaisquer relatórios ou opiniões sobre quaisquer informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras *pro forma*, tampouco executamos, no curso deste trabalho, auditoria ou revisão das demonstrações contábeis e demais informações financeiras históricas usadas na compilação das informações financeiras pro forma.

A finalidade das informações financeiras *pro forma* incluídas no prospecto é a de exclusivamente ilustrar o impacto da transação relevante sobre as informações financeiras históricas da entidade, como se o evento ou a transação tivesse ocorrido na data anterior selecionada para propósito ilustrativo. Dessa forma, nós não fornecemos qualquer asseguração de que o resultado real do evento ou da transação em 1º de janeiro de 2019 teria sido conforme apresentado.

Um trabalho de asseguração razoável sobre se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, envolve a execução de procedimentos para avaliar se os critérios aplicáveis adotados pela administração da Companhia na compilação das informações financeiras *pro forma* oferecem base razoável para apresentação dos efeitos relevantes diretamente atribuíveis ao evento ou à transação, e para obter evidência suficiente apropriada sobre se:

- os correspondentes ajustes *pro forma* proporcionam efeito apropriado a esses critérios; e
- as informações financeiras *pro forma* refletem a aplicação adequada desses ajustes às informações financeiras históricas.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor independente, levando em consideração seu entendimento sobre a Companhia, sobre a natureza do evento ou da transação com relação à qual as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, bem como outras circunstâncias relevantes do trabalho. O trabalho envolve ainda a avaliação da apresentação geral das informações financeiras *pro forma*.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a compilação das informações financeiras *pro forma*.

Opinião
Em nossa opinião, as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base no OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras *Pro Forma.*

Curitiba 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Guararapes Painéis S.A.
Balanço patrimonial consolidado condensado pro forma não auditado em 30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Ajustes *pro forma*			
Ativo	**Painéis**	**Compensados**	**Combinação de Negócios**	**Eliminações**	**Total *pro forma***	**Nota 2.4**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	189.899	130.857	-	-	320.756	
Instrumentos de proteção (*Hedge*)	3.791	-	-	-	3.791	
Contas a receber de clientes	111.999	73.126	-	(1.112)	184.013	a
Estoques	68.311	53.186	1.698	-	123.195	b
Impostos a recuperar	2.410	20.504	-	-	22.914	
Adiantamentos diversos	-	18.596	-	-	18.596	
Outros ativos	3.345	761	-	-	4.106	
Total do ativo circulante	379.755	297.030	1.698	(1.112)	677.371	
Não circulante						
Estoques	4.804	-	-	-	4.804	
Impostos a recuperar	2.299	7.495	-	-	9.794	
Mútuo a receber de partes relacionadas	-	1.507	-	(1.507)	-	a
Outros ativos	-	1.553	-	-	1.553	
Depósitos judiciais	21	-	-	-	21	
Total do realizável a longo prazo	7.124	10.555	-	(1.507)	16.172	
Imobilizado	308.095	87.415	183.972		579.482	c
Ativo de direito de uso - arrendamento	148	-	-	-	148	
Certificações	-	-	2.956	-	2.956	d
Relacionamento com clientes	-	-	245.537	-	245.537	d
Ágio	-	-	465.774	-	465.774	e
Total do ativo não circulante	315.367	97.970	898.239	(1.507)	1.310.069	
Total ativo	695.122	395.000	899.937	(2.619)	1.987.440	

Guararapes Painéis S.A.
Balanço patrimonial consolidado condensado pro forma não auditado em 30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Ajustes *pro forma*			
Passivo	**Painéis**	**Compensados**	**Combinação de Negócios**	**Eliminações**	**Total *pro forma***	**Nota 2.4**
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	37.121	77.468	-	-	114.589	
Instrumentos de proteção (*Hedge*)	-	-	-	-	-	
Fornecedores	36.403	52.440	-	(1.112)	87.731	a
Obrigações tributárias	6.787	473	-	-	7.260	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.706	20.496	-	-	28.202	
Obrigações sociais e trabalhistas	12.212	9.518	-	-	21.730	
Passivo de direito de uso - arrendamento	90	-	-	-	90	
Outros passivos	5.805	-	-	-	5.805	
Total do passivo circulante	106.124	160.395	-	(1.112)	265.407	
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	138.482	85.841	-	-	224.323	
Passivo de direito de uso - arrendamento	-	-	-	-	-	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	38.739	7.038	147.616	-	193.393	f
Mútuo a pagar para partes relacionadas	1.507	-	-	(1.507)	-	b
Provisão para contingências	21.863	2.584	-	-	24.447	
Outros passivos	-	2.208	-	-	2.208	
Obrigações tributárias	9.838	6.934	-	-	16.772	
Total do passivo não circulante	210.429	104.605	147.616	(1.507)	461.143	
Total do patrimônio líquido	378.569	130.000	752.321	-	1.260.890	g
Total passivo e patrimônio líquido	695.122	395.000	899.937	(2.619)	1.987.440	

Guararapes Painéis S.A.

Demonstração do resultado condensado pro forma não auditado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Ajustes *pro forma*			
	Painéis	**Compensados**	**Combinação de Negócios**	**Eliminações**	**Total *pro forma***	**Nota 2.4**
Receita líquida de vendas	545.967	327.975	-	(24.792)	849.150	a
Custo dos produtos vendidos	(355.209)	(223.264)	(10.799)	24.792	(569.480)	c/a
Lucro bruto	190.758	104.711	(10.799)	-	284.670	
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(51.151)	(40.619)	-	-	(91.770)	
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.469)	(410)	-	-	(3.879)	
Despesas gerais e administrativas	(46.861)	(15.620)	(21.988)	-	(84.469)	d
Outras receitas, líquidas	90	1.862	-	-	1.952	
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	89.367	49.924	(32.787)	-	106.504	
Despesas financeiras	(7.009)	(6.644)	-		(13.653)	
Receitas financeiras	9.106	3.302	-	-	12.408	
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	129	2.349	-	-	2.478	
Variação cambial líquida	(2.053)	(12.013)	-	-	(14.066)	
Despesas financeiras, líquidas	173	(13.006)	-	-	(12.833)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	39.485	-	(38.011)	1.474	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.540	76.403	(32.787)	(38.011)	95.145	
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(4.622)	(8.614)	-	-	(13.236)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(23.110)	846	11.148	-	(11.116)	f
Lucro líquido do período	61.808	68.635	(21.639)	(38.011)	70.793	
Lucro por ação						
Lucro por ação - básico (R$)	1,1079				0,7259	h
Lucro por ação - diluído (R$)	1,1079				0,7259	h

Guararapes Painéis S.A.

Demonstração do resultado condensado pro forma não auditado para os nove meses findos em 30 de setembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Ajustes *pro forma*			
	Painéis	**Compensados**	**Combinação de Negócios**	**Eliminações**	**Total *pro forma***	**Nota 2.4**
Receita líquida de vendas	458.400	336.768	-	(19.325)	775.843	a
Custo dos produtos vendidos	(301.644)	(157.986)	(8.099)	19.325	(448.404)	c/a
Lucro bruto	156.756	178.782	(8.099)	-	327.439	
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(41.626)	(25.491)	-	-	(67.117)	
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.083)	1.205	-	-	122	
Despesas gerais e administrativas	(18.867)	(19.342)	(16.491)	-	(54.700)	d
Outras receitas, líquidas	11.765	5.545	-	-	17.310	
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	106.945	140.699	(24.590)	-	223.054	
Despesas financeiras	(3.952)	(7.615)	-	-	(11.567)	
Receitas financeiras	2.277	1.860	-	-	4.137	
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	7.170	-	-	-	7.170	
Variação cambial líquida	(39.295)	(36.547)	-	-	(75.842)	
Despesas financeiras, líquidas	(33.800)	(42.302)	-	-	(76.102)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	31.866	-	(29.335)	2.531	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.145	130.263	(24.590)	(29.335)	149.483	
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(18.299)	(26.649)	-	-	(44.948)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(3.815)	116	8.361	-	4.662	f
Lucro líquido do período	51.031	103.730	(16.229)	(29.335)	109.197	
Lucro por ação						
Lucro por ação - básico (R$)	0,9148				1,1197	h
Lucro por ação - diluído (R$)	0,9148				1,1197	h

Guararapes Painéis S.A.

Demonstração do resultado condensado pro forma não auditado para os nove meses findos em 30 de setembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Ajustes *pro forma*			
	Painéis	**Compensados**	**Combinação de Negócios**	**Eliminações**	**Total *pro forma***	**Nota 2.4**
Receita líquida de vendas	404.996	256.817	-	(19.018)	642.795	a
Custo dos produtos vendidos	(267.973)	(165.283)	(8.099)	19.018	(422.337)	c/a
Lucro bruto	137.023	91.534	(8.099)	-	220.458	
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas comerciais	(37.067)	(31.596)	-	-	(68.663)	
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.885)	113	-	-	(3.772)	
Despesas gerais e administrativas	(17.727)	(18.897)	(16.491)	-	(53.115)	d
Outras receitas, líquidas	4.427	622	-	-	5.049	
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	82.771	41.776	(24.590)	-	99.957	
Despesas financeiras	(4.851)	(5.978)	-	-	(10.829)	
Receitas financeiras	4.809	2.340	-	-	7.149	
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	164	2.349	-	-	2.513	
Variação cambial líquida	(2.597)	(14.551)	-	-	(17.148)	
Despesas financeiras, líquidas	(2.475)	(15.840)	-	-	(18.315)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	26.445	-	(26.445)	-	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.296	52.381	(24.590)	-	81.642	
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(18.368)	(6.460)	-	-	(24.828)	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(7.876)	542	8.361	-	1.027	f
Lucro líquido do período	54.052	46.463	(16.229)	(26.445)	57.841	
Lucro por ação						
Lucro por ação - básico (R$)	0,9689				0,5931	h
Lucro por ação - diluído (R$)	0,9689				0,5931	h

1. Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas

a) Descrição da transação

O balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditados em 30 de setembro de 2020 da Guararapes Painéis S.A. ("Companhia" ou "Painéis") e as demonstrações dos resultados consolidadas condensadas *pro forma* não auditados para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem a aquisição de 100% do capital social da Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados"). Os acionistas da Painéis aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Painéis, através da emissão de novas ações, a serem integralizadas pela P&B Participações Ltda. ("Holding") mediante o aporte das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Compensados, a "Transação". O total de novas ações emitidas e entregues à P&B Participações Ltda. foram determinadas com base na avaliação em 04 de novembro de 2020. Como resultado da Transação, a Guararapes Painéis S.A. passou a deter controle integral da Compensados.

b) Base de elaboração das informações financeiras *pro forma* não auditadas

Estas informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas foram preparadas e são apresentadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 – "Apresentação de Informações Financeiras Pro Forma" emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovada pela Comissão de Valores Imobiliários ("CVM").

As informações contábeis históricas referentes utilizadas na elaboração destas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram obtidas a partir das:

i) Demonstrações financeiras intermediárias da Painéis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB"),

ii) Demonstrações financeiras da Painéis para o exercício findo em 31 de dezembro 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB),

iii) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Compensados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board,

iv) Demonstrações financeiras consolidadas da Compensados para o exercício findo em 31 de dezembro 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board.

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas exclusivamente para fins ilustrativos e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações consolidadas do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Painéis.

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas foram preparadas usando o método contabilização de aquisição de acordo com o CPC15(R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, onde a Painéis é considerada a Adquirente. O CPC15 (R1)/IFRS 3, requer, entre outras coisas, que os ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos em seu valor justos na data de aquisição. A mensuração de valor justo pode ser altamente subjetiva e é possível que outros profissionais, aplicando julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver e suportar um intervalo de valores estimados.

Custos de Transação relacionados à aquisição (ou seja, assessoria, assessoria jurídica, avaliadores e outros honorários profissionais) e determinados gastos com reestruturação societária relacionados à Transação não são considerados

componentes da contraprestação transferida, mas são contabilizados como despesas nos períodos em que os custos incorridos. Os custos relacionados a Transação não foram considerados relevantes pela Administração.

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas não refletem nenhuma economia de custo, sinergia operacional ou crescimento da receita que a Painéis possa obter como resultado da Transação. Adicionalmente não refletem os custos para integrar as operações da Painéis e da Compensados ou os custos necessários para atingir essas otimizações de custo e sinergias operacionais, como fornecimento, fabricação, distribuição e eficiência da estrutura administrativa e crescimento de receita.

Estas informações financeiras *pro forma* não auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis históricas das companhias envolvidas.

As demonstrações do resultado consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da Compensados em nossos resultados como se a transação tivesse acontecido em 1º de janeiro do respectivo período.

O balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado reflete os efeitos da aquisição de 100% do capital social da Compensados como se referida aquisição tivesse acontecido em 30 de setembro de 2020.

As informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da Compensados ter ocorrido em 1º de janeiro de cada período, para fins das demonstrações do resultado ou em 30 de setembro de 2020, para fins do balanço patrimonial e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações contábeis consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

O balanço patrimonial consolidado condensado *pro forma* não auditado e as demonstrações consolidadas condensadas dos resultados *pro forma* não auditadas devem ser lidos em conjunto com o balanço patrimonial consolidado histórico de 30 de setembro de 2020 e com as demonstrações do resultado históricas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Companhia e da Compensados.

2. Ajustes *pro forma*

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações contábeis históricas de cada entidade e os ajustes *pro forma* não auditadas foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis, e incluem os seguintes ajustes:

2.1. Contraprestação transferida

A Transação foi realizada por meio da emissão de ações da Painéis em troca de ações da Compensados. Para determinar o valor justo das ações da Painéis foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados ("FDC"). Desta forma, a contraprestação transferida foi determinada da seguinte maneira:

Número de ações da Compensados	130.000.000
Multiplicado pela relação de troca de 0,3211 ações da Painéis para cada ação ordinária da Compensados	41.737.360
Multiplicado pelo valor justo das ações da Painéis (R$)	21,85
Valor justo da contraprestação transferida (R$ mil)	**911.983**

2.2. Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

A Painéis realizou uma avaliação do valor justo dos ativos da Compensados a serem adquiridos e passivos a serem assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15/IFRS 3 – Combinação de Negócios, baseado em informações disponíveis a data destas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas. Utilizando a contraprestação total para a Transação, a Painéis estimou a alocação do preço de compra. A tabela a seguir resume a alocação do preço de compra como se a data da Transação tivesse ocorrido em 30 de setembro de 2020 (em milhares de reais):

	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	121.541
Contas a receber de clientes	76.039
Estoque	32.200
Adiantamentos	19.428
Impostos a recuperar	30.278
Outros ativos	1.281
Investimentos	5.581
Imobilizado	270.685
Certificações	2.956
Relacionamento com clientes	245.537
Fornecedores	(17.228)
Encargos sociais	(1.276)
Encargos fiscais	(9.057)
Outras provisões	(9.412)
Empréstimos	(153.931)
Parcelamento de impostos	(1.140)
Adiantamento de clientes	(1.513)
Pedido de compensação de impostos	(5.951)
IRPJ e CSLL diferidos	(159.453)
Outras obrigações	(355)
Total de ativos líquidos identificáveis	446.210
Ágio *pro forma*	465.774

As informações *pro forma* não auditadas apresentadas, incluindo a alocação da contraprestação transferida, são baseadas em nossas estimativas do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos, informações disponíveis nesta data e premissas da administração.

Incluímos apenas ajustes materiais que são diretamente atribuíveis à Transação proposta, factualmente suportáveis e, com relação à demonstração do resultado, espera-se que tenham um impacto contínuo nos resultados consolidados.

2.3. Ajustes *Pro Forma*

Uma descrição geral dos ajustes *pro forma* está apresentada abaixo:

a) Ajustes de transações entre partes relacionadas

Este ajuste reflete:

i) No balanço patrimonial *pro forma* não auditado a eliminação (a) do saldo de contas a receber/a pagar entre a Painéis e Compensados referente as vendas da Compensados para a Painéis e (b) eliminação do mútuo entre elas para demonstrar o saldo consolidado das empresas.

ii) Na demonstração do resultado *pro forma* não auditado a eliminação:

a. das transações de venda de toretes e cavacos realizas pela Compensados para a Painéis, que os usam como insumos em sua produção. Os valores de R$ 24.792 mil, R$ 19.325 mil e R$ 19.018 mil, foram eliminados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019, 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, respectivamente; e

b. da equivalência patrimonial do investimento que a Compensados detinha na Painéis no valor de R$ R$ 38.011 mil, R$ 29.335 mil e R$ 26.445 mil, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019, 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, respectivamente.

b) Estoques

Reflete o ajuste ao valor justo dos estoques. O valor justo foi calculado considerando o valor de custo dos produtos acabados com uma margem de lucro normal baseada nos esforços de fabricação e de venda e um preço de venda estimado líquido das despesas de venda.

c) Imobilizado

A tabela a seguir representa o ajuste ao valor justo estimado do imobilizado da Indústria de Compensados Guararapes Ltda e, consequentemente, os impactos da depreciação, estimada utilizando-se o método linear e reconhecida em Custo dos produtos vendidos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de noves meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019:

Imobilizado	Metodologia de avaliação	Ajuste ao valor justo estimado (em milhares de R$)	Taxas médias anuais de depreciação	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019
Terrenos	Comparativo direto de dados de mercado.	4.749	-	-	-
Edificações Civis e Benfeitorias	Método do custo de reprodução ou reposição	78.751	545 meses	(1.734)	(1.300)
Máquinas e Equipamentos	Método do custo de reprodução ou reposição	100.472	133 meses	(9.065)	(6.799)
Total do ajuste ao valor justo estimado		**183.972**		**(10.799)**	**(8.099)**

Os ativos imobilizados, exceto terrenos, foram avaliados pelo método do custo de reprodução ou reposição, em que o investimento necessário à aquisição de novos bens, idênticos ou com características e capacidades semelhantes aos bens existentes (objetos da avaliação), indicando se quanto valeriam caso fossem executados novamente, mantendo sua concepção original. A avaliação dos terrenos foi baseada em comparativo direto de dados de mercado.

A despesa de depreciação *pro forma* sobre o ajuste ao valor justo do imobilizado foi alocada no custo dos produtos vendidos. A depreciação é calculada pelo método linear.

d) Intangível

Reflete o ajuste a valor justo dos intangíveis identificados de certificações e relacionamento com clientes. A despesa com amortização estimada *pro forma* foi calculada utilizando-se o método linear e reconhecida como Despesas gerais e administrativas. A tabela abaixo demonstra a metodologia utilizada para mensuração desses ativos intangíveis e os respectivos valores justos estimados e amortizações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	Metodologia utilizada	Valor justo estimado	Vida útil estimada	Exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2019	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019
Certificações	Cost Approach	2.956	Indefinia	-	-
Relacionamento com clientes	Multi-PeriodExcessEarningsMethod("MEEM").	245.537	134 meses	(21.988)	(16.491)
Total		**248.493**		**(21.988)**	**(16.491)**

Certificações que contribuem para as vendas no exterior, uma vez que determinados clientes só compram de fornecedores que tenham tais certificados. As certificações obtidas pela Compensados foram avaliadas pela metodologia do *Cost Approach*. Para a mensuração do valor equivalente ao custo de reposição, foram utilizamos os custos atualizados de obtenção das certificações. Adicionalmente deduzimos do custo total o efeito dos tributos diretos, uma vez que tais desembolsos seriam dedutíveis da base tributária.

Para mensuração do valor justo da carteira de clientes foi utilizado o método MEEM. Os seguintes parâmetros foram adotados:

Receita	Partiu-se da receita projetada de 2020, excluindo a receita com a Painéis da base e ajustando ao longo da projeção pela variação dos preços. Adicionalmente foi aplicado um *Churn* rate anual de 15,2%, de modo a considerar a gradual perda dos clientes existentes no momento da aquisição. O *Churn* rate foi calculado a partir das vendas anuais por cliente observadas entre os anos de 2015 e de 2019, agregando clientes do mercado interno e externo.
Margem EBITDA	Utilizado os percentuais de custos e despesas utilizados na avaliação inicial da Compensados utilizada para determinar o percentual de troca de ações. Adicionalmente foi considerado o efeito do ajuste de valor justo dos estoques de modo a eliminar a dupla contagem da mais valia desse ativo. A margem EBITDA varia de 35,4% em 2021 a 26,4% em 2025 em diante.
Vida útil	Considerado um fluxo de 20 anos e 2 meses, pois a partir de tal horizonte o incremento no valor do intangível passa a ser marginal.
Ativos contributivos (CAC)	Certificações: calculado em função do custo de implementação (após impostos) das certificações detidas pela Empresa, com remuneração igual à 12.9% (WACC de 11,9% + Prêmio de 1%). A taxa CAC resultante é 0,1% da receita do intangível; Força de trabalho: calculado em função do custo de contratação, treinamento e curva de ociosidade médios dos colaboradores da Empresa, com remuneração igual à WACC de 11,9%. A taxa CAC resultante é 0,1% da receita do intangível; Capital de giro: projetado a partir da representatividade do capital de giro sobre receita líquida projetada com remuneração de 4% ao ano (custo da dívida, após impostos). A média da taxa CAC resultante é 1,0% da receita do intangível; Ativos fixos: projetado a partir do *return one return* dos ativos, considerando sua mais valia e as projeções de CAPEX e depreciação esperados pela Administração com remuneração de 4% (custo da dívida, após impostos). A média da taxa CAC resultante é 5,3% da receita do intangível;
Impostos Diretos	Alíquota de 34% aplicada sobre o EBITDA projetado.
Benefício de amortização fiscal	Ao resultado foi acrescido o valor do benefício fiscal da amortização do ativo intangível durante sua vida útil ("TAB"), definida em 134

	meses, quando o valor presente dos fluxos atinge 95% do valor do intangível.
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,9% ao ano, que considera um prêmio de 1% sobre o WACC.

e) Ágio na aquisição

O ajuste reflete a estimativa do ágio em 30 de setembro de 2020, conforme descrito na Nota 2.3. acima.

f) Efeito do imposto de renda e contribuição social

Reflete o efeito do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos nas informações financeiras consolidadas condensadas *pro forma* não auditadas, com base na alíquota nominal de 34% sobre os ajustes *pro forma*.

O ajuste *pro forma* no balanço patrimonial condensado não auditado pro forma em 30 de setembro de 2020 refere-se ao cálculo de tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias em combinações de negócios no montante de R$ 147.616 mil decorrente dos ajustes de valor justo. A Painéis não tem a intenção de incorporar a Compensados, portanto não foi reconhecido imposto diferido sobre o ágio, somente para as diferenças temporárias derivadas dos ajustes de valor justo dos demais saldos do balanço.

O efeito do imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes *pro formas* realizados nas demonstrações do resultado condensadas *pro forma* não auditadas para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2019 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 somam o montante de R$ 11.148 mil, R$ 8.361 mil e R$ 8.361 mil, respectivamente.

g) Patrimônio Líquido

O ajuste *pro forma* no patrimônio líquido é composto da seguinte forma:

	Em milhares de reais
Eliminação das contas de Patrimônio líquido da Compensados	(159.662)
Ações emitidas pela Painéis	911.983
Ajuste *pro forma* total	**752.321**

h) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação foi ajustado considerando a emissão de 41.737.360 ações da Painéis, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2019	2020	2019
Número de ações Painéis - em milhares de ações	55.787	55.787	55.787
Ações emitidas pela Painéis - em milhares de ações	41.737	41.737	41.737
Número de ações Painéis *Pro Forma* - em milhares de ações	97.524	97.524	97.524
Lucro líquido *pro forma*	70.793	109.197	57.841
Lucro por ação *pro forma* básico e diluído (em reais)	0,7259	1,1197	0,5931

ANEXO M DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INDÚSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA. REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras inviduais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais individual e consolidado **6**

Demonstrações de resultados individual e consolidado **7**

Demonstrações de resultados abrangentes individual e consolidado **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado - Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **11**

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
Palmas - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase – Reemissão de relatório

Em 21 de fevereiro de 2020, emitimos um relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que ora está sendo reapresentando para considerar os assuntos descritos na nota explicativa 4(d). Consequentemente, nossa opinião substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC PR-007945/F-7

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	92.357	53.877	92.624
Contas a receber de clientes	9	36.641	50.578	37.117
Estoques	10	38.061	38.797	42.300
Adiantamentos diversos	11	6.334	7.060	6.334
Impostos a recuperar	12	19.804	17.091	19.805
Imposto de renda e contribuíção social a recuperar		560	560	560
Dividendos a receber	22	10.828	9.739	10.828
Outros ativos	13	534	11.676	534
		205.119	189.378	210.102
Não circulante				
Impostos a recuperar	12	7.364	5.272	7.364
Outros ativos	13	10.373	8.963	10.373
Investimentos	14	308.976	278.436	308.643
Ativo biológico	15	176.563	166.558	176.563
Propriedades para investimento	16	70.682	68.764	70.682
Imobilizado	18	91.389	69.368	91.530
Mútuo a receber de partes relacionadas	22	1.507	1.507	1.507
Ativo de direito de uso - arrendamento	23	5.624	-	5.624
		672.478	598.868	672.286
		877.597	**788.246**	**882.388**

Passivo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019
Circulante				
Fornecedores		11.082	7.063	15.873
Empréstimos e financiamentos	19	78.229	73.075	78.229
Obrigações tributárias	21	1.434	246	1.434
Imposto de renda e contribuíção social		1.622	1.923	1.622
Passivo de direito de uso - arrendamento	23	613	-	613
Instrumentos financeiros derivativos		2.349	2.029	2.349
Obrigações sociais e trabalhistas		5.933	4.177	5.933
Outros passivos		530	1.109	530
		101.792	89.622	106.583
Não circulante				
Fornecedores		1.761	4.500	1.761
Impostos de renda e contribuição social diferidos	17	76.519	78.572	76.519
Empréstimos e financiamentos	19	87.593	68.642	87.593
Provisão para contingências	20	5.442	1.429	5.442
Obrigações tributárias	21	1.382	667	1.382
Partes relacionadas	22	800	-	800
Juros sobre o capital próprio a distribuir	22	55.120	56.488	55.120
Passivo de direito de uso - arrendamento	23	5.046	-	5.046
Outros passivos		8.440	17.033	8.440
		242.103	227.331	242.103
Patrimônio líquido				
Capital social	24.a	17.800	18.500	17.800
Reserva de lucros	24.b	515.902	452.793	515.902
		533.702	471.293	533.702
		877.597	**788.246**	**882.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2019	**2018**	**2019**
Receita líquida de vendas	25	326.280	370.611	327.975
Custo dos produtos vendidos	26	(221.852)	(186.816)	(223.264)
Lucro bruto		104.428	183.795	104.711
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais	26	(40.619)	(28.075)	(40.619)
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(410)	(1.221)	(410)
Despesas gerais e administrativas	26	(15.357)	(12.592)	(15.620)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	1.850	6.688	1.862
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		49.892	148.595	49.924
Despesas financeiras	27	(6.644)	(11.821)	(6.644)
Receitas financeiras	27	3.302	3.360	3.302
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.349	(2.029)	2.349
Variação cambial líquida	27	(12.013)	(15.713)	(12.013)
Despesas financeiras, líquidas		(13.006)	(26.203)	(13.006)
Resultado de equivalência patrimonial	14	39.497	37.577	39.485
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.383	159.969	76.403
Imposto de renda e contribuição social – corrente	17	(8.594)	(19.947)	(8.614)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	17	846	(2.647)	846
Lucro líquido do exercício		68.635	137.375	68.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Lucro líquido do exercício	68.635	137.375	68.635
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**68.635**	**137.375**	**68.635**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018		18.500	365.392	-	383.892
Lucro líquido do exercício		-	-	137.375	137.375
Destinações					
Distribuição de lucros	24.b	-	-	(7.014)	(7.014)
Juros sobre o capital próprio destinados	24.b	-	-	(42.960)	(42.960)
Reserva de lucros		-	87.401	(87.401)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**18.500**	**452.793**	**-**	**471.293**
Lucro líquido do exercício		-	-	68.635	68.635
Destinações					
Redução de capital social	24.a	(700)	-	-	(700)
Distribuição de lucros	24.b	-	-	(5.526)	(5.526)
Reserva de lucros	24.b	-	63.109	(63.109)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**17.800**	**515.902**	**-**	**533.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2019	2018	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício		68.635	137.375	68.635
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	18	5.002	6.321	5.002
Depreciação do ativo de direito de uso	23	640	-	640
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	9	410	1.221	410
Despesas com variação cambial e juros não realizados	19	10.566	30.219	10.566
Valorização ao valor justo de ativos biológicos	15	(19.660)	(15.790)	(19.660)
Exaustão de ativos biológicos	15	20.996	11.623	20.996
Despesa de juros de arrendamento	23	71	-	71
Despesas de imposto de renda e contribuição social	17	7.748	22.594	7.768
Resultado de equivalência patrimonial	14	(39.497)	(37.577)	(39.485)
Provisão para contingências		4.013	1.429	4.013
Variação no valor justo da *PUT*		(629)	(752)	(629)
Resultado na venda de ativo imobilizado	18	2.989	101	2.989
		61.284	156.764	61.316
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	9	13.527	(20.261)	13.051
Estoques	10	735	(9.079)	(3.504)
Adiantamentos diversos	11	726	(1.625)	726
Impostos a recuperar	12	(4.804)	9.980	(4.804)
Outros ativos	13	9.720	(2.679)	9.733
Fornecedores		1.281	(10.226)	6.071
Obrigações tributárias	21	(708)	(3.986)	(708)
Outros passivos		(6.432)	(1.611)	(6.444)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	19	(7.177)	(10.188)	(7.177)
Pagamento de juros de arrendamento	23	(70)	-	(70)
Imposto de renda e contribuição social pagos	17	(8.082)	(19.947)	(8.102)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		60.000	87.142	60.088
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação em investimentos	14	(1.623)	(295)	(1.302)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(30.012)	(12.475)	(30.154)
Recebimento de dividendos		9.490	-	9.490
Aquisição de ativo biológico	15	(11.341)	(361)	(11.341)
Aquisição de propriedade para investimento	16	(2.618)	(2.229)	(2.618)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(36.104)	(15.360)	(35.925)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio e distribuição de lucros	24	(5.526)	(7.945)	(5.526)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas		-	3.286	-
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	(7.143)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	19	151.436	67.276	151.436
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	19	(130.720)	(113.390)	(130.720)
Amortização de arrendamentos - principal	23	(606)	-	(606)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		14.584	(57.916)	14.584
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		38.480	13.866	38.747
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.877	40.011	53.877
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	92.357	53.877	92.624
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**38.480**	**13.866**	**38.747**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Indústria de Compensados Guararapes Ltda ("Empresa") é uma Empresa privada, fundada em 15 de fevereiro de 1984 a qual explora a atividade de agroindústria de madeiras laminadas, serradas e compensadas; importação e exportação; exploração florestal e transporte rodoviário de cargas.

A Empresa possui duas unidades industriais, uma na cidade de Palmas, rua Alcina Santos Araújo, 411, CEP 85.555-000, Estado do Paraná, que é também a sua matriz, e a outra em Santa Cecília, rodovia BR-116, Km.141,9, CEP 89.540-000, Estado de Santa Catarina.

A investida Guararapes Painéis é uma sociedade anônima de capital privado, fundada em 2 de maio de 2007, possuindo como atividade operacional principal a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard)* e podendo ainda produzir MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard)* e pisos laminados. Sua matriz e parque industrial encontram-se instalados na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, com administração na cidade de Palmas e escritório de apoio comercial na cidade de Curitiba, ambas no Estado do Paraná.

As investidas Tigre Produção de Energia Elétrica Ltda., Canhadão Produção de Energia Elétrica Ltda., Santa Rosa Energia e Participações S.A. e Novacasa Geração de Energia SPE Ltda , são pessoas jurídicas de direito privado. Têm como atividade operacional a geração de energia pelo aproveitamento hidrelétrico.

A investida Sudoeste Energia Ltda. tem como atividade operacional a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Empresa constituiu a subsidiária Guararapes USA Inc., (Corporation), que tem como objetivo principal a distribuição e ampliação da rede vendas nos Estados Unidos, em especial nos estados do Texas, New Jersey e Maryland.

2 Relação de entidades controladas

Controlada	Atividade principal	Local de constituição e operação	Controle	Participação e capital votante detidos
				2019
Guararapes USA Inc.	Distribuição e Comercialização de compensados e MDF	Estados Unidos	Direto	100%

3 Controle de subsidiária

Em julho 2019, a Empresa iniciou as atividades da subsidiária americana.

A subsidiária nos Estados Unidos foi formada para fornecer uma fonte local de contatos da Companhia aos clientes nos Estados Unidos e ampliar nossa presença, além de intensificar o relacionamento local, fortalecendo a marca.

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de dezembro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06 (R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizada pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 14 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Empresa tem influência significativa sobre uma investida;

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas

explicativas:

- Nota 5 – mudanças nas principais políticas contábeis. CPC 06 (R2), principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos;
- Notas 6k, 9 e 28(i) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota 14 - valor justo da opção de venda de ações (put option): utilização de um método de precificação para cálculo do valor justo das opções;
- Nota 15 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Notas 6i 18 - determinação de vidas úteis e valor residual de ativo imobilizado; e
- Notas 6m 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

d. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os valores correspondentes relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2018, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Apesar dos ajustes, individualmente e agregadamente, serem imateriais, a Companhia decidiu reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para que as contas do balanço patrimonial, demonstração do resultado e resultado abrangente, demonstração do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa estejam corrigidas pelas distorções identificadas durante o processo de elaboração dessas demonstrações financeiras.

(i) Balanço patrimonial

Ativo	31 de dezembro de 2019 (Controladora)				31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2019 (Consolidado)			
		Erros contábeis		Saldo		Erros contábeis		Saldo		Erros contábeis		Saldo
	Publicado	Identificados		Ajustado	Publicado	Identificados		Ajustado	Publicado	Identificados		Ajustado
Circulante												
Contas a receber de clientes	40.728	(4.087)	i/x/xii	36.641	54.043	(3.465)	i	50.578	41.204	(4.087)	i/xii	37.117
Estoques	35.863	2.198	i/xii	38.061	37.238	1.559	i	38.797	40.102	2.198	i/xii	42.300
Adiantamentos diversos	8.388	(2.054)	xii	6.334	7.060	-		7.060	8.388	(2.054)	xii	6.334
Imposto de renda e contribuição social	-	560	xii	560	-	560	xii	560	-	560	xii	560
Impostos a recuperar	20.313	(509)	i/xii	19.804	17.612	(521)	i	17.091	20.314	(509)	i/xii	19.805
Outros ativos	534	10.828	iv/xi	11.362	11.676	9.732	xi	21.415	534	10.828	iv/xi	11.362
Demais ativos circulantes	92.357	-		92.357	53.877	-		53.877	92.624	-		92.624
Total do ativo circulante	**198.183**	**6.936**		**205.119**	**181.506**	**7.865**		**189.378**	**203.166**	**6.936**		**210.102**
197.393												
Não circulante												
Impostos a recuperar	4.742	2.622	ii/iii	7.364	2.650	2.622	ii/iii	5.272	4.742	2.622	ii/iii	7.364
Outros ativos	10.373	-		10.373	8.963	-	iv	8.963	10.373	-		10.373
Investimentos	332.562	(23.585)	iv/xi	308.976	288.341	(9.905)	iv/xi	278.436	332.229	(23.586)	iv/xi	308.643
Ativo biológico	176.834	(271)	xii	176.563	166.558	-		166.558	176.834	(271)	xii	176.563
Imobilizado	90.053	1.336	v/xii	91.389	69.200	168	x	69.368	90.194	1.336	v/xii	91.530
Demais ativos não circulantes	77.813	-		77.813	70.271	-		70.271	77.813	-		77.813
Total do ativo não circulante	**692.377**	**(19.899)**		**672.478**	**605.983**	**(7.175)**		**598.868**	**692.185**	**(19.899)**		**672.286**
Total do ativo	**890.560**	**(12.963)**		**877.597**	**787.489**	**757**		**788.246**	**895.351**	**(12.963)**		**882.388**

Passivo	31 de dezembro de 2019 (Controladora)				31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2019 (Consolidado)			
		Erros contábeis		Saldo		Erros contábeis		Saldo		Erros contábeis		Saldo
	Publicado	Identificados		Ajustado	Publicado	Identificados		Ajustado	Publicado	Identificados		Ajustado
Circulante												
Fornecedores	13.025	(1.943)	vi/xii	11.082	8.892	(1.829)	vi/xii	7.063	17.816	(1.943)	vi/xii	15.873
Empréstimos e financiamentos	78.229	-		78.229	72.322	753	xii	73.075	78.229	-		78.229
Obrigações tributárias	922	512	xii	1.434	246	-		246	922	512	xii	1.434
Demais passivos circulantes	11.047	-		11.047	9.238	-		9.238	11.047	-		11.047
Total do passivo circulante	**103.223**	**(1.431)**		**101.792**	**90.698**	**(1.076)**		**89.622**	**108.014**	**(1.431)**		**106.583**
Não circulante												
Fornecedores	-	1.761	xii	1.761	-	4.500	xii	4.500	-	1.761	xii	1.761
Impostos de renda e contribuição social diferidos	79.707	(3.188)	ix	76.519	80.015	(1.443)	ix	78.572	79.707	(3.188)	ix	76.519
Provisão para contingências	313	5.129	vii	5.442	313	1.116	vii	1.429	313	5.129	vii	5.442
Outros passivos	8.440	-		8.440	16.403	629	viii	17.032	8.440	-		8.440
Demais passivos não circulantes	149.941	-		149.941	125.797	-		125.797	149.941	-		149.941
Total do passivo não circulante	**238.401**	**3.702**		**242.103**	**222.528**	**4.802**		**227.331**	**238.401**	**3.702**		**242.103**
Patrimônio líquido												
Capital social	17.800	-		17.800	18.500	-		18.500	17.800	-		17.800
Reserva de lucros	531.136	(15.234)		515.902	455.763	(2.970)		452.793	531.136	(15.234)		515.902
Total do patrimônio líquido	**548.936**	(15.234)		**533.702**	**474.263**	(2.970)		**471.193**	**548.936**	(15.234)		**533.702**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**890.560**	**(12.963)**		**877.597**	**787.489**	**757**		**788.246**	**895.351**	**(12.963)**		**882.388**

(ii) Demonstração do resultado

	31 de dezembro de 2019 (Controladora)				31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2019 (Consolidado)			
	Publicado	Erros contábeis Identificados		Saldo Ajustado	Publicado	Erros contábeis Identificados		Saldo Ajustado	Publicado	Erros contábeis Identificados		Saldo Ajustado
Receita líquida de vendas	324.978	1.302	i/ xii	326.280	369.555	1.056	i/ xii	370.611	326.673	1.302	i/ xii	327.975
Custo dos produtos vendidos	(222.202)	350	i/ xii	(221.852)	(185.080)	(1.736)	i/ xii	(186.816)	(223.614)	350	i/ xii	(223.264)
Lucro bruto	**102.776**	**1.652**		**104.428**	**184.475**	(680)		**183.795**	**103.059**	1.652		**104.711**
Receitas (despesas) operacionais												
Despesas comerciais	(40.619)	-		(40.619)	(28.075)	-		(28.075)	(40.619)	-		(40.619)
Provisão (estorno) para redução ao valor recuperável de contas a receber	1.502	(1.912)	x	(410)	(1.221)	-		(1.221)	1.502	(1.912)	x	(410)
Despesas gerais e administrativas	(13.599)	(1.758)	v / vii/xii	(15.357)	(10.671)	(1.921)	vii/ xii	(12.592)	(13.862)	(1.758)	v / vii/ xii	(15.620)
Outras receitas operacionais, líquidas	11.611	(9.761)	xi/xii	1.850	3.299	3.389	ii /iii/ xi/xii	6.688	11.623	(9.761)	xi/xii	1.862
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**61.671**	**(11.779)**		**49.892**	**147.807**	788		**148.595**	**61.703**	(11.779)		**49.924**
Despesas financeiras	(8.026)	1.382	viii/xii	(6.644)	(11.053)	(768)	Viii/ xii	(11.821)	(8.026)	1.382	viii/ xii	(6.573)
Receitas financeiras	3.302	-		3.302	3.360	-		3.360	3.302	-		3.302
Resultado com instrumentos de proteção (hedge)	2.349	-		2.349	(2.029)	-		(2.029)	2.349	-		2.349
Variação cambial líquida	(12.013)	-		(12.013)	(15.713)	-		(15.713)	(12.013)	-		(12.013)
Despesas financeiras, líquidas	**(14.388)**	**1.382**		**(13.006)**	**(25.435)**	(768)		**(26.203)**	**(14.388)**	1.382		**(13.006)**
Resultado de equivalência patrimonial	42.598	(3.101)	ivxi	39.497	36.528	1.049	iv	37.577	42.586	(3.101)	ivxi	39.485
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**89.881**	**(13.498)**		**76.383**	**158.900**	1.069		**159.969**	**89.901**	**(13.498)**		**76.403**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.082)	(512)	x	(8.594)	(19.947)	-		(19.947)	(8.102)	(512)	xii	(8.614)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(899)	1.745	ix	846	(2.640)	(7)	ix/ xii	(2.647)	(899)	1.745	ix	846
Lucro líquido do exercício	**80.900**	**(12.265)**		**68.635**	**136.313**	1.062		**137.375**	**80.900**	**(12.265)**		**68.635**

(iii) Demonstração do resultado abrangente

	31 de dezembro de 2019 (controladora)			31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2019 (consolidado)		
	Publicado	Erros contábeis identificados	Saldo ajustado	Publicado	Erros contábeis identificados	Saldo ajustado	Publicado	Erros contábeis identificados	Saldo ajustado
Lucro líquido do exercício	80.900	(12.265)	68.635	136.313	1.062	137.375	80.900	(12.265)	68.635
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	80.900	(12.265)	68.635	136.313	1.062	137.375	80.900	(12.265)	68.635

(iv) Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

	31 de dezembro de 2019 (Controladora)				31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2019 (Consolidado)			
	Publicado	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:												
Lucro líquido do exercício	80.900	(12.265)		68.635	136.313	1.062		137.375	80.900	(12.265)		68.635
Ajustes por:												
Depreciação e amortização	6.334	(1.332)	**v**	5.002	6.321	-		6.321	6.334	(1.332)	**v**	5.002
Depreciação do ativo de direito de uso	640	-		640	-	-		-	640	-		640
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.502)	1.912	**x**	410	1.221	-		1.221	(1.502)	1.912	**x**	410
Despesas com variação cambial e juros não realizados	11.319	(753)	**xii**	10.566	29.466	753	**x**	30.219	11.319	(753)	**xii**	10.566
Valorização ao valor justo de ativos biológicos	(19.931)	271	**xii**	(19.660)	(15.790)	-		(15.790)	(19.931)	271	**xii**	(19.660)
Exaustão de ativos biológicos	20.996	-		20.996	11.623	-		11.623	20.996	-		20.996
Despesa de juros de arrendamento	71	-		71	-	-		-	71	-		71
Despesas de imposto de renda e contribuição social	8.981	(1.233)	**ix/xii**	7.748	22.587	7	**ix/xii**	22.594	9.001	(1.233)	**ix/xii**	7.768
Resultado de equivalência patrimonial	(42.598)	3.101	**iv**	(39.497)	(36.528)	(1.049)	**iv**	(37.577)	(42.586)	3.101	**iv**	(39.485)
Provisão para contingências	-	4.013	**vii**	4.013	313	1.116	**vii**	1.429	-	4.013	**vii**	4.013
Variação no valor justo da *PUT*	-	(629)	**viii**	(629)	-	(752)	**viii**	(752)	-	(629)	**viii**	(629)
Resultado na venda de ativo imobilizado	2.989	-		2.989	101	-		101	2.989	-		2.989
	68.199	**(6.915)**		**61.284**	**155.627**	**1.137**		**156.764**	**68.231**	**(6.915)**		**61.316**
Contas a receber de clientes	14.817	(1.290)	**i/xii**	13.527	(19.214)	(1.047)	**i**	(20.261)	14.341	(1.290)	**i/xii**	13.051
Estoques	1.374	(639)	**i/xii**	735	(10.578)	1.499	**i**	(9.079)	(2.865)	(639)	**i/xii**	(3.504)
Adiantamento diversos	(1.328)	2.054	**Xii**	726	(1.625)	-		(1.625)	(1.328)	2.054	**Xii**	726
Impostos a recuperar	(4.792)	(12)	**i**	(4.804)	12.611	(2.631)	**i**	9.980	(4.792)	(12)	**i**	(4.804)
Outros ativos	9.720	-		9.720	(2.679)	-		(2.679)	9.733	-		9.733
Fornecedores	4.133	(2.852)	**xii**	1.281	(11.326)	1.100	**xii**	(10.226)	8.923	(2.852)	**xii**	6.071
Obrigações tributárias	(708)	-		(708)	(3.986)	-		(3.986)	(708)	-		(708)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(7.177)	-		(7.177)	(10.188)	-		(10.188)	(7.177)	-		(7.177)
Pagamento de juros de arrendamento	(70)	-		(70)	-	-		-	(70)	-		(70)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.082)	-		(8.082)	(19.947)	-		(19.947)	(8.102)	-		(8.102)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**69.654**	**(9.654)**		**60.000**	**97.272**	**58**		**87.142**	**69.742**	**(9.654)**		**60.088**

	31 de dezembro de 2019 (Controladora)				31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2019 (Consolidado)			
	Publicado	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**	**Publicado**	**Erros contábeis identificados**		**Saldo ajustado**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:												
Aplicação em investimentos - aumento de capital em coligadas	(1.623)	-		(1.623)	(295)	-		(295)	(1.302)	-		(1.302)
Recebimento de dividendos	-	9.490	xi	9.490	-	-		-	-	9.490	xi	9.490
Aquisição de ativo imobilizado	(30.176)	164	**xii**	(30.012)	(12.417)	(58)	**xii**	(12.475)	(30.318)	164	**xii**	(30.154)
Aquisição de ativo biológico	(11.341)	-		(11.341)	(361)	-		(361)	(11.341)	-		(11.341)
Aquisição de propriedade para investimentos	(2.618)	-		(2.618)	(2.229)	-		(2.229)	(2.618)	-		(2.618)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(45.758)**	**9.654**		**(36.104)**	**(15.302)**	**(58)**		**(15.360)**	**(45.579)**	**9.654**		**(35.925)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento												
Pagamento de juros sobre o capital própiro / distribuição de lucros	(5.526)	-		(5.526)	(7.945)	-		(7.945)	(5.526)	-		(5.526)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	-		-	(7.143)	-		(7.143)	-	-		-
Recebimento de partes relacionadas	-	-		-	3.286	-		3.286	-	-		-
Captação de empréstimos e financiamentos	151.436	-		151.436	67.276	-		67.276	151.436	-		151.436
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(130.720)	-		(130.720)	(113.390)	-		(113.390)	(130.720)	-		(130.720)
Amortização de arrendamentos - principal	(606)	-		(606)	-	-		-	(606)	-		(606)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**14.584**	**-**		**14.584**	**(68.104)**	**-**		**(57.916)**	**14.584**	**-**		**14.584**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**38.480**	**-**		**38.480**	**13.866**	**-**		**13.866**	**38.747**	**-**		**38.747**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.877	-		53.877	40.011	-		40.011	53.877	-		53.877
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	92.357	-		92.357	53.877	-		53.877	92.624	-		92.624
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**38.480**	**-**		**38.480**	**13.866**	**-**		**13.866**	**38.747**	**-**		**38.747**

Abaixo está demonstrado o detalhamento dos ajustes e reclassificações:

Erros contábeis identificados

i. Receitas de venda de produtos que foram anteriormente registradas fora do período de competência. Consequentemente, os ativos de contas a receber de clientes, estoques e impostos a recuperar relacionados foram apresentados erroneamente, resultando em ajustes conforme valores abaixo:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contas a receber	(2.166)	(3.691)
Estoque	1.406	1.474
Obrigações tributárias	51	39
Receita líquida de vendas	1.537	830
Custo dos produtos vendidos	(68)	(1.318)

ii. Reconhecimento do ganho de R$ 8.090 registrado em outras receitas operacionais, referente ao processo judicial, transitado em julgado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que a Empresa solicitou ressarcimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) contra o Governo do Estado do Paraná.

iii. Baixa de Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R$ 5.468 em outras despesas operacionais, pois o crédito foi indevidamente consituido com base na declaração de juros sobre capital próprio de resultados anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

iv. Efeito no resultado de equivalência patrimonial, no valor de R$ 3.491 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1.049 em 31 de dezembro de 2018) mais dividendos a receber no valor de R$ 249, ambos devido aos ajustes reconhecidos para correção de erros na investida Guararapes Painéis S.A. conforme CPC 23 – Politicas contábeis, mudança de estimativas e retificações de erros.

v. Reconciliação dos saldos de depreciação de máquinas e equipamentos com os documentos suportes, em contrapartida à despesas gerais e administrativas no montante de R$ 1.332 em 31 de dezembro de 2019.

vi. Reconhecimento de fornecedores a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor nos montantes de R$ 1.872 e R$ 2.671 para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

vii. Conforme requerido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Empresa reconheceu uma provisão para o processos jurídicos de natureza trabalhista cujo risco de perda foi acessado como provável pelos assessores legais da Companhia (internos e externos), no montante de R$ 5.129 e R$ 1.116 em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

viii. Reconhecimento do valor justo da opção de venda decorrente do contrato de venda da participação de 31,89% da Empresa na Guararapes Painéis S.A. para o Brasil Agronegócio – Fundo de Investimentos e Participações (FIP). Os termos e condições do contrato outorgou ao

FIP o direito mas não a obrigação de vender a sua participação na Guararapes Paineis S.A. para a Empresa a partir de 30 de setembro de 2017, nos montantes de R$ 629 em 31 de dezembro de 2018. Para mais detalhes ver nota explicativa 14.

ix. Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido decorrente dos ajustes reconhecidos no resultado conforme descrito nessa nota explicativa.

x. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia identificou a necessidade de complemento de provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber no valor de R$ 1.912.

xi. Dividendos propostos pela investida Guararapes Painéis S.A. em 31 de dezembro de 2019 e 2018, anteriormente não reconhecido pela Indústria de Compensados Painéis Ltda. como dividendos a receber, nos montante de R$ 10.579 e R$ 9.490 respectivamente, sendo que o os dividendos propostos de 2018, recebidos em 2019, havia sido registrado anteriormente como receita no resultado do exercício de 2019.

xii. Outras distorções
Durante o processo de preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa constatou diferenças entre contas contábeis e os documentos suportes utilizados para reconciliações dessas contas que estão sendo ajustados para uma apresentação adequada dos saldos de contas a receber, estoques, ativo biológico, imobilizado, créditos de impostos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e impostos a pagar.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Empresa adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Esta abordagem retrospectiva na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IFRS 16 e interpretações relacionadas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Empresa determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/ IFRIC 4. A Empresa agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento
com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 23.

Na transição para o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Empresa escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Empresa aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Empresa arrenda fazendas para plantio de florestas. a Empresa classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Empresa. De acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Empresa reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1)

Anteriormente, a Empresa classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Empresa em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- - Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Empresa aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Empresa testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Empresa utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

(i) Impacto na transição

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 1° de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019:

Efeito do CPC 06 no balanço patrimonial em

	Ativo			Passivo	
	01/01/2019	**31/12/2019**		**01/01/2019**	**31/12/2019**
Circulante	**-**	**-**	**Circulante**	**676**	**613**
			Passivos de arrendamentos	676	613
Não circulante	**6.264**	**5.624**			
Direito de uso dos ativos	6.264	6.264	**Não circulante**	**5.588**	**5.046**
Depreciações	-	(640)	Passivos de arrendamentos	5.588	5.046
	-	-			
	-	-	**Patrimônio líquido**	-	**(35)**
	-	-	Resultados acumulados	-	(35)
	-	-		-	-
Total	**6.264**	**5.624**	**Total**	**6.264**	**5.624**

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos a valor presente liquido aplicando uma taxa incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A taxa média ponderada aplicada é de 1,19% ao mês. O período de renovação não foi considerado, pois não havia opções de renovação razoavelmente seguras de serem exercidas. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício bem como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, que são alocados no "Resultado Financeiro".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

6 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que A Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência
significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Empresa relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 25.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes, variação cambial e resultado com instrumentos financeiros derivativos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e variação cambial e resultado com instrumentos financeiros derivativos. Não são aplicados juros sobre operações realizadas com Empresas da Empresa, partes relacionadas.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócio da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos são determinados utilizando o método da média móvel. O custo dos produtos acabados e produtos em processo é formado pelas matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com pessoal (de acordo com a capacidade normal de operação), não incluindo custos com empréstimos. O valor de realização líquido é o preço estimado de venda em uma situação normal dos negócios, menos despesas com vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos são auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e obras em andamento não são depreciados.

As vidas úteis estimadas no ativo imobilizado são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação
Edificações	2,49%
Máquinas e equipamentos	7,21%
Veículos	24,73%
Moveis e utensílios	11,53%
Software e hardware	29,02%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

k. Instrumentos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros derivativos são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

  As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
  O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira de contas a receber e empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2019.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

l. Redução ao valor recuperável (impairment)

(iv) Ativos financeiros não-derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito aa Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(v) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. A Administração não identificou indícios de redução ao valor recuperável nos ativos pertencentes às UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

n. Arrendamentos

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram apresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1° de janeiro de 2019

No início do contrato, A Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º. de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na
desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo de direito de uso - arrendamento" e passivos de arrendamento em "Passivo de direito de uso - arrendamento" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019
Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou
continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos;

- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;

- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) Como arrendatário
No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como

arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

7 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

– Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

– Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

– Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 15 – Ativo biológico
- Nota 16 – Propriedade para investimentos
- Nota 28 – Instrumentos financeiros

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Caixa e bancos - moeda nacional	4.423	3.496	4.423
Caixa e bancos - moeda estrangeira	-	-	267
Aplicações financeiras	87.934	50.381	87.934
	92.357	53.877	92.624

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, com vencimento de até três meses desde a data da contratatação, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e outras aplicações de renda fixa, remunerados a taxas que variam, tanto em 2019 quanto em 2018 entre 100% e 102% do Certificado do Depósito Interbancário - CDI.

9 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável.

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Clientes no país	1.983	1.719	1.983
Contas a receber com partes relacionadas (nota 22)	9.274	752	945
Clientes no exterior	27.455	49.768	36.260

(-)Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.071)	(1.661)	(2.071)
	36.641	**50.578**	**37.117**
Duplicatas a vencer	35.350	50.438	35.841
Duplicatas vencidas	3.362	1.801	3.347

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
A vencer	35.350	50.438	35.841
Vencidos até 30 dias	534	944	534
Vencidos de 31 a 90 dias	1.240	413	1.240
Vencidos acima de 90 dias	1.588	444	1.429
	38.712	52.239	39.188
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.071)	(1.661)	(2.071)
	36.641	50.578	37.117

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica da Companhia, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.
A movimentação no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		**Consolidado**
	2019	**2018**	**2019**
Saldo no início do exercício	(1.661)	(2.882)	(1.661)
Constituição de provisão	(1.912)	(2.361)	(1.912)
Reversão de provisão	1.502	3.582	1.502
Saldo no final do exercício	(2.071)	(1.661)	(2.071)

10 Estoques

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Matérias-primas	4.022	5.318	4.022
Produtos acabados	9.693	9.140	13.932
Produtos em elaboração	3.365	1.706	3.365
Produtos em poder de terceiros	8.014	10.600	8.014
Materiais de manutenção	9.179	8.742	9.179
Outros	3.698	3.291	3.698
	38.061	**38.797**	**42.300**

Em 2019, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R$ 140.634, controladora e consolidado respectivamente (2018: R$ 142,046).

Provisões para perdas de estoques
A Companhia realiza análise de itens com baixa movimentação, sendo que em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não verificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

11 Adiantamentos diversos

A composição dos adiantamentos está registrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Adiantamento a fornecedores (i)	5.887	6.699	5.887
Adiantamento a funcionários	447	361	447
	6.334	**7.060**	**6.334**

i. Os adiantamentos são compostos por pagamentos antecipados realizados pela Empresa aos seus fornecedores de produtos e serviços. Tais valores serão realizados no momento do recebimento da mercadoria.

12 Impostos a recuperar

Registra nesta rubrica montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades da Empresa.

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
PIS/COFINS a compensar	3.606	3.060	3.606
Pedido de crédito PIS/COFINS*	2.352	564	2.352
Impostos federais a compensar	236	72	236
ICMS a compensar	10.946	7.589	10.946
Pedido de crédito de ICMS*	8.614	10.354	8.614
ICMS sobre ativo imobilizado	861	385	861
Outros impostos a recuperar	553	339	554
	27.168	**22.363**	**27.169**
Ativo circulante	19.804	17.091	19.805
Ativo não circulante	7.364	5.272	7.364

(*) A Empresa entrou com pedidos de homologação e crédito de PIS/COFINS e ICMS junto as Receitas Federal e Estadual, respectivamente, de modo a utilizar na compensação de tributos ou efetuar a venda desses créditos para terceiros.

13 Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Tigre Produção de Energia Elétrica Ltda. (i)	560	560	560
RD Administração e Participações Ltda. (i)	2.915	2.116	2.915
FADEP - Associação Patobranquense de Ensino (i)	5.796	5.136	5.796
Reflorestamentos mantidos para venda	-	11.071	-
Outros	1.636	1.756	1.636
	10.907	20.639	10.907
Ativo circulante	534	11.676	534
Ativo não circulante	10.373	8.963	10.373

(i) Valores transferidos para Empresas terceiras do qual a expectativa de realização se dará mediante integralização de capital social

14 Investimentos (controladora)

Os investimentos em coligadas e controlada (Guararapes USA) são compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Guararapes Painéis S.A. - "Painéis"	289.648	262.217
Tigre Produção de Energia Elétrica Ltda. - "Tigre"	4.354	3.420
Canhadão Produção de Energia Elétrica Ltda. - "Canhadão	12.039	10.601
Santa Rosa Energia e Participações S.A. - "Santa Rosa"	1.262	1.198
Novacasa Geração de Energia SPE Ltda. - "Novacasa"	1.191	1.000
Guararapes USA	464	-
Outros investimentos	18	-
Total	308.976	278.436

	Investidas								
Dados sobre as controladas e coligada	**Painéis**	**Tigre**	**Canhadão**	**Santa Rosa**	**Sudoeste**	**Nova casa**	**Guararapes USA**	**Outros investimentos**	
Ativo	617.358	37.810	63.345	467	-	-	13.581	-	
Passivo	287.178	21.408	31.491	47	-	-	13.117	-	
Capital social realizado	137.996	2.000	2.000	1	-	-	451	-	
Quantidades de quotas/ações do capital (em mil)	55.787	235	2.000	1	-	-	5.000	-	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019	330.180	16.402	31.855	496	-	-	463	-	
Resultado do exercício	61.228	3.219	1.227	-	-	-	12	-	
Dados sobre os investimentos									
Quantidades de quotas/ações possuídas (em mil)	37.406	68	880	0,2	-	-	-	-	
Percentual de participação	67,05%	29,00%	44,00%	33,30%	-	-	100%	-	
Movimentação dos saldos em 2018									
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	234.378	3.270	10.581	1.105	-	968	-	-	
Aumento do investimento	-	150	20	93	-	32	-	-	
Dividendos distribuídos	(9.738)	-	-	-	-	-	-	-	
Equivalência patrimonial	37.577	-	-	-	-	-	-	-	
Total dos investimentos em 31 de dezembro de 2018	262.217	3.420	10.601	1.198	-	1.000	-	-	
Movimentação dos saldos em 2019									
Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2018	262.217	3.420	10.601	1.198	-	1.000	-	-	
Aumento do investimento	-	-	898	64	-	191	452	18	
Dividendos distribuídos	(10.579)								
Equivalência patrimonial	38.011	934	540	-	-	-	12	-	**39.497**
Total dos investimentos em 31 de dezembro de 2019	289.648	4.354	12.039	1.262	-	1.191	464	18	**308.976**

Perda de controle em investimento - Guararapes Painéis S.A.

Em 10 de outubro de 2014, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. firmou Acordo de Investimentos e outras Avenças da Guararapes Painéis S.A., tendo a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. como interveniente anuente, com o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações.

O referido acordo produziu um Acordo de Acionistas, o qual, em conjunto com o Acordo de Investimentos, visam regular os termos e condições por meio dos quais a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. e o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações desenvolverão novos negócios na área de produção e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard*), MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard*), administrados pela Indústria de Compensados Guararapes.

A Guararapes Painéis S.A. é uma Empresa (Sociedade Anônima) de capital privado, fundada em 02 de maio de 2007, possuindo como atividade operacional principal a industrialização e comercialização de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF (*Medium Density Fiberboard*) e podendo ainda produzir MDP (*Medium Density Particleboard*), HDF (*High Density Fiberboard*) e pisos laminados pertencente à Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Através do Acordo de Investimentos, o Brasil Agronegócio - Fundo de Investimentos de Participações integralizou e subscreveu novas ações ordinárias representativas de 31,89% do capital total e votante da Guararapes Painéis S.A., representando um investimento total de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais). Este aumento de capital na Guararapes Painéis S.A. teve como objetivo dar sequência no projeto de investimento na nova linha de produção montada na cidade de Caçador-SC.

A partir da entrada do novo acionista, a Guararapes Painéis S.A. passou a ter o controle compartilhado, sendo todas as decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração e/ou Assembleia Geral dos Acionistas. A Diretoria Executiva, assim como as demais áreas de apoio a ela subordinadas, respeitam o Orçamento Anual da Empresa e/ou as políticas de governança por aqueles órgãos criadas.

Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 67,05% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, tendo como contrapartida os seguintes ativos identificáveis:

Ágio ("goodwill")	32.060
Mais valia do imobilizado	57.717

Opção de venda de ações - Guararapes Painéis S.A.

Com base no acordo de acionistas, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. outorgou ao acionista Brasil Agronegócios - Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), uma opção de venda de ações por meio do qual o FIP, a partir de 30 de dezembro de 2017, possui o direito, mas não a obrigação, a seu único e exclusivo critério, de, a qualquer momento vender a totalidade de suas ações. Consequentemente, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. teria a obrigação de comprá-las. O vencimento das opções de venda de ações será em 2023.

Para mensuração das opções de venda de ações, a Administração considera o maior valor entre EBITDA da Empresa (desconsiderando a dívida líquida dos 12 meses anteriores) multiplicado por 6 e o valor do capital aportado, atualizado pela taxa de 5% a.a. e pelo IPCA.

O valor justo das opções de venda de ações é estimado a cada data base, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black & Scholes*. Até a emissão destas demonstrações financeiras, o FIP não havia exercido esta opção. Em 31 de dezembro de 2018 o passivo de valor justo desta opção de R$ 629 está registrado nestas demonstrações financeiras em outros passivos, não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 o passivo desta opção foi zero.

15 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a plantação de bosques de árvores, basicamente representada por pinus.

(a) Mensuração do valor justo

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, na Empresa de custo dos produtos vendidos.

A mensuração dos valores justos e seus inputs foram classificadas como nível 3 nas técnicas de avaliação utilizadas.

O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação.

Inputs significativos não observáveis

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Preços estimados de madeira por tonelada de 70,00/m³ para pinus.

A avaliação é efetuada por profissional especializado que utiliza o método comparativo dos dados de mercado, tal como definido pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE, e acatado pelo substitutivo do anteprojeto NBR - 14653-3, elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Os elementos comparativos, bem como as informações necessárias para o estudo provêm das seguintes fontes:

- Pesquisas imobiliárias locais;
- Informações específicas provenientes de corretores especializados;
- Informações provenientes de laudos e avaliações emitidos por empresas especializadas;
- Informações obtidas através de avaliações físicas feitas por profissionais habilitados; e
- Notas fiscais de compra de madeira.

(b) Conciliação do valor contábil

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Saldo de início do exercício	166.558	162.030	166.558
Variação por mudança no valor justo	19.660	15.790	19.660
Reduções decorrentes de exaustão	(20.996)	(11.623)	(20.996)
Novos investimentos	11.341	361	11.341
Saldo no final do exercício	176.563	166.558	176.563

(c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades florestais
A Empresa está exposto aos seguintes riscos relacionados à suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais
A Empresa está sujeito a leis e regulamentações nos diversos ambientes em que opera. A Empresa possui políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

(ii) Riscos climáticos e outros
As plantações da Empresa estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Empresa possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises da indústria para doenças e pragas.

16 Propriedades para investimento

Referem-se às áreas de propriedade da Empresa com a finalidade de receber plantio de ativos florestais.

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Saldo de início do exercício	68.764	66.535	68.764
Baixas (i)	(700)	-	(700)
Novos investimentos - custo	2.618	2.229	2.618
Saldo no final do exercício	70.682	68.764	70.682

(i) De acordo com a sétima ata de reunião dos sócios datada de 26 de junho de 2019, os sócios deliberaram pela redução do capital social da Empresa com a transferência para os sócios da Fazenda Ipiranga (INCRA Nº 710024004588-5).

O valor justo das propriedades em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 307.963 (R$ 257.578 em 2018).

Para a obtenção do valor de mercado em de tais propriedades, a Empresa realizou análise com avaliadores imobiliários externos independentes e avaliou os índices divulgados pelo mercado. A classificação do valor justo da propriedade para investimento foi classificada como nível 3

com base nos dados (inputs) para a técnica de avaliação realizada. A Administração utilizou como metodologia o método comparativo direto de dados de mercado.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado
Diferenças temporárias:	**2019**	**2018**	**2019**
Depreciação fiscal x vida útil	(11.095)	(11.010)	(11.095)
Valor justo dos ativos florestais	(44.150)	(43.531)	(44.150)
Variações cambiais por competência	(2.751)	(2.544)	(2.751)
Provisões diversas	4.553	2.756	4.553
Ganho na apuração do valor justo em investimentos - perda de controle (*)	(23.076)	(24.243)	(23.076)
Total passivo, líquido	(76.519)	(78.572)	(76.519)

A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos foi integralmente registrada no resultado do exercício de 2019 e 2018.

(*) Refere-se ao IR/CS diferido passivo sobre ganho na apuração do valor justo identificado quando da remensuração do investimento na Guararapes Painéis S.A, reconhecido na perda do controle desta investida em 2014 (nota 14).

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	76.383	159.969	76.383
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(25.970)	(54.389)	(25.970)
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(224)	(379)	(224)
Exclusões permanentes - equivalência patrimonial	10.539	13.416	10.539
Exclusões permanentes – juros sobre o capital próprio	3.101	14.606	3.101
Exclusões permanentes - outras receitas não tributáveis	285	2.894	278
Incentivos fiscais (PAT) / parcela dedutível - adicional 10%	171	370	171
Doações incentivadas	185	532	185
Outras	4.165	356	4.152
	(7.748)	(22.594)	(7.768)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.801)	(19.947)	(9.821)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.053	(2.647)	2.053
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(7.748)	(22.594)	(7.768)
Alíquota efetiva	9,06%	14,12%	9,09%

18 Imobilizado (controladora)

Custo	Terrenos industriais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Em 1° de janeiro de 2019	2.947	22.649	88.501	4.096	1.541	24.218	10.197	2.554	156.703
Aquisições	2.499	-	6	92	-	6.320	21.095	-	30.012
Transferências	-	1.571	3.528	1.361	19	270	(6.842)	93	-
Baixas	-	-	(1.982)	(16)	(3)	(767)	(239)	-	(3.007)
Em 31 de dezembro de 2019	5.446	24.220	90.053	5.533	1.557	30.041	24.211	2.647	183.708
Depreciação acumulada									
Em 1° de janeiro de 2019	-	(6.116)	(59.606)	(3.247)	(1.393)	(14.903)	-	(2.070)	(87.335)
Depreciação	-	(524)	(2.580)	(351)	(29)	(1.487)	-	(31)	(5.002)
Baixas	-	-	-	16	2	-	-	-	18
Em 31 de dezembro de 2019	-	(6.640)	(62.186)	(3.582)	(1.420)	(16.390)	-	(2.101)	(92.319)
Imobilizado líquido									
Em 31 de dezembro de 2019	5.446	17.580	27.867	1.951	137	13.651	24.211	546	91.389

Movimentação de 2018

Custo	Terrenos industriais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Em 1° de janeiro de 2018	2.777	22.522	86.699	3.822	1.541	23.633	870	2.554	144.418
Aquisições	170	-	880	73	-	623	10.729	-	12.475
Transferências	-	127	1.074	201	-	-	(1.402)	-	-
Baixas	-	-	(152)	-	-	(38)	-	-	(190)
Em 31 de dezembro de 2018	2.947	22.649	88.501	4.096	1.541	24.218	10.197	2.554	156.703
Depreciação acumulada									
Em 1° de janeiro de 2018	-	(5.625)	(56.228)	(2.926)	(1.358)	(12.919)	-	(2.047)	(81.103)
Depreciação	-	(491)	(3.445)	(321)	(35)	(2.006)	-	(23)	(6.321)
Baixas	-	-	67	-	-	22	-	-	89
Em 31 de dezembro de 2018	-	(6.116)	(59.606)	(3.247)	(1.393)	(14.903)	-	(2.070)	(87.335)
Imobilizado líquido									
Em 31 de dezembro de 2018	2.947	16.533	28.895	849	148	9.315	10.197	484	69.368

a. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Administração não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

19 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Produto	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2019	2018
ACC	De 4,49% a 5,15% a.a.	USD	06/11/2020	50.120	48.439
CCB	13,20% a.a.	BRL	19/12/2020	270	959
CCE	CDI + 4,44% a.a.	BRL	22/03/2023	8.135	13.921
FINAME	De 3,00% a 9,40% a.a.	BRL	15/12/2024	6.735	3.173
PPE	De 4,00% a 5,50% a.a.	USD	20/09/2024	99.786	74.227
BRDE	3,00% a.a.	BRL	15/06/2023	776	998
				165.822	141.717
		Passivo circulante		78.229	73.075
		Passivo não circulante		87.593	68.642

Os empréstimos são garantidos por avais dos quotistas controladores e o vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

	2019	2018
2020	-	43.555
2021	31.350	12.405
2022	27.436	7.815
2023	21.042	4.627
2024	7.765	240
	87.593	68.642

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

Produto	Saldo em 31/12/2018	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Variações monetárias	Saldo em 31/12/2019
ACC	48.439	61.314	(62.305)	(2.252)	2.449	2.475	50.120
CCB	959	-	(619)	(154)	84	-	270
CCE	13.921	10.000	(15.685)	(943)	842	-	8.135
FINAME	3.173	8.655	(5.150)	(534)	591	-	6.735
PPE	74.227	71.467	(46.740)	(3.267)	2.795	1.304	99.786
CDC	998	-	(221)	(27)	26	-	776
	141.717	151.436	(130.720)	(7.177)	6.787	3.779	165.822

Produto	Saldo em 31/12/2017	Novas captações	Pagto. de principal	Pagto. de juros	Provisão de juros	Variações monetárias	Saldo em 31/12/2018
ACC	60.900	64.713	(83.999)	(3.865)	2.503	8.187	48.439
CCB	1.830	509	(1.368)	(158)	146	-	959
CCE	19.680	-	(5.714)	(1.806)	1.761	-	13.921
FINAME	2.410	2.054	(1.291)	(117)	117	-	3.173
NCE/LEASING	41	-	(35)	(7)	1	-	-
PPE	81.096	-	(20.256)	(4.041)	5.495	11.933	74.227
CDC	1.221	-	(222)	(33)	32	-	998
EXIM	139	-	(138)	(10)	9	-	-
NP RURAL	483	-	(367)	(151)	35	-	-
	167.800	67.276	(113.390)	(10.188)	10.099	20.120	141.717

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos. A Empresa não possui covenants financeiros a serem cumpridos.

20 Provisão para contingências

Composição

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019	2018
Contingências	5.442	1.429
	5.442	1.429

As ações judiciais são de natureza trabalhista e referem-se, de maneira geral, a processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

Movimentação

Em 1° de janeiro de 2018	-
Adições	1.429
Em 31 de dezembro de 2018	1.429
Adições	4.013
Em 31 de dezembro de 2019	5.442

Contingências possíveis
Existem outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 10.055 (R$ 1.429 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
INSS retido a recolher	12	20	12
INSS agroindústria a recolher	-	103	-
ISSQN retido a recolher	21	25	21
Outras obrigações tributárias	543	50	543
ICMS a recolher	1.442	179	1.442
Postergação da CSLL (lei 11.051/04)	406	406	406
Parcelamentos Federais	392	130	392
	2.816	913	2.816
Passivo circulante	1.434	246	1.434
Passivo não circulante	1.382	667	1.382

22 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Outros ativos			
Dividendos a receber	10.828	9.739	10.579
Contas a receber			
Guararapes Painéis S.A.	1.303	1.099	1.303
Guararapes USA	8.329	-	-
Empréstimos e financiamentos (ativo)			
Guararapes Painéis S.A. (i)	1.507	1.507	1.507

i. A operação de empréstimo com a Guararapes Painés S.A. não possui incidência de encargos financeiros e prazo de vencimento pré-determinado.

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Contas a pagar			
Guararapes Painéis S.A.	-	-	4.791
Empréstimos e financiamentos (passivo)			
Empréstimos com pessoas ligadas (i)	800	-	800
	800	-	5.591
Juros sobre o capital próprio			
João Carlos Ribeiro Pedroso	28.762	29.487	28.762
Leoni Margarida Bertolin	25.250	25.877	25.250
José Carlos Januario	1.108	1.124	1.108
	55.120	56.488	55.120
Vendas no exercício			
Guararapes Painéis S.A.			
Vendas de toretes e cavaco de madeira	24.792	21.903	24.792
Guararapes USA			
Vendas de produtos acabados	34.132	-	-
	58.924	21.903	24.792
Compras no exercício			
Guararapes Painéis S.A.	510	5.361	510
Palmasplac Agropastoril Ltda.	4.305	1.620	4.305
	4.815	6.981	4.815
Reembolso de despesas corporativas			
Guararapes Painéis S.A. (ii)	3.607	3.910	3.607

i. O saldo de de empréstimos a pagar com pessoas ligada não possui incidência de encargos financeiros e não há prazo de vencimento pré-definido.

ii. Refere-se à atividades compartilhadas pela Companhia e suas partes relacionadas relativas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos e tecnologia da informação. Os termos são definidos em contrato entre as partes e considera o rateio das despesas com base no faturamento bruto das Companhias. As notas de débito são pagas até o 20° dia do mês subsequente.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas e devem ser liquidados dentro de 45 dias da data do balanço (exceto pelo valor relacionado ao empréstimo).

Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2019	2018
Benefícios de curto prazo (i)	210	203

i. inclui salários, assistência médica, seguro de vida, dentre outros.

A Empresa não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço. A Empresa também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

23 Arrendamentos

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades e equipamentos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados abaixo:

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem clausulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam clausulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas.
Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possui 16 contratos de arrendamentos (16 contratos em 01 de janeiro 2019) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Direito de uso dos ativos	**01/01/2019**	**Depreciação**	**Adições/baixas**	**31/12/2019**
Terras	6.264	(640)	-	**5.624**
Total do ativo	**6.264**	**(640)**	**-**	**5.624**

Passivos do arrendamentos	**01/01/2019**	**Pgto de juros**	**Pagamentos**	**Transferência**	**31/12/2019**
Passivo circulante	677	-	(677)	677	**677**
Juros circulante	(71)	71	-	(64)	(64)
	606	**71**	**(677)**	**613**	**613**
Passivo não circulante	6.116	-	-	(677)	**5.310**
Juros não circulante	(329)	-	-	(64)	(393)
	5.787	**-**	**-**	**(741)**	**5.046**
Total passivo	**6.264**	**71**	**(677)**	**-**	**5.659**

As taxas médias de juros dos contratos de arrendamento variam pela taxa média 1,19% ao mês para os contratos. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 17.800.000 quotas, no valor nominal de R$ 17.800, assim distribuídas:

	2019		2018	
	Quotas	**R$**	**Quotas**	**R$**
João Carlos Ribeiro Pedroso	9.277.360	9.277	9.642.200	9.642
Leoni Margarida Bertolin	8.166.640	8.167	8.487.800	8.488
José Carlos Januário	356.000	356	370.000	370
	17.800.000	17.800	18.500.000	18.500

De acordo com a sétima ata de reunião dos sócios datada de 26 de junho de 2019, os sócios deliberaram pela redução do capital social da Empresa com a transferência para os sócios da Fazenda Ipiranga (INCRA Nº 710024004588-5) no valor de R$ 700.

b. Reserva de lucros

O contrato social da Empresa prevê que a distribuição de lucros, e demais destinações do resultado, sejam definidos pelos quotistas em reunião própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras anuais.

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Saldo inicial	452.793	365.392	452.793
Lucro líquido do exercício	68.635	137.375	68.635
(-) Distribuição de lucros	(5.526)	(7.014)	(5.526)
(-) Juros s/ capital próprio creditado aos sócios	-	(42.960)	-
	515.902	452.793	515.902

25 Receita líquida de vendas

A Empresa gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a painéis de compensados de madeira A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o prazo de cumprimento das obrigações de desempenho decorrentes de contratos com clientes, incluindo as condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Compensados	Representa a venda de painéis prensados com base de fibras de madeiras MDF, havendo duas principais modalidades de venda, sendo: - Vendas na modalidade "CIF" (cost, insurance and freight) os clientes obtêm controle da produção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.; ou - Vendas na modalidade "FOB" (free on board), os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são despachados do depósito da Companhia. Os prazos de pagamento variam de contrato a contrato. De forma geral o prazo médio é de 45 dias. Não há acordos comerciais significativos, tais como direito de devolução, descontos, entre outros. Entende-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos clientes.	A receita e os custos associados são reconhecidos no momento da obtenção do controle pelo cliente, a depender da modalidade acordada entre as partes.

Apresentamos a seguir a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Venda de produtos - mercado interno	15.548	27.989	15.548
Venda de produtos – partes relacionadas	58.924	21.903	24.792
Venda de produtos - mercado externo	261.734	327.734	297.561
Total da receita bruta	336.206	377.626	337.901
Deduções da receita:			
Impostos federais	(5.292)	(3.811)	(5.292)
Impostos estaduais	(2.551)	(472)	(2.551)
Impostos municipais	(12)	-	(12)
Devoluções e descontos	(1.231)	(1.922)	(1.231)
Comissões	(840)	(810)	(840)
Total das deduções	(9.926)	(7.015)	(9.926)
Total da receita líquida	326.280	370.611	327.975

26 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Custo dos produtos vendidos:			
Materiais e embalagens	(134.348)	(103.664)	(135.760)
Custos de manutenção	(24.048)	(25.338)	(24.048)
Custos de mão de obra	(46.506)	(46.116)	(46.506)
Energia elétrica	(11.238)	(9.851)	(11.238)
Valorização de ativos biológicos (nota 15)	19.660	15.790	19.660
Exaustão de ativos biológicos	(20.996)	(11.623)	(20.996)
Depreciação	(4.376)	(6.014)	(4.376)
	(221.852)	(186.816)	(223.264)
Despesas comerciais:			
Logística	(40.619)	(28.075)	(40.619)
	(40.619)	(28.075)	(40.619)
Despesas gerais e administrativas:			
Pessoal	(10.871)	(6.532)	(10.871)
Utilidades	(383)	(347)	(383)
Serviços	(2.599)	(2.096)	(2.599)
Manutenção	(662)	(2.080)	(662)
Viagens e estadias	(275)	(308)	(275)
Impostos e taxas	(1.225)	(1.573)	(1.225)
Outras despesas administrativas	(2.323)	(3.259)	(2.586)
Despesas compartilhadas	3.607	3.910	3.607
Depreciação e amortização	(626)	(307)	(626)
	(15.357)	(12.592)	(15.620)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:			
Venda de ativo imobilizado	1.218	24	1.218
Créditos extemporâneos de ICMS	-	3.389	-
Outras receitas	632	3.275	644
	1.850	6.688	1.862
	(275.978)	(220.795)	(277.641)

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2019	**2018**	**2019**
Receitas financeiras			
Atualizações monetárias	35	661	35
Juros de aplicações financeiras	3.267	2.699	3.267
	3.302	3.360	3.302
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	(6.761)	(9.346)	(6.761)
Despesas bancárias	(212)	(250)	(212)
Variação no valor justo - PUT	629	752	629
Juros sobre arrendamentos	(71)	-	(71)
Outros	(229)	(2.977)	(229)
	(6.644)	(11.821)	(6.644)
Variação cambial			
Variação cambial ativa	48.813	51.285	48.813
Variação cambial passiva	(60.826)	(66.998)	(60.826)
	(12.013)	(15.713)	(12.013)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	2.349	(2.029)	2.349
	2.349	(2.029)	2.349
Resultado financeiro líquido	(13.006)	(26.203)	(13.006)

28 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e 2018 e correspondem, substancialmente, ao seu valor justo. Os principais instrumentos financeiros da Empresa em 31 de dezembro são:

Controladora	**2019**		**2018**	
	Saldo contábil	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo (nível 2)**
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	92.357	92.357	53.877	-
Contas a receber de clientes	36.641	36.641	50.578	-
Mútuo a receber de partes relacionadas - ativo	1.507	1.507	1.507	-
Outros ativos	21.735	21.735	30.378	-
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores	12.843	12.843	11.563	-
Empréstimos e financiamentos	165.822	165.822	141.717	-
Outros passivos (exceto ‘put option’)	8.440	8.440	18.141	-
Valor justo através do resultado				
Put option	-	-	629	629
Instrumentos de proteção (derivativos) - passivo	2.349	2.349	2.029	2.029

Consolidado	**2019**	
	Saldo contábil	**Valor justo (nível 2)**
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	92.624	-
Contas a receber de clientes	37.117	-
Mútuo a receber de partes relacionadas - ativo	1.507	-
Outros ativos	21.735	-
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	17.634	-
Empréstimos e financiamentos	165.822	-
Outros passivos	7.090	-
Valor justo através do resultado		
Instrumentos de proteção (*derivativos*) - passivo	2.349	2.349

(a) Mensuração do valor justo

Ativos e passivos financeiros a custo amortizado
Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.

- *Caixa e equivalente de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- *Contas a receber de clientes, mútuos a receber de partes relacionadas e outros ativos* - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

- *Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos* - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada de acordo com entendimento da Administração e reflete a informação contábil mais relevante, levando-se em consideração o modelo de negócios da Empresa.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis
A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Tipo	Técnica de avaliação	***Inputs* significativos não observáveis**	**Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo**
Instrumentos financeiros derivativos	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de *swap*. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps*. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito, calculado com base nos preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira da Empresa tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa.

i. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber reconhecidas no exercício foram divulgadas na Nota 9.

Contas a receber
A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Empresa apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A revisão efetuada pela Empresa inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

A Empresa limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 30 dias.

Avaliação da perda esperada de crédito

A Empresa utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. A Empresa não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. A Empresa realizou o cálculo das perdas esperadas com base nos títulos com vencimento superior a 180 dias.

Títulos de dívida
A política da Empresa para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, a Empresa monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa
A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que apresentam solidez no mercado.

ii.*Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados.

	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Passivos financeiros não derivativos (Consolidado)				
Empréstimos e financiamentos	165.822	78.229	70.075	17.518
Fornecedores	17.634	17.634	-	-
Passivos financeiros derivativos (Consolidado)				
Instrumentos financeiros derivativos	2.349	2.349	-	-

iii. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: a) risco cambial, e b) risco de taxa de juros.

Risco cambial

A Empresa está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Empresa.

A moeda funcional da Empresa é o Real (R$). As moedas nas quais as transações da Empresa são primariamente denominadas são: R$ e Dólar.

O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Empresa em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 31 de dezembro de 2019 (PTAX):

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD contra o real em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Análise de sensibilidade

	Moeda	(50%)	(25%)	PTAX	+25%	+50%
		2,0154	3,0230	4,0307	5,0384	6,0461
Impacto no resultado						
Contas a receber de clientes	USD	(20.369)	(10.184)	-	10.184	20.369
Empréstimos e Financiamentos	USD	74.964	37.482	-	(37.482)	(74.964)
		54.595	27.297	-	(27.297)	(54.595)

Instrumentos de proteção (derivativos)

A Empresa possui operações no mercado externo e está exposta a riscos de mercado provenientes das flutuações nas cotações das moedas estrangeiras e nas taxas de juros. A exposição aos riscos vindos dos futuros pagamentos dos passivos em moeda local, ligados ao mercado externo é, em parte, protegida pelos recebíveis emitidos nas vendas para o mercado externo.

A Empresa está comprada em dólares nas seguintes condições:

Notional	Preço	Vencimento
1.000.000,00	3,3020	04/02/2020
1.000.000,00	3,3000	18/03/2020
1.000.000,00	3,3310	25/03/2020
2.000.000,00	3,7000	17/04/2020
3.000.000,00	3,7720	04/10/2020

O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os instrumentos de proteção em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Empresa em um cenário onde a cotação do dólar varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 31 de dezembro de 2019:

Análise de sensibilidade

	Moeda	(50%)	(25%)	PTAX	+25%	+50%
PTAX	USD	2,0154	3,0230	4,0307	5,0384	6,0461
Impacto no resultado						
Trava cambial	USD	(5.305)	(2.652)	-	2.652	5.305
		(5.305)	(2.652)	-	2.652	5.305

Opção de venda de ações

Conforme descrito na Nota 14, a controladora Indústria de Compensados Guararapes Ltda. outorgou ao acionista Brasil Agronegócios - Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), uma opção de venda de ações por meio do qual o FIP, a partir de 30 de dezembro de 2017, possui o direito, mas não a obrigação, a seu único e exclusivo critério, de, a qualquer momento vender a totalidade de suas ações. Consequentemente, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. teria a obrigação de comprá-las.

O valor justo da dívida é estimado com base no modelo de precificação de opções *Black & Scholes.* Até a emissão destas demonstrações financeiras, o FIP não havia exercido esta opção. Em 31 de dezembro de 2019 o passivo desta opção foi zero.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Empresa. Abaixo está demonstrado os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da Empresa, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Empresa foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Análise de sensibilidade

Foi apresentado um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2019 (saldo contábil tendo por base o CDI de 5,90% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação e depreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras (Consolidado)	CDI	Baixa do CDI	87.934	5.188	3.891	2.594
			87.934	5.188	3.891	2.594
Impacto no resultado					(1.297)	(2.594)
Empréstimos e financiamentos (Consolidado)	CDI	Baixa do CDI	15.916	939	704	470
Opção da venda de ações	CDI	Baixa do CDI	54	3	2	2
			15.970	942	706	472
Impacto no resultado					236	470
Impacto final no resultado					(1.061)	(2.124)

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	87.934	5.188	6.485	7.782
			87.934	5.188	6.485	7.782
Impacto no resultado					1.297	2.594
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	15.916	939	1.174	1.408
Opção da venda de ações	CDI	Aumento do CDI	54	3	4	4
			15.970	942	1.178	1.412
Impacto no resultado					(236)	(470)
Impacto final no resultado					1.061	2.124

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Risco	Data de vigência	Importância segurada
Incêndio, raio, explosão (básica)	18/07/2020	200.000
Vendaval, granizo, impacto de veículos	18/07/2020	40.000
Vendaval, granizo, impacto para bens ao ar livre	18/07/2020	1.000
Danos elétricos e curto circuito	18/07/2020	8.000
Honorários de peritos	18/07/2020	1.000
Equipamentos Eletrônicos - Sem Roubo	18/07/2020	500
Equipamentos Estacionários	18/07/2020	3.000
Equipamentos Móveis (Operados no Local do Risco)	18/07/2020	3.000
Quebra de Vidros, Espelhos e Mármores	18/07/2020	100
Roubo e Furto Mediante Arrombamento	18/07/2020	500
Recomposição de Registros e Documentos	18/07/2020	200
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos	18/07/2020	800
Quebra de máquinas	18/07/2020	4.000
Vazamento de tanques e tubulações	18/07/2020	1.000
Lucros cessantes	18/07/2020	75.000
Perda / Despesa de Aluguel	18/07/2020	1.000
Pequenas Obras Civis em Construção	18/07/2020	5.000
Derrame D'água ou Outra Substância Líquida	18/07/2020	1.000

30 Transações que não envolvem caixa

A Empresa efetuou a redução de capital social com a transferência de imóvel aos sócios (conforme descrito na nota explicativa 16), no montante de R$ 700 que não envolveu caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

31 Eventos subsequentes

(i) COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global.

A Empresa adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão:

- Criação de um Comitê de Crise para acompanhar a evolução da pandemia entre os colaboradores, familiares e comunidade;
- Reforço dos protocolos de higiene dentro das instalações da Companhia;
- Propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos;
- Adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho;
- Antecipação de férias dos times de trabalho; e
- Suspensão dos investimentos entre o período de Março a Agosto de 2020, que foram retomados somente após o após acompanhamento do Mercado e tendo se assegurado de que a Pandemia não traria outras consequências.

Ainda, a Empresa analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

- Risco de continuidade operacional: A Empresa não identificou elementos que podem trazer incertezas sobre a sua continuidade operacional.
- Contas a receber de clientes e perdas por redução ao valor recuperável: A Empresa não identificou riscos adicionais em relação a recuperabilidade de seu contas a receber. Os prazos se mantem constantes com o período pré-pandemia.
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – "*impairment*": A Empresa não identificou indicativos de *impairment*.

(ii) Reestruturação societária

Em 15 de setembro de 2020, a Empresa realizou cisão parcial de ativos e passivos, com versão de parte do seu patrimônio líquido para as receptoras Palmasplac Agropastoril Ltda., P&B Participações Ltda. e Hunter Participações Ltda., o qual consiste basicamente em suas participações acionárias mantidas em coligadas bem como nos ativos biológicos e propriedades para investimentos.

A tabela abaixo sumariza os ativos e passivos que foram cindidos na data da transação.

Ativo	
Contas a receber de clientes	4.306
Outros ativos	6.175
Investimentos	338.803
Ativo biológico	212.985
Propriedades para investimento	70.249
Imobilizado	1.645
Ativo de direito de uso – arrendamento	4.802
Passivo	
Fornecedores	3.400
Passivo de direito de uso – arrendamento	4.802
Outros passivos	5.861
Impostos de renda e contribuição social diferidos	69.597
Partes relacionadas	2.070
Total	553,235

Ainda, em 4 de novembro de 2020, a Guararapes Painéis S.A. adquiriu 100% do capital social da Empresa.

A operação foi realizada por meio da emissão de ações da Guararapes Painéis S.A. em troca de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda..

Como resultado, a partir dessa data a Guararapes Painéis S.A. passou a ser a detentora de 100% das ações da Empresa.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Demonstrações financeiras intermediárias
30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediarias **3**

Balanços patrimoniais **5**

Demonstrações dos resultados **6**

Demonstrações dos resultados abrangentes **7**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **8**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **9**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias **10**

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
Curitiba – Paraná

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referente ao período findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo os requerimentos técnicos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 30 de setembro de 2020, o desempenho de suas operações para o período de nove meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Curitiba, 15 de dezembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Indústria de Compensandos Guararapes Ltda.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	125.488	92.357	130.857	92.624
Contas a receber de clientes	10	75.109	36.641	73.126	37.117
Estoques	11	32.498	38.061	53.186	42.300
Impostos a recuperar	12	19.944	19.804	19.944	19.805
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		560	560	560	560
Adiantamentos diversos	13	18.596	6.334	18.596	6.334
Dividendos a receber	21	-	10.828	-	10.828
Outros ativos		512	534	512	534
Total do ativo circulante		272.707	205.119	296.781	210.102
Não circulante					
Impostos a recuperar	12	7.495	7.364	7.495	7.364
Mútuo a receber de partes relacionadas	16	1.507	1.507	1.507	1.507
Outros ativos		827	10.373	827	10.373
Ativo biológico	14	-	176.563	-	176.563
Propriedades para investimento	15	-	70.682	-	70.682
Investimentos	16	5.581	308.976	-	308.643
Imobilizado	17	87.135	91.389	87.415	91.530
Ativo de direito de uso - arrendamento		-	5.624	-	5.624
Total do ativo não circulante		102.545	672.478	97.244	672.286
Total do ativo		375.252	877.597	394.025	882.388

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	77.468	78.229	77.468	78.229
Instrumentos financeiros derivativos		-	2.349	-	2.349
Fornecedores	19	23.375	11.082	42.148	15.873
Obrigações tributárias		473	1.434	473	1.434
Imposto de renda e contribuição social a pagar		20.496	1.622	20.496	1.622
Passivo de direito de uso - arrendamento		-	613	-	613
Obrigações sociais e trabalhistas		9.518	5.933	9.518	5.933
Outros passivos		-	530	-	530
Total do passivo circulante		131.330	101.792	150.103	106.583
Não circulante					
Fornecedores	19	-	1.761	-	1.761
Empréstimos e financiamentos	18	85.841	87.593	85.841	87.593
Passivo de direito de uso - arrendamento		-	5.046	-	5.046
Partes relacionadas		-	800	-	800
Provisão para contingências	20	2.584	5.442	2.584	5.442
Obrigações tributárias		6.934	1.382	6.934	1.382
Impostos de renda e contribuição social diferidos	26	7.038	76.519	7.038	76.519
Juros sobre o capital próprio a distribuir	16	-	55.120	-	55.120
Outros passivos		2.208	8.440	2.208	8.440
Total do passivo não circulante		104.605	242.103	104.605	242.103
Patrimônio líquido	21				
Capital social		130.000	17.800	130.000	17.800
Reserva de lucros		9.317	515.902	9.317	515.902
Total do patrimônio líquido		139.317	533.702	139.317	533.702
Total do passivo e patrimônio líquido		375.252	877.597	394.025	882.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Indústria de Compensandos Guararapes Ltda.

Demonstrações do resultado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita líquida de vendas	23	329.394	256.817	336.768	256.817
Custo dos produtos vendidos	24	(155.972)	(165.283)	(157.986)	(165.283)
Lucro bruto		173.422	91.534	178.782	91.534
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	24	(25.491)	(31.596)	(25.491)	(31.596)
Reversão de redução ao valor recuperável de contas a receber	24	1.205	113	1.205	113
Despesas gerais e administrativas	24	(18.694)	(18.897)	(19.342)	(18.897)
Outras receitas operacionais, líquidas		5.545	622	5.545	622
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		135.987	41.776	140.699	41.776
Despesas financeiras	25	(7.615)	(5.978)	(7.615)	(5.978)
Receitas financeiras	25	1.860	2.340	1.860	2.340
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.349	-	2.349
Variação cambial líquida	25	(36.547)	(14.551)	(36.547)	(14.551)
Despesas financeiras, líquidas	26	(42.302)	(15.840)	(42.302)	(15.840)
Resultado de equivalência patrimonial	16	36.438	26.445	31.866	26.445
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		130.123	52.381	130.263	52.381
Imposto de renda e contribuição social – corrente	27	(26.509)	(6.460)	(26.649)	(6.460)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	27	116	542	116	542
Lucro líquido do período		103.730	46.463	103.730	46.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Indústria de Compensandos Guararapes Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do período	103.730	46.463	103.730	46.463
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	103.730	46.463	103.730	46.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Indústria de Compensandos Guararapes Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2019		18.500	452.793	-	471.293
Lucro líquido do período		-	-	46.463	46.463
Em 30 de setembro de 2019		18.500	452.793	46.463	517.756
Em 1° de janeiro de 2020		17.800	515.902	-	533.702
Lucro líquido do período		-	-	103.730	103.730
Aumento de capital social	21 (a)				
Com utilização de recursos dos quotistas		55.120	-	-	55.120
Com utilização de reserva de lucros		620.376	(516.646)	(103.730)	-
Redução de capital através de cisão parcial	3 / 21 (a)	(563.296)	10.061	-	(553.235)
Em 30 de setembro de 2020		130.000	9.317	-	139.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Indústria de Compensandos Guararapes Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		103.730	46.463	103.730	46.463
Ajustes por					
Depreciação	18	7.071	5.897	7.071	5.897
Depreciação do ativo de direito de uso		822	480	822	480
Reversão de redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	10	(1.205)	(113)	(1.205)	(113)
Reversão de provisão para contingências	20	(2.858)	(1.116)	(2.858)	(1.116)
Despesas com variação cambial e juros não realizados	19	59.549	13.853	59.549	13.853
Despesa de juros de arrendamento		48	53	48	53
Valorização ao valor justo de ativos biológicos	14	(12.363)	(13.188)	(12.363)	(13.188)
Exaustão de ativos biológicos	14	3.464	18.333	3.464	18.333
Despesas de imposto de renda e contribuição social	26	26.393	5.918	26.533	5.918
Resultado de equivalência patrimonial	16	(36.438)	(26.445)	(31.866)	(26.445)
Instrumentos financeiros derivativos	25	(2.349)	(2.029)	(2.349)	(2.029)
Resultado na venda de ativo imobilizado	17	2.986	-	2.986	-
		148.850	48.106	153.562	48.106
Variações em					
Contas a receber de clientes		(41.569)	(1.079)	(39.110)	(1.079)
Estoques		5.563	(4.559)	(10.886)	(4.559)
Adiantamentos diversos		(12.262)	(3.068)	(12.262)	(3.068)
Impostos a recuperar		(271)	(1.758)	(270)	(1.758)
Outros ativos		5.638	9.206	6.314	9.206
Fornecedores		11.485	10.212	25.467	10.212
Obrigações tributárias		4.823	3.053	4.823	3.053
Outros passivos		3.587	5.954	3.587	5.954
Caixa gerado pelas atividades operacionais		125.844	66.067	131.225	66.067
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	19	(6.870)	(5.440)	(6.870)	(5.440)
Pagamento de passivo de arrendamento - juros		(48)	(53)	(48)	(53)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.635)	(8.293)	(7.775)	(8.293)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		111.291	52.281	116.532	52.281
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	18	(6.998)	(25.052)	(7.137)	(25.052)
Aquisição de ativo biológico	14	(27.523)	(11.330)	(27.523)	(11.330)
Recebimento de dividendos		12.739	-	12.739	-
Aquisição (alienação) de investimentos	16	(1.129)	(1.949)	(1.129)	(1.949)
Aquisição de propriedades para investimento	15	-	(2.618)	-	(2.618)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(22.911)	(40.949)	(23.050)	(40.949)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas		800	800	800	800
Captação de empréstimos e financiamentos	19	30.308	98.463	30.308	98.463
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	19	(85.500)	(107.090)	(85.500)	(107.090)
Amortização de arrendamentos - principal		(857)	(480)	(857)	(480)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(55.249)	(8.307)	(55.249)	(8.307)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		33.131	3.025	38.233	3.025
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		92.357	53.877	92.624	53.877
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		125.488	56.902	130.857	56.902
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		33.131	3.025	38.233	3.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Indústria de Compensados Guararapes Ltda ("Empresa") é uma Empresa privada, fundada em 15 de fevereiro de 1984 a qual explora a atividade de agroindústria de madeiras laminadas, serradas e compensadas; importação e exportação; exploração florestal e transporte rodoviário de cargas.

A Empresa possui duas unidades industriais, uma na cidade de Palmas, rua Alcina Santos Araújo, 411, CEP 85.555-000, Estado do Paraná, que é também a sua matriz, e a outra em Santa Cecília, rodovia BR-116, Km.141,9, CEP 89.540-000, Estado de Santa Catarina.

As demonstrações financeiras intermediárias da Empresa abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'). O Grupo está envolvido na produção e comercialização de madeiras laminadas e compensadas.

2 Relação de entidades controladas

Entidade	Atividade principal	Local de constituição e operação	Controle	Participação acionária %	
				2020	2019
Guararapes USA Inc. (i)	Distribuição e Comercialização de compensados e MDF	Estados Unidos	Direto	100	100
Trensur S.A. (ii)	Prestação de serviços como *holding,*	Uruguai	Direto	100	100

i. Em julho 2019, a Empresa iniciou as atividades da subsidiária americana, possuindo o controle e responsabilidade total sobre a unidade.

A abertura dessa unidade tem por finalidade aproximar a Empresa dos clientes locais gerando maior capilaridade, bem como intensificar as relações locais, fortalecendo a marca.

A proximidade aos clientes permitirá a Guararapes USA Inc., concorrer com os distribuidores locais, com estoques a pronta entrega.

ii. Companhia constituída, mas sem aportes de capital até a emissão destas demonstrações financeiras intermediárias .

Principais eventos ocorridos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020

Reorganização societária

Em 15 de setembro de 2020, a Administração do Grupo, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei n° 6.404/76, aprovou a cisão parcial da Empresa, com versão de parte do seu patrimônio líquido para as receptoras Palmasplac Agropastoril Ltda., P&B Participações Ltda. e Hunter Participações Ltda.

A proposta de transferir para as receptoras parcela do patrimônio líquido da cindida se deu em virtude de reorganização societário da segregação de parte dos ativos e passivos circulantes e não circulantes da atividade operacional. A parcela do patrimônio transferido foi o correspondente aos ativos e passivos que não fazem parte da atividade de fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada.

Os impactos estão detalhados abaixo:

Ativo	
Contas a receber de clientes	4.306
Outros ativos	6.175
Investimentos	338.803
Ativo biológico	212.985
Propriedades para investimento	70.249
Imobilizado	1.645
Ativo de direito de uso – arrendamento	4.802
Passivo	
Fornecedores	3.400
Passivo de direito de uso – arrendamento	4.802
Outros passivos	5.861
Impostos de renda e contribuição social diferidos	69.597
Partes relacionadas	2.070
Total	553.235

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

A propagação da COVID-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global.

O Grupo adotou as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. Dentre as principais medidas tomadas, estão:

- Criação de um Comitê de Crise para acompanhar a evolução da pandemia entre os colaboradores, familiares e comunidade;

- Reforço dos protocolos de higiene dentro das instalações do Grupo;
- Propagação de informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos;
- Adoção das medidas provisórias implementadas pelo Governo Federal para prorrogação de pagamento de impostos e tributos nos meses de abril, maio e junho;
- Antecipação de férias dos times de trabalho; e
- Suspensão dos investimentos no período de março a agosto de 2020.

Ainda, o Grupo analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras intermediárias , conforme abaixo:

- Risco de continuidade operacional: o Grupo não identificou elementos que podem trazer incertezas sobre a sua continuidade operacional.
- Contas a receber de clientes e perdas por redução ao valor recuperável: o Grupo não identificou riscos adicionais em relação a recuperabilidade de seu contas a receber. Os prazos se mantem constantes com o período pré-pandemia.
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "*impairment*": o Grupo não identificou indicativos de *impairment* para o perdíodo findo em 30 de setembro de 2020.

3 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 15 de dezembro de 2020

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias , e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias , a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Empresa tem influência significativa sobre uma investida.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 7l, 10 and 27 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- Nota 14 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;

- Notas 7i e 17 - determinação de vidas úteis e valor residual de ativo imobilizado; e

- Notas 7m e 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas

CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 14 – Ativo biológico
Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos os instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias , salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

i. Transações eliminadas na consolidação

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 19.

d. Benefícios de curto prazo para empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre o contas a receber de clientes, ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos nos períodos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos são determinados utilizando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e produtos em processo é formado pelas matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas com pessoal (de acordo com a capacidade normal de operação), não incluindo custos com empréstimos. O valor de realização líquido é o preço estimado de venda em uma situação normal dos negócios menos despesas com vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos peo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e obras em andamento não são depreciados.

As taxas de depreciação estão detalhadas abaixo:

	Taxas médias anuais de depreciação
Edificações	2,49%
Máquinas e equipamentos	7,21%
Software e hardware	29,02%
Móveis e utensílios	11,53%
Veículos	24,73%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Propriedade para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

k. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.
O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira de contas a receber e empréstimos e financiamentos existentes em 30 de setembro de 2020.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

l. Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais.

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso do Grupo, a Administração entende que existe apenas uma UGC, considerando que o Grupo possui apenas uma unidade fabril, sendo este o menor nível em que se identifica entradas de caixa continuamente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro rata.
As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

o. Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear.

p. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os sócios do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias do Grupo.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa e bancos	8.824	4.423	8.824	4.423
Caixa e bancos - moeda estrangeira	-	-	5.369	267
Aplicações financeiras (i)	116.664	87.934	116.664	87.934
	125.488	92.357	130.857	92.624

i. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e outras aplicações de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado do Depósito Interbancário – CDI para os dois períodos apresentados.

10 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Clientes no exterior	72.980	27.455	70.997	36.260
Clientes no país	1.883	1.983	1.883	1.983
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa 21)	1.112	9.274	1.112	945
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(866)	(2.071)	(866)	(2.071)
	75.109	**36.641**	73.126	**37.117**

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	72.284	35.350	70.301	35.841
Vencidos até 30 dias	2.887	534	2.887	534
Vencidos de 31 a 90 dias	235	1.240	235	1.240
Vencidos acima de 90 dias	569	1.588	569	1.429
	75.975	38.712	73.992	39.188
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(866)	(2.071)	(866)	(2.071)
	75.109	36.641	73.126	37.117

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica da Companhia, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A movimentação no exercício / período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício / período	(2.071)	(1.661)
Adição à provisão	(430)	(410)
Reversão de provisão	1.635	-
Saldo no final do exercício / período	(866)	(2.071)

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 27.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Materiais de manutenção	9.846	9.179	9.846	9.179
Produtos em poder de terceiros	9.491	8.014	9.491	8.014
Matérias-primas	3.742	4.022	3.742	4.022
Produtos em elaboração	3.180	3.365	3.180	3.365
Produtos acabados	3.057	9.693	23.745	13.932
Outros	3.182	3.788	3.182	3.788
	32.498	38.061	53.186	42.300

No período findo em 30 de setembro de 2020, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no 'Custo das vendas' totalizaram R$ 113.856 na controladora e R$ 115.871 no consolidado (Período findo em 30 de setembro de 2019: R$ 114.952 na controladora e consolidado).

Provisões para perdas de estoques
O Grupo realiza análise de itens com baixa movimentação, sendo que em 30 de setembro de 2020 não verificou a necessidade de constituição de provisão para perdas.

12 Impostos a recuperar (Controladora e Consolidado)

Refere-se aos montantes relativos a impostos passíveis de compensação e ou restituição, oriundos das atividades do Grupo.

	30/09/2020	**31/12/2019**
ICMS a compensar	7.838	10.946
Pedido de crédito de ICMS (i)	7.175	8.614
PIS/COFINS a compensar	4.953	3.606
Pedido de crédito PIS/COFINS (i)	4.818	2.352
Impostos federais a compensar	1.118	236
Reintegra (ii)	860	553
ICMS sobre ativo imobilizado	677	861
	27.439	27.168
Ativo circulante	19.944	19.804
Ativo não circulante	7.495	7.364

i. O Grupo entrou com pedidos de homologação e crédito de PIS, COFINS e ICMS junto as Receitas Federal e Estadual, respectivamente, de modo a utilizar na compensação de tributos ou efetuar a venda desses créditos para terceiros.

ii. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários - Reintegra é apurado com base no percentual de 1% sobre a receita auferida com a exportação de produtos manufaturados. Os valores apurados no Reintegra devem ser compensados com débitos federais ou ressarcidos em espécie. Do valor apurado no Reintegra, 17,84% serão devolvidos a título da contribuição para o PIS e 82,16% a título de contribuição para o COFINS.

PIS - Programa de Integração Social.

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

13 Adiantamentos diversos (Controladora e Consolidado)

A composição dos adiantamentos está registrada da seguinte forma:

	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores (i)	18.359	5.887
Adiantamentos a funcionários	237	447
	18.596	6.334

i. Os adiantamentos são compostos por pagamentos antecipados realizados pelo Grupo aos seus fornecedores de insumos. Tais valores serão realizados no momento do recebimento da mercadoria.

14 Ativo biológico (Controladora e Consolidado)

Os ativos biológicos correspondem a plantação de bosques de árvores, basicamente representada por pinus. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, no grupo de custo dos produtos vendidos.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A avaliação é efetuada por profissional especializado que utiliza o método comparativo dos dados de mercado, tal como definido pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia - IBAPE, e acatado pelo substitutivo do anteprojeto NBR - 14653-3, elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Os elementos comparativos, bem como as informações necessárias para o estudo provêm das seguintes fontes:

- Pesquisas imobiliárias locais;

- Informações específicas provenientes de corretores especializados;
- Informações provenientes de laudos e avaliações emitidos por empresas especializadas;
- Informações obtidas através de avaliações físicas feitas por profissionais habilitados; e
- Notas fiscais de compra de madeira.

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo de início do exercício / período	176.563	166.558
Variação por mudança no valor justo	12.363	19.660
Reduções decorrentes de cortes/ exaustão	(3.464)	(20.996)
Novos investimentos	27.523	11.341
Baixa pela cisão	(212.985)	-
Saldo no final do exercício / período	-	176.563

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades florestais
A Empresa está exposto aos seguintes riscos relacionados à suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais
A Empresa está sujeito a leis e regulamentações nos diversos ambientes em que opera. A Empresa possui políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

(ii) Riscos climáticos e outros
As plantações da Empresa estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Empresa possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises da indústria para doenças e pragas.

15 Propriedade para investimento (Controladora e Consolidado)

Referem-se às áreas de propriedade da Empresa com a finalidade de receber plantio de ativos florestais.

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo de início do exercício / período	70.682	68.764
Baixas	(433)	(700)
Novos investimentos	-	2.618
Baixa pela cisão	(70.249)	-
Saldo no final do exercício / período	-	70.682

O valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 307.963.

16 Investimentos

a. Composição dos investimentos em controladas

	Controlada	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Guararapes USA INC.	5.581	464
Guararapes Painéis S.A. (i)	-	289.648
Canhadão Produção de Energia Elétrica Ltda. (i)	-	12.039
Tigre Produção de Energia Elétrica Ltda. (i)	-	4.354
Santa Rosa Energia e Participações S.A. (i)	-	1.262
Novacasa Geração de Energia SPE Ltda. (i)	-	1.191
Outros investimentos (i)	-	18
	5.581	308.976

i. Conforme descrito na nota explicativa 3, houve a cisão parcial do patrimônio líquido da Empresa, motivo pelo qual os investimentos em coligadas não apresentam saldo para o período findo em 30 de setembro de 2020.

b. Dados sobre a controlada

A tabela a seguir resume as informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Guararapes USA INC.	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Participação acionária	100%	100%
Ativo circulante	37.432	13.441
Ativo não circulante	279	140
Passivo circulante	32.130	13.117
Patrimônio líquido	5.581	464
Lucro líquido do exercício / período	4.572	12

c. Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, é como segue:

	Guararapes USA	Guararapes Painéis	Canhadão	Tigre	Santa Rosa	Nova Casa	Outros	Total
Em 1° de janeiro de 2019	-	262.217	10.601	3.420	1.198	1.000	-	278.436
Aumento do investimento	452	-	898	-	64	191	18	1.623
Dividendos	-	(10.579)	-	-	-	-	-	(10.579)
Equivalência patrimonial	12	38.011	540	934	-	-	-	39.497
Em 31 de dezembro de 2019	464	289.649	12.039	4.354	1.262	1.191	18	308.976
Aumento do investimento	545	-	396	-	-	106	82	24.105
Dividendos	-	(2.160)						(2.160)
Equivalência patrimonial	4.572	29.335	1.015	1.539	(23)	-	-	36.438
Baixa de investimento por cisão parcial de ativos	-	(316.824)	(13.450)	(5.893)	(1.239)	(1.297)	(100)	(338.803)
Em 30 de setembro de 2020	5.581	-	-	-	-	-	-	5.581

17 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição

	30/09/2020			31/12/2019		
Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**
Terrenos industriais	2.506	-	2.506	5.446	-	5.446
Edificações	24.939	(7.010)	17.929	24.220	(6.640)	17.580
Máquinas e equipamentos	105.639	(66.420)	39.219	90.053	(62.186)	27.867
Software e hardware	6.308	(4.051)	2.257	5.674	(3.582)	2.092
Móveis e utensílios	1.557	(1.441)	116	1.557	(1.420)	137
Veículos	27.087	(15.787)	11.300	30.041	(16.390)	13.651
Obras em andamento	13.414	-	13.414	24.211	-	24.211
Outros ativos	1.079	(405)	674	2.647	(2.101)	546
	182.529	(95.114)	87.415	183.849	(92.319)	91.350

b. Movimentação do ativo imobilizado

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de setembro de 2020

	Terrenos industriais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo									
Em 1° de janeiro de 2020	5.446	24.220	90.053	5.674	1.557	30.041	24.211	2.647	183.849
Aquisições	-	-	3.479	143	-	-	3.515	-	7.137
Transferências	-	819	12.141	584	-	561	(14.266)	161	-
Baixas	(2.940)	(100)	-	(93)	-	-	(46)	-	(3.179)
Baixas através de Cisão parcial (nota explicativa 3)	-	-	(34)	-	-	(3.515)	-	(1.729)	(5.728)
Em 30 de setembro de 2020	2.506	24.939	105.639	6.308	1.557	27.087	13.414	1.079	182.529
Depreciação acumulada									
Em 1° de janeiro de 2020	-	(6.640)	(62.186)	(3.582)	(1.420)	(16.390)	-	(2.101)	(92.319)
Depreciação	-	(470)	(4.268)	(562)	(21)	(1.717)	-	(33)	(7.071)
Baixas	-	100	-	93	-	-	-	-	193
Baixas através de Cisão parcial (nota explicativa 3)	-	-	34	-	-	2.320	-	1.729	4.083
Em 30 de setembro de 2020	-	(7.010)	(66.420)	(4.051)	(1.441)	(15.787)	-	(405)	(95.114)
Imobilizado líquido									
Em 1° de janeiro de 2020	5.446	17.580	27.867	2.092	137	13.651	24.211	546	91.530
Em 30 de setembro de 2020	2.506	17.929	39.219	2.557	116	11.300	13.414	674	87.415

Movimentação do imobilizado de 1° de janeiro a 30 de setembro de 2019

	Terrenos industriais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Software e hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Custo									
Em 1° de janeiro de 2019	2.947	22.649	88.501	4.096	1.541	24.218	10.197	2.554	156.703
Aquisições	2.500	417	2.642	665	19	4.830	13.886	93	25.052
Baixas	-	-	(25)	(2)	(3)	(634)	-	-	(664)
Em 30 de setembro de 2019	5.447	23.066	91.118	4.759	1.557	28.414	24.083	2.647	181.091
Depreciação acumulada									
Em 1° de janeiro de 2019	-	(6.116)	(59.606)	(3.247)	(1.393)	(14.903)	-	(2.070)	(87.335)
Depreciação	-	(373)	(3.573)	(246)	(24)	(1.657)	-	(24)	(5.897)
Baixas	-	-	25	2	3	634	-	-	664
Em 30 de setembro de 2019	-	(6.489)	(63.154)	(3.491)	(1.414)	(15.926)	-	(2.094)	(92.568)
Imobilizado líquido									
Em 1° de janeiro de 2019	2.947	16.533	28.895	849	148	9.315	10.197	484	69.368
Em 30 de setembro de 2019	5.447	16.577	27.964	1.268	143	12.488	24.083	553	88.523

Revisão das vidas úteis
As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante os exercícios / períodos. As taxas de depreciação utilizadas estão detalhadas na nota explicativa 7 (h).

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

18 Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Produto	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
PPE	4,00% a 5,50% a.a.	USD	20/09/2024	116.473	99.786
ACC	4,49% a 5,15% a.a.	USD	06/11/2020	35.293	50.120
CCE	CDI + 4,44% a.a.	BRL	22/03/2023	6.255	8.135
FINAME	3,00% a 9,40% a.a.	BRL	15/12/2024	5.288	6.735
BRDE	3,00% a.a.	BRL	15/06/2023	-	776
CCB	13,20% a.a.	BRL	19/12/2020	-	270
				163.309	165.822
			Passivo circulante	77.468	78.229
			Passivo não circulante	85.841	87.593

PPE - Pré-pagamento de exportação.

ACC - Adiantamento sobre contrato de câmbio

CCE - Cédula de crédito à exportação.

CDI - Certificação de Depósito Interbancário.

BRL - Reais.

USD - Dólar Americano.

Perfil de vencimentos

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

	30/09/2020	31/12/2019
2021	-	30.639
2022	37.431	28.147
2023	26.130	21.042
2024	22.280	7.765
	85.841	87.593

b. Cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo não possui cláusulas restritivas financeiras atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c. Garantias

Os empréstimos são garantidos por avais dos Quotistas.

d. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

Em 1° de janeiro de 2019	141.717
Captações	98.463
Juros e variação cambial	13.853
(-) Pagamento do principal	(107.090)
(-) Pagamento de juros	(5.440)
Em 30 de setembro de 2019	141.503
Em 1° de janeiro de 2020	165.822
Captações	30.308
Juros e variação cambial	59.549
(-) Pagamento do principal	(85.500)
(-) Pagamento de juros	(6.870)
Em 30 de setembro de 2020	163.309

19 Fornecedores

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios do Grupo.

Os saldos de Fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores - mercado interno	22.340	12.370	41.113	17.161
Fornecedores - mercado externo	1.021	441	1.021	441
Fornecedores - partes relacionadas	14	32	14	32
	23.375	12.843	42.148	17.634
Passivo circulante	23.375	11.082	42.148	15.873
Passivo não circulante	-	1.761	-	1.761

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a Fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 27.

20 Provisão para contingências (Controladora e Consolidado)

a. Composição

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/09/2020	**31/12/2019**
Contingências	2.584	5.442
	2.584	5.442

As ações judiciais são de natureza trabalhista e referem-se, de maneira geral, a processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas.

b. Movimentação

Em 1° de janeiro de 2019	1.429
Reversões	(1.116)
Em 30 de setembro de 2019	313
Em 1° de janeiro de 2020	5.442
Reversões	(2.858)
Em 30 de setembro de 2020	2.584

c. Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 10.055 (R$ 10.055 em 2019).

Para esse montante, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

21 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo (i)	189	189

i. Inclui salários, assistência médica, seguro de vida, dentre outros. Os serviços são remunerados com base em honorários fixos mensais aprovados em ata de reunião dos quotistas.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por temp.o de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados do período/exercício, relativo a operações com empresas relacionadas, estão descritas abaixo:

Controladora

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Saldos em aberto	
	2020	**2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Venda de produtos				
Guararapes Painéis S.A.	19.325	19.018	1.112	945
Guararapes USA INC.	35.879	-	13.359	8.329
	55.204	19.018	14.471	9.274
Compra de produtos				
Guararapes Painéis S.A.	17	638	-	4.791
	17	638	-	4.791
Outros				
Ativo				
Dividendos a receber	-	-	-	10.828
Empréstimos ativos com partes relacionadas (i)	-	-	1.507	1.507
			1.507	12.335
Passivo				
Empréstimos passivos com partes relacionadas (ii)	-	-	-	800
Reembolso de rateio de despesas (iii)	3.614	2.394	326	359
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	9.121	-	55.120
	3.614	11.515	326	56.279

Consolidado

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Saldos em aberto	
	2020	**2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Venda de produtos				
Guararapes Painéis S.A.	19.325	19.018	1.112	945
	19.325	19.018	1.112	945
Compra de produtos				
Guararapes Painéis S.A.	17	638	-	4.791
	17	638	-	4.791
Outros				
Ativo				
Dividendos a receber	-	-	-	10.828
Empréstimos ativos com partes relacionadas (i)	-	-	1.507	1.507
	-	-	1.507	12.335

Passivo				
Empréstimos passivos com partes relacionadas (ii)	-	-	-	800
Reembolso de rateio de despesas (iii)	3.614	2.394	326	359
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	9.121	-	55.120
	3.614	11.515	326	56.279

i. O saldo de empréstimos a receber com a Guararapes Painéis S.A. não possui incidência de encargos financeiros e não há prazo de vencimento pré-definido.

ii. O saldo de empréstimos a pagar com a Palmasplac Agropastoril Ltda. não poussia data de vencimento e incidência de juros. O montante foi liquidado no evento de cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa 3.

iii. Refere-se à atividades compartilhadas pela Companhia e suas partes relacionadas relativas às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos e tecnologia da informação. Os termos são definidos em contrato entre as partes e considera o rateio das despesas de pessoal com base no faturamento bruto das empresas. As notas de débito são pagas até o 20° dia do mês subsequente.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas devem ser liquidados dentro de 45 dias da data do balanço (exceto pelo valor relacionado ao empréstimo).

Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social estava assim distribuído:

	31/12/2019	
	Quotas	**Valor**
João Carlos Ribeiro Pedroso	9.277.360	9.277
Leoni Margarida Bertolin	8.166.640	8.167
José Carlos Januário	356.000	356
	17.800.000	17.800

Em 30 de agosto de 2020, o capital social foi elevado de R$ 17.800 para R$ 72.920 a partir da utilização do recursos registrados na rubrica “Juros sobre o capital próprio a distribuir”.

Em 30 de setembro de 2020, o capital social foi elevado de R$ 72.920 para R$ 693.296 a partir do aproveitamento parcial do saldo de 30 de setembro de 2020 da conta de reserva de lucros.

Ainda, em 30 de setembro de 2020, os sócios aprovaram o protocolo e justificativa de cisão parcial que avaliou a parcela do patrimônio líquido a ser vertido para as receptoras no montante

de R$ 563.296 (nota explicativa 3). Nesta data, o capital social da Empresa passou a ser R$ 130.000.
Nesta mesma data, a P&B Participações Ltda. ingressou como sócia da Empresa. Por fim, os sócios anteriores retiraram-se da sociedade ao transferirem as suas respectivas quotas para a sócia P&B Participações Ltda.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2020 está representado por 130.000.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 real cada uma, assim distribuído:

	30/09/2020	
	Quotas	**Valor**
P&B Participações Ltda.	130.000.000	130.000
	130.000.000	130.000

b. Reserva de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Empresa. O contrato social da Empresa prevê que a distribuição de lucros, e demais destinações do resultado, sejam definidos pelo quotista em reunião própria convocada para apreciar e aprovar as demonstrações financeiras.

23 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Fluxo de receita e desagregação da receita de contratos com clientes

O Grupo gera receita principalmente pela venda de produtos relacionados a painéis de compensados de madeira.

Abaixo está apresentado a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado, além da composição da receita de contratos com clientes segregado entre mercado interno e mercado externo.

	2020	2019
Receita bruta		
Venda de produtos - mercado interno	27.143	34.481
Venda de produtos - mercado externo	316.530	230.831
	343.673	265.312
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas	(4.446)	(6.399)
Devoluções e descontos	(1.447)	(1.491)
Comissões	(1.012)	(605)
	(6.905)	(8.495)
	336.768	256.817

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Compensados	Representa a venda de produtos relacionados a painéis de compensados de madeira, havendo duas principais modalidades de venda, sendo: - Vendas na modalidade "CIF" (cost, insurance and freight) os clientes obtêm controle da produção quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente.; ou - Vendas na modalidade "FOB" (free on board), os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são despachados do depósito do Grupo. Os prazos de pagamento variam de contrato a contrato. De forma geral o prazo médio é de 45 dias. Não há acordos comerciais significativos, tais como direito de devolução, descontos, entre outros. Entende-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos clientes.	A receita e os custos associados são reconhecidos no momento da obtenção do controle pelo cliente, a depender da modalidade acordada entre as partes.

24 Custos e despesas por natureza (Consolidado)

	2020	2019
Materiais e embalagens	(112.529)	(108.872)
Custos e despesas com pessoal	(48.032)	(50.433)
Logística	(21.824)	(19.664)
Energia elétrica	(8.113)	(8.534)
Depreciação	(7.071)	(5.897)
Manutenção	(8.704)	(13.625)
Marketing e publicidade	-	(121)
Despesas compartilhadas	3.614	2.394
Reversão de redução ao valor recuperável de contas a receber	1.205	113
Serviços	(1.171)	(1.539)
Viagens e estadias	(82)	(211)
Contingências	2.858	1.116
Depreciação do ativo de direito de uso	(822)	(480)
Utilidades	(308)	(259)
Valorização de ativos biológicos	12.363	13.188
Exaustão de ativos biológicos	(3.464)	(18.333)
Outras despesas administrativas	(9.534)	(4.506)
	(201.614)	(215.663)

	2020	2019
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(157.986)	(165.283)
Despesas comerciais	(25.491)	(31.596)
Reversão de redução ao valor recuperável de contas a receber	1.205	113
Despesas gerais e administrativas	(19.342)	(18.897)
	(201.614)	(215.663)

25 Resultado financeiro, líquido (Controladora e Consolidado)

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	1.686	2.343
Atualizações monetárias	174	(3)
	1.860	2.340
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.030)	(5.596)
Descontos concedidos	(1.157)	(6)
Despesas bancárias	(168)	(318)
Outros	(260)	(58)
	(7.615)	(5.978)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	2.349
Variação cambial		
Variação cambial ativa	58.970	32.818
Variação cambial passiva	(95.517)	(47.369)
	(36.547)	(14.551)
Despesas financeiras, líquidas	(42.302)	(15.840)

26 Imposto de renda e contribuição social

(a) Valores reconhecido no resultado do exercício/período e conciliação da alíquota efetiva (Consolidado)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	130.263	52.381
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(44.289)	(17.810)
Adições/(exclusões) permanentes	(857)	1.924
Equivalência patrimonial	16.666	9.866
Incentivos fiscais	1.369	39
Doações incentivadas	578	63
	(26.533)	(5.918)
Despesa impostos correntes no resultado do período	(26.649)	(6.460)
Despesa impostos diferidos no resultado do período	116	542
Alíquota efetiva	20%	11%

(b) Conciliação e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora e Consolidado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	30/09/2020	**31/12/2019**
Diferenças temporárias:		
Depreciação fiscal x vida útil	(10.793)	(11.095)
Valor justo dos ativos florestais	-	(44.150)
Variações cambiais por competência	(808)	(2.751)
Provisões diversas	1.795	4.533
Ganho na apuração do valor justo em investimentos - perda de controle	-	(23.076)
Passivo fiscal diferido, líquido	(7.038)	(76.519)

A movimentação dos impostos diferidos no período está descrita abaixo:

	30/09/2020
Saldo inicial	(76.519)
Cisão (nota explicativa 3)	69.597
Efeito no resultado	(116)
Passivo fiscal diferido, líquido	(7.038)

27 Instrumentos financeiros

(a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 30 de setembro de 2020

		Valor contábil			
	Nota	**Valor justo - Instrumentos de proteção**	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	130.857	-	130.857
Contas a receber de clientes	10	-	73.126	-	73.126
Empréstimos com partes relacionadas	16	-	1.507	-	1.507
		-	205.490	-	205.490
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	19	-	-	42.148	42.148
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	163.309	163.309
Outros passivos		-	-	2.208	2.208
		-	-	207.665	207.665

Em 31 de dezembro de 2019

		Valor contábil			
	Nota	**Valor justo - Instrumentos de proteção**	**Ativos financeiros ao custo amortizado**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	92.624	-	92.624
Contas a receber de clientes	10	-	37.117	-	37.117
Empréstimos com partes relacionadas	16	-	1.507	-	1.507
		-	131.248	-	131.248

		Valor contábil				Valor justo	
	Nota	Valor justo - Instrumentos de proteção	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo							
Instrumentos financeiros derivativos		2.349	-	-	2.349	2.349	2.349
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo							
Fornecedores	19	-	-	17.634	17.634	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	165.822	165.822	-	-
Passivo de direito de uso - arrendamento		-	-	5.659	5.659	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	16	-	-	800	800	-	-
Outros passivos		-	-	8.440	8.440	-	-
		-	-	198.355	198.355	2.349	2.349

(b) Mensuração do valor justo

Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

Os valores desses instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.

- *Caixa e equivalente de caixa* - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- *Contas a receber e outros ativos* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

- *Empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, passivos de arrendamento, fornecedores e outros passivos* - São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada de acordo com entendimento da Administração e reflete a informação contábil mais relevante, levando-se em consideração o modelo de negócios da Companhia.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos de proteção (*derivativos*)	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros são baseadas em taxas cotadas de *swap*. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *swaps*. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito, calculado com base nos preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável	Não aplicável

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

i. *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no período foram divulgadas na nota explicativa 10.

Contas a receber de clientes

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem

influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria Financeira estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 45 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber' segregado entre mercado interno e externo bem como por aging de vencimento está apresentado na nota explicativa 10.
Avaliação da perda esperada de crédito
O Grupo utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. O Grupo não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos exercícios. O Grupo realizou o cálculo das perdas esperadas com base nos títulos com vencimento superior a 90 dias.

Títulos de dívida
A política do Grupo para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, o Grupo monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa
O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que apresentam solidez no mercado.

Garantias
As garantias emitidas pelo Grupo estão divulgadas na nota explicativa 18.

ii.*Risco de liquidez*
Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras intermediárias . Esses valores são brutos e não-descontados.

Em 30 de setembro de 2020

		Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**
Em 30 de setembro de 2020				
Financiamentos e empréstimos	163.309	94.018	41.112	50.490
Fornecedores	43.095	43.095	-	-

iii. *Risco de mercado*
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria Financeira.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: a) risco cambial, e b) risco de taxa de juros.

Risco cambial
O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional do Grupo.

A moeda funcional do Grupo é o Real (R$). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R$, Dólar e Euro.

Análise de sensibilidade
O quadro abaixo demonstra a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado do Grupo em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 30 de setembro de 2020 (PTAX).

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do USD e EUR contra todas as outras moedas em 30 de setembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

	Moeda	-50%	-25%	PTAX	25%	50%
PTAX	EUR	3,3066	4,9599	6,6132	8,2665	9,9198
PTAX	USD	2,8204	4,2305	5,6407	7,0509	8,4611
Impacto no resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	USD	2.685	1.342	5.369	(1.342)	(2.685)
Contas a receber de clientes	USD	35.600	17.800	71.200	(17.800)	(35.600)
Fornecedores	USD	480	240	961	(240)	(480)
Fornecedores	EUR	30	15	60	(15)	(30)
Empréstimos e financiamentos	USD	75.883	37.942	151.766	(37.942)	(75.883)
		106.217	53.108	246.278	(53.108)	(106.217)

Risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade
As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo está demonstrado os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Foi apresentado um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2020 (saldo contábil tendo por base o CDI de 3,30% projetado para o próximo exercício) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	116.664	3.850	2.888	1.925
			116.664	3.850	2.888	1.925
Impacto no resultado					(962)	(1.925)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	11.543	381	286	191
			11.543	381	286	191

Impacto no resultado	(95)	(190)
Impacto final no resultado	(1.057)	(2.115)

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	116.664	3.850	4.812	5.775
			116.664	3.850	4.812	5.775
Impacto no resultado					962	1.925
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	11.543	381	475	572
			11.543	381	475	572
Impacto no resultado					95	190
Impacto final no resultado					1.057	2.115

28 Gerenciamento de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumarizados:

	30/09/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamentos e empréstimos com partes relacionadas	163.309	174.630
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(130.857)	(92.624)
Dívida líquida	32.452	82.006
Patrimônio líquido	132.393	541.997
Capital total	164.845	624.003
Índice de alavancagem financeira	20%	13%

29 Cobertura de seguros

O Grupo mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 30 de setembro de 2020 são assim demonstradas:

	30/09/2020
Danos materiais	262.100
Lucros cessantes	131.926
Responsabilidade civil	30.000

30 Eventos subsequentes

Em 4 de novembro de 2020, a Guararapes Painéis S.A. adquiriu 100% do capital social da Empresa.

A operação foi realizada por meio da emissão de ações da Guararapes Painéis S.A. em troca de ações da Indústria de Compensados Guararapes Ltda..

Como resultado, a partir dessa data a Guararapes Painéis S.A. passou a ser a detentora de 100% das ações da Empresa.

ANEXO N FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19

3.7 - Nível de Endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 28

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 54

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 58

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 68

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 70

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 71

4.7 - Outras Contingências Relevantes 73

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 75

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 76

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 83

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 85

5.4 - Programa de Integridade 88

5.5 - Alterações significativas 91

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 92

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 93

6.3 - Breve Histórico 94

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 96

6.6 - Outras Informações Relevantes 97

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 98

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 111

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 112

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 113

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 127

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 128

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 135

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 136

7.8 - Políticas Socioambientais 137

7.9 - Outras Informações Relevantes 138

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 139

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 140

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 141

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 142

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 143

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 144

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 148

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 155

9.2 - Outras Informações Relevantes 156

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 157

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 190

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 193

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 194

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 196

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 197

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 198

10.8 - Plano de Negócios 199

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 200

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 216

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 217

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 218

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 225

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 229

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 231

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 232

12.7/8 - Composição Dos Comitês 237

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 242

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 243

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 244

12.12 - Outras informações relevantes 245

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 247

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 252

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 256

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 258

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 259

13.6 - Opções em Aberto 262

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 264

13.8 - Precificação Das Ações/opções 265

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 266

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 267

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 268

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 269

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 270

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 271

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 272

13.16 - Outras Informações Relevantes 273

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 274

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 275

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 276

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 277

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 278

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 279

15.3 - Distribuição de Capital 283

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 284

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 285

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 286

15.7 - Principais Operações Societárias 287

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 289

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 290

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 291

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 292

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 294

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 295

17.2 - Aumentos do Capital Social 296

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 297

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 298

17.5 - Outras Informações Relevantes 299

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 300

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 301

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 302

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 303

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 304

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 305

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 306

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 307

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 308

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 309

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 310

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 311

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 312

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 313

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 314

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 315

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 316

20.2 - Outras Informações Relevantes 317

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 318

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 319

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 323

21.4 - Outras Informações Relevantes 324

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ricardo Pedroso**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Fabio de Freitas Leitão Torres**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 Declaração do Diretor Presidente

RICARDO PEDROSO, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade sob o nº 6.627.723-2 (SSP/PR) e Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 027.359.639-00, residente e domiciliado na cidade de Palmas, Estado do Paraná, com endereço comercial na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, s/nº, Aeroporto, na qualidade de Diretor Presidente da Guararapes Painéis S.A., companhia com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, s/nº, Aeroporto, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 08.810.422/0001-34 ("Companhia"), declara, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que:

a. reviu o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

FABIO DE FREITAS LEITÃO TORRES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade sob o nº 25.120.951-9 (SSP/SP) e Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o nº 272.621.488-69, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, s/nº, Aeroporto, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Guararapes Painéis S.A., companhia com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, s/nº, Aeroporto, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 08.810.422/0001-34 ("Companhia"), declara, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que:

a. reviu o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Fabio de Freitas Leitão Torres

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	27/01/2015
Descrição do serviço contratado	Os serviços prestados pelos auditores independentes foram: (i) a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017; (ii) a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020; e (iii) a revisão das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos trimestres encerrados em setembro, junho e março de 2020 e 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em decorrência dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi pago aos auditores independentes como remuneração o valor de R$242.557,03.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
João Alberto Dias Panceri	27/01/2015	016.871.839-10	Rua Nunes Machado, 68, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-000, Telefone (41) 33042500, e-mail: jpanceri@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/11/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	1.333.105.638,62	330.760.268,12	284.730.963,12	238.095.440,91
Ativo Total	1.975.282.283,57	617.358.287,87	582.093.959,67	520.659.302,81
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	607.440.301,11	545.967.008,61	502.723.998,86	423.745.995,08
Resultado Bruto	215.789.872,58	190.758.360,34	176.679.408,81	115.270.062,82
Resultado Líquido	93.584.843,62	61.808.106,02	61.161.532,10	17.734.720,64
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	97.524.234	55.786.874	55.786.874	55.786.874
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	13,669400	5,929000	5,103900	4,267900
Resultado Básico por Ação	0,959600	1,107930	1,096330	0,317900
Resultado Diluído por Ação	0,95	1,11	1,10	0,32

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2- Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Seguem abaixo as definições das medições não contábeis utilizadas pela Companhia. Além disso, determinadas medições não contábeis utilizadas pela Indústria de Compensados Guararapes Ltda. constam do item 3.9 deste Formulário de Referência.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") n° 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela Receita líquida de vendas da Companhia.

O "EBITDA Ajustado" é calculado por meio do EBITDA adicionado às despesas com provisões para contingências em 2019 incorridas em virtude de uma demanda extrajudicial relacionado à compra de energia. Para maiores informações, vide seção 4.7 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a Receita líquida de vendas.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("**BR GAAP**") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para períodos indicados abaixo:

	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		**Período de nove meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
Medições não contábeis (*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
EBITDA	163.830	103.132	122.301	97.648	111.417	126.647	79.334
Margem EBITDA	27%	20%	27%	24%	20%	25%	19%
EBITDA Ajustado	163.830	103.132	122.301	97.648	131.696	126.647	79.334
Margem EBITDA Ajustado	27%	20%	27%	24%	24%	25%	19%

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia representada pela diferença entre o saldo da Dívida Bruta e o saldo de Caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Bruta compreende a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), dos instrumentos financeiros derivativos passivos, dos empréstimos e financiamentos com partes relacionadas e do passivo de arrendamento (circulante e não circulante). Quando o saldo da Dívida Bruta é superior ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a Companhia apresenta uma Dívida Líquida. Quando o saldo de Caixa e equivalentes de caixa é superior ao saldo da Dívida Bruta, a Companhia apresenta uma posição da Caixa Líquido. O índice da Dívida Líquida/ (do Caixa Líquido) é obtido pela divisão da Dívida Líquida/ (Caixa Líquido) pelo patrimônio líquido.

A Dívida Líquida/(Caixa Líquido) não é medida contábil reconhecida pela BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores da Dívida Líquida e do Índice da Dívida Líquida da Companhia para os períodos indicados:

(*em milhares de R$*)	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2020	2019	2019	2018	2017
Dívida Líquida (Caixa líquido)	(38.076)	23.964	(12.669)	43.989	18.599	97.765	167.058
Índice da Dívida Líquida (Caixa líquido)	-0,03	0,07	-0,03	0,13	0,06	0,34	0,70

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil utilizada pela administração da Companhia que é calculada por meio do lucro líquido da Companhia adicionado às despesas com provisões para contingências em 2019, incorridas em virtude de uma demanda extrajudicial relacionado à compra de energia e pelo correspondente efeito do imposto de renda e contribuição social diferido. Para maiores informações, vide seção 4.7 deste Formulário de Referência.

O Lucro Líquido Ajustado não é medida contábil reconhecida pela BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

Além disso, o Lucro Líquido Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores do Lucro Líquido Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

(*em milhares de R$, exceto %*)	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro Líquido Ajustado	93.584	52.002	51.031	54.052	75.192	61.161	17.735

3.2 - Medições Não Contábeis

***Return on Equity* (ROE)**

O ROE é calculado pela divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido da Companhia. O ROE (*Return on Equity*) não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os percentuais do ROE para os períodos indicados:

(*em %*)	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2020	2019	2019	2018	2017
ROE	7%	14%	13%	16%	19%	21%	7%

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado, bem como Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado para os períodos indicados:

(*em milhares de R$, exceto %*)	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro do exercício	**93.584**	**52.002**	**51.031**	**54.052**	**61.808**	**61.161**	**17.735**
(+) Resultado financeiro, líquido	25.840	4.775	33.800	2.475	(173)	20.733	35.031
(+) Depreciação e amortização	16.497	17.963	15.147	14.668	21.771	18.567	18.282
(+) Depreciação do Direito de uso de ativo	270	256	209	209	279	-	-
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	27.639	28.136	22.114	26.244	27.732	26.186	8.286
EBITDA	**163.830**	**103.132**	**122.301**	**97.648**	**111.417**	**126.647**	**79.334**
(+) despesa com provisão para contingências	-	-	-	-	20.279	-	-
EBITDA Ajustado	**163.830**	**103.132**	**122.301**	**97.648**	**131.696**	**126.647**	**79.334**
Receita líquida de vendas	607.440	507.436	458.400	404.996	545.967	502.724	423.746
Margem EBITDA	**27%**	**20%**	**27%**	**24%**	**20%**	**25%**	**19%**
Margem EBITDA Ajustado	**27%**	**20%**	**27%**	**24%**	**24%**	**25%**	**19%**

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação da Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida registrados pela Companhia nos períodos indicados:

Cálculo da Dívida Líquida (*em milhares de R$)*	**Período de onze meses findo em 30 de novembro de**		**Período de nove meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	294.872	151.520	175.603	163.834	147.958	183.423	199.728
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	-	78	112	199	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	1.507	1.507	1.507	1.507	1.507	1.507
Passivo de arrendamento	29	-	90	383	213	-	-
Dívida Bruta	**294,901**	**155.359**	**177.200**	**165.802**	**149.876**	**185.129**	**201.235**
Caixa e equivalentes de caixa	(332.977)	(131.191)	(189.899)	(121.813)	(131.191)	(89.364)	(34.177)
Dívida Líquida (Caixa líquido)	**(38.076)**	**24.168**	**(12.699)**	**43.989**	**18.685**	**95.765**	**167.058**
Patrimônio Líquido	1.333.106	364.327	378.569	340.596	330.760	284.730	238.095
Índice da Dívida Líquida (Caixa líquido)	-0,03	**0,07**	**-0,03**	**0,13**	**0,06**	**0,34**	**0,70**

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido Ajustado registrado pela Companhia nos períodos indicados:

(*em milhares de R$*)	**Período de onze meses findo em 30 de novembro de**		**Período de nove meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro Líquido	**93.584**	**52.002**	**51.031**	**54.052**	**61.808**	**61.161**	**17.735**
(+) despesa com provisão para contingências	-	-	-	-	20.279	-	-
(+) Tributos diferidos sobre provisão para contingências	-	-	-	-	(6.895)	-	-
Lucro líquido ajustado	**93.584**	**52.002**	**51.031**	**54.052**	**75.192**	**61.161**	**17.735**

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação do ROE

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROE da Companhia para os períodos indicados:

(*em milhares de R$, exceto %*)	Período de onze meses findo em 30 de novembro de		Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro Líquido	93,584	52,002	51,031	54,052	61.808	61.161	17.7358
Patrimônio Líquido	1,333,106	364,327	378,569	340.596	330.760	284.730	238.095
ROE	**7%**	**14%**	**13%**	**16%**	**19%**	**21%**	**7%**

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são utilizados como medidas do desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional e sua condição financeira, tendo em vista que não são considerados para o seu cálculo o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e as despesas com depreciação e amortização.

Além disso, a administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são utilizados como métricas adicionais do desempenho da Companhia e também como base de comparação com outras empresas do mesmo setor, apesar de poder haver diferenças nas metodologias de cálculo. Para o cálculo do EBITDA Ajustado do exercício social de 2019, a Companhia desconsiderou o efeito do montante de R$20.279 mil, referente à despesa com provisão para contingências.

A Companhia também está divulgando no item 3.9 do presente Formulário de Referência o EBITDA e o EBITDA Ajustado da controlada Indústria Guararapes de Compensados Ltda. ("Compensados"). A administração da Companhia considera que certos elementos de receitas e despesas sem efeito caixa e/ou não relacionadas às atividades operacionais da Compensados devem ser eliminados para fins do cálculo do EBITDA Ajustado. Portanto, para cálculo do EBITDA Ajustado a Companhia ajusta os efeitos reconhecidos no resultado que estão relacionados com: (i) a variação de valor justo dos ativos biológicos, referente aos ativos florestais; (ii) resultado na venda de imobilizado; (iii) outras despesas/receitas operacionais; e (iv) resultado de equivalência patrimonial que refletia, principalmente, o investimento da Compensados na Companhia, entre outros investimentos, os quais foram cindidos em setembro de 2020.

Nos períodos de apuração de resultado apresentados no item 3.9 deste Formulário de Referência, a atividade florestal é considerada parte da atividade operacional da Companhia e, portanto, o resultado dessa operação está incluída nos cálculos do EBITDA e do EBITDA Ajustado. No entanto, em razão da segregação dos ativos florestais que ocorreu como parte da cisão parcial de ativos da Compensados em 30 de setembro de 2020, a Companhia (i) incorrera em dispêndios de caixa para aquisição de madeira para suas operações que não ocorriam quando da utilização de madeira de produção própria da Compensados nos períodos apresentados e (ii) deixará de incorrer in dispêndios de caixa em relação a atividade de reflorestamento.

A Companhia estima que, em relação aos dispêndios de caixa para aquisição de madeira, os custos incorridos caso tivesse adquirido esse volume de madeira junto a terceiros seria de aproximadamente R$3.342 mil no período de 9 meses de 2020. Dessa forma, apresentamos de forma separada o resultado da operação florestal nesse período que corresponde a estes custos que seriam incorridos pela Compensados caso tivesse adquirido esse volume de madeira junto a terceiros.

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Índice da Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida (Caixa Líquido) e do Índice da Dívida Líquida (Índice do Caixa Líquido) é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia e suas controladas, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia entende que o cálculo do Lucro Líquido Ajustado tem como objetivo avaliar o desempenho da Companhia considerando os efeitos dos itens, e com isto prover uma medida que permita a melhor compreensão do resultado da Companhia. Assim, a administração da Companhia acredita que o Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil mais apropriada para medição e análise de seu desempenho.

A Companhia também está divulgando no item 3.9 do presente Formulário de Referência o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado da controlada Indústria Guararapes de Compensados Ltda. A administração da Companhia considera certos elementos de receitas e despesas devem ser eliminados para fins do cálculo do Lucro Líquido Ajustado. Portanto, para cálculo do Lucro Líquido Ajustado a Companhia ajusta os efeitos reconhecidos no resultado que estão relacionados com: (i) a variação de valor justo dos ativos biológicos; (ii) exaustão de ativos biológicos; (iii) resultado na venda de imobilizado; (iv) outras despesas/receitas operacionais; e (v) resultado de equivalência patrimonial.

Além disso, o item 3.9 deste Formulário de Referência apresenta o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Ajustado da Compensados. A administração da Companhia considera que certos elementos de receitas e despesas sem efeito caixa e/ou não relacionadas às atividades operacionais da Compensados devem ser eliminados para fins do cálculo do Lucro Líquido Ajustado. Portanto, para fins do cálculo do Lucro Líquido Ajustado, a Companhia ajusta os efeitos reconhecidos no resultado que estão relacionados com: (i) a variação de valor justo dos ativos biológicos; (ii) resultado na venda de imobilizado, (iii) outras despesas/receitas operacionais e (iv) resultado de equivalência patrimonial que refletia, principalmente, o investimento da Compensados na Companhia, entre outros investimentos.

ROE

A Companhia entende que o ROE é útil para a avaliação do resultado e do retorno da Companhia em relação aos investimentos efetuados pelos acionistas da Companhia, sendo uma ferramenta comparativa importante para avaliar e monitorar o desempenho operacional da Companhia, de modo a oferecer informação relevantes para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas em relação ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020

Não aplicável, tendo em que vista que não há eventos subsequentes à emissão das informações contábeis intermediárias referentes ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultado

	2019	2018	2017
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava as regras de retenção de lucros contidas em seu estatuto social e na Lei n° 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as quais estabeleciam que, do resultado do exercício social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O lucro líquido deveria ser destinado da seguinte forma: (i) 5% para constituição de reserva legal, até que o saldo atinja 20% do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) no mínimo 25% do lucro líquido (diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da reserva legal e à formação da reserva para contingências) como dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 202, incisos II e III da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o saldo poderia, conforme deliberado em assembleia geral de acionistas mediante proposta do conselho de administração, ser destinado, total ou parcialmente, à reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia deveriam ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6° da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava as regras de retenção de lucros contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, as quais estabeleciam que, do resultado do exercício social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O lucro líquido deveria ser destinado da seguinte forma: (i) 5% para constituição de reserva legal, até que o saldo atinja 20% do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) no mínimo 25% do lucro líquido (diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da reserva legal e à formação da reserva para contingências) como dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 202, incisos II e III da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o saldo poderia, conforme deliberado em assembleia geral de acionistas mediante proposta do conselho de administração, ser destinado, total ou parcialmente, à reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia deveriam ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6° da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava as regras de retenção de lucros contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, as quais estabeleciam que, do resultado do exercício social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O lucro líquido deveria ser destinado da seguinte forma: (i) 5% para constituição de reserva legal, até que o saldo atinja 20% do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, parágrafo 1° da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social; (ii) no mínimo 25% do lucro líquido (diminuído ou acrescido dos valores destinados à constituição da reserva legal e à formação da reserva para contingências) como dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 202, incisos II e III da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) o saldo poderia, conforme deliberado em assembleia geral de acionistas mediante proposta do conselho de administração, ser destinado, total ou parcialmente, à reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros não destinados na forma da das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia deveriam ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6° da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$61.808.106,02 (sessenta e um milhões, oitocentos e oito mil, cento e seis reais e dois centavos), o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R$3.090.405,00 (três milhões, noventa mil e quatrocentos e cinco reais) foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$15.778.100,18 (quinze milhões, setecentos e setenta e oito mil e cem reais e dezoito centavos) pagos aos acionistas a títulos de dividendos; (iii) R$2.309.000,00 (dois milhões, trezentos e nove mil reais) para a reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$40.631.000,84 (quarenta milhões, seiscentos e trinta e um mil reais e oitenta e quatro centavos) destinado para a reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$61.161.532,10 (sessenta e um milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e dois reais e dez centavos), o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R$3.058.077,00 (três milhões, cinquenta e oito mil e setenta e sete reais) foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$14.526.009,89 (quatorze milhões, quinhentos e vinte e seis mil e nove reais e oitenta e oitenta e nove centavos) pagos aos acionistas a títulos de dividendos; (iii) R$5.778.308,84 (cinco milhões, setecentos e setenta e oito mil, trezentos e oito reais e oitenta e quatro centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e (iv) R$37.799.136,37 (trinta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, cento e trinta e seis reais) para reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$17.734.720,64 (dezessete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R$887.001,08 (oitocentos e oitenta e sete mil e um reais e oito centavos) foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$4.574.587,64 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para a distribuição de dividendos; e (iii) R$12.273.061,92 (doze milhões, duzentos e setenta e três mil, sessenta e um reais e noventa e dois centavos) destinado para a conta de reserva de retenção de lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 25,53% foram destinados para a distribuição de dividendos; (iii) 13,74% do saldo remanescente dos lucros foram destinados para a conta de reserva de incentivos fiscais; e (iv) 65,73% do saldo remanescente dos lucros foram destinados para a conta de reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 23,75% foram destinados para a distribuição de dividendos; (iii) 9,44% do saldo remanescente dos lucros foram destinados para a conta de reserva de incentivos fiscais; e (iv) 61,81% do saldo remanescente dos lucros foram destinados para a conta de reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 24% foram destinados para a distribuição de dividendos; e (iii) 71% para o saldo remanescente dos lucros para a conta de reserva de retenção de lucros.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% como dividendo mínimo obrigatório, caso, após apurado o resultado do exercício, deduzido eventuais prejuízos acumulados e constituída a reserva legal, fosse registrado lucro líquido.	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% como dividendo mínimo obrigatório, caso, após apurado o resultado do exercício, deduzido eventuais prejuízos acumulados e constituída a reserva legal, fosse registrado lucro líquido.	Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% como dividendo mínimo obrigatório, caso, após apurado o resultado do exercício, deduzido eventuais prejuízos acumulados e constituída a reserva legal, fosse registrado lucro líquido.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos eram distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano, ou seja, em distribuição anual de acordo com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, observado os percentuais do lucro líquido ajustado previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.	Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos eram distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano, ou seja, em distribuição anual de acordo com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, observado os percentuais do lucro líquido ajustado previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.	Em 31 de dezembro de 2017, os dividendos eram distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano, ou seja, em distribuição anual de acordo com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, observado os percentuais do lucro líquido ajustado previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A Política de Dividendos da Companhia ("Política") tem como propósito estabelecer regras e procedimentos relacionados a distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade e em complemento ao previsto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. A versão atual da Política foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de agosto de 2018 e está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia.	A Política tem como propósito estabelecer regras e procedimentos relacionados a distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade e em complemento ao previsto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. A versão atual da Política foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de agosto de 2018 e está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia.	A Política tem como propósito estabelecer regras e procedimentos relacionados a distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade e em complemento ao previsto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações. A versão atual da Política foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de agosto de 2018 e está disponível no *website* de Relações com Investidores da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	58.717.701,02	58.103.455,10	16.847.719,56
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	15.778.100,180000	14.526.009,890000	4.574.587,640000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	17,750000	20,400000	7,070000
Dividendo distribuído total	0,00	15.778.100,18	14.526.009,89	4.574.587,64
Lucro líquido retido	0,00	42.940.000,84	43.577.445,21	12.273.061,92
Data da aprovação da retenção		15/12/2020	15/12/2020	15/12/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00							
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			19.000.000,00	31/01/2020	14.154.009,89	22/07/2019	4.574.587,64	10/03/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não declarou dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos últimos três exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e no período de onze meses encerrado em 30 de novembro de 2020.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/11/2020	630.136.000,00	Índice de Endividamento	0,32360000	
31/12/2019	286.598.000,00	Índice de Endividamento	0,46420000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/11/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		24.529.091,16	48.413.701,95	46.696.531,71	13.895.363,32	133.534.688,14
Empréstimo	Garantia Real		72.574.067,26	78.440.008,56	10.322.849,64	0,00	161.336.925,46
Total			97.103.158,42	126.853.710,51	57.019.381,35	13.895.363,32	294.871.613,60

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 (preparada em IFRS e em BR GAAP). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de empréstimos e financiamentos. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		12.322.371,66	23.666.559,74	3.321.163,47	0,00	39.310.094,87
Financiamento	Garantia Real		19.749.265,61	32.555.910,18	32.528.536,90	23.813.673,38	108.647.386,07
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Outras garantias ou privilégio	0,00	1.507.023,03	0,00	0,00	1.507.023,03
Total			32.071.637,27	57.729.492,95	35.849.700,37	23.813.673,38	149.464.503,97

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (preparada em IFRS e em BR GAAP). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de empréstimos e financiamentos. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Informações complementares aos item 3.1, 3.7 e 3.8 – Informações financeiras selecionadas pro forma da Companhia e da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados") e outras Informações financeiras selecionadas da Compensados

a) Informações financeiras selecionadas pro forma

Em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados") por meio da aquisição de 100% das quotas do capital social, passando então a consolidar os ativos, passivos, receitas e despesas da Compensados a partir dessa data. Portanto, a comparabilidade das demonstrações financeiras históricas do período de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2020 com os períodos comparativos de 31 de dezembro de 2019 para o balanço patrimonial e de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2019 para fins da demonstração do resultado está afetada uma vez que a Compensados não era uma empresa controlada anteriormente a 4 de novembro de 2020.

A administração preparou informações financeiras selecionadas pro forma do balanço patrimonial da Guararapes Painéis S.A. e da Compensados em 30 de setembro de 2020 como se aquisição tivesse ocorrido em 30 de setembro de 2020 e da demonstração do resultado do período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2019 e dos períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019. A seguir apresentamos um sumário do balanço patrimonial pro forma em 30 de setembro de 2020 e a demonstração do resultado pro forma dos períodos de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019. Esse sumário deve ser lido em conjunto com as informações financeiras consolidadas condensadas não auditadas referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, e informações financeiras *pro forma* referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS PRO FORMA

Em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais			Ajustes pro forma		
Ativo	Painéis	Compensados	Combinação de Negócios (i)	Eliminações (ii)	Total pro forma
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	189.899	130.857	-	-	320.756
Instrumentos de proteção (Hedge)	3.791	-	-	-	3.791
Contas a receber de clientes	111.999	73.126	-	(1.112)	184.013
Estoques	68.311	53.186	1.698	-	123.195
Impostos a recuperar	2.410	20.504	-	-	22.914
Adiantamentos diversos	-	18.596	-	-	18.596
Outros ativos	3.345	761	-	-	4.106
Total do ativo circulante	379.755	297.030	1.698	(1.112)	677.371
Não circulante					
Estoques	4.804	-	-	-	4.804
Impostos a recuperar	2.299	7.495	-	-	9.794
Mútuo a receber de partes relacionadas	-	1.507	-	(1.507)	-
Outros ativos	-	1.553	-	-	1.553
Depósitos judiciais	21	-	-	-	21
Total do realizável a longo prazo	7.124	10.555	-	(1.507)	16.172
Imobilizado	308.095	87.415	183.972	-	579.482
Ativo de direito de uso - arrendamento	148	-	-	-	148

3.9 - Outras Informações Relevantes

Certificações	-	-	2.956	-	2.956
Relacionamento com clientes	-	-	245.537	-	245.537
Ágio	-	-	465.774	-	465.774
Total do ativo não circulante	315.367	97.970	898.239	(1.507)	1.310.069
Total ativo	695.122	395.000	899.937	(2.619)	1.987.440

			Ajustes pro forma		
Passivo	Painéis	Compensados	Combinação de Negócios (i)	Eliminações (ii)	Total pro forma
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	37.121	77.468	-	-	114.589
Instrumentos de proteção (Hedge)	-	-	-	-	-
Fornecedores	36.403	52.440	-	(1.112)	87.731
Obrigações tributárias	6.787	473	-	-	7.20
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.706	20.496	-	-	28.202
Obrigações sociais e trabalhistas	12.212	9.518	-	-	21.730
Passivo de direito de uso - arrendamento	90	-	-	-	90
Outros passivos	5.805	-	-	-	5.805
Total do passivo circulante	106.124	160.395	-	(1.112)	265.407
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	138.482	85.841	-	-	224.323
Passivo de direito de uso - arrendamento	-	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	38.739	7.038	147.616	-	193.393
Mútuo a pagar para partes relacionadas	1.507	-	-	(1.507)	-
Provisão para contingências	21.863	2.584	-	-	24.447
Outros passivos	-	2.208	-	-	2.208
Obrigações tributárias	9.838	6.934	-	-	16.772
Total do passivo não circulante	210.429	104.605	147.616	(1.507)	461.143
Total do patrimônio líquido	378.569	130.000	752.321	-	1.260.890
Total passivo e patrimônio líquido	695.122	395.000	899.937	(2.619)	1.987.440

3.9 - Outras Informações Relevantes

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais	Painéis	Compensados	Ajustes pro forma Combinação de Negócios (i)	Ajustes pro forma Eliminações (ii)	Total pro forma
Receita líquida de vendas	545.967	327.975	-	(24.792)	849.150
Custo dos produtos vendidos	(355.209)	(223.264)	(10.799)	24.792	(564.480)
Lucro bruto	190.758	104.711	(10.799)	-	284.670
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(51.151)	(40.619)	-	-	(91.770)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.469)	(410)	-	-	(3.879)
Despesas gerais e administrativas	(46.861)	(15.620)	(21.988)	-	(84.469)
Outras receitas, líquidas	90	1.862	-	-	1.952
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	89.367	49.924	(32.787)	-	106.504
Despesas financeiras	(7.009)	(6.644)	-		(13.653)
Receitas financeiras	9.106	3.302	-	-	12.408
Resultado com instrumentos de proteção (*Hedge*)	129	2.349	-	-	2.478
Variação cambial líquida	(2.053)	(12.013)	-	-	(14.066)
Despesas financeiras, líquidas	173	(13.006)	-	-	(12.833)
Resultado de equivalência patrimonial	-	39.485	-	(38.011)	1.474
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.540	76.403	(32.787)	(38.011)	95.145
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(4.622)	(8.614)	-	-	(13.236)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(23.110)	846	11.148	-	(11.116)
Lucro líquido do período	61.808	68.635	(21.639)	(38.011)	70.793

Período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais	Painéis	Compensados	Ajustes pro forma Combinação de Negócios (i)	Ajustes pro forma Eliminações (ii)	Total pro forma
Receita líquida de vendas	458.400	336.768	-	(19.325)	775.843
Custo dos produtos vendidos	(301.644)	(157.986)	(8.099)	19.325	(448.404)
Lucro bruto	156.756	178.782	(8.099)	-	327.439
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(41.626)	(25.491)	-	-	(67.117)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.083)	1.205	-	-	122
Despesas gerais e administrativas	(18.867)	(19.342)	(16.491)	-	(54.700)
Outras receitas, líquidas	11.765	5.545	-	-	17.310
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	106.945	140.699	(24.590)	-	223.054
Despesas financeiras	(3.952)	(7.615)	-	-	(11.567)
Receitas financeiras	2.277	1.860	-	-	4.137
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	7.170	-	-	-	7.170
Variação cambial líquida	(39.295)	(36.547)	-	-	(75.842)
Despesas financeiras, líquidas	(33.800)	(42.302)	-	-	(76.102)
Resultado de equivalência patrimonial	-	31.866	-	(29.335)	2.531
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.145	130.263	(24.590)	(29.335)	149.483
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(18.299)	(26.649)	-	-	(44.948)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(8.513)	116	8.361	-	4.662
Lucro líquido do período	51.031	103.730	(16.229)	(29.335)	109.197

3.9 - Outras Informações Relevantes

Período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de Reais	Painéis	Compensados	Combinação de Negócios (i)	Eliminações (ii)	Total pro forma
Receita líquida de vendas	404.996	256.817	-	(19.018)	642.795
Custo dos produtos vendidos	(267.973)	(165.283)	(8.099)	19.018	(422.337)
Lucro bruto	37.023	91.534	(8.099)	-	220.458
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(37.067)	(31.596)	-	-	(68.663)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.885)	113	-	-	(3.772)
Despesas gerais e administrativas	(17.727)	(18.897)	(16.491)	-	(53.115)
Outras receitas, líquidas	4.427	622	-	-	5.049
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	82.771	41.776	(24.590)	-	99.957
Despesas financeiras	(4.851)	(5.978)	-	-	(10.829)
Receitas financeiras	4.809	2.340	-	-	7.149
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	164	2.349	-	-	2.513
Variação cambial líquida	(2.597)	(14.551)	-	-	(17.148)
Despesas financeiras, líquidas	(2.475)	(15.840)	-	-	(18.315)
Resultado de equivalência patrimonial	-	26.445	-	(26.445)	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.296	52.381	(24.590)	-	81.642
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(18.368)	(6.460)	-	-	(24.828)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(7.876)	542	8.361	-	1.027
Lucro líquido do período	54.052	46.463	(16.229)	-	57.841

(i) Compreendem ajustes relacionados com a combinação de negócios resultante da aquisição da Compensados pela Companhia em 4 de novembro de 2020, tendo como base o laudo de Alocação de Preço de Compra (Purchase Price Allocation) os quais estão refletidos nas informações financeiras selecionadas pro forma da Companhia nas datas-bases de 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2019; e

(ii) Compreendem ajustes relacionados com a eliminação de saldos intercompany de ativos, passivos, receitas e despesas registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e da Compensados, os quais estão refletidos nas informações financeiras selecionadas pro forma da Companhia nas datas-bases de 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2019.

As explicações sobre as variações das contas das demonstrações de resultado pro forma de 30 de setembro de 2020 vs. 30 de setembro de 2019 estão incluídas no item 10.9 desse Formulário de Referência.

3.9 - Outras Informações Relevantes

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias da Compensados

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado, bem como Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado da Compensados para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício findo em 31 dezembro de	
(em milhares de R$, exceto %)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**
Lucro do exercício	**103.730**	**46.463**	**68.635**	**137.375**
(+) Resultado financeiro, líquido	42.302	15.840	13.006	26.203
(+) Depreciação e amortização	7.071	5.897	5.002	6.321
(+) Depreciação do Direito de uso de ativo	822	480	640	-
(+) Exaustão de ativos biológicos	3.464	18.333	20.996	11.623
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	26.533	5.918	7.768	22.594
EBITDA	**183.922**	**95.238**	**116.047**	**204.116**
(-) Variação de valor justo dos ativos biológicos	(12.363)	(13.188)	(19.660)	(15.790)
(+/-) Venda de ativo imobilizado	2.986	-	2.989	101
(+/-) Outras despesas/receitas operacionais	(5.545)	(622)	(1.862)	(6.688)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(31.866)	(26.445)	(39.485)	(37.577)
EBITDA Ajustado	**137.134**	**54.983**	58.029	**144.162**
Receita líquida de vendas	336.768	256.817	327.975	370.611
Margem EBITDA	55%	37%	35%	55%
Margem EBITDA Ajustado	41%	21%	18%	39%

Reconciliação da Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a reconciliação dos saldos de Dívida Bruta e Dívida Líquida registrados pela Compensados nos períodos indicados:

Cálculo da Dívida Líquida	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício findo em 31 dezembro de	
(em milhares de R$)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	163.309	141.503	165.822	141.717
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	2.349	2.029
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	6.174	5.659	-
Dívida Bruta	163.309	147.677	173.830	143.746
Caixa e equivalentes de caixa	(130.857)	(56.902)	(92.624)	(53.877)
Dívida Líquida	32.452	90.775	81.206	89.869
Patrimônio Líquido	130.000	516.123	533.702	471.293
Índice da Dívida Líquida	0,25	0,18	0,15	0,19

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido Ajustado registrado pela Compensados nos períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
(em milhares de R$, exceto %)	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro Líquido	**103.730**	**46.463**	**68.635**	**137.375**
(-) Variação de valor justo dos ativos biológicos	(12.363)	(13.188)	(19.660)	(15.790)
(+) Exaustão de ativos biológicos	3.464	18.333	20.996	11.623
(-) Venda de ativo imobilizado	2.986	-	2.989	101
(+/-) Outras despesas/receitas operacionais	(5.545)	(622)	(1.862)	(6.688)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	(31.866)	(26.445)	(39.485)	(37.577)
Lucro líquido ajustado	**60.406**	**24.541**	**31.613**	**89.044**

3.9 - Outras Informações Relevantes

Reconciliação do ROE

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROE da Compensados para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
(em milhares de R$, exceto %)	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro Líquido	103.730	43.463	68.635	137.375
Patrimônio Líquido	130.000	516.123	533.702	471.293
ROE	80%	9%	13%	29%

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como os fatores de risco mencionados nesta seção "4.1 Fatores de Risco". Os negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção "4.1 Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4.1 Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4.1 Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A perda ou a incapacidade da Companhia de obter ou manter quaisquer licenças ou autorizações necessárias à consecução de suas atividades pode afetar negativamente o seu negócio e seus resultados.

A Companhia atua em um setor regulado por diversos entes da administração pública, o que lhe obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações para a produção e comercialização de seus produtos, incluindo, mas não se limitando, licenças ambientais, alvarás, autorizações e o Certificado de Cadastro de Estabelecimento e o Certificado de Registro de Estabelecimento. As licenças e autorizações exigem, entre outros, que a Companhia informe periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha da Companhia na obtenção ou manutenção de tais licenças e autorizações, poderá fazer com que a Companhia seja impedida de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Além disso, a Companhia está sujeita a fiscalizações e auditorias realizadas periodicamente por tais órgãos, as quais visam a averiguar se a Companhia está em cumprimento com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Caso, no âmbito de tais fiscalizações, seja constatado qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia, as licenças e autorizações necessárias às atividades da Companhia poderão ser revogadas ou suspensas e a Companhia estará sujeita a multas e aplicação de outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo em seus resultados.

Adicionalmente, o desenvolvimento das atividades da Companhia também está sujeito ao licenciamento imobiliário para cada uma de suas unidades, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e Alvarás de Licença de Uso e Funcionamento, que devem ser obtidos junto a municipalidade onde estão localizadas as unidades da Companhia e ao Corpo de Bombeiros do estado, para cada unidade da Companhia. As licenças e autorizações imobiliárias possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido à pandemia da COVID-19, a qual resultou em adoção de medidas pelo Governo de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes. A Companhia também não pode assegurar que atualmente possui tais licenças para todos os imóveis e/ou que obterá, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

Caso a Companhia não consiga obter, manter ou renovar tempestivamente as autorizações, licenças e alvarás necessários para o desenvolvimento das atividades nas suas unidades, tal fato pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos, ou mesmo comprometer o regular desenvolvimento de suas atividades. Além disso, as autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. Ademais, diversas penalidades podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como: (i) resultar em autos de infração; (ii) aplicação de multas sucessivas; (iii) impedimento de abertura e operação de unidades, ainda que temporariamente; (iv) interdição ou fechamento de unidades, ainda que temporariamente; (v) expor a Companhia a riscos adicionais ou perda de cobertura de seguros no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar; (vi) afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e (vii) expor a Companhia, bem como os representantes da Companhia, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças, além de riscos à imagem.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguir abrir e operar novas unidades, se tiver que suspender ou fechar algumas das suas unidades em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar as licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento das unidades da Companhia, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Caso os atuais membros da administração da Companhia ou quaisquer de seus colaboradores considerados estratégicos, por qualquer motivo, venham a não mais integrar o quadro de administradores ou de colaboradores da Companhia, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los e, ainda que consiga, não é possível garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto, o que poderá afetar, de forma adversa, suas operações, posição de competitividade e estratégia de crescimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desdobramentos futuros, incertos e imprevisíveis e que podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia, nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades de operação da Companhia, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, ausência de colaboradores como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

A Companhia não tem conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação robusta e definitiva a respeito do impacto de longo prazo do surto da COVID-19 nos negócios da Companhia, além daquela apresentada neste item 4.1 e no item 10.9 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, mesmo após a eventual diminuição da pandemia da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em: (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que outras pandemias regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, a Companhia não pode garantir que será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

Parte relevante das receitas da Companhia advém de exportações a outros mercados, o que expõe a Companhia a riscos adicionais que podem afetar de forma relevante e adversa seus negócios.

As receitas da Companhia oriunda de exportações a países estrangeiros representaram, aproximadamente, 14%, 18% e 20% da receita bruta da Companhia em 2019, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, respectivamente. Negociar e estabelecer relações comerciais com diferentes regiões e países expõe a Companhia a riscos políticos, econômicos e outros, bem como a vários requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a alterações, incluindo:

- desacelerações econômicas em países estrangeiros ou regiões geográficas onde temos operações significativas;
- tensões econômicas entre governos e mudanças nas políticas de investimento e comércio internacional, incluindo a imposição de restrições à repatriação de dividendos;
- regulamentos estrangeiros que restringem nossa capacidade de vender nossos produtos nesses países;
- Diferentes preferências de produtos locais e requisitos de produtos, incluindo economia de combustível, emissões de veículos e segurança;
- diferentes regulamentações trabalhistas e relações sindicais;
- consequências de mudanças na legislação tributária, trabalhista e ambiental;
- dificuldades na obtenção de financiamento em países estrangeiros para operações locais; e
- instabilidade política e econômica, desastres naturais, guerra e terrorismo.

Os efeitos desses riscos e outros riscos semelhantes podem, individualmente ou em conjunto, afetar de forma relevante e adversa os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios da Companhia dependem principalmente de melhorias, reparos e remodelações residenciais nos países em que a Companhia atua e dos níveis de atividade de construção de novas residências, todos impactados por riscos associados às flutuações no mercado imobiliário.

O negócio da Companhia se baseia principalmente em melhorias, reparos e reformas residenciais e nos níveis de atividade de construção de novas residências. O mercado imobiliário é sensível a mudanças nas condições econômicas e outros fatores, como nível de emprego, acesso ao trabalho, confiança do consumidor, renda do consumidor, disponibilidade de financiamento e níveis de taxas de juros, interrupções no fornecimento e volatilidade de preços envolvendo materiais e equipamentos de construção, variações na oferta e demanda de empreendimentos imobiliários em determinadas regiões, greves, escassez de mão de obra qualificada e alterações ambientais e regulamentos de zoneamento. Além disso, a Companhia também pode ser indiretamente afetada pelos seguintes riscos:

- as condições econômicas no Brasil e fora do Brasil, que podem impedir o crescimento do setor imobiliário como um todo, principalmente em decorrência de desaceleração econômica, aumento das taxas de juros, flutuações da moeda e instabilidade política, entre outros fatores;
- o interesse do comprador em lançamentos de novos projetos, ou o preço de venda de novos imóveis;
- o grau em que os compradores são incapazes ou não desejam concluir suas compras de imóveis como resultado de desemprego, problemas de saúde pessoal, mudança de estado civil ou mudanças nos preços de projetos concorrentes na mesma região pode resultar em uma diminuição significativa nas vendas por meio para a data prevista de inauguração, diminuindo a entrada de caixa do empreendimento;
- em caso de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande empresa do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que pode diminuir a confiança do consumidor no mercado imobiliário como um todo;
- condições nos mercados imobiliários locais e regionais, como excesso de oferta imobiliária, escassez de terrenos ou aumentos significativos na compra de terrenos e custos de construção;
- diminuição das oportunidades de desenvolvimento;
- atrasos na construção e venda de unidades imobiliárias, resultando em aumento dos custos de construção ou rescisão de contratos de compra e venda de unidades; e
- mudanças nas políticas do Conselho Monetário Nacional Brasileiro relativas à alocação de recursos para o Sistema Financeiro de Habitação que podem reduzir a disponibilidade de crédito no mercado imobiliário.

Mudanças adversas em qualquer uma dessas condições em geral, ou em qualquer um dos mercados em que a Companhia opera, incluindo devido à pandemia da COVID-19, podem: (i) fazer com que os consumidores atrasem ou diminuam a propriedade; (ii) tornar os consumidores mais conscientes dos preços, resultando em uma mudança na demanda para residências menores e menos caras; (iii) tornar os consumidores mais relutantes em fazer investimentos em suas casas existentes, incluindo grandes projetos de reforma; ou (iv) dificultar a obtenção de empréstimos para grandes reformas. Consequentemente, estas mudanças podem acarretar a diminuição da demanda pelos produtos da Companhia, e impactar adversamente os negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa e condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de obter recursos suficientes para executar integralmente a sua estratégia de crescimento, para suprir suas necessidades de capital de giro e/ou para o financiamento de suas atividades, o que poderá afetar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O desenvolvimento das atividades da Companhia e a sua capacidade de executar sua estratégia de negócios demandam recursos significativos pra financiar seus investimentos e despesas operacionais, incluindo capital de giro, os quais historicamente são obtidos do caixa gerado por suas operações e de empréstimos bancários, e de operações de captação de recursos no mercado financeiro.

Além disso, as necessidades de capital da Companhia poderão diferir de forma substancial daquelas projetadas por sua administração no curso ordinário dos negócios e com base no planejamento estratégico e orçamentário da Companhia previsto para o exercício social corrente, caso, por exemplo, as vendas da Companhia não atinjam os níveis planejados ou se tiver que incorrer em gastos extraordinários ou realizar investimentos para manter a competitividade da Companhia no mercado.

A Companhia não pode assegurar que conseguirá obter os recursos de capital necessários ou obtê-los em condições satisfatórias em decorrência de, entre outros fatores, aumento das taxas de juros praticados no mercado, redução de sua liquidez e do acesso a mercados financeiros. Adicionalmente, os instrumentos contratuais de futuros financiamentos a serem negociados pela Companhia e por suas controladas poderão conter cláusulas restritivas de endividamento, o que poderá restringir a sua capacidade de contratar novas linhas de crédito e financiamentos.

Caso a Companhia precise ou opte por captar recursos por meio da distribuição pública de valores mobiliários de sua emissão, o mercado poderá não ter ou ter pouco interesse na aquisição dos referidos valores mobiliários, o que poderá impossibilitar ou dificultar a captação de recursos via mercado de capitais pela Companhia.

Se a Companhia não for capaz de obter capital suficiente em termos e prazo adequados às suas necessidades, ela poderá ter a sua capacidade de executar a sua estratégia de negócios comprometida o que, impedirá a sua expansão e, consequentemente, afetar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de manter ou ampliar o seu histórico de crescimento.

A Companhia pode não ser capaz de aumentar ou manter, no futuro, níveis de crescimento similares àqueles registrados nos últimos anos.

A implementação de estratégia relacionada à expansão de suas unidades existentes, de forma a ampliar a sua capacidade produtiva e atuação no mercado, e a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos estão sujeitos a diversos riscos e incertezas que são alheios ao controle da Companhia. Assim, a capacidade de da Companhia de implementar seu plano de negócios poderá ser prejudicada se esta não conseguir: (i) expandir e qualificar a sua base de revendedores, de forma a aumentar as suas vendas; (ii) aumentar a sua produtividade e eficiência operacional; (iii) avaliar as exigências dos padrões de mercado; (iv) ampliar constantemente sua oferta de produtos inovadores, que atendam às constantes alterações dos padrões de mercado; (v) avaliar oportunidades de aquisições estratégicas complementares ao seu segmento de atuação; (vi) conseguir completar aquisições necessárias para expansão de sua capacidade de produção e crescimento do seu negócio; (vii) manter uma estratégia comercial e de preços competitiva; e (viii) garantir o fornecimento de insumos e matéria-prima de forma a sustentar o aumento de produção.

Caso a Companhia não tenha êxito na implementação de suas estratégias de negócio, em razão dos motivos acima expostos, além de outros fatores alheios ao seu controle, os seus negócios, resultado operacional, situação financeira e crescimento poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incapacidade da Companhia de desenvolver com sucesso novos produtos ou melhorar os seus produtos atualmente existentes pode impactar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de atender às necessidades do consumidor e antecipar mudanças nas preferências do consumidor, com novos produtos de sucesso e melhorias de produto. Desta forma, a Companhia pode não ter sucesso no desenvolvimento de produtos e/ou seus novos produtos podem não ter sucesso comercial. Além disso, é possível que concorrentes da Companhia aprimorem seus produtos de maneira mais rápida ou eficaz, o que pode afetar adversamente as vendas e o resultado da Companhia. Por fim, a demanda do mercado pode diminuir, como resultado das preferências dos consumidores, afastando-se das categorias comercializadas pela Companhia ou diminuindo dentro das marcas ou categorias de produtos da Companhia, o que poderia impactar adversamente seus resultados operacionais, fluxos de caixa e condição financeira.

Falhas em concluir operações e aprimorar ou integrar as operações de um negócio adquirido ou desafios em contabilizar tais aquisições podem prejudicar os resultados operacionais divulgados da Companhia e afetar adversamente sua estratégia de crescimento.

O crescimento inorgânico é parte importante da estratégia da Companhia. A Companhia pode não ser capaz de concluir operações e, consequentemente, integrar um negócio adquirido às suas operações de forma tempestiva e efetiva. A Companhia pode experimentar atrasos na implementação de procedimentos e sistemas operacionais no negócio recém adquirido e perder nesse processo clientes e colaboradores relevantes da sociedade adquirida que são essenciais para que a transição ocorra de maneira adequada. A integração de um novo negócio pode ser dispendiosa e demorada, prejudicar os negócios existentes da Companhia, afetar negativamente seus fluxos de caixa e desvirtuar a atenção de sua administração e de outras pessoas chave. Além disso, aquisições exigem transição e integração de operações e, geralmente, de sistemas de informação e políticas contábeis do negócio adquirido, incluindo as que exigem um elevado grau de julgamento ou processos complexos de avaliação, como contabilização de ágio, ativos intangíveis e pagamento baseado em ações. Alguns dos negócios adquiridos pela Companhia podem apresentar menores margens operacionais que a Companhia e perdas operacionais incorridas previamente à sua aquisição. Os negócios que venham a ser adquiridos no futuro podem não trazer os benefícios esperados, apresentando desempenhos financeiros similares. Caso, no futuro, a Companhia não seja capaz de melhorar as margens operacionais dos negócios adquiridos, operá-los de forma rentável ou integrar suas operações de forma efetiva, especialmente se não for capaz de capturar as sinergias esperadas, seus resultados operacionais e negócios podem ser adversamente afetados. Além disso, negócios adquiridos ou que venham a ser adquiridos no futuro pela Companhia podem apresentar passivos não conhecidos ou contingentes, incluindo passivos decorrentes da não observância da legislação e regulamentação aplicável, incluindo a legislação ambiental. Por fim, a Companhia pode ter que arcar com passivos relevantes dos negócios adquiridos advindos de atividades passadas, seus negócios podem ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária, ambiental, urbanística e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima, o que poderá impactar ativos líquidos, tais como caixa e, no limite, a própria solvência da Companhia.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração e da diretoria bem como acionistas controladores da Companhia são e podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal e tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados, direta ou indiretamente.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

Os processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não assegurar que todos os membros da sua administração, colaboradores, terceiros agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia, bem como contrapartes e os clientes e fornecedores de tais contrapartes da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940 ("Código Penal"), a Lei n° 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), a Lei n° 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei n° 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), a Lei n° 9.613/1998 ("Lei de Lavagem de Dinheiro"), a Lei n° 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Decreto n° 8.420/2015 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), entre outras normas relacionadas aplicáveis, como o Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA"), dos Estados Unidos, ou outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (juntas, "Leis de Combate à Corrupção").

Ademais, a Companhia pode estar sujeita a violações de suas políticas internas, como seu Código de Conduta, e leis aplicáveis, já que os seus processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de *compliance* podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar: (i) violações às Leis de Combate à Corrupção ou outras leis e regulamentos aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados no nome, interesse ou benefício da Companhia, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes/terceiros que possam representar ou atuar em seu nome, interesse ou benefício; e (iii) outras ocorrências de comportamento não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado das ações de emissão da Companhia de forma negativa. Além disso, a mitigação dos riscos previstos em seus processos de gerenciamento de riscos pode não ser suficiente com relação aos riscos identificados atualmente e com relação à previsibilidade na identificação de novos riscos.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das Leis de Combate à Corrupção e correlatas, no Brasil ou no exterior, contra a Companhia, sua administração, colaboradores ou terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos indivíduos envolvidos ou administradores que concorreram para a infração); (ii) obrigação de reparação do dano causado; (iii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iv) perda de benefícios ilicitamente obtidos, incluindo licenças operacionais; e/ou (v) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, entre outras penalidades aplicáveis.

Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Vale ressaltar que o dano à imagem da Companhia pode ter origem em diversos fatores, relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas, relacionamento com parceiros de postura ética questionável, má conduta de nossos administradores, colaboradores e terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, entre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano eventualmente causado em razão de práticas contrárias às Leis de Combate à Corrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui relacionamento comercial com partes relacionadas, que podem gerar situações de potencial conflito de interesses, incluindo, mas não se limitando, o fornecimento de madeira realizado pela Palmasplac Agropastoril Ltda. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo na imagem, nos negócios e operações da Companhia e, consequentemente, para os seus acionistas. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com a sanção do projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 pelo Presidente da República. Apenas os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entrarão em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. Em 6 de novembro de 2020, passou a viger o Decreto nº 10.474/2020, responsável pela definição da estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas controladas podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração, e (viii) multa diária, observado o limite global acima mencionado. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Como explorado, a Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a confirmação da existência do tratamento e acesso aos dados, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo a nossa reputação e em nossos resultados e, consequentemente, afetar o valor de nossas ações.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, deverá ser pago aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista, considerando inclusive a preocupação com arrecadação estatal em momento de crise econômica e sanitária causada pela COVID-19, e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos às atividades da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nas instalações da Companhia podem implicar aumentos significativos nos custos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades (como riscos de engenharia, responsabilidade cível, incêndio, quedas, entre outros). Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Ademais, a Companhia poderá ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas suas apólices de seguro.

Adicionalmente, não há como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, a Companhia conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis para si. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente seus negócios ou sua condição financeira.

O vínculo da marca da Companhia com qualquer comportamento, ato ou conteúdo controverso divulgado por influenciadores digitais com os quais a Companhia possui ou venha a possuir contratos poderá enfraquecê-la frente aos seus usuários.

A Companhia celebra contratos com influenciadores digitais com numerosos seguidores, para a divulgação de sua marca em redes sociais e mídias digitais. Na medida em que a Companhia não tem controle sobre os atos praticados pelos influenciadores digitais nem sobre o conteúdo das publicações por eles realizadas e que tais postagens podem, eventualmente, envolver questões polêmicas ou, até mesmo, opiniões repudiadas publicamente, a Companhia poderá ver sua marca vinculada a temas e comportamentos controversos, diminuindo seu valor frente aos seus usuários e parceiros comerciais. O vínculo da marca da Companhia com conteúdo controverso divulgado por tais influenciadores digitais ou atos polêmicos por eles praticados, portanto, poderá enfraquecê-la e prejudicar sua imagem, afetando adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Os imóveis de propriedade da Companhia e de suas controladas podem ser desapropriados, o que poderá impactar adversamente seu resultado operacional.

Os imóveis detidos pela Companhia e por suas controladas estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia, uma vez que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da expropriação pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento de software. Ademais, incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia, podem resultar em danos à reputação e financeiros para a Companhia.

As atividades da Companhia dependem de forma relevante do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e da manutenção e preservação de um sistema de informação seguro e inviolável, para monitoramento e avaliação de indicadores financeiros e operacionais da Companhia. Além disso, a Companhia mantém informações pessoais e confidenciais de clientes no curso normal dos seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de determinados incidentes relacionados à segurança cibernética, incluindo: (i) a invasão dos sistemas de informações e plataformas de tecnologia da Companhia por terceiros mal intencionados, (ii) a infiltração de *malware* (vírus de computador), contaminação (intencional ou acidental) das redes e sistemas de terceiros com os quais a Companhia compartilha dados, (iii) o acesso não autorizado a clientes confidenciais e/ou a dados privados por pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos, que causam degradação dos sistemas ou indisponibilidade de serviços.

A Companhia poderá incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar as medidas de proteção contra tais ataques, ou investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

A Companhia pode não ser capaz de proteger os seus sistemas de informação e plataformas de tecnologia contra os riscos descritos acima e eventuais ataques cibernéticos podem causar perdas significativas de propriedade intelectual, segredos comerciais, dados de clientes e outras informações confidenciais, além de níveis significativos de ativos líquidos, incluindo dinheiro, pode afetar negativamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação, como, por exemplo, na apuração e resposta a atendimentos emergenciais, causadas por acidentes, mau funcionamento, atos mal-intencionados, falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis ou da expiração, suspensão, rescisão ou não renovação das respectivas licenças, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento dos *softwares* por ela utilizados, visto que tais contratos poderão ser suspensos ou rescindidos em razão de descumprimentos contratuais praticados pela Companhia (incluindo atrasos no pagamento) ou mesmo de forma imotivada ou em função de fatores alheios à decisão da Companhia. Tais contratos poderão ser rescindidos em função de fatores alheios à sua decisão, hipótese em que a Companhia ficará impedida de continuar utilizando referidos *softwares*. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tais *softwares* em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, de modo que a o término ou rescisão de algum contrato de licenciamento de *software*, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e em nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos o que poderá impactar negativamente a sua situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais autuações administrativas e judiciais podem resultar em celebração, por parte da Companhia e suas controladas, de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromisso (TC), Acordos de Leniência e Celebração de Acordos de não Persecução Cível.

O Ministério Público poderá instaurar inquéritos civis para investigar eventuais danos ou irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia, assim como promover Ações Civis Públicas ("ACP") para recuperação de danos causados pela Companhia no desenvolvimento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando, a matérias ambientais, dentre outros assuntos, que vierem a ser identificados em fiscalizações. Tais ações podem, ainda, demandar reparações a direitos coletivos nas esferas cíveis ou trabalhistas, bem como instituir eventuais ressarcimentos a terceiros.

Em situações em que a Companhia for parte em inquéritos civis ou ACP, poderá figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") ou Termos de Compromisso ("TC"), Acordos de Leniência e Celebração de Acordos de não Persecução Cível genéricos perante o Ministério Público ou outro órgão competente, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, caso seja verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados nos respectivos acordos, sejam eles novos ou existentes já na data deste Formulário de Referência, em face da Companhia ou suas controladas, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução judicial do título extrajudicial e, ainda, judicialização de demandas perante o Poder Judiciário. Para mais informações, ver item 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá perder a propriedade de alguns imóveis onerados.

Existem imóveis ocupados pela Companhia onerados para a garantia de dívidas. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, os credores poderão proceder à excussão das garantias, situações em que os imóveis poderão ser alienados em leilão, tendo a sua propriedade transferida a um terceiro com quem a Companhia não possui qualquer relação. Caso não existam outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referido ativo poderá ser arrematado por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora.

Em ambos os casos, a continuidade da operação nos imóveis, na hipótese de excussão das garantias, demandará negociação com os novos proprietários e pagamento de aluguéis, podendo afetar adversamente a Companhia e seus negócios.

As informações financeiras pro forma descritas neste Formulário de Referência podem não representar os resultados da Companhia após a combinação de seus negócios com a Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

As informações financeiras *pro forma* foram elaboradas e são apresentadas neste Formulário de Referência apenas para fins informativos e não são, necessariamente, indicativas dos resultados das operações da Companhia que teriam sido efetivamente registrados se a combinação de negócios tivesse sido consumada em 30 de setembro de 2020 ou em 1° de janeiro de 2019, conforme aplicável, nem são indicativos dos resultados operacionais futuros da Companhia após a consumação da combinação de negócios e os ajustes *pro forma*.

Além disso, as informações financeiras *pro forma* não refletem eventos futuros que podem ocorrer e não consideram nas Demonstrações de Resultados os efeitos da cisão parcial de ativos de propriedade da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. realizada em 30 de setembro de 2020, por meio da qual foram segregados determinados ativos, incluindo ativos florestais, ativos imobiliários, investimentos em geração de energia e outros bens, portanto, a comparabilidade dos resultados *pro forma* mencionados acima está afetada em relação aos períodos futuros dado que os ativos florestais não fazem mais parte do grupo de ativos da Compensados. As informações financeiras *pro forma* também não têm como objetivo prever como será a performance da Companhia em períodos futuros. Por exemplo, em razão da segregação dos ativos florestais, a Companhia terá que incorrer em dispêndios de caixa para aquisição de madeira para suas operações com impacto em seu fluxo de caixa. No período de onze meses encerrado em 30 de novembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos incorridos pela Compensados para aquisição de madeira teriam sido de R$3.342 mil e R$6.286 mil, respectivamente. As

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

informações financeiras *pro forma* são baseadas, em parte, em certas suposições que a Companhia acredita que são razoáveis. As premissas descritas em tais informações financeiras *pro forma* podem não se provar precisas ao longo do tempo e não são indicativas de resultados futuros. Os períodos futuros podem não ser integral e necessariamente comparáveis aos nossos resultados operacionais e condição financeira para os períodos históricos anteriores à combinação de negócios.

(b) Riscos relacionados aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia poderão conflitar com os interesses dos demais acionistas.

Na data deste Formulário de Referência, os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger todos os membros do conselho de administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares que excederem o dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienar ativos, obter financiamentos ou realizar outras operações que possam estar em conflito com os interesses da Companhia e/ou de seus outros acionistas. Desta forma, não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

Determinadas operações de financiamento da Companhia possuem como garantidores os seus acionistas controladores.

Os acionistas controladores da Companhia figuraram como garantidores em diversas operações de financiamento realizadas pela Companhia. Caso tais acionistas deixem de fazer parte do capital social da Companhia, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para substituir referidas garantias ou renegociar os termos dos contratos com os credores, de modo que a Companhia poderá ter a obrigação de pré-pagar referidos financiamentos decorrente de vencimentos antecipados, o que poderá afetar o caixa e consequentemente os resultados da Companhia.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está exposta a qualquer risco relevante relacionado aos seus acionistas, exceto conforme descrito no item “b” acima.

(d) Riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia depende dos resultados e da distribuição de lucros de suas controladas e qualquer fato que impeça ou inviabilize a distribuição de tais resultados pode afetar adversamente a Companhia.

A capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, as quais podem não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio ou efetuar pagamentos decorrentes de eventos de redução de capital, inclusive em decorrência dos impactos gerados em 2020 e que possam vir a ser gerados futuramente pela COVID-19. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas. A não disponibilização desses recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, caso a regulamentação acerca da distribuição de lucro seja alterada, isto poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Eventuais atrasos ou falhas de fornecedores podem ter um efeito adverso na reputação e nos negócios da Companhia e sujeitá-la à imposição de responsabilidade civil. Adicionalmente, o término ou rescisão dos contratos de fornecimento poderão causar um efeito adverso relevante sobre as atividades e sobre o resultado operacional da Companhia.

Os principais insumos de produção da Companhia são madeira e resinas. O mercado de fornecimento de resinas, utilizadas para o processo de fabricação de painéis, possui poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de *commodities*.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim, estamos expostos ao risco de aumento de nossos custos, por exemplo, no caso de os fornecedores alterarem a sua atual política de comercialização, e de interrupções na cadeia de fornecimento, em caso de descumprimentos contratuais, expiração do prazo de vigência sem a devida renovação, rescisão antecipada dos contratos, ou suspensão do fornecimento, entre outras hipóteses.

Caso algum desses fornecedores decida rescindir, suspender ou não renovar os contratos de fornecimento ou caso não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade, preço e na frequência usualmente adquiridas, não podemos garantir que teremos estoques suficientes destes produtos nem que seremos capazes de substituir os referidos fornecedores em tempo hábil.

Caso não tenhamos estoques suficientes e/ou não sejamos capazes de substituir referidos fornecedores em tempo hábil, poderemos não ser capazes de manter o nível de vendas, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e resultado operacional.

Adicionalmente, eventuais atrasos na entrega destes produtos ou na prestação de serviços pelos fornecedores da Companhia, inclusive em razão de eventuais dificuldades financeiras dos fornecedores, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e seus resultados operacionais.

Interrupções nas entregas ou falta de matérias-primas, equipamentos ou produtos acabados podem afetar adversamente a produção da Companhia, além de aumentar seus custos.

Para o regular funcionamento das operações da Companhia, esta depende de entregas regulares de matérias-primas e equipamentos por parte de seus fornecedores, de forma que que interrupções, paralisações ou falta de disponibilidade em tais entregas podem afetar adversamente as suas operações até que acordos com fornecedores alternativos possam ser feitos. Assim, caso haja a interrupção de entrega pelos fornecedores regulares da Companhia, esta pode não ser capaz de encontrar rapidamente alternativas aceitáveis, que poderão resultar em um aumento de custos à Companhia. Ainda, o processo de procura e negociação de tais alternativas pode levar a atrasos das entregas da Companhia. Portanto, a eventual indisponibilidade prolongada de uma matéria-prima ou produtos acabados necessários pode levar a Companhia a interromper a fabricação de um ou mais de seus produtos.

Ademais, os fornecedores podem ser forçados a interromper as operações inesperadamente devido a falhas de equipamento ou eventos de caso fortuito ou força maior, como incêndios, inundações, furacões, terremotos ou outras catástrofes ambientais. Qualquer tempo de inatividade ou dano às instalações pode afetar sua capacidade de entregar à Companhia matérias-primas fundamentais aos seus negócios. Se algum de seus principais fornecedores passar por tais problemas e não for capaz de entregar matérias-primas por um período prolongado de tempo, os negócios, a condição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Além disso, a Companhia adquire matérias-primas e equipamentos de terceiros para a fabricação de seus produtos. Os resultados operacionais da Companhia podem ser prejudicados se ela não for capaz de antever ou de se adequar às mudanças no setor em que atua, sobretudo nas tendências de mercado e demanda dos clientes. Durante uma recuperação do mercado, os fornecedores podem estender os prazos de entrega, limitar o fornecimento ou aumentar os preços. Caso a Companhia não seja capaz de adquirir matérias-primas e equipamentos de qualidade, a preços competitivos e em tempo hábil para atender à demanda de clientes, os custos de fabricação dos produtos da Companhia podem aumentar substancialmente e, consequentemente, os seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados. Além disso, os aumentos de preços de fornecedores podem prejudicar a lucratividade da Companhia, se esta não for capaz de repassar os aumentos aos seus clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada por parte da Companhia e suas controladas, pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para a Companhia. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia e às suas controladas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos colaboradores das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia poderá, ainda, vir a responder por eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas controladas, sem prejuízo de que seja assegurado a elas o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso venham a se consumar, poderão afetar material e adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização. Além disso, a Companhia também pode estar sujeita à responsabilização por lesões corporais ou morte de colaboradores terceiros dentro de suas instalações, o que pode afetar material e adversamente sua reputação e seus negócios.

A Companhia não pode garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante em seus resultados e em sua condição financeira.

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores e terceiros contratados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa (imperícia, negligência ou imprudência). Além disso, a responsabilidade civil ambiental é solidária, ou seja, a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo nossos fornecedores), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente nossos resultados e atividades. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia não exime a sua responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Caso a Companhia seja responsabilizada por esses eventuais danos, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes em vendas a prazo.

A venda a prazo para clientes da Companhia é prática fundamental para atuação competitiva em seus mercados de atuação. Ao realizar vendas a prazo, a Companhia assume os riscos de inadimplência de seus clientes, que pode ser afetado pelo desempenho da economia, alta de juros e risco de crédito, o que impacta diretamente nos recebíveis da Companhia. Portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não se pode garantir que a Companhia será capaz de reaver o valor total do saldo devedor de qualquer contrato de venda a prazo, o que poderia ocasionar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, desequilíbrios entre custo e vencimento dos recursos captados no mercado contra aqueles recursos a receber dos clientes poderão afetar de forma negativa e substancial seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(g) Riscos relacionados ao setor em que atua

Alterações desfavoráveis no ritmo dos negócios da indústria moveleira podem impactar negativamente as operações da Companhia.

A competitividade da Companhia em seu setor de atuação é diretamente influenciada por fatores como eficiência financeira e operacional, qualidade dos produtos, custo dos insumos, logística, entre outros. Caso a Companhia não seja capaz de gerir de forma eficiente as variáveis apresentadas acima, sua participação no mercado e, consequentemente, sua receita operacional, poderão ser afetadas adversamente.

Crises no setor de energia elétrica podem afetar as operações e resultados da Companhia.

O Brasil já enfrentou séria escassez de geração de energia elétrica, principalmente em virtude do período prolongado e rigoroso de estiagem que prejudicou a geração de energia hidrelétrica à época, bem como em virtude da falta de investimentos em geração de energia. Uma acentuada escassez ou falta de energia elétrica poderá acarretar redução dos volumes de produção da Companhia, bem como afetar a cadeia produtiva do setor. Caso isto ocorra, a capacidade operacional e a situação financeira da Companhia poderão ser afetadas negativamente de forma relevante, prejudicando a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações financeiras. As renovações dos contratos de energia da Companhia podem se tornar mais caros e afetar o custo dos produtos vendidos.

(h) Riscos relacionados à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Alterações desfavoráveis na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem nos afetar e, em última análise, afetar a demanda pelos imóveis comercializados pela Companhia. Essas medidas incluem mudanças e/ou majoração das alíquotas e na criação de tributos, temporárias ou permanentes. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Outrossim, atualmente há, no congresso brasileiro, propostas para a implementação de uma reforma tributária, tais quais as de criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") o qual incidiria sobre serviços e a de criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição ao PIS e à COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, assim como quaisquer outras possíveis alterações no sistema tributário brasileiro não podem ser quantificados, e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

Ainda, a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária aplicável à Companhia, restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a sua lucratividade. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá manter o seu fluxo de caixa projetado e a sua lucratividade, após qualquer aumento nos tributos incidentes sobre as suas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia e suas controladas usufruem, atualmente, do seguintes benefícios e incentivos fiscais:

(i) Suspensão, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, da contribuição para o PIS e da COFINS de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, em conformidade com o Ato Declaratório-ADE-33, com prazo de vigência indeterminado, conforme artigo 40 da Lei 10.865/2004;

(ii) Suspensão do IPI na aquisição de matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados, preponderantemente, à elaboração de determinados produtos, conforme art. 29, parágrafo 1º, Inciso II da Lei 10.637 de 2002 e Ato Declaratório Executivo 121, com prazo de vigência indeterminada;

(iii) Suspensão , na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, da contribuição para o PIS e da COFINS incidentes na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos para incorporação ao ativo imobilizado, e da Contribuição para o PIS-Importação e da Cofins-Importação, quando os referidos bens forem importados para incorporação ao seu ativo imobilizado, nos termos do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP, conforme Ato Declaratório Executivo 165, com vigência até julho de 2023; e

(iv) Regime especial de Recolhimento de Imposto-RERI na Secretaria da Fazenda do Paraná Despacho nº 161/2017 e Regime Especial de Recolhimento 1.161.

Dado o atual ambiente político e econômico no Brasil, não há como garantir que este regime concedido à Companhia e suas controladas, bem como eventuais benefícios fiscais concedidos aos seus fornecedores não serão revogados ou contestados judicialmente como ilegais ou inconstitucionais. Caso a Companhia ou seus fornecedores não consigam manter os seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia será afetada de forma adversa.

Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma incompatível com as interpretações da administração da Companhia, os seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Por fim, as autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, tendo em vista que as unidades industriais da Companhia estão concentradas no Brasil.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Desastres naturais, condições climáticas desfavoráveis e seca podem afetar os processos de fabricação significativa e negativamente.

As instalações da Companhia estão localizadas em regiões que podem ser afetadas por desastres naturais, tais como raios, vendavais e incêndios , o que poderia causar a interrupção da operação, além de prejudicar ou destruir a infraestrutura das fábricas. Tais eventos podem exigir a realização de paradas de manutenção não previstas, reparos custosos, substituição de equipamento ou outros custos, os quais poderiam produzir um impacto negativo e material no desempenho financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia pode ser afetada por escassez de água e implementação de políticas de racionamento de água causadas por condições de seca. Secas severas ou medidas governamentais de mitigação de escassez de água podem afetar as operações das unidades da Companhia, com consequente impacto adverso sobre seus negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As atividades da Companhia estão sujeitas à ampla regulamentação ambiental e o seu descumprimento pode afetar adversamente os seus resultados e a sua imagem.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a um amplo conjunto de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente, que nos impõem diversas obrigações de cunho ambiental. As atividades da Companhia exigem a constante obtenção e renovação de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Alterações significativas nas operações da Companhia também estão sujeitas a essas exigências. Dificuldades técnicas ou o não atendimento aos prazos de renovação de licenças e às exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos sobre os seus negócios, bem como resultar em aplicação de multas, dentre outras penalidades. Como as leis ambientais, sua aplicação e fiscalização têm se tornado cada vez mais rigorosas, os dispêndios para o atendimento às exigências ambientais poderão aumentar substancialmente no futuro.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir da Companhia o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou poderia restringir sua habilidade de operar conforme atualmente. Ainda, o não cumprimento ou a violação da legislação/regulamentação pode resultar na revogação de licenças, suspensão das atividades da Companhia ou no pagamento dos custos de reparação ambiental, os quais podem ser substanciais.

Adicionalmente, na qualidade de proprietária, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventuais passivos ambientais na área, como contaminação, ficando sujeita a realizar a remediação e monitoramento de tais áreas contaminadas, incluindo a remoção ou tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas presentes no solo, subsolo e águas superficiais e subterrâneas dos imóveis, respondendo por todos os custos envolvidos. Por fim, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas e diretores podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados. Independentemente da obrigação de reparação do dano, a existência de áreas contaminadas pode sujeitar o infrator a sanções administrativas, incluindo advertência e multa de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Além disso, sanções penais podem ser impostas ao causador do dano. Para mais informações, veja o item 7.5 deste Formulário de Referência.

Eventuais embargos impostos pelos órgãos ambientais podem afetar as operações da Companhia, por restrição de uso de seus imóveis

A Companhia está sujeita a sanções administrativas como embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas, quando realizadas em desacordo ou sem licença e/ou autorização ambiental, bem como quando realizadas em locais proibidos ou quando houver risco de dano ou de seu agravamento. O embargo de obra ou atividades tem por objetivo impedir a continuidade de eventual dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, porém seu descumprimento total ou parcial pode ensejar suspensão da atividade que originou a infração, bem como cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica. A sanção de embargo não é aplicável nos casos em que desmatamentos ou queimadas ocorrerem fora da área de preservação permanente ou reserva legal, salvo quando se tratar de desmatamento não autorizado de vegetação cujo uso alternativo do solo seja vedado.

Na esfera administrativa, o descumprimento de embargo de obra ou atividade enseja a imposição de multa de R$10.000,00 a R$1.000.000,00. Assim, qualquer embargo imposto por órgãos ambientais podem afetar adversamente os negócios e resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventos de expropriação de terras e de ocupações por movimentos sociais podem impactar o uso das propriedades industriais da Companhia.

A ocupação de propriedades industriais da Companhia por movimentos sociais ou desapropriações, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público. Desta forma, caso quaisquer imóveis ou terrenos da Companhia ou de suas controladas seja objeto de desapropriação, os resultados da Companhia podem ser negativamente impactados.

A Companhia não pode assegurar que suas propriedades não estarão sujeitas a invasões ou ocupação por posseiros ou grupos ativistas que defendem a reforma agrária e redistribuição de terras. Uma invasão ou ocupação de terra pode prejudicar o uso normal das propriedades da Companhia e impactar nas operações industriais.

As terras da Companhia podem ainda estar sujeitas a desapropriação pelo governo brasileiro. Segundo a legislação brasileira, o governo federal pode desapropriar terras que não estejam em conformidade com sua "função social", um conceito que inclui a exploração racional e adequada da terra, utilização adequada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, o cumprimento das leis trabalhistas, dentre outros. Se o governo brasileiro desapropriar qualquer das propriedades da Companhia, os resultados das suas operações podem ser adversamente afetados na medida em que a compensação do governo se mostre insuficiente. Além disso, a Companhia poderá ser forçada a aceitar títulos da dívida pública, que têm liquidez limitada, em vez de dinheiro como pagamento pelas terras desapropriadas.

Portanto, qualquer dano efetivo sobre as áreas da Companhia, o que inclui a perda ou invasão de suas propriedades, pode afetar adversamente a situação financeira e os seus resultados operacionais.

(k) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de nossos valores mobiliários de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

A contínua instabilidade política afetou adversamente a economia brasileira, o que pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas. Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, investigações vêm sendo realizadas em diversos níveis hierárquicos da administração pública. Quaisquer consequências decorrentes dessas investigações, incluindo processos de afastamento de autoridades, cassação de mandatos, dentre outras, podem ter um efeito material adverso no ambiente político e econômico do Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso e seus consequentes desdobramentos irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também a Companhia não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da Companhia, destacam-se a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações.

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia da COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais e nas ações de nossa emissão.

A recente pandemia global da COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias-primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia*.*

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba2 com perspectiva estável e BB- com perspectiva negativa pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não podemos garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo nós, afetando adversamente nossa classificação e, consequentemente, nós.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes e consequentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,30% em 2019, 7,54% em 2018 e, -0,52% em 2017, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária, ou COPOM, ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM reduziu as taxas de juros oficiais, que atingiram mínimas históricas, entretanto, não podemos garantir que as taxas de juros permanecerão, no futuro, nos níveis baixos atuais.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus Clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias. Além disso, a Companhia está sujeita à ingerência do Governo Federal nos órgãos reguladores que regulamentam as atividades desenvolvidas pela Companhia, principalmente no que se refere às regras do MAPA.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

(a) taxas de juros;

(b) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

(c) política monetária;

(d) flutuações cambiais;

(e) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;

(f) mudanças na regulamentação aplicável às operações da Companhia principalmente relativas à MAPA;

(g) inflação;

(h) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

(i) expansão ou contração da economia brasileira;

(j) política fiscal e alterações na legislação tributária;

(k) controle sobre importação e exportação;

(l) instabilidade social e política;

(m) expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;

(n) saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19; e

(o) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 3,308 para US$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R$ 3,8748 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 4,0307 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 5,6407 para US$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 39,9% do real em relação ao dólar americano no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em nossos resultados operacionais e condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. Não podemos prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 – Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas compreendem, principalmente, (i) risco de taxa de juros; (ii) risco de crédito; (iii) risco cambial; e (iv) risco de liquidez, conforme abaixo destacados.

Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que possuem empréstimos e financiamentos contratados em moedas local e estrangeiras e sujeitos às flutuações dos índices previstos nos referidos contratos que formalizaram tais operações, principalmente da Taxa DI e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). A Companhia e suas controladas estão também expostas a flutuações das taxas de juros quanto ao saldo de suas aplicações financeiras, pela variação da Taxa DI.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de juros indicadas acima que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, que reduzam o ganho com suas aplicações financeiras ou que impactem a demanda por seus produtos.

Em 30 de novembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas totalizava R$294.872 mil, dos quais R$38.606 mil estavam indexados à Taxa DI e R$5.080 mil estavam indexados à TJLP.

Em 30 de setembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas totalizavam R$175.603 mil, dos quais R$29.667 mil estavam indexados à Taxa DI.

Adicionalmente, em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam caixa, equivalentes de caixa no montante de R$332.977 mil, dos quais R$321.387 mil estavam indexados à Taxa DI e R$6.751 mil (denominados dólares norte-americano) aplicados em *time deposit* indexados a taxas de juros fixa. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários no montante de R$189.899 mil, dos quais R$184.398 mil estavam indexados à Taxa DI e R$968 mil (denominados dólares norte-americano) aplicados em *time deposit* indexados a taxas de juros fixa.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A administração da Companhia realizou, em 30 de setembro de 2020 e em 30 de novembro de 2020, a análise de sensibilidade para um cenário de doze meses, conforme requerido pela Instrução da CVM n° 475, de 17 de dezembro de 2008, conforme alterada. Foi utilizado como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais obtidas por meio de fontes públicas. Por sua vez, os Cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Baixa do CDI (Consolidado)

Em 30 de novembro de 2020

(em milhares de R$)	**Indexador**	**Risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário II (25%)**	**Cenário III (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	321.387	10.606	7.955	5.303
Impacto no resultado					(2.651)	(5.303)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	38.606	1.274	956	637
Impacto no resultado					318	637
Impacto final no resultado					(2.333)	(4.666)

Aumento do CDI (Consolidado)

(em milhares de R$)	**Indexador**	**Risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário II (25%)**	**Cenário III (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	321.387	10.606	13.257	15.909
Impacto no resultado					2.651	5.303
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	38.606	1.274	1.592	1.911
Impacto no resultado					(318)	(637)
Impacto final no resultado					2.333	4.666

Baixa do CDI (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2020

(em milhares de R$)	**Indexador**	**Risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário II (25%)**	**Cenário III (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	184.398	6.085	4.564	3.043
Impacto no resultado					(1.521)	(3.042)
Empréstimos e financiamentos	CDI	Baixa do CDI	29.667	979	734	490
Impacto no resultado					245	490
Impacto final no resultado					(1.276)	(2.552)

Aumento do CDI (Consolidado)

(em milhares de R$)	**Indexador**	**Risco**	**Valor base**	**Cenário provável**	**Cenário II (25%)**	**Cenário III (50%)**
Aplicações financeiras	CDI	Aumento do CDI	184.398	6.085	7.606	9.127
Impacto no resultado					1521	3.042
Empréstimos e financiamentos	CDI	Aumento do CDI	29.967	979	1.223	1.469
Impacto no resultado					(245)	(490)
Impacto final no resultado					1.276	2.552

Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, derivativos e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados. As

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

receitas da Companhia decorrem da venda, para o mercado interno e externo, de painéis de MDF e compensados, as quais são liquidadas, em geral, por transferências bancárias e estão sujeitas a capacidade de pagamento de tais clientes.

Em 30 de setembro de 2020 e em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas registraram provisão de perda sobre as contas a receber no montante de R$7.431 mil e de R$9.786 mil, respectivamente, que representavam 6,1% e 5,6%, respectivamente, do saldo a receber de clientes em tais datas. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia registrou uma provisão de perda sobre as contas a receber no montante de, respectivamente, R$6.348 mil, que representa 6,9% do saldo a receber de clientes, R$2.879 mil, que representa 2,9% do saldo a receber de clientes, e R$1.282 mil, que representa 1,5% do saldo a receber de clientes.

Em 30 de setembro de 2020 e em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam saldo de R$115.523 mil e de R$165.949 mil, respectivamente, de contas a receber de clientes (circulante), cujo vencimento máximo era de 30 dias.

Risco Cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são: R$, Dólar (USD) e Euro (EUR). Em 30 de setembro de 2020 e em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam 83% e 88%, respectivamente, do total de sua dívida bruta contratados em moeda estrangeira.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Companhia em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 30 de novembro de 2020 e em 30 de setembro de 2020 (PTAX).

A Companhia adotou os cenários equivalentes -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), +25% (Cenário IV) e +50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

(em milhares de R$)		**Em 30 de novembro de 2020 – Consolidado**				
Variação da taxa de câmbio		**Cenário III**	**Cenário II**	**Saldo contábil**	**Cenário IV**	**Cenário V**
	Moeda	**(-50%)**	**(-25%)**		**(+25%)**	**(+50%)**
Contas a receber de clientes	USD	(35.153)	(17.576)	70.305	17.576	35.153
Contas a receber de clientes	EUR	(38)	(19)	77	19	38
Fornecedores	USD	1.065	532	2.129	(532)	(1.065)
Empréstimos e financiamentos	USD	64.059	32.030	128.118	(32.030)	(64.059)
Empréstimos e financiamentos	EUR	64.074	32.037	128.148	(32.037)	(64.074)
		94.007	47.004		(47.004)	(94.007)
	Moeda	**-50%**	**-25%**	**PTAX**	**25%**	**50%**
PTAX	EUR	3,1900	4,7849	6,3799	7,9749	9,5699
PTAX	USD	2,6659	3,9988	5,3317	6,6646	7,9976

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(em milhares de R$)		Em 30 de setembro de 2020 – Consolidado				
Variação da taxa de câmbio		**Cenário III**	**Cenário II**	**Saldo contábil**	**Cenário IV**	**Cenário V**
	Moeda	**(-50%)**	**(-25%)**		**(+25%)**	**(+50%)**
Contas a receber de clientes	USD	(20.041)	(10.020)	40.081	10.020	20.041
Fornecedores	USD	77	39	154	(39)	(77)
Fornecedores	EUR	1.849	924	3.697	(924)	(1.849)
NDF – Non Deliverable	EUR	(13.226)	(6.613)	26.453	6.613	13.226
Empréstimos e financiamentos	EUR	72.968	36.484	145.936	(36.484)	(72.968)
		41.627	20.814		(20.814)	(41.627)
	Moeda	**-50%**	**-25%**	**PTAX**	**25%**	**50%**
PTAX	EUR	3,3066	4,9599	6,6132	8,2665	9,998
PTAX	USD	2,8204	4,2305	5,6407	7,0509	8,4611

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos e financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

A capacidade da Companhia de honrar seus compromissos depende da previsibilidade do seu capital de giro, além da manutenção de sua estrutura de capital em termos compatíveis com a realidade atual do país.

As tabelas a seguir apresentam os compromissos financeiros que podem impactar a liquidez da Companhia e suas controladas, em 30 de setembro de 2020 e em 30 de novembro de 2020. Os valores divulgados a seguir são projetados pela inflação e consideram juros até o vencimento.

Consolidado	Em 30 de novembro de 2020			
(em milhares de R$)				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Financiamentos e empréstimos	99.594	127.672	67.606	294.872
Fornecedores	58.868	-	-	58.868
Passivo de arrendamento	29	-	-	29
Total	**158.491**	**127.672**	**67.606**	**353.769**

Consolidado	Em 30 de setembro de 2020			
(em milhares de R$)				
	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Financiamentos e empréstimos	37.121	64.859	73.623	175.603
Empréstimos com partes relacionadas	1.507	-	-	1.507
Fornecedores	36.403	-	-	36.403
Passivo de arrendamento	90	-	-	90
Total	**75.121**	**64.859**	**73.623**	**213.603**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos, os quais possuem chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis vigentes, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos relevantes aqueles que, individualmente ou, quando tratarem de matérias conexas, conjuntamente: (i) tiverem valor igual ou superior a R$5 milhões; e (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte em 81 processos judiciais, sendo (i) 50 processos com chance de perda remota, no valor de R$24,4 milhões; (ii) 24 processos com chance de perda possível, no valor de R$30,3 milhões; (iii) 3 processos com chance de perda provável, no valor de R$20,4 milhões; (iv) 1 processo sem provisão, no valor de R$430 mil; e (v) 3 processos sem provisão ou valor. Em 30 novembro de 2020, a Companhia havia provisionado o valor de R$23,7 milhões, para os processos classificados com chance de perda provável.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Em 30 novembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 47 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, os quais somavam R$36.354.379,61.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de novembro de 2020, a Companhia era parte em (i) 19 processos com chance de perda remota, no valor de R$16.852.600,02; e (ii) 28 processos com chance de perda possível, no valor de R$19.501.799,59.

Dentre os processos de natureza tributária em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de novembro de 2020, não havia ações relevantes em razão do valor, classificação de perda e/ou por seu objeto.

Processos de natureza trabalhista

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 37 processos judiciais de natureza trabalhista, os quais somavam R$3.878 mil, considerando as estimativas de valores apresentadas pelos advogados externos da Companhia.

As referidas demandas foram propostas por ex-empregados e prestadores de serviços pleiteando, preponderantemente, os seguintes pedidos, horas extraordinárias, adicional de insalubridade, indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais, de responsabilidade subsidiária da Companhia. Nesse sentido, eventuais condenações poderão trazer impactos financeiros, reputacionais e de rotina para a Companhia e suas controladas.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de novembro de 2020, a Companhia era parte em 11 processos com chance de perda remota, envolvendo o valor estimado de R$ 295 mil e 26 processos com chance de perda possível, envolvendo o valor estimado de R$ 3.583 mil. Em 30 novembro de 2020, a Companhia não possuía processos classificados com chance de perda provável.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Dentre os processos de natureza trabalhista em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de novembro de 2020, destacam-se em razão do valor, classificação de perda e/ou por seu objeto, o seguinte:

Processo nº 0000153-43.2018.5.09.0643	
a. juízo	Palmas/PR
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	06.04.2018
d. partes no processo	Ministério Público do Trabalho - Pato Branco/PR ("MPT") e Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados")
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$500.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ("ACP") ajuizada pelo MPT sob o fundamento de que a Compensados não mantém condições seguras e hígidas de trabalho; relaciona uma série de falhas apuradas em fiscalizações e um grande número de CATs emitidas, inclusive pelo INSS, com o uso do NTEP, bem como de ações acidentárias, com destaque a duas ações por acidentes fatais, ocorridas nos dois últimos anos. Pleiteia a realização de uma série de melhorias para tornar seguro o ambiente de trabalho e indenização por danos morais coletivos de R$ 500.000,00. Em audiência prévia de conciliação houve a concordância da Companhia em realizar as melhorias pleiteadas, no prazo de 6 meses; quanto ao pleito de danos morais coletivos, a ação foi contestada. Na audiência de instrução, foram ouvidos como testemunhas o prefeito e um vereador da cidade. Em sentença, a Compensados foi condenada ao pagamento de R$ 50.000,00 a título de indenização por danos morais coletivos. O MPT interpôs recurso ordinário, que foi desprovido pelo Tribunal Regional da 9ª Região. Ato contínuo, o MPT interpôs recurso de revista, que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho ("TST"). Aguarda-se o julgamento do recurso de revista interposto pelo MPT no TST.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro do valor indicado no item "e" acima e reputacional.
i. status	Aguarda-se o julgamento do recurso de revista interposto pelo MPT.

Processos de natureza cível

De acordo com a análise da administração e dos advogados externos da Companhia, em 30 de novembro de 2020, a Companhia era parte em (i) 21 processos com chance de perda remota, no valor de R$24,4 milhões; (ii) 24 processos com chance de perda possível, no valor de R$30,3 milhões; e (iii) 3 processos com chance de perda provável, no valor de R$20,4 milhões; e (iv) 1 processo sem provisão, no valor de R$ 430 mil; e (v) 3 processos sem provisão ou valor. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia havia provisionado o valor de R$20,4 milhões, para os processos classificados com chance de perda provável.

Os objetos dos referidos processos envolviam, principalmente, cobrança de duplicatas mercantis, execução de título extrajudicial, rescisão ou declaração de inexistência de relação contratual, indenizatórias e direito do consumidor.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Dentre os processos de natureza cível relevantes em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de novembro de 2020, destacam-se em razão do valor, classificação de chance de perda, e/ou de seu objeto, os seguintes:

Execução Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (Processo nº 0003752-22.216.8.16.0123)	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Palmas/PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	1º de setembro de 2015
d. partes no processo	Autor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) Réus: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.; Industria de Compensados Sudati Ltda.; Luiz Alberto Pedroso Sudati; Sudati Florestal Ltda.; e Mares Transportes Rodoviários Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia é executada não como devedora, mas como terceira interveniente prestadora de garantias, que consistem em 50% da Fazenda Pedra Linda (os outros 50% pertencem à Sudati Florestal Ltda.) e 50% da Fazenda Tapera I (os outros 50% pertencem à Indústria Compensados Sudati Ltda.)
f. principais fatos	Em 11 de janeiro de 2013, a Companhia negociou com o Banco as dívidas da Sudati, no valor de R$ 4.000.000,00, de modo que a metade da Sudati na Fazenda Tapera I seria transferida à Companhia (antes era a garantia do Banco). A Guararapes apenas liberaria a outra metade da fazenda se pagasse a outra metade ao Banco ou a fazenda seria vendida, devendo o Banco restituir os R$ 4.000.000,00 à Companhia. A Companhia apresentou Embargos à Execução (processo nº 0004981-17.2016.8.16.0123) apenas com o objetivo de ver reconhecida e declarada essa forma de ver reconhecido seu direito de receber a metade da fazenda. Em 31 de dezembro de 2019, a execução foi extinta em razão da prescrição, e os embargos de declaração opostos pelo Banco foram rejeitados. Há apelação do Banco pendente de julgamento. Em 31 de outubro de 2020, os Embargos à Execução foram julgados procedentes nos exatos termos da pretensão da Companhia. Em face da decisão, o Banco opôs embargos de declaração.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Se não houver devolução do valor pelo banco, e ocorrer a perda por inteiro da Fazenda Tapera I, estima-se a perda em R$ 8.600.000,00
i. status	Pendente julgamento de apelação nos autos da Execução e dos embargos nos autos dos Embargos à Execução.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) - Processo nº 0003779-05.2016.8.16.0123	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Palmas/PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02 de setembro de 2015
d. partes no processo	Autor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Réus: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.; Industria de Compensados Sudati Ltda.; Luiz Alberto Pedroso Sudati; Tatiana Carla Pedroso Sudati; Mares Transportes Rodoviários Ltda.; e Contemplac Indústria de Placas Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia é executada não como devedora, mas como terceira interveniente prestadora de garantias, que consistem em 50% da Fazenda Pedra Linda (os outros 50% pertencem à Sudati Florestal Ltda.) e 50% da Fazenda Tapera I (os outros 50% pertencem à Indústria Compensados Sudati Ltda.)
f. principais fatos	Em 11 de janeiro de 2013, a Companhia negociou com o Banco as dívidas da Sudati, no valor de R$ 4.000.000,00, de modo que a metade da Sudati na Fazenda Tapera I seria transferida à Companhia (antes era a garantia do Banco). A Guararapes apenas liberaria a outra metade da fazenda se pagasse a outra metade ao Banco ou a fazenda seria vendida, devendo o Banco restituir os R$ 4.000.000,00 à Companhia. A Companhia apresentou Embargos à Execução (processo nº 0000346-56.2017.8.16.0123) apenas com o objetivo de ver reconhecida e declarada essa forma de ver reconhecido seu direito de receber a metade da fazenda. Em 03 de setembro de 2020, a execução foi extinta em razão da prescrição, e o Banco opôs embargos de declaração, ainda pendentes de apreciação. Em 31 de outubro de 2020, os Embargos à Execução foram extintos por perda de objeto, quando, na verdade, deveriam ser suspensos até o julgamento definitivo da Execução. Contra a decisão, a Companhia interpôs Apelação.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Se não houver devolução do valor pelo banco, e ocorrer a perda por inteiro da Fazenda Tapera I, estima-se a perda em R$ 8.600.000,00
i. status	Pendente julgamento de Apelação nos autos dos Embargos à Execução e dos embargos nos autos da Execução.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) - Processo nº 0003778-29.2016.8.16.0123	
a. juízo	Vara Cível da Comarca de Palmas/PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02 de setembro de 2016
d. partes no processo	Autor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Réus: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.; Industria de Compensados Sudati Ltda.; Luiz Alberto Pedroso Sudati; Tatiana Carla Pedroso Sudati; Mares Transportes Rodoviários Ltda.; e Sudati Florestal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia é executada não como devedora, mas como terceira interveniente prestadora de garantias, que consistem em 50% da Fazenda Pedra Linda (os outros 50% pertencem à Sudati Florestal Ltda.) e 50% da Fazenda Tapera I (os outros 50% pertencem à Indústria Compensados Sudati Ltda.)
f. principais fatos	Em 11 janeiro de 2013, a Companhia negociou com o Banco as dívidas da Sudati, no valor de R$ 4.000.000,00, de modo que a metade da Sudati na Fazenda Tapera I seria transferida à Companhia (antes era a garantia do Banco). A Guararapes apenas liberaria a outra metade da fazenda se pagasse a outra metade ao Banco ou a fazenda seria vendida, devendo o Banco restituir os R$ 4.000.000,00 à Companhia. A Companhia apresentou Embargos à Execução (processo nº 0003356-11.2017.8.16.0123) apenas com o objetivo de ver reconhecida e declarada essa forma de ver reconhecido seu direito de receber a metade da fazenda. Em 21 de agosto de 2019, a execução foi extinta em razão da prescrição, e o Banco opôs embargos de declaração que foram rejeitados. Em 22 de junho de 2020, foram opostos novos embargos de declaração pelo Banco, dos quais pendem de julgamento. Em 31 de outubro de 2020, os Embargos à Execução foram acolhidos como pretendido. Contudo, o Banco interpôs Apelação, que foi julgada procedente pelo TJ-PR. Contra a decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Se não houver devolução do valor pelo banco, e ocorrer a perda por inteiro da Fazenda Tapera I, estima-se a perda em R$ 8.600.000,00, somados aos R$ 400.000,00 relativos aos honorários de sucumbência.
i. status	Pendente julgamento dos embargos do Banco nos autos da Execução.

Processo nº 0004735-50.2018.8.16.0123	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública de Palmas/PR
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/08/2018
d. partes no processo	Autor: COPEL Distribuição S.A. Réu: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$7.434.519,31.
f. principais fatos	Trata-se de ação de reparação de danos ajuizada pela COPEL contra a Companhia, requerendo o pagamento da importância de R$7.434.519,31 referente à ausência de pagamento de ICMS sobre as faturas de energia elétrica dos períodos de janeiro de 2010 a março de 2012. A ação foi julgada improcedente pelo juízo de 1ª instância, cabendo recurso da COPEL.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia entende que não há risco de perda de bens.
i. status	Sentença proferida. Aguardando-se trânsito em julgado ou apresentação de recurso pela COPEL

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil de Improbidade Administrativa (Processo nº 5001188-25.2014.4.04.7203/SC)	
a. juízo	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	20/10/2005
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.; Joao Carlos Ribeiro Pedroso; Leoni Margarida Bertolin; Jose Carlos Januário; Vitor Vicente Ripplinger; Magnabosco Comércio E Transportes Ltda; Clodomar Luiz Magnabosco; Ana Rosa Bordin Magnabosco; Iacc Pre Moldados Ltda; Vilmar Radin; Sergio Domingos Radin; Iuma Mabel Ceconello; Luiz Antonio Bortoli; Nei Eletrificações Ltda; Rodenei Zampronio.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Potencial aplicação das sanções de proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 05 (cinco) anos e pagamento de multa civil no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
f. principais fatos	Ação Civil de Improbidade por supostos atos de improbidade pela prática de irregularidades consistentes em esquema de adulteração fraudulenta de multas de trânsito e/ou a sua não-cobrança em troca de recebimento de vantagens indevidas oferecidas e concedidas ao réu policial rodoviário federal. Os réus apresentaram defesa prévia, sendo que, em 10 de outubro de 2013, o Juiz Federal de 1ª instância prolatou sentença condenando os réus, inclusive a Indústria de Compensados Guararapes Ltda., no âmbito da ação, imputando as sanções aplicáveis. Em 16 de julho de 2019, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região apreciou o mérito e negou provimento às apelações, além de afastar a preliminar de prescrição, em atenção à decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, no âmbito do Recurso Especial nº 1.554.236.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Não há como mensurar o real impacto, em caso de perda, na situação financeira e patrimonial da Companhia, tendo em vista a natureza da causa.
i. status	Autos conclusos para julgamento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil de Improbidade Administrativa (Processo nº 0002105-78.2004.8.16.0004 - Número Antigo 25.790/0000)	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/07/2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) Réu: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.; Paulo Janino Junior; João Carlos Ribeiro Pedroso; Eugenio Libreloto Stefanelo; Luiz Eduardo Ratzke; Industria de Compensados Sudati Ltda.; Ambiental Paraná Florestas S.A; Luiz Alberto Sudati; Renato Maciel; Antonio Carlos Pereira De Araujo; Elio Poletto Panato.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Potencial aplicação das sanções de (i) declaração de nulidade do contrato objeto dos autos, bem como de seu respectivo termo aditivo; (ii) ressarcimento integral de todos os danos constatados, estimados à época em R$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), acrescidos ainda de supervenientes perdas e danos sofridos pelo Erário; (iii) aplicação da penalidade de multa civil, em valor de 2 (duas) vezes o valor do dano causado; e (iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil de Improbidade ajuizada pelo MPPR, por meio da qual alega que, após a irregular dispensa de prévio procedimento licitatório, as partes celebraram contrato de compra e venda para aquisição de madeiras da Ambiental Paraná Florestas S.A.2 por valor subavaliado (R$3.2 milhões), sendo que o Laudo de Auditoria apresentado pelo MPPR constatou que o valor de mercado da madeira adquirida seria R$18.000.000,00. Após procedimento interno no âmbito do Governo do Estado do Paraná, teria havido a exigência de revisão do preço, sendo que as companhias teriam concordado em complementar o valor de R$10.000.000,00, pagando o montante adicional de R$6.800.000,00, mediante a celebração de termo aditivo. Os réus apresentaram defesa, inclusive a Indústria de Compensados Guararapes Ltda., tendo o Juízo de 1º Grau extinto o processo sem julgamento do mérito em relação ao pedido de ressarcimento do dano, diante da considerada falta de causa de pedir, por não haver sido demonstrada a existência "de outro dano ao erário, senão aquele relativo ao preço e que já foi ressarcido com a complementação do pagamento feito, conforme aditivo". O MPPR interpôs Apelação, por meio da qual requereu a reforma da decisão judicial. Em 18.6.2020, a 4ª Câmara do TJPR proferiu despacho determinando a intimação das partes para que se manifestem sobre a suspensão determinada pelo STJ dos recursos que tratam do Tema 1.042 (REsp 1553124/SC, REsp 1605586/DF, REsp 1502635/PI, e REsp 1601804/TO - "*se há ou não a aplicação da figura do reexame necessário nas ações típicas de improbidade administrativa julgadas improcedentes em primeira instância*"). Parte das recorridas apresentaram manifestação concordando com a suspensão, e as demais (incluindo a Companhia) silenciaram-se. O STJ ainda não decidiu definitivamente a matéria.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Não há como mensurar o real impacto, em caso de perda, na situação financeira e patrimonial da Companhia, tendo em vista a natureza da causa.
i. status	Trâmite da apelação sobrestado até o julgamento dos Recursos Especiais repetitivos (Tema 1.042)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos de natureza ambiental

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em um processo judicial de natureza ambiental, com valor de causa equivalente a R$216.000,00, envolvendo a declaração de nulidade de multa ambiental, e um procedimento administrativo instaurado com a finalidade de fiscalizar o cumprimento de TAC celebrado pela Companhia.

Dentre os processos de natureza ambiental em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de novembro de 2020, destacam-se em razão do valor, classificação de chance de perda, e/ou de seu objeto, os seguintes:

Autos de Infração 9138303-E e 9138304-E	
a. juízo	9138303-E e 9138304-E
b. instância	N/A
c. data de instauração	27 de julho de 2019
d. partes no processo	Autor: IBAMA Réu: Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$248.400,00
f. principais fatos	A Indústria de Compensados Guararapes Ltda. também possui autos de infração lavrados pelo IBAMA, em decorrência de supressão de vegetação em desacordo com autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente. No âmbito dos Autos de Infração nº 9138303-E e 9138304-E, os quais, em conjunto, somam R$ 248.400,00, foi apresentado PRAD para a Fazenda Butiá, em 27 de julho de 2019. De acordo com relatório elaborado pelos advogados responsáveis pela defesa administrativa da Companhia, o valor das multas já foi quitado, e o PRAD ainda está pendente de análise. De acordo com o relatório dos advogados responsáveis pela defesa da Companhia, o PRAD foi apresentado em 27.7.2019, no âmbito dos AIs nº 9138303-E e 9138304-E. Atualmente, o processo aguardo o julgamento do Recurso Administrativo pela 2ª Instância (Superintendência do IBAMA no Paraná). Sendo assim, o PRAD ainda não foi analisado, pois está aguardando julgamento do recurso. Em paralelo, foi ajuizada a Ação Declaratória de Nulidade nº 5001773-58.2020.4.04.7012, que se encontra em fase de instrução. No tocante ao Auto de Infração nº 9138304-E, o Ministério Público do Estado do Paraná promoveu o arquivamento da investigação em 13 de abril de 2018, porquanto as condutas trazidas no referido Auto de Infração não se amoldam em tipos penais, de forma a estarem ausentes os pressupostos processuais e condições para o exercício de Ação Penal.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Aplicação de penalidade de multa no valor de R$310.000,00.
i. status	Atualmente, o processo aguardo o julgamento do Recurso Administrativo pela 2ª Instância (Superintendência do IBAMA no Paraná). Sendo assim, o PRAD ainda não foi analisado, pois está aguardando julgamento do recurso. Em paralelo, foi ajuizada a Ação Declaratória de Nulidade nº 5001773-58.2020.4.04.7012, que se encontra em fase de instrução.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0002372-90.2018.8.16.0123	
a. juízo	Vara Criminal de Palmas – Paraná.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	08/05/2018
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Paraná Réus: Indústria de Compensados Guararapes Ltda. José Carlos Januário João Carlos Ribeiro Pedroso Leoni Margarida Bertolin
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não é possível estimar
f. principais fatos	Os réus estão sendo processados pelo suposta destruição ou danificação de floresta composta por espécies raras ou ameaçadas de extinção, considerada de preservação permanente (artigo 38, *caput*, c.c art. 53, inciso II, alínea c, Lei nº 9.605/98). De acordo com a denúncia, em meados de 2017, na Fazenda Butiá, Zona Rural, no município de Coronel Domingos Soares/PR, os réus – por si e na qualidade de administradores da empresa Indústria de Compensados Guararapes Ltda – supostamente destruíram floresta de preservação permanente pertencente ao Bioma Mata Atlântica, incluindo a espécie nativa de araucária (ameaçada de extinção, nos termos da Portaria nº 443/2014 do Ministério do Meio Ambiente) em área de 7,20 hectares.
g. chance de perda	Não consta análise do advogado encarregado do processo. Diante dos documentos fornecido, classificamos como possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Possível condenação da Companhia por crime ambiental, sendo que somente poderá ser imposta pena pecuniária, além de eventual exposição reputacional.
i. status	Ainda não foi proferida sentença. Após a apresentação da defesa dos réus, o juiz determinou a intimação das testemunhas residentes em outra comarca para que sejam ouvidas em audiência por videoconferência. Em 30 de novembro de 2020, foi proferido despacho informando a declaração de suspeição da Juíza anteriormente responsável pelo caso e determinando o cancelamento da audiência que estava designada para o dia 14 de dezembro de 2020 (a ser novamente designada pela nova magistrada).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia havia provisionado o montante total de R$20,4 milhões, em relação às contingências classificadas com chance de perda provável. Os processos considerados relevantes e detalhados no item 4.3 acima têm como valor de provisão o montante total de R$52,6 milhões, em 30 de novembro de 2020.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou suas controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou suas controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas. Assim, diante da inexistência acima mencionada, não há nenhum valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A tabela abaixo apresenta os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo em 30 de novembro de 2020, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

Ações Cíveis	
A Companhia figura como parte, no polo passivo, em aproximadamente 7 processos judiciais cíveis, sendo, em sua maior parte, relacionados a relações consumeristas e ações de indenização. Tais processos judiciais cíveis se referem à fabricação de produto defeituoso; acidente causado por veículo e inadimplemento contratual.	
a) valores envolvidos	R$13.099.109,66
b) prática da Companhia que causou tal contingência	Fabricação e venda de produto defeituoso. Acidente envolvendo veículo Inadimplemento Contratual
c) valor provisionado	R$13.099.109,66
Ações Tributárias	
A Companhia figura como parte em 16 processos administrativos federais que discutem compensações não homologadas ou homologadas parcialmente, bem como a aplicação de multas em razão da não homologação ou homologação parcial dessas compensações.	
a) valores envolvidos	R$ 6.301.099,58
b) prática da Companhia que causou tal contingência	Compensação de tributos federais
c) valor provisionado	-

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Os valores provisionados para as ações descritas no item 4.6 estão mencionados acima. A Companhia acredita que estas provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas. Ainda, entende que eventuais perdas, decorrentes de outras contingências, administrativas ou judiciais, não terão efeito adverso material sobre seus negócios, situação financeira ou resultados.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Mandado de Segurança CELESC D

A Companhia recebeu notificação extrajudicial da distribuidora de energia do Estado de Santa Catarina ("CELESC D"), alegando o não cumprimento de contrato regulado de energia firmado em 27 de março de 2015, pela Companhia, e atribuindo um valor de cobrança de R$61.156.951,93 referente ao período do contrato de 1º de fevereiro de 2016 a 30 de janeiro de 2017.

Esclarece-se que os advogados que patrocinam o caso consideram que somente parte do valor é devido pela Companhia, mais especificamente no montante de R$42.015.024,88, considerando que esta cumpriu em parte com o contrato (uso de rede e demanda) e que teria pleno direito à rescisão. Por esse motivo, a Companhia ingressou com mandado de segurança em 29 de abril de 2016, cujos detalhes estão descritos abaixo:

Mandado de Segurança CELESC - Processo nº 0011198-63.2016.8.24.0023	
a. juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis/SC - atualmente: TJSC (Quarta Câmara de Direito Público)
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	29/04/2016
d. partes no processo	Autor: Guararapes Painéis S.A. Réu: Diretor Presidente da CELESC Distribuição S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o valor de, aproximadamente, R$20.279.226,00.
f. principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Companhia, com o objetivo de declarar a rescisão do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER, bem como para determinar a CELESC se abstenha da aplicar penalidade contratual, ou alternativamente, seja fixada a penalidade em valor inferior a 10% do valor total do contrato. Em 17.6.2016, foi concedida parte da segurança, reconhecendo a extinção do contrato, e reduzindo o valor da multa aplicável, a ser apurada, em 10% do valor total do pacto (cerca R$ 3.764.462,00), ou ainda um mês de consumo, considerando o maior valor. As partes apresentaram apelação, e o TJSC proferiu acórdão "*denegando a ordem com a extinção do mandamus sem resolução de mérito, por ausência de prova de violação a direito líquido e certo".* Após, a Companhia apresentou Recurso Especial, que não foi admitido pelo Tribunal de Justiça. Apresentado Agravo em Recurso Especial, foi determinada a remessa à Corte Superior em 15/09/20. Há tratativas administrativas com a CELESC acerca de composição amigável.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	A Companhia encontra-se em última instância recursal e poderá ser condenada ao pagamento de mais de R$ 20 milhões.
i. status	Agravo em Recurso Especial

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Paralelamente ao deslinde do processo judicial, a Companhia está em negociação com a CELESC D para firmar acordo extrajudicial. Em 09 de março de 2020 e 30 de abril de 2020, enviou proposta de acordo à CELESC D, tendo recebido contraproposta em 30 de setembro de 2020. Em 29 de outubro de 2020, a Companhia enviou resposta à contraproposta da CELESC D, e ainda se está aguardando a finalização das negociações.

Os advogados responsáveis pela condução das negociações consideram que o valor cobrado pela CELESC D seria de difícil comprovação por parte da estatal, uma vez que a energia somente é devida se formalmente registrada, e a energia cobrada não foi registrada integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Não obstante, em 30 de novembro de 2020 a Companhia provisionou o valor de R$20.279.226,00 que considera suficiente para cobrir a obrigação total do contrato citado. O efeito caixa e resultado desse contrato está representado na tabela abaixo:

Item	Valor em R$
(-) Contrato: Energia na Ponta	5.124.169,42
(-) Contrato: Energia Fora da Ponta	36.500.016,03
(-) Contrato: Adicional Tarifa Banda (Vermelha/amarela)	390.839,43
(=) Total Devido pelo Contrato	**42.015.024,88**
(+) Total de Créditos de Impostos (PIS/COFINS) e Venda da energia a ser registrada a preço de PLD	21.735.798,88
(=) Total Provisionado	**20.279.226,00**

Ação Civil Pública nº 10402-92.2017.8.16.0174

A Indústria de Compensados Guararapes Ltda., controlada da Companhia, firmou, em 8 de novembro de 2017, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Paraná, nos autos da Ação Civil Pública nº 10402-92.2017.8.16.0174, em decorrência de supressão de 33 hectares de vegetação nativa em estágio inicial e médio de regeneração, sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda Palmital, no município de General Carneiro/PR.

Conforme previsto no TAC, a Companhia deveria protocolar junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP – atualmente Instituto Água e Terra - IAT – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”) para a retirada de todo o plantio de pinus existente sobre a área degradada e o posterior plantio de, no mínimo, 10 (dez) espécies nativas da região, na proporção média de 1600 por hectare. Ainda, segundo o TAC, a Companhia não poderia transferir a posse ou a propriedade do imóvel onde se situa a área degradada a terceiros, sem que haja comprovação da reparação do dano perante o Ministério Público do Paraná.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos e controles internos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma política de gestão de riscos corporativos ("Política de Gestão de Riscos Corporativos") e uma política de gerenciamento de riscos financeiros ("Política de Gestão de Riscos Financeiros" e, em conjunto com a Política de Gestão de Riscos Corporativos, "Políticas de Gerenciamento") aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2020 e vigentes desde a aprovação.

A Política de Gestão de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, enquanto a Política de Gestão de Riscos Financeiros estabelece, especificamente, as diretrizes e responsabilidades relativas à gestão de riscos financeiros da Companhia, tendo como foco principal o risco financeiro de mercado.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia é estabelecer as diretrizes para a gestão de riscos corporativos com o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura do gerenciamento de risco institucional, por meio de orientação do processo de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, num ato de promover melhoria contínua para os processos e foco no resultado da Companhia. Além disso, a Política de Gestão de Riscos Corporativos direciona a criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Ademais, por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros a Companhia estabelece as responsabilidades e a governança necessárias para a execução de operações de *hedge*, obedecendo aos critérios aprovados previamente pelo Conselho de Administração. A Política de Gestão de Riscos Financeiros tem como princípio básico o acompanhamento constante da exposição financeira da Companhia, visando a garantir robustez às suas operações.

Com a implementação das Políticas de Gerenciamento espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A administração da Companhia avalia e monitora constantemente os riscos aos quais a Companhia está sujeita, incluindo aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, sendo que os principais riscos estão previstos nas Políticas de Gerenciamento, conforme o caso, em categorias, conforme subdivisão abaixo:

I. Política de Gestão de Riscos Corporativos

Riscos estratégicos: são riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia. Desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional. Riscos que estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

Riscos financeiros: são riscos que podem afetar de forma adversa as finanças de uma companhia, associados à exposição das operações financeiras da empresa. São decorrentes de variações de valores de ativos e passivos no mercado, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir suas obrigações financeiras, ineficiência na alocação do capital ou falhas nos reportes financeiros.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos operacionais: são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da Companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos regulamentares: são riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos e regulamentos, no âmbito da aplicação da legislação trabalhista, tributária, fiscal, referentes a relações contratuais, regulamentação de mercado e de prestação de serviços, como exemplos.

Riscos cibernéticos: são riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas através de ataques cibernéticos por *hackers*. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais).

Riscos socioambientais: são riscos relacionados a perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

II. Política de Gestão de Riscos Financeiros

Riscos de taxas de juros: são riscos atrelados às taxas de juros de mercado, que podem ter impacto no valor de mercado dos ativos e passivos da Companhia, no resultado e no fluxo de caixa associado aos ativos e passivos atrelados às taxas fixas e às taxas variáveis. Especificamente, a Política de Gestão de Riscos Financeiros refere-se à taxa de juros em EURIBOR de 6 (seis) meses.

Risco Cambial: são riscos atrelados à variação do câmbio de moedas que a Companhia utiliza em seus negócios, como, por exemplo, o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (EUR). Esta exposição refere-se a valores a pagar ou receber de terceiros que podem gerar variações no valor dos ativos e passivos, assim como receita ou despesa de variação cambial no resultado e variações no fluxo de caixa.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

I. Política de Gestão de Riscos Corporativos

De acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, os passos descritos na norma ABNT ISO 31000:2009, e no Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Identificação dos riscos

A identificação de riscos tem como objetivo gerar uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que a Companhia está exposta e que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar o alcance dos seus objetivos e metas. Ressalta-se a importância desta etapa, uma vez que um risco que não é identificado nesta fase não será incluído em análises posteriores. A identificação de riscos é realizada por meio do reporte periódico dos responsáveis pelos diversos departamentos da Companhia e também por meio de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Análise de riscos

A análise de riscos envolve desenvolver a compreensão dos riscos, fornecendo uma entrada para a avaliação de riscos e para as decisões sobre a necessidade de tratá-los, e sobre as estratégias e métodos mais adequados de tratamento. A análise de riscos também pode fornecer uma entrada para a tomada de decisões em que escolhas precisam ser feitas e as opções envolvem diferentes tipos e níveis de risco. O risco é analisado determinando–se as consequências e sua probabilidade, e outros atributos do risco. Convém que os controles existentes e sua eficácia e eficiência também sejam levados em consideração. Dependendo das circunstâncias, a análise pode ser qualitativa, semi-quantitativa ou quantitativa, ou uma combinação destas.

Avaliação de riscos

Esta etapa possui como finalidade o auxílio na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento. A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade x impacto, tendo como base também o apetite a risco estabelecido pelos executivos da Companhia:

Verde: Impacto baixo – são caracterizados por envolverem: (i) perdas financeiras imateriais (abaixo de 10% da receita); (ii) insatisfação de clientes; ou (iii) pagamento de multas ou outras penalidades de pequena relevância.

Amarelo: Impacto médio – são caracterizados por envolverem: (i) perdas financeiras consideráveis (entre 11% e 20% da receita); (ii) insatisfação de clientes podendo resultar em perda de transações; (iii) pagamento de multas ou outras penalidades de pequena relevância; (iv) perda de oportunidade de negócios; ou (v) descumprimento de procedimentos internos, leis e regulamentações.

Vermelho: Impacto alto – são caracterizados por envolverem: (i) perdas financeiras significativas (maior que 20% da receita); (ii) perda de clientes ou de um grande número de transações; (iii) pagamento de multas elevadas ou penalidades severas; ou (iv) perda de grandes oportunidades de negócios ou investimentos com prazo indefinido de retorno.

Preto: Impacto extremo – são caracterizados por envolverem: (i) perdas financeiras que podem comprometer a rentabilidade do negócio (acima de 20% da receita); (ii) perda de clientes chave ou *market share*; (iii) pagamento de multas elevadas ou penalidades severas com impacto na imagem e reputação da empresa; e (iv) perda de grandes investimentos ou retorno muito abaixo do esperado.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tratamento de riscos

O tratamento de riscos envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções. Uma vez implementado, o tratamento fornece novos controles ou modifica os existentes. Tratar risco é um processo cíclico e envolve os aspectos descritos abaixo.

Ao optar sobre uma ação de tratamento ao risco, os executivos devem analisar o custo benefício da ação, com a análise dos custos, esforços, implementação, assim como estudar os benefícios decorrentes da ação no âmbito financeiro, legal, imagem, entre outros. O plano de tratamento deve identificar a ordem de prioridade em que cada tratamento deva ser implementado. O tratamento do risco pode gerar novos riscos residuais e, desta forma, é devido o monitoramento do risco inicial e os novos riscos residuais, se aplicável.

Monitoramento e análise crítica

Os processos de monitoramento e análise crítica da organização possui a finalidade de garantir que os controles sejam eficazes e eficientes no projeto e na operação, obter mais informações para melhor balizar a fase de avaliação de riscos, analisar eventos, mudanças, tendências, sucessos e fracassos, detectar mudanças nos contextos internos e externos, e identificar os riscos emergentes.

II. Política de Gestão de Riscos Financeiros

Revisão e acompanhamento dos métodos e modelos utilizados para o cálculo da exposição aos fatores de risco de mercado

Para verificação da efetividade das operações de *hedge*, a Companhia analisa se o *hedge* foi altamente eficaz a partir do resultado da combinação do ativo/passivo exposto e o resultado de seu respectivo *hedge*, visto que este deverá estar entre 80% (oitenta por cento) e 125% (cento e vinte cinco por cento), nos termos do Pronunciamento Técnico-Contábil (CPC38).

Adicionalmente, a Companhia realiza testes de estresse para avaliar os impactos que as mudanças de preço podem gerar no resultado das operações de *hedge* contratadas, de forma que estes testes devem ser performados trimestralmente ou extraordinariamente caso ocorra alguma situação de alteração abrupta de mercado.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

I. Política de Gestão de Riscos Corporativos

De acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida no gerenciamento do risco é dividida em três principais linhas de defesa:

1ª Linha de Defesa – A primeira linha é organizada frente ao risco da Companhia, com os gerentes operacionais (*front* e *back office*). Estes possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com objetivo de resolver as deficiências de controle e de processo, mitigando os riscos relacionados.

2ª Linha de Defesa – A segunda linha de defesa é organizada pelo Comitê de Ética e *Compliance* e pela área de controles internos, os quais têm como atribuição a verificação da observância das leis e regulamentações aplicáveis à Companhia, como também o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro. Esta segunda linha de defesa deve assessorar a primeira linha nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite de risco da empresa, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

3ª Linha de Defesa – A terceira linha de defesa é a área de Auditoria Interna, que fornece à alta gestão e aos órgãos de governança avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividades dentro da Companhia. De forma detectiva, a Auditoria Interna provê avaliações sobre o status da governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta nos objetivos da Companhia. Abaixo é esquematizado o modelo de três linhas de defesa atuantes na Companhia.

Ainda de acordo com a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções no que diz respeito à gestão de riscos:

Conselho de Administração: (i) estabelecer o nível de apetite a risco da Companhia, com relação ao risco/retorno definido; (ii) definir e revisar os critérios e a estratégia da gestão do risco; e (iii) avaliar e deliberar os reportes realizados pela Auditoria Interna.

Comitê de Auditoria: (i) avaliar a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iii) propor ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos riscos; (iv) debater e analisar com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos; (v) gestão de ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação; (vi) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (viii) ser informado pela Auditoria Interna e pelo Comitê de Ética e *Compliance* de temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo os procedimentos de investigação a serem adotados; (ix) zelar para que a Diretoria desenvolva controles internos confiáveis; (x) estabelecer canal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; e (xi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Diretor Presidente: (i) definir diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos; e (ii) promover a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento.

Gestores Operacionais: (i) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias e planos de ação traçados; e (ii) implementar os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

Auditoria Interna: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos corporativos e riscos financeiros; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; e (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia.

Controles Internos e Riscos Corporativos: (i) avaliar eficiência e eficácia da operação; (ii) salvaguarda de ativos; (iii) confiabilidade de informações; (iv) integridade dos processos; (v) aderência em relação a leis, regulamentos, políticas e procedimentos; (vi) o ambiente de controles internos; e (vii) a função detectiva de analisar os processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Comitê de Ética e Compliance: (i) verificar o relacionamento interno entre os colaboradores que descumprirem com os princípios éticos e morais; (ii) controlar o relacionamento dos colaboradores com as respectivas terceiras partes relacionadas de cada área visando detectar comportamento inadequado nas relações comerciais; e (iii) perpetuar o perfeito funcionamento da Companhia no que tange a propriedade intelectual.

II. Política de Gestão de Riscos Financeiros

As principais etapas do processo de gestão de riscos financeiros estão apresentadas a seguir:

Definição dos fatores de risco de mercado, e da exposição da Companhia aos fatores de risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos expostos no item "i" acima, os quais são mapeados pela Gerência Financeira e pela área de Controladoria da Companhia, que são responsáveis pela:

(i) Definição das estratégias e instrumentos para a cobertura dos riscos identificados; e

(ii) Execução das estratégias de proteção (*hedge*) e comunicação da execução.

O apreçamento das operações é utilizado no momento da cotação e fechamento das operações e a sua respectiva marcação a mercado é o valor da operação em uma determinada data durante a vigência da operação, ou seja, é o cálculo de qual seria o resultado da operação se ela fosse terminada naquele momento considerando os preços de mercado da referida data.

Controle e monitoramento constante e crítico das operações e das exposições da Companhia

As operações de *hedge* contratadas deverão observar os seguintes limites:

(i) Prazo máximo de vencimento de 25 meses para hedge de dívida, e 3 meses para as demais operações;

(ii) Valor das operações não podem ultrapassar 100% do valor de nocional de exposição para o respectivo período; e

(iii) Caso o valor de mercado das operações de hedge atinja um saldo devedor correspondente a 10% do Patrimônio Líquido da Companhia, reportado no exercício fiscal do ano imediatamente anterior, o Conselho de Administração deverá ser informado para que seja discutido e definido.

A Diretoria Financeira, em conjunto com a Controladoria e a Gerência Financeira, deverá manter controle consolidado de todas as operações contratadas em aberto, contendo, no mínimo, informações acerca do tipo de operação (*non deliberable forward* e *swap*), contraparte, moeda de compra e venda e condições da operação, de forma a indicar o valor nacional, taxa contratada e data de vencimento.

Adicionalmente, eles deverão revisar, pelo menos, mensalmente o valor justo de mercado das operações contratadas e realizar uma análise de sensibilidade (taxa *spot* e oscilações adversas 10%, 25% e 50%), para determinar o grau de exposição da Companhia.

Ainda de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções no que diz respeito à gestão de riscos:

Conselho de Administração: (i) estabelecer o nível de apetite a risco da Companhia, com relação ao risco/retorno definido; (ii) definir e revisar os critérios e a estratégia da gestão do risco; e (iii) avaliar e deliberar os reportes realizados pela Auditoria Interna.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Auditoria Interna: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos corporativos e riscos financeiros; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; e (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia.

Diretoria Financeira: (i) executar toda e qualquer operação de proteção (*hedge*), conforme estratégia definida pelo Conselho de Administração; (ii) registrar e comunicar as operações contratadas; e (iii) acompanhar os limites de exposição de risco, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Financeiros e nos documentos internos referentes às operações; (iv) propor mudanças e alterações à Política de Gestão de Riscos Financeiros, de forma a promover a integração dos riscos verificados na gestão de planejamento; (v) supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros da Companhia; (vi) formalizar e aprovar, dentro de seu limite, todos os conceitos e metodologias aplicados na gestão de riscos financeiros; (vii) avaliar o posicionamento da Companhia para cada risco identificado e encaminhar ao Conselho de Administração, em caso de divergências; (viii) avaliar e aprovar, dentro dos limites estabelecidos, as alternativas de *hedge* em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros; (ix) monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Companhia e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros; (x) acompanhar o desempenho das operações de *hedge* mensalmente; e (xi) avaliar cenários de estresse a serem aplicados nas operações, projeções de fluxo de caixa e endividamento da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos Corporativos, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade das Políticas de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme informado no item 5.1.a. deste Formulário de Referência, a Companhia possui a Política de Gestão de Riscos Financeiros, a qual possui como foco principal o risco financeiro de mercado, a qual deverá ser interpretada em conjunto com a Política de Gestão de Riscos Corporativos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, sem prejuízo de outros riscos de mercado que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma:

Risco de Taxa de Juros: Taxas de juros podem influenciar os resultados financeiros da Companhia, uma vez que essas variações têm impacto: (i) sobre as vendas dos painéis prensados com base de fibras de madeira (MDF) fabricados pela Companhia; (ii) sobre despesas de juros incorridas com instrumentos de dívida remuneradas a taxas de juros variáveis, (iii) sobre de contratos compra e venda indexados a taxas de juros variáveis; e (iv) sobre as receitas de juros geradas dos saldos de caixa e investimento.

Risco de Crédito: O risco de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa, o que levaria ao prejuízo financeiro. As atividades operacionais da Companhia, principalmente em relação às contas a receber de clientes, e as atividades de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, geram exposição da Companhia.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de seus direitos e obrigações. Pode ser definido pela possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

Risco de Câmbio: A Companhia tem como objetivo gerenciar e mitigar o risco cambial das operações comerciais e financeiras por meio das operações de *hedge*. Esse gerenciamento destina-se a identificação, análise e enquadramento nos parâmetros aprovados na Política de Gestão de Riscos Corporativos. As estratégias de *hedge* variam conforme o nível de exposição, sendo decorrente principalmente de operações de exportação, conversão de preços de produtos em reais, operações de empréstimos atrelados em moeda estrangeira e qualquer eventual exposição oriunda do negócio. Adicionalmente, pode-se fazer uso de derivativos financeiros com a finalidade de *hedge*.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais da Companhia envolve o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possui expectativa de fluxos de recebimentos. Além disso, a Política de Gestão de Riscos Corporativos visa a monitorar continuamente a exposição da Companhia, com a finalidade de proteção da margem operacional da Companhia.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de preços de commodities, câmbio e taxas de juros. Ademais, a Companhia utiliza instrumentos de derivativos com a finalidade de *hedge* para o gerenciamento de riscos são: (i) contratos de *swap*; e (ii) contrato a termo de moeda (NDF).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução de suas atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela administração.

Assim, a Companhia realiza o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, além de manter comunicação com diversos *stakeholders*, em relação às tendências de mercado.

A fim de garantir a preservação do capital e mitigar as preocupações com o risco de liquidez, a Companhia adota a medida de possuir: (i) alocação mínima de 50% do total dos ativos financeiros em aplicações de liquidez imediata; e (ii) limite máximo de concentração do total do ativo para alocação por contraparte em 30%, não podendo este ser superior à 1% do Patrimônio Líquido da contraparte.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros para os fins de proteção patrimonial (*hedge*) descritos acima, sendo que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não os utiliza com objetivos diversos.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura para gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é definida pela Política de Gestão de Riscos Financeiros, sendo a Diretoria Financeira, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração responsáveis pelo controle e supervisão do gerenciamento de riscos de mercado e pela exposição líquida, o que garante independência no suporte às tomadas de decisões comerciais.

A estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 “b” acima.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos Financeiros, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos Financeiros face aos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos, para tanto possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

Dentre as práticas adotadas pela Companhia, destacam-se as seguintes:

(i) Gerenciamento de riscos operacionais e de mercado;

(ii) Processos integrados de avaliação e registro das operações de *hedge* e riscos de mercado;

(iii) Instituição de políticas corporativas relevantes de *compliance* e controles internos;

(iv) Revisão pela Diretoria Financeira das demonstrações financeiras;

(v) Aprimoramento do compliance anticorrupção;

(vi) Canal de Denúncias interno, com aprimoramento contínuo; e

(vii) Estrutura consolidada da Auditoria Interna da Companhia, com escopo de atuação baseado em riscos, com reporte periódico ao Comitê de Auditoria, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria Financeira da Companhia, gerida pelo Diretor Financeiro, é responsável por implantar e manter uma estrutura de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras.

A Companhia sempre revisa as práticas conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização, bem como possui práticas de controles internos baseados em premissas do *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e NBR-ISO 31000, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Neste sentido, os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que, no entendimento da Companhia:

(i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia;

(ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração da Companhia e;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia adota uma gestão colaborativa de seus controles internos e de preparação de suas demonstrações financeiras, de forma a garantir maior efetividade e precisão dos processos internos. Desta forma, as áreas envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento de controles internos são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação, a saber:

Comitê de Auditoria

Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas, incluindo a Política de Transação entre Partes Relacionadas; e (vi) receber e tratar de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria da Companhia possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. As funções, bem como os procedimentos operacionais do Comitê de Auditoria, estão previstos em regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

No tocante às demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria é responsável por: (i) avaliar e revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, informações intermediárias e demonstrações intermediárias da Companhia, incluídos também, as notas explicativas e o relatório da administração; (ii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, relativamente às demonstrações financeiras: (a) os princípios e critérios contábeis utilizados; (b) a forma de constituição das principais provisões; (c) os métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; (d) os principais riscos; (e) as mudanças de escopo nos trabalhos da Auditoria Independente eventualmente acontecidas; (f) as deficiências relevantes, se encontradas, e as principais falhas de controles internos; (g) os efeitos de fatores externos (econômicos, normativos, setoriais, sociais e ambientais) nos relatórios financeiros e no processo de auditoria; (iii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, se existentes, seus efeitos nas demonstrações financeiras e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pela empresa de auditoria independente; e (iv) atuar na solução de divergências porventura existentes entre os auditores independentes e a Diretoria, relativas às demonstrações financeiras e aos relatórios financeiros.

Auditoria Interna

Supervisionada pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Auditoria, a área de Auditoria Interna é responsável por: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interna, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; e (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia. Para mais informações vide item 5.1(b) deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de elaboração, consolidação e revisão das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia está sujeito aos controles internos adotados pela Companhia para garantir sua transparência, veracidade e suficiência, de forma a atender plenamente à legislação e regulamentação aplicáveis, bem como observar as melhores práticas do mercado. A Companhia possui uma estrutura com diversas instâncias para garantir a eficiência e supervisionar a qualidade dos controles internos adotados. São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Política de Gestão de Riscos Financeiros, o conselho de administração, o comitê de auditoria, o comitê de ética e compliance, os responsáveis pelas funções de Compliance e a área de auditoria interna.

Ademais, vale salientar, conforme a descrição de linhas de defesa, que a supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é também realizada e defendida pelas demais áreas da Companhia, que validam, revisam e atuam conforme os processos manuais e eletrônicos homologados e disponibilizados pela Companhia, sendo feita por coordenação da área de Gestão.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Até a data deste Formulário de Referência, os auditores independentes da Companhia não tinham emitido o relatório circunstanciado com as eventuais deficiências significativas no que tange aos seus controles internos. Tão logo o relatório seja emitido, eventuais deficiências significativas serão reportadas neste item, o que deverá ocorrer até o lançamento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Conduta Ética ("Código de Conduta"), conforme descrito abaixo. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 15 de dezembro de 2020 o seu Código de Conduta em atenção à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os valores, princípios éticos e nossa cultura organizacional, evidenciando, portanto, o compromisso da Companhia com a disseminação de uma cultura de honestidade, boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

O Código de Conduta da Companhia estabelece: (i) que os colaboradores conheçam as legislações, regulamentações, políticas internas e obrigações aplicáveis às suas atividades profissionais; e (ii) o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis, bem como dos procedimentos, políticas internas e normativos da Companhia

De qualquer forma, o Código de Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas anualmente pelo Comitê de Ética e *Compliance* da Companhia ("Comitê de Ética").

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Cabe ao Comitê de Ética da Companhia as obrigações pela aplicação do Código de Conduta, bem como pelo tratamento de dúvidas, dilemas éticos ou situações não previstas no Código de Conduta.

O Comitê de Ética e *Compliance* ("Comitê de Ética") tem por objetivo fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas da Companhia, o qual será composto por, no mínimo três e, no máximo, cinco integrantes, considerando em sua formação: (i) colaboradores ou membros da administração da Companhia; e/ou (ii) profissionais com notório saber no conjunto de temas e abordagens que compõem as finalidades do Comitê.

Desta forma, é de competência da área de recursos humanos da Companhia, como membro efetivo e organizador dos meios de comunicação e controle junto aos sócios, acionistas, diretores, executivos, empregados e funcionários (celetistas ou não), aprendizes, estagiários, membros do comitê, colaboradores, assessores, procuradores ("Colaboradores"), a manutenção do Comitê de Ética, a apuração e o julgamento das violações ao Código de Ética e demais políticas do Grupo, que serão reportadas ao Conselho de Administração.

Além disso, é de competência do Comitê de Ética a apuração e o julgamento das violações ao Código de Conduta e demais políticas da Companhia. O Comitê de Ética é uma instância independente e autônoma, com reporte ao Conselho de Administração.

Por fim, os Administradores e gestores da Companhia também devem comprometer-se com a aplicação do Código de Conduta e demais diretrizes de integridade.

5.4 - Programa de Integridade

(iii) código de conduta

A Companhia possui um Código de Conduta que define sua missão, visão e valores, além das diretrizes de comportamento esperadas por parte dos Colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, sindicatos, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código de Conduta.

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Conduta é destinado a todos os Colaboradores da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional bem como toda pessoa física, jurídica ou entidade não personificada, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, *joint venture* e fundos de investimento, não pertencente à Guararapes, que atue, direta ou indiretamente, de qualquer forma, em nome da Guararapes, incluindo, mas não se limitando, a prestadores de serviço, consultores, parceiros, distribuidores, representantes, mandatários, clientes, procuradores, fornecedores, despachantes, que tenham, ou possam vir a ter, acesso a informações confidenciais e/ou de natureza estratégica, financeira, técnica, comercial ou negocial relativa à Companhia ("Terceiros").

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia mantém um plano para realizar treinamentos anuais em relação ao seu Código de Conduta a todos os seus Colaboradores, bem como no momento de sua contratação, entrega cópia do referido código e realiza treinamento inicial. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os Colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o Comitê de Ética da Companhia avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; (d) exclusão do fornecedor ou prestador de serviços; e/ou (e) ajuizamento de ações judiciais cabíveis.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2020 e pode ser acessado no *website* da Companhia: http://ri.guararapes.com.br.

(b) canal de denúncia

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*:

A Companhia possui um canal interno de denúncias operacionalizado pelo Comitê de Ética, sendo possível acesso pelo *website* etica.guararapes.com.br ou pelo *e-mail* comitedeetica@guararapes.com.br. Ademais, a Companhia conta com caixas coletoras de sugestões e/ou ocorrências em cada uma de suas unidades operacionais.

5.4 - Programa de Integridade

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O canal de denúncias está aberto para qualquer pessoa que tenha o interesse em denunciar, seja ela empregada ou não da instituição, sendo seu acesso informado no site da Companhia.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé:*

Não é necessária a identificação do denunciante ao utilizar o canal, existem mecanismos para manter o anonimato do denunciante e mecanismos de não retaliação. O Código de Conduta também estabelece que a Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate pelo canal de denúncias uma preocupação sobre um fato potencialmente ilegal ou antiético – e que qualquer retaliação poderá gerar a aplicação de medidas disciplinares.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:*

O Comitê de Ética da Companhia é responsável por apurar e julgar os relatos recebidos, bem como é responsável por aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dos princípios estabelecidos no Código de Conduta. Ademais, a fim de conferir maior efetividade ao canal e evitar qualquer interferência indevida, caso a denúncia envolva qualquer dos membros do Comitê de Ética, a análise será conduzida apenas pelos membros que não foram objeto de denúncia.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em que pese o Código de Conduta não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realiza em observância aos dispositivos legais e aos procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e *business due diligence*, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	02/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Guararapes Painéis S.A. ("Companhia") começou como uma pequena laminadora de madeira em 1984, com apenas 15 funcionários e produção de 150 m^2 de lâminas de madeiras para compensados por mês. Nos anos subsequentes, ocorreram os primeiros grandes investimentos da Companhia, e em 1986 começa a produção de compensados em Palmas, Paraná, e em 1989 um grande foco em exportação, sendo implantados os primeiros programas de reflorestamento da Companhia em 1992.

No começo dos anos 2000, a Companhia expande suas atividades na unidade de compensados em Santa Cecília, Santa Catarina, conquistando importantes certificações internacionais, cuja capacidade instalada atual é de 170.000 m^3/ano de compensados.

Com investimentos constantes em qualificação, expansão, tecnologia e modernização do seu parque industrial, a Companhia, em 2009, após 20 anos de experiência no mercado internacional exportando seus painéis compensados, passa a atender o mercado interno, diversificando seus produtos e inaugurando uma nova fábrica de MDF em Caçador, Santa Catarina, cuja capacidade instalada atual é de 600.000 m^3/ano de painéis MDF. Com o início da produção dessa nova planta, a Companhia passou a atender o mercado interno, com uma capacidade total instalada para produção de painéis MDF e compensados de, aproximadamente, 950.000 m^3/ano.

Em 2014, o fundo de *private equity* BRZ ingressa na Companhia, e é anunciado um plano de expansão da planta de MDF. A partir do investimento anunciado na linha de MDF, a capacidade de produção da Companhia passa a ser 600.000 m^3/ano em 2016, atingindo posição de destaque no mercado nacional, e totalizando cerca de 900.000 m^3 por ano de capacidade total de painéis em MDF e compensados, com 2.000 funcionários.

Atualmente, a Companhia exporta seus painéis para mais de 50 países, com garantia de qualidade para atender aos mais exigentes mercados, e certificados com o selo FSC – *Forest Stewardship Council* (Conselho de Manejo Florestal), destacando o seu comprometimento com o desenvolvimento responsável e ambientalmente correto.

Entre o período de 2017 a 2018, a Companhia focou em otimizar a logística a partir de soluções de TI e parcerias. Já no período mais recente, entre 2019 e 2020, a Companhia focou em reposicionamento de marca e presença online, além de iniciativas de marketing inovadoras como *trade marketing*, *showrooms* e *design stores*.

A figura abaixo apresenta, em ordem cronológica, os principais eventos na história da Companhia nos últimos anos:

6.3 - Breve Histórico

Em 4 de novembro de 2020, foi aprovada em assembleia geral extraordinária da Companhia, dentre outras matérias, o aumento de capital social da Companhia, no qual as ações totalmente subscritas e integralizadas pela P&B Participações Ltda. ("P&B") mediante aporte de 129.999.999 (cento e vinte e nove milhões, novecentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) quotas representativas de 99,99% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Guararapes Compensados") detidas pela P&B. Com isso, a Guararapes Compensados, então controladora da Companhia, passou a ser sua controlada.

Os termos e condições da referida transação foram acordados, em 4 de novembro de 2020, por meio de Acordo de Investimento celebrado entre a P&B e os acionistas da Companhia, de um lado, e o Brasil Agronegócio Fundo de Investimentos em Participações, de outro, contando, ainda, como intervenientes anuentes a Companhia, a Guararapes Compensados e a PalmasPlac Agropastoril Ltda. A operação foi realizada visando a captura de sinergias e a melhoria da competitividade no mercado de atuação da Companhia, bem como no mercado externo.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas controladas.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

Visão Geral

Acreditamos ser um dos maiores fabricantes do país de produtos de madeira voltados para o mercado de móveis, decoração e construção. No Brasil, somos o 4º maior produtor de MDF (*"medium density fiberboard"* ou painéis de fibra de densidade média), com 12% de participação de mercado de acordo com dados da IBÁ em setembro de 2020, e o segundo maior exportador de compensados, com 13% de participação de mercado de acordo com dados da ABIMCI em setembro de 2020, suprindo o mercado de mais de 50 países.

Em 2019, o segmento de MDF apresentou uma receita líquida de R$546 milhões, um crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior, enquanto o segmento de compensados teve uma receita líquida de R$328 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a receita líquida dos segmentos de MDF e compensados foram, respectivamente, de R$458 milhões e R$337 milhões, um crescimento de 13,2% e 31,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2019. A Companhia tem atuação relevante tanto no mercado doméstico como em exportações, sendo que, em 2019 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 39,3% e 46,5%, respectivamente, das vendas combinadas foram oriundas de operações de exportação.

Nosso parque fabril é composto por três unidades, sendo uma de MDF e duas de compensados, com capacidade de produção total de 600 mil m^3/ano e 350 mil m^3/ano, respectivamente, utilizando de equipamentos de última geração, além de possuirmos uma das mais modernas linhas de revestimento em nossa unidade de MDF. Nossas unidades estão localizadas entre o sudoeste PR e oeste de SC - Caçador/SC (MDF), Palmas/PR (Compensados) e Santa Cecília/SC (Compensados), região de fácil acesso e com abundância de pinus, nossa principal matéria prima. A proximidade entre nossas unidades fabris permite ainda captura de importantes sinergias operacionais, logísticas e administrativas. Nossa logística de escoamento para exportação também é um diferencial, uma vez que estamos localizados entre 280 e 480 km de distância dos portos de Paranaguá, Itapoá e Itajaí. A Companhia conta, ainda, com um Centro de Distribuição em Ipojuca/PE para atender com eficiência às regiões Norte e Nordeste do Brasil e um escritório comercial nos Estados Unidos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fundada em 1984 por João Carlos Pedroso e Valderez Bertolin, a Companhia desde então vem passando por um contínuo processo de expansão da sua capacidade produtiva, diversificação de produtos e posicionamento de marca, internacionalização e, mais importante, de entrega de resultados. Em 2014, recebemos um investimento primário da BRZ Investimentos que possibilitou triplicar nossa capacidade produtiva de MDF, para o patamar atual, além de contribuir para a adoção de melhores práticas de governança corporativa.

Acreditamos estar unicamente posicionados para o momento atual do setor e do cenário econômico doméstico e global. Com um mercado de construção em plena expansão e exportações brasileiras ganhando competitividade, parcialmente por conta da desvalorização do real, mas também pela vantagem estrutural de custos de matéria prima uma vez que florestas no Brasil apresentam, em função de condições climáticas e geológicas, produtividade significativamente maior que na maioria de outros países, definimos um planejamento estratégico que visa expandir, de forma orgânica nossa capacidade de produção (i) de MDF em 540 mil m^3/ano, totalizando 1.140 mil m^3/ano, por meio da instalação de uma terceira linha de produção; e (ii) de compensados, em 30 mil m^3/ano, totalizando 380 mil m^3/ano, chegando a uma produção total de MDF e compensados de 1.520 mil m^3/ano.

Produção de MDF e Ocupação da Capacidade Efetiva

('000m^3, %)

Fonte: Companhia.

Produção de Compensados e Ocupação da Capacidade Efetiva

('000m^3, %)

Fonte: Companhia.

Nosso modelo de negócio busca um contínuo equilíbrio e diversificação entre produtos e geografias com diferentes motores de crescimento, de forma a garantir maior resiliência e capacidade de absorver choques de demanda ou preço.

Do ponto de vista de dinâmica competitiva, enquanto o setor de compensados ainda é bastante fragmentado, com diversos players menores enfrentando dificuldade de se posicionar de forma

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

eficiente e competitiva, o setor de MDF possui um número mais restrito de competidores, mas ainda assim com claras oportunidades para uma aceleração do processo de consolidação. Acreditamos que nossa escala, expertise operacional, capacidade financeira e metodologia de gestão trazem importantes vantagens competitivas para participarmos de forma proativa desse processo. Nossos times operacionais e de novos negócios possuem ampla experiência em prospectar e analisar possíveis alvos de aquisição. Acreditamos que oportunidades inorgânicas, se conduzidas com diligência e disciplina na alocação de capital, são uma importante avenida de crescimento na medida em que permitem uma rápida expansão de capacidade e relevante captura de sinergia.

Segmentos de Atuação

A Companhia atua principalmente em dois segmentos, que operam de forma integrada, se beneficiando de sinergias e ganhos de escala operacionais, de matéria-prima, logística, comerciais e administrativas. As figuras abaixo apresentam os principais produtos dos segmentos de negócio da Companhia:

¹ Market share de compensados se refere apenas à exportação, enquanto o Market share de MDF se refere ao mercado doméstico + exportação

(i) MDF

O MDF é um painel de madeira homogênea reconstituída com excelente estabilidade dimensional, de superfície uniforme, lisa e de alta densidade. As fibras de madeira são aglutinadas e compactadas entre si com resina sintética, por meio da ação conjunta de pressão e calor em prensa contínua de última geração.

O MDF possui como característica principal a boa capacidade de usinagem, tanto nas bordas, quanto nas faces. Com densidade adequada e homogeneidade proporcionada pelas fibras, o painel de MDF pode ser facilmente torneado, entalhado e usinado.

Pelas suas características, o MDF é amplamente utilizado na indústria moveleira para frontais em peças com usinagens e trabalho de baixo relevo, nos fundos de móveis, lateral e fundo de gavetas e também para artesanatos diversos. Na construção civil é utilizado para fabricação de pisos, rodapés, almofadas de portas, batentes, portas usinadas, peças torneadas como balaústres de escadas, pés de mesas e também em embalagens.

Processo produtivo de MDF

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nosso produto MDF é utilizado principalmente na fabricação de móveis e decoração / marcenaria.

Somos o 4º maior produtor de MDF do Brasil, com 600 mil m^3 de capacidade instalada e aproximadamente 12% de market share em vendas. Em 2019, produzimos 556 mil m3, um crescimento de 11% comparado à 2018.

Nossa operação de MDF foca principalmente no mercado doméstico (86% das vendas em 2019), porém com crescente exposição ao mercado externo em função de nossa competitividade e estratégia de diversificação.

Em 2019, tivemos receita líquida de R$546 milhões, 9% de crescimento comparado à 2018.

Receita Líquida de Vendas - MDF

(R$mm)

Fonte: Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Lucro Líquido - MDF

(R$mm)

Fonte: Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado - MDF

(R$mm, %)

Fonte: Companhia.

(ii) Painéis de madeira compensada

Os painéis de madeira compensada, ou compensado, são formados de lâminas de madeira sobrepostas e perpendiculares entre si, unidas por cola e prensadas com calor. As fibras em direções cruzadas permitem que a chapa suporte tensões elevadas.

O compensado é um painel com a característica principal de boa resistência estrutural e conforto térmico e acústico semelhante ao da madeira não processada.

Pelas suas características, o compensado é amplamente utilizado na indústria de construção civil em sistemas construtivos formando fechamento vertical e horizontal, indústria moveleira para peças estruturais como sofás, mesas e cadeiras, além de diversos usos onde sua resistência estrutural é desejável, como caixas de transporte e embalagens.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Processo produtivo de painéis de madeira compensada

Nosso produto é utilizado principalmente na construção civil (casas), estruturas de móveis e caixas de madeira para transporte. Somos o 2º maior exportador de compensados do Brasil, com 350 mil m^3/ano de capacidade instalada e 13% de market share em vendas para o mercado externo. Em 2019, produzimos 306 mil m^3/ano uma queda de 6% comparado à 2018. Nossa operação de compensados é 100% destinada à exportação. Em 2019, tivemos receita líquida de R$328 milhões, 12% de queda comparado à 2018.

Receita Líquida de Vendas - Compensados

(R$mm)

Fonte: Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Lucro Líquido - Compensados

(R$mm)

Fonte: Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado - Compensados

(R$mm, %)

Fonte: Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas e outras informações financeiras não contábeis.

(em milhares de R$, exceto %)	**Ult. Inf. Contábil (30/11/2020)**	**Período de nove meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 dezembro de**		
		2020	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita Líquida de Vendas	607.440	458.400	404.996	545.967	502.724	423.746
Lucro Bruto	215.790	156.756	137.023	190.758	176.679	115.270
Lucro Líquido	93.584	51.031	54.052	61.808	61.161	17.735
EBITDA	163.830	122.301	97.648	111.417	126.647	79.334
EBITDA Ajustado	163.830	122.301	97.648	124.801	126.647	79.334
Dívida Bruta	294.901	177.200	165.802	149.876	185.129	201.235
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(38.076)	(12.669)	43.989	18.599	95.765	167.058
ROE (%)	7%(1)	13%	16%	19%	21%	7%

(1) O indicador ROE está distorcido para o período em função da combinação de negócios entre a Guararapes Painéis S.A. e a Indústria de Compensados Guararapes Ltda., concretizada em 04.09.2020, além de se referir ao período de 11 meses, de forma que não é comparável com os indicadores para 2019, 2018 e 2017.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que o sucesso da Companhia e diferenciação dos principais concorrentes é devido às seguintes vantagens competitivas:

Modelo de Negócios Resiliente

Nosso modelo de negócios se provou resiliente, mostrando crescimento / menor contração que o mercado, mesmo em ambientes adversos. Durante o período de 2014 até 2019 nossas vendas e produção apresentaram crescimento médio anual composto de 17,0% e 12,8%, respectivamente, enquanto (i) o mercado de MDF brasileiro mostrou contração de 0,6%, (ii) o setor de construção civil mostrou contração de 4,2%, e (iii) o PIB brasileiro mostrou contração de 0,7%.

Isso se deve principalmente aos seguintes fatores: (i) exposição ao mercado doméstico e internacional, (ii) portfólio de produtos diversificado, com foco em linhas de produto diferenciadas e menor exposição a produtos commodity, e (iii) excelência operacional, conferindo competitividade.

Processo Produtivo Sinergético e de Primeira Linha

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Possuímos um processo produtivo flexível e integrado, o que nos permite extrair sinergias significativas:

- Reaproveitamos cavaco de madeira resultante do processo de produção de compensados na nossa produção de MDF;
- Realizamos em nossas unidades uma ação de otimização da matéria-prima, em que as toras grossas são utilizadas na produção de compensados e as toras finas ("toretes") na produção de MDF; e
- Nossa planta de MDF é estrategicamente localizada entre duas plantas de compensados.

Fluxograma do Processo Produtivo de MDF e Compensados

Além disso, buscamos sempre manter máxima excelência no nosso processo produtivo:

- Possuímos reconhecimento internacional pela qualidade dos nossos produtos, obtendo os mais relevantes certificados;

Certificados dos Produtos:

Outros Certificados:

- Possuímos plantas com alta tecnologia e uma base de fornecedores de primeira linha (exemplo: Raute, Andritz, Vyncke e Siempelkamp); e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Possuímos track-record excepcional de execução. Em apenas 6 anos após entrarmos no mercado de MDF (2009), aumentamos nossa capacidade de 200,000 m^3 por ano para 600,000 m^3 por ano operando com eficiência e baixa ociosidade.

Dominância Regional, com Marca Reconhecida e Alcance Global

Somos um dos principais players na região no mercado de painéis de madeira. Alcançamos a 4ª posição em produção de MDF no Brasil, 2ª posição no Brasil e estamos entre os maiores players da América Latina em exportação de compensados. Em 2019, tivemos R$ 355 milhões em receitas com exportação, vendendo nossos produtos para mais de 50 países e para uma base diversificada de clientes, na América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul, Europa, Ásia, África e Oceania.

Possuímos forte presença física, estando em mais de 350 pontos de venda pelo Brasil, seja através de materiais de trade marketing e em showrooms, ou expondo em lojas conceito. Além disso estamos aumentando cada vez mais nossa presença digital com publicação de conteúdo relevante para clientes do setor. Possuímos loja online própria e também divulgamos nossa marca e produtos através de redes sociais: em 12 de dezembro de 2020 possuíamos mais de 90 mil seguidores no Instagram, mais de 205 mil seguidores no Facebook, mais de 350 mil visualizações no Pinterest e mais de 2 mil inscritos no YouTube.

Localização estratégica e Vantagens de Fornecimento

Possuímos vantagens significativas por estarmos localizados no Brasil. Nosso país possui uma das maiores produtividades de plantação de Pinus do mundo, sendo aproximadamente 6 vezes maior que a da Europa e aproximadamente 3 vezes maior que a dos Estados Unidos. Além disso, o Brasil possui vasta área de plantação, com 1,6 milhão de hectares de plantação de Pinus e ainda 12 milhões de hectares disponíveis para reflorestamento.

Ainda, nossas plantas estão localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina, que nos posicionam ainda melhor em termos de fornecimento e logística: (i) Paraná e Santa Catarina possuem cerca de 77% da plantação de Pinus do Brasil, (ii) estão estrategicamente localizados para logística doméstica e exportação, e (iii) estados com um mercado ativo de cavacos de madeira, subproduto importante produção de MDF, gerado através da produção de compensado, madeira serrada e outros produtos à base de madeira.

Possuímos uma diversa base de fornecedores de madeira, o que nos permite mitigar riscos e assegurar o fornecimento necessário para o nosso crescimento.

Distribuição Geográfica das Principais Unidades Produtoras de Painéis de Madeira Reconstituída

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: IBÁ.

Localização Das Unidades Produtivas e Comerciais da Companhia

Equipe de Gestão Coesa e Experiente, com Incentivos Claros e Suporte de Conselho de Primeira Linha

Nossa diretoria executiva possui mais de 75 anos de experiência na indústria combinados, e mais de 75 anos de empresa combinados. A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios, estando comprometida com a execução das estratégias da Companhia.

Essa diretoria possui suporte de um conselho atuante e de primeira linha, presidido por nosso Fundador, trazendo insights de sua visão empreendedora e auxiliando na manutenção da cultura da Companhia.

Nossa administração possui incentivos claros e alinhados para aumentar engajamento:

- Compensação base em linha com mercado;
- Bônus anual baseado nos resultados da Companhia e indicadores financeiros selecionados, aplicável à conselheiros, diretores executivos, alta gestão e coordenadores;
- Diretoria executiva também possui plano de incentivo de longo prazo; e
- Programa de participação nos lucros para toda a força de trabalho iniciado em 2019.

Modelo de Negócios com Respeito ao Meio Ambiente

Acreditamos ser importante que nosso modelo de negócios seja alinhado com uma relação de respeito ao meio ambiente e sustentabilidade no longo prazo e buscamos seguir as melhores práticas de mercado.

- A companhia apenas utiliza madeira de pinus reflorestado em seu processo produtivo;
- Reutilização de resíduos do processo produtivo de compensados na produção de MDF focando em sustentabilidade;

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Produção com foco em “zero resíduos”: resíduos sólidos são prioritariamente reciclados e transformados em biomassa e resíduos líquidos são tratados e majoritariamente reutilizados no processo produtivo;

- Madeira, além de ser um insumo renovável, captura carbono ao passo que outros materiais de construção como aço, concreto e tijolo são emissores de carbono e compostos por insumos não-renováveis;

- Melhores padrões de governança e sustentabilidade: comitê de ASG, presença no comitê da IBÁ, certificação ISO 14000; e

- Metas ambientais de geração de resíduos Classe I e II e consumo de água, entre outros indicadores.

Nossa Estratégia

Os principais elementos da estratégia da Companhia são os seguintes:

Investir no Fortalecimento da Marca e Explorar Canais que Alavanquem o Nosso Alcance

Investimos continuamente no fortalecimento da nossa marca, tanto em canais físicos quanto digitais. Onde possuímos presença física, buscamos destaque na exibição de nossos produtos, principalmente em materiais de trade marketing e showrooms, enquanto em nossa loja conceito e nos principais eventos do setor nos destacamos focando em exibir produtos de maior valor agregado de forma criativa, criando ambientes e experiências diferenciadas. Em nosso site, focamos sempre em melhorar a experiência do usuário, para criar um impacto similar ao da experiência física, além de nossa plataforma de comércio eletrônico, que contribui para aumentar a colaboração com formadores de opinião do setor. Por fim, estamos constantemente produzindo conteúdo, webinars e webseries para diferentes audiências, aumentando cada vez mais o tráfego e engajamento nas nossas redes sociais.

Continuar Investindo em Ambos os Segmentos em que Atuamos para Crescer Mantendo Sinergias Operacionais

Entendemos que estamos unicamente posicionados para aproveitar oportunidades de crescimento tanto orgânicas quanto inorgânicas em ambos segmentos de nossa atuação, os quais possuem dinâmicas fatoráveis:

- Orgânico: possuímos projetos para expansão de capacidade de produção tanto de MDF quanto compensados, seja adicionando uma nova linha de produção ou expandindo plantas existentes; e

- Inorgânico: estamos constantemente buscando e analisando oportunidades de aquisição de novas plantas com localização complementar, onde possamos extrair sinergias de receita, logística, e ganhos de escala.

Expandir Nosso Portfolio com Produtos de Maior Valor Agregado

Acreditamos que existam grandes oportunidades de criação de valor em expandir nosso portfólio adicionando produtos com cada vez mais valor agregado e conteúdo de inovação, continuando movimento iniciado com nossa entrada em MDF, suportado por nossa execução de primeira linha.

Expansão Internacional da Nossa Força Comercial

Atualmente já estamos em posição de liderança em exportação de compensados, ocupando o 2º lugar no Brasil e está entre os maiores players da América Latina. Entendemos que há espaço significativo para crescimento na exportação de compensados, MDF, bem como de outros produtos de base florestal. Para isso, estamos ativamente buscando oportunidades para expandir nossa capilaridade internacional, aumentando nossa presença comercial com escritórios fora do Brasil. Atualmente já possuímos uma subsidiária operando nos Estados Unidos que nos permite

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

desenvolver relacionamento direto com diversos clientes, incluindo grandes redes varejistas de material de construção, atendendo a demanda através de nossos estoques locais.

Eventos Recentes

(a) Reorganização societária

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia e seus acionistas iniciaram processo de reorganização societária sob o qual a acionista co-controladora Indústria de Compensados Guararapes Ltda. realizou a cisão de certos ativos não relacionados com a operação de industrialização de compensados em favor de outras *holdings* dos seus sócios-quotistas controladores pessoas físicas, bem como realizou a transferência da totalidade das quotas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. detidas pelos sócios-quotistas pessoas físicas para a holding P&B Participações Ltda., e em ato subsequente em 4 de novembro de 2020 tendo sido obtida a aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre a transação, a Companhia passou a deter 100% de participação no capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. por meio do aumento do capital social da Companhia com emissão de novas ações no valor de R$ 912 milhões em favor da holding P&B Participações Ltda.

A aquisição do controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. pela Companhia foi realizada visando a captura de sinergias e a melhoria de sua competitividade no seu mercado de atuação e no mercado externo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte da Companhia.

(b) Potencial aquisição

A Companhia está ativamente engajada na originação e no desenvolvimento de oportunidades de aquisição e investimento em sociedades que operam no Brasil e no exterior. A Companhia está, atualmente, analisando determinados ativos com o objetivo de adicionar entre 300.000 m^3/ano e 600.000 m^3/ano de capacidade instalada adicional de MDF no Brasil, e espera concluir ao menos um desses projetos em 2021. Nesta data, a Companhia não é uma parte de qualquer acordo vinculativo para aquisição e não pode garantir que qualquer acordo será celebrado no futuro ou que qualquer aquisição será consumada em tempo hábil. Contamos com o crescimento inorgânico para cumprir com sucesso nossa estratégia de crescimento.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, vide, neste Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As receitas operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 decorreram exclusivamente das vendas de painéis em MDF e, no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, decorreram exclusivamente das vendas de painéis em MDF e de painéis de compensado.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em 30 de novembro de 2020, a totalidade da receita líquida da Companhia é proveniente de dois segmentos de negócios, conforme evolução abaixo apresentada:

(R$ mil)	Período de onze meses findo em 30 de novembro		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro		
Receita Líquida de Vendas	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
MDF	578.699	511.838	545.967	502.468	423.746
Compensados	34.032	-	-	-	-
Total Combinado	**612.731**	**511.838**	**545.967**	**502.468**	**423.746**
Eliminações[1]	(5.291)	-	-	-	-
Total Consolidado	**607.440**	**511.838**	**545.967**	**502.468**	**423.746**

[1] Referem-se à venda de produtos entre os segmentos de negócios (*intercompany*) da Companhia realizadas no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 e são apresentadas para efeito de conciliação.

As informações foram extraídas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 e de 2019.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(R$ mil)	Período de onze meses findo em 30 de novembro		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro		
Lucro (prejuízo) líquido	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
MDF	78.706	77.785	61.080	61.161	17.735
Compensados	17.798	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial - amortização da mais valia[1]	(2.920)	-	-	-	-
Total	**93.584**	**77.785**	**61.808**	**61.161**	**17.735**

[1] Decorre da transação de integração dos dois segmentos de negócios da Companhia, não sendo atribuído individualmente a quaisquer dos dois segmentos e é apresentado para efeito de conciliação

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

A Companhia possui três unidades industriais localizadas nos estados do Paraná e de Santa Catarina, sendo uma de MDF (*medium density fiberboard*) e duas de compensados, com capacidade de produção total, em 30 de novembro de 2020, de 600 mil m^3/ano e 350 mil m^3/ano, respectivamente, e está estrategicamente localizada no meio de duas áreas florestais de pinheiro, que possibilitam à Companhia um ciclo de produção integrado, que leva a sinergia entre as áreas e negócios da Companhia na produção dos painéis de MDF e madeira compensada.

O MDF e os painéis compensados são produzidos a partir do *Pinus taeda*, espécie de pinheiro encontrada no Brasil, e principal matéria prima da Companhia. O Brasil possui uma das maiores áreas florestais de pinheiro (*Pinus Taeda*), com 1,6 milhão de hectares, além de possuir 12 milhões de hectares disponíveis para reflorestamento, sendo que o estado do Paraná e de Santa Catarina, em conjunto, são responsáveis pelo cultivo de 70% das áreas florestais do Brasil.

HISTÓRICO DA ÁREA PLANTADA COM ÁRVORES DE PINUS, 2009-2019 (HECTARES)
Area Planted with Pine Trees, 2009–2019 (hectares)

Fonte: Pöyry e Ibá até 2017 e a partir de 2018, FGV e Ibá. | *Source: Pöyry and Ibá until 2017; after 2018, FGV and Ibá.*

Estado | *State*	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	2019
Paraná	695.790	686.509	658.707	619.731	662.296	673.769	670.906	661.684	661.684	789.194	722.338
Santa Catarina	550.850	545.592	538.254	539.377	540.542	541.162	542.662	545.453	545.453	445.039	430.348
Rio Grande do Sul	171.210	168.955	164.806	164.832	164.174	184.585	184.603	182.508	182.508	264.725	281.548
São Paulo	167.660	162.005	156.726	144.802	127.693	123.996	124.222	122.667	122.667	83.315	155.048
Minas Gerais	140.000	136.310	75.408	52.710	46.807	39.674	37.636	34.764	34.764	42.437	35.925
Goiás	15.200	12.160	10.760	16.432	9.151	9.087	8.569	8.500	8.500	8.500	8.500
Mato Grosso do Sul	16.870	13.847	11.871	9.825	8.330	7.135	6.292	5.282	5.282	7.226	7.239
Outros* | *Other**	37.140	30.981	25.361	15.074	11.153	9.589	6.349	6.319	6.319	2.130	2.023
Total	1.794.720	1.756.359	1.641.893	1.562.783	1.570.146	1.588.997	1.581.239	1.567.177	1.567.177	1.642.566	1.642.969

*Dados revisados em 2020. | **Data revised in 2020.*

O processo de produção do MDF e madeira compensada é iniciado no corte do pinheiro que é dividido em duas partes: (i) base do pinheiro, de onde se extrai as toras grossas; e (ii) a extremidade do pinheiro, de onde se obtém as toras finas. As toras grossas são usadas na fabricação de madeira compensada e as toras finas utilizadas para a fabricação do MDF.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Processo de produção do MDF

O processo de produção do MDF é composto das etapas descritas abaixo.

Descascamento. Operação onde é feita a retirada da casca das toras, juntamente com outros contaminantes como terra, pedregulho ou até mesmo metais ou qualquer outro material que possa estar fixado juntamente com a casca que geralmente se destina para biomassa em caldeiras.

Picagem. As toras, após o processo de descascamento, passam por uma operação de fragmentação, em picadores em que são gerados cavacos de madeira, que é um dos equipamentos mais utilizados na indústria madeireira, por possuir uma gama de regulagens, que possibilitam a obtenção do cavaco ideal e desejado para o processo do painel de MDF. Alternativamente, caso a Companhia utilize diretamente cavacos adquiridos de seus fornecedores, este processo de fragmentação não é necessário.

Classificação do cavaco. Quando da transformação da tora em cavaco, esta, juntamente com o cavaco adquirido dos fornecedores da Companhia, são levados para o processo de crivagem, etapa onde se realiza a separação dos cavacos, ou seja, uma classificação para material de dimensões fora dos padrões estabelecidos pela Companhia. Esta classificação é feita por meio de um conjunto de peneiras que normalmente são 15 vibratórias e os cavacos são compreendidos entre finos (≤ 8 mm) e maiores (> 55mm). Os cavacos abaixo da espessura de 8mm não são indicados ao processo de fabricação dos painéis. Portanto, estes são encaminhados à caldeira para abastecer a planta de energia do parque fabril da Companhia.

Tratamento de cavacos (refinamento, secagem). Nesta etapa os cavacos são amolecidos para facilitar a operação do desfibrador na formação da polpa, reduzindo seu consumo energético. A lignina é amolecida, perdendo sua capacidade de retenção de fibras, o que resulta numa polpa de fibras mais resistentes e flexíveis, formando chapas mais rígidas. Inclusive, alguns dos cavacos resultantes da produção de Compensados descrita abaixo, são usados no processo de produção de MDF.

Forma. Nesta fase são adicionados ao cavaco a resina, o catalisador e, em alguns casos, certos aditivos, mistura-se a matéria-prima. Após a implementação da resina, forma-se um colchão a seco a partir de uma suspensão das fibras ao ar, sendo que esta manta de fibras é cortada por lâminas circulares e, em seguida, encaminhada às operações de pré-prensagem e prensagem a quente.

Prensagem. A pré-prensagem evita possíveis desmanchamentos e deslizamentos das fibras da manta durante a prensagem a quente. Para cada sistema de prensagem, existe um tipo de linha de formação. A injeção do vapor durante a prensagem permite um aquecimento quase instantâneo da manta, resultando numa cura mais eficiente da resina, permitindo a manufatura das chapas de elevadas espessuras.

Resfriamento. Esta etapa visa evitar variações dimensionais da chapa após o aquecimento. Normalmente, são resfriados a temperatura ambiente, protegidos das intempéries.

Corte, lixamento e revestimento. O corte é feito procurando estabelecer as medidas dos painéis de MDF, conforme padrões estabelecidos. O lixamento está diretamente relacionado à preparação da superfície das chapas, para acabamentos finais. Como resultado deste processo, o MDF é um produto homogêneo, uniforme, estável, de superfície plana e lisa que oferece boa trabalhabilidade, alta usinabilidade para encaixar, entalhar, cortar, parafusar, perfurar e moldurar, além de apresentar ótima aceitação para receber revestimentos com diversos acabamentos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A figura abaixo apresenta todas as etapas do processo de produção do MDF:

Processo de produção do Compensado

Cozimento. Após separadas de acordo com sua classe, diâmetro e idade, as toras de madeira são dispostas em uma plataforma onde será feito o processo de cozimento por meio de vapor. As toras permanecem cobertas em cozimento no vapor por um período de cerca de 12 a 16 horas, para que amoleçam e, assim, ganhem mais qualidade e favoreça o processo de laminação. Após o cozimento, as toras são retiradas da plataforma e transportadas para outro ambiente onde possam esfriar e descansar.

Laminação. Após o cozimento, resfriamento e descanso, a tora de madeira é transportada e posicionada em um equipamento denominado torno de laminação contínua, onde é primeiramente descascada. A casca é descartada do processo e convertida em biomassa. Descascada, a tora então passa pelo processo de laminação, onde gira em alta velocidade e a faca do torno extrai as lâminas de madeira, reduzindo o diâmetro da tora até o miolo, o qual não é aproveitado no processo de fabricação de compensados, sendo encaminhado a outras indústrias. A lâmina contínua é cortada por uma guilhotina e depositada em pilhas.

Secagem, classificação e empilhamento. As lâminas empilhadas são transportadas ao secador, onde a umidade natural da madeira e residual do processo de cozimento é retirada. Após a secagem, uma parte das lâminas passa pelo setor de classificação onde são separadas de acordo com a qualidade, aspectos visuais, integridade e aplicação no compensado. Após o processo de classificação, as lâminas são novamente empilhadas para que possam esfriar e ficam armazenadas de três a quatro dias.

Colagem e prensagem. Após o empilhamento, as lâminas são transportadas para setor de colagem. A cola é disposta e, na sequência, espalhada sobre as superfícies das lâminas de madeira através de um rolo superior e outro inferior. Após a aplicação da cola, é feita a montagem do compensado. As lâminas são dispostas em várias camadas em sentidos diferentes, fazendo a amarração dos veios da madeira, uma no sentido horizontal e outra na vertical. Na sequência da montagem, a chapa passa pela etapa de assemblagem ou pré-prensagem, na qual a camada que tem cola vai transferir e compactar as lâminas que não tem cola. A chapa, então, é posicionada na prensa, onde além da pressão é transferido calor para todas as camadas de lâmina.

Reparo. Após a formação do compensado, as chapas que necessitam passam por uma etapa de reparo durante a qual são preenchidos, com material adequado, eventuais irregularidades, cavidades ou outras imperfeições mais significativas da chapa.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Esquadrejamento. Após armazenamento, resfriamento e eventual reparo, a chapa que foi retirada da prensa em estado bruto vai para o processo de esquadrejamento, no qual as bordas da chapa são regularizadas e cortada nas dimensões comerciais de mercado.

Lixamento e acabamento. Feito o corte, a chapa é encaminhada para as etapas finais de lixamento e acabamento, por meio dos quais são corrigidas as imperfeições finas que ainda ficaram na madeira. Por fim, a chapa é empilhada, enfardada e preparada para comercialização e envio.

A figura abaixo apresenta todas as etapas do processo de produção do compensado:

(b) características do processo de distribuição

Canais de Venda

Mercado Doméstico

A proximidade entre as unidades industriais da Companhia permite a captura de importantes sinergias logísticas e administrativas. As unidades industriais da Companhia estão localizadas entre 280 e 480 km de distância dos portos de Paranaguá, Itapoá e Itajaí, nossos principais corredores logísticos para exportação de Compensados e MDF.

Os painéis de MDF e de madeira compensada produzidos pela Companhia têm sua distribuição principalmente dirigida à indústria moveleira, como, por exemplo, a indústria de móveis de varejo. Além disso, a Companhia também realiza distribuições a indústria de decoração, lojas especializadas e *home centers* de construção.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Por meio de técnicas inovadoras de *marketing*, como, por exemplo, a participação de eventos de arquitetura e decoração no Brasil como a Casa Cor em São Paulo e a Exto Revestir possibilitaram a Companhia em fixar mais de 350 pontos de venda no Brasil, se fixando, principalmente, em *showrooms* e lojas de decoração, e aumentar suas vendas por meio de sua loja *online* (https://loja.guararapes.com.br/).

(c) características do Setor de Atuação da Companhia

O mercado de painéis de madeira, tanto no Brasil quanto globalmente, depende principalmente do nível de atividade tanto no setor de construção civil quanto no setor moveleiro. Acreditamos que esses mercados apresentam um enorme potencial de crescimento, pautado principalmente em tendências de médio / longo prazo, gerando inúmeras oportunidades para a Companhia.

Tendências

Acreditamos que o crescimento do setor de painéis de madeira, tanto no Brasil quanto globalmente, será impulsionado, não exclusivamente, mas principalmente, pelos seguintes fatores:

a. Taxas de juros em patamares mínimos históricos:

Patamares de taxa de juros em mínimos históricos têm tornado financiamento cada vez mais atrativo para indivíduos, o que estimula significativamente a demanda tanto de imóveis, impulsionando atividade no setor de construção, quanto de novos móveis para mobiliar / decorar o novo imóvel adquirido, impulsionando o setor moveleiro.

Do lado da oferta, empresas de incorporação têm acessado o mercado de capitais para se financiar emitindo ações, e gestoras de recursos têm lançado novos fundos imobiliários, o que tem permitido uma aceleração nos investimentos em novos projetos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

b. Retomada da atividade econômica global:

O setor de construção civil globalmente mostra forte correlação com atividade econômica.

Estima-se que o Brasil, que já vem ganhando espaço no mercado global de painéis de madeira, irá se beneficiar com uma eventual retomada da atividade global, especialmente em países como Estados Unidos, China, e outros países emergentes, onde o setor de construção civil possui espaço para crescer, haja visto a eficiência florestal e operacional das empresas brasileiras, neste setor.

c. Novas tendências geradas pelo COVID-19:

O prolongado período de lock-down, obrigou os indivíduos, a passar tempo significativamente maior em suas casas, do que acostumados, motivando-os a fazer investimentos / reformas que antes eram postergadas ou não vistas como necessárias ou prioritárias. A pandemia também provocou o adiamento de projetos, tais como viagens de férias e compra de automóveis, aumentando assim a renda disponível para decoração de interiores. Esse efeito beneficiou positivamente os segmentos de materiais de construção e moveleiros.

Com a nova tendência de home-office, as pessoas também passaram a investir mais em seus ambientes de trabalho dentro de suas casas, estimulando demanda por itens como armários, mesas e escrivaninhas, que por sua vez aumentam a demanda por painéis de madeira.

Mercados de Atuação

A Companhia atua no segmento de painéis reconstituídos, que são produtos de madeira voltados para mercado de móveis, decoração, construção e embalagens, atuando tanto no mercado doméstico quanto exportação.

Consumo de Madeira para Uso Industrial

Segmento / *Segment*	Milhões m³ / *Million m³*			
	Eucalipto / *Eucalyptus*	Pinus / *Pine*	Outras / *Others*	Total
Celulose e Papel / *Pulp and Paper*	79,9	10,3	0,1	90,3
Painéis Reconstituídos / *Panels*	6,6	7,4	0,4	14,4
Indústria Madeireira / *Lumber*	6,0	27,9	0,4	34,3
Carvão / *Charcoal*	23,4	-	-	23,4
Lenha Industrial / *Industrial Firewood*	47,1	4,0	4,4	55,5
Madeira Tratada / *Treated Wood*	1,4	-	-	1,4
Outros / *Others*	1,6	0,1	-	1,7
Total	166,0	49,7	5,3	221,0

Fonte: IBÁ.

(i) Mercado Doméstico

O mercado brasileiro de painéis de madeira é altamente correlacionado com atividade econômica, taxa de juros, setor de construção civil e setor moveleiro. A companhia por sua vez foca sua operação de vendas no mercado doméstico em MDF, muito utilizado na fabricação de móveis e em decoração.

Nos anos de recessão econômica, com taxas de juros em patamares elevados, o setor de construção civil sofreu com forte contração no financiamento imobiliário e queda no poder de compra dos brasileiros, impactando negativamente a demanda por MDF.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A retomada da economia iniciada em 2017, com consecutivos cortes na taxa de juros, deu um respiro ao setor de construção civil, que voltou a acelerar lançamentos em 2018. Isso refletiu rapidamente na demanda por MDF.

Acreditamos que o mercado de MDF brasileiro possui potencial de crescimento nos próximos anos com (i) aceleração nos desembolsos para financiamento imobiliário, que em agosto de 2020 atingiam um acumulado em 12 meses de R$97 bilhões, nível próximo aos patamares pré recessão econômica no Brasil iniciada em 2015 / 2016, (ii) liquidez no mercado permitindo que companhias do setor de construção civil retomem / acelerem lançamentos de novos projetos,(iii) indivíduos investindo mais em móveis / decoração, principalmente impulsionado pela tendência de home-office e (iv) retomada do crescimento econômico no país.

Variação do PIB Brasileiro e Consenso do Mercado

(%; SGS-Banco Central do Brasil)

Evolução da Selic

(%; Banco Central do Brasil)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Doméstico de MDF

('000m^3, crescimento em %; IBÁ)

Unidades Lançadas / Vendidas na Região Metropolitana de São Paulo (Termômetro para mercado imobiliário)

('000unidades; Secovi)

Compensados

A produtividade na produção de compensados no Brasil figura entre as maiores do mundo, devido à produtividade florestal (6x mais produtiva do que a da Europa), devido a propriedades mecânicas e devido a questões ligadas ao custo da mão-de-obra.

O Brasil possuí mais de 1.6 milhão de hectares de área plantada de Pinus, além de 12 milhões de hectares para reflorestamento.

A região de atuação da Guararapes, Paraná e Santa Catarina, é responsável por 70% da área plantada de Pinus no Brasil, possuindo ótimo acesso logístico para o mercado doméstico e internacional. Além disso, são estados com presença de um mercado ativo de cavaco de madeira (*wood chip*), sub-produto importante para a produção de MDF.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produtividade de Plantações de Pinus por País

(m^3/ha por ano; IBÁ)

Produtividade de Plantações de Eucalipto por País

(m^3/ha por ano; IBÁ)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mapa das Áreas de Plantio de Eucalipto/Pinus no Brasil por Estado

(milhões de ha; IBÁ)

(ii) Mercado Global

O mercado global de painéis de madeira é altamente correlacionado com atividade econômica, taxa de juros e setor de construção civil. A Companhia por sua vez foca sua operação de vendas no mercado global em compensados, muito utilizado na construção civil (principalmente casas) e embalagens.

O setor de construção civil global apresentou crescimento composto médio de 5.9% nos últimos 4 anos, atingindo US$12,7 trilhões em 2019. Esse crescimento foi impulsionado principalmente por (i) taxas de juros em patamares mínimos históricos em países desenvolvidos, permitindo financiamentos mais atrativos, (ii) crescimento e urbanização em países emergentes, (iii) envelhecimento da pirâmide demográfica, aumentando o número de indivíduos saindo de casa / novas famílias, aumentando por sua vez a demanda por habitação.

O Brasil se beneficiou desse crescimento global do mercado de construção civil, com exportações de compensados atingindo 2,1 milhões de metros cúbicos em 2019, um crescimento médio composto de 10.5% desde 2011.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Global de Construção Civil

(US$bn; The Business Research Company report "Construction Market - Opportunities And Strategies – Global Forecast To 2030")

Produção Global de Painéis de Madeira

(mm m^3; ITTO (International Tropical Timber Organization))

Exportação Brasileira de Compensados

('000 m^3; Comexstat)

Nota: *cenário adverso no mercado de construção de casas nos Estados Unidos em 2019 acabou impactando negativamente as exportações do Brasil*

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Competição

O setor de painéis de madeira é influenciado por diversos fatores e os resultados das operações da Companhia podem ser afetados adversamente por: (i) preços competitivos; (ii) promoções / incentivos comerciais; (iii) aumento de capacidade de produção por concorrentes; (iv) condição financeira dos nossos clientes; (v) perspectiva do cenário econômico no Brasil; e (vi) outros fatores.

Consideramos que nos segmentos de atuação da companhia os nossos maiores concorrentes são (i) Duratex; (ii) Berneck; e (iii) Arauco. Destes, apenas a Duratex abriu o seu capital no Brasil. A Companhia é o 4º maior player em capacidade de produção de MDF no país, com 9.4% de Market share. Os 4 maiores players possuem em conjunto 71.9% da capacidade de produção de MDF no país. Ainda, entre os principais competidores, a Companhia é a única com atuação no segmento de compensados.

Capacidade Instalada de MDF no Brasil

(Participação de mercado em %; informações das companhias)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Comparação Entre Principais Comparáveis

(Participação de mercado em %; informações das companhias)

	guararapes	Player 1	Player 2	Player 3
MDF	✓	✓	✓	✓
Compensados	✓			
MDP		✓	✓	✓
Madeira Cerrada			✓	
MDF Production Capacity (000' m³)	600	1,710	810	1,530
Receita Líquida 2019 (R$mm)	546 (MDF)	2,934	1,732	1,363
EBITDA Ajustado & Margem 2019 (R$mm; %)	125 22.9% (MDF)	570 19.4%	454 26.2%	114 8.4%
ROE 2019[1] (%)	19% (MDF)	n.a.	15.3%	(1.3%)

[1]: ROE calculado como lucro líquido / patrimônio líquido no fim do período.

(d) eventual sazonalidade

Historicamente, os setores em que a Companhia atua são pouco impactados por efeitos sazonais.

Um dos poucos eventos recorrentes relevantes é o desaquecimento do mercado durante a segunda quinzena de dezembro em decorrência da época de festas de final de ano e férias coletivas. Usualmente, a Companhia mantém a produção neste período e se utiliza deste para formação de seu estoque em preparação para a retomada do volume de vendas em janeiro, época em que a Companhia geralmente realiza paradas de manutenção programada em suas linhas de produção.

Por fim, em relação à disponibilidade de matéria-prima, não se observam efeitos relevantes de sazonalidade que afetem os resultados da Companhia, uma vez que os ciclos entre plantio e extração de madeira são de longo prazo, existe abundância de matéria-prima próximo aos parques fabris da Companhia e esta desenvolveu uma base diversificada de fornecedores de madeira em suas diferentes qualidades de comercialização, o que possibilita à Companhia acesso privilegiado a sua principal matéria-prima.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(e) principais insumos e matérias primas

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações da Companhia mantidas com fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia não possui dependência de poucos fornecedores no que diz respeito aos seus principais insumos e matérias primas, madeira e resina. As compras de madeira, em suas diferentes qualidades de comercialização, provêm de um grande número de fornecedores não afiliados, em uma região caracterizada pela abundância de disponibilidade desse insumo. No caso das compras de resina, existem no mercado diferentes fornecedores de qualidade equivalente e a Companhia pode, momentaneamente, por questões comerciais, optar por concentrar suas compras em poucos fornecedores, porém revisita periodicamente tais questões comerciais junto a diferentes fornecedores. Como resultado, não há dependência de um único fornecedor.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia não estão sujeitos a grande variação de volatilidade.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos clientes da Companhia é responsável por mais de 10% (dez por cento) de sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos clientes da Companhia é responsável por mais de 10% (dez por cento) de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Relativa à Atividade da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a autorizações governamentais de natureza ambiental, tais como licenças de operação, as quais são necessárias para qualquer tipo de atividade industrial.

Nossas atividades industriais estão sujeitas a prévio licenciamento ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), que prevê que a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento. Além da esfera federal, nossas atividades podem ser sujeitas a prévio licenciamento ambiental instituído pela Lei Estadual nº 14.675/2009, do Estado de Santa Catarina, bem como pela Resolução nº 107/2020 do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná.

O processo de licenciamento ambiental é regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreendendo, em regra, um sistema trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação), no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, sendo emitida em um único nível de competência.

As autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A ausência de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais para operação de atividades e/ou de empreendimentos potencialmente poluidores sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, no âmbito federal, que podem culminar em multas de R$500 a R$10.000.000, sem prejuízo de outras penalidades como embargo, desativação e demolição, dentre outras.

A Companhia possui licenças válidas para a unidade de painéis de Caçador (SC) e para a unidade de compensados de Palmas (PR), bem como autorização para desenvolvimento de atividade no interior. Para a unidade de Santa Cecília (SC), a licença ambiental venceu em 22 de junho de 2019, havendo o protocolo de pedido de renovação em 22 de fevereiro de 2019.

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos estão sujeitos ao gerenciamento de resíduos sólidos e à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados. O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama. Por isso, devem ser disponibilizadas pelo empreendedor ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e às demais autoridades competentes, em periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

Na implementação do PGRS, mesmo que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R$50 milhões.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia pode também estar sujeita à regulamentação sobre utilização de recursos hídricos, devido à sua localidade ou à quantidade de água necessária para o desenvolvimento de sua atividade. A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, recentemente alterada pela Lei nº 14.066/2020, estabelece que esse uso é sujeito à outorga pelo Poder Público, inclusive para despejo de efluentes. A mencionada Lei dispõe que a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$ 100,00 até R$ 50.000.000,00.

Nesse sentido, a Companhia possui Estações de Tratamento de Efluentes em suas unidades de Caçador (SC) e de Santa Cecília (SC). Em relação à unidade de Palmas (PR), em 22 de outubro de 2020, foi encaminhado ao órgão competente ofício em que a Companhia informa a desativação de sua ETE, para instalação de nova estação de tratamento biológico de efluentes. A nova estação de tratamento pode ser sujeita à prévia autorização do órgão ambiental, conforme já apontado anteriormente.

Em relação aos imóveis em que a Companhia exerce suas atividades, há possibilidade de interferência em áreas especialmente protegidas, como Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação. Para o caso de Áreas de Preservação Permanente, o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº 12.651/2012) determina que qualquer interferência somente é permitida em caso de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, quando não existir alternativa técnica e locacional ao empreendimento, sendo exigida autorização prévia por parte da autoridade ambiental. O desmate de florestas ou de demais formações nativas e a exploração de qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas em APPs, sem a correspondente autorização do órgão competente, configuram infração administrativa ambiental, sujeita a multa cujo valor pode variar entre R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 500,00 (quinhentos reais), por hectare ou por fração.

Além disso, o Código Florestal Brasileiro também dispõe que florestas e outras formas de vegetação nativa apenas são suscetíveis de supressão se mantida, a título de Reserva Legal, uma porcentagem mínima da vegetação local de cada propriedade rural. A porcentagem que deverá ser mantida a título de Reserva Legal varia de acordo com o bioma e com a região onde a propriedade rural está localizada. A área de Reserva Legal deve ser registrada por meio de inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nessas áreas sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida são puníveis com multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou por fração de área.

Em decorrência do porte e uso de motosserras em suas atividades, da fabricação de estruturas de madeira, da atividade de silvicultura, dentre outras atividades, a Companhia está sujeita ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA, para cada uma de suas unidades. A Lei Federal nº 6.938/1981 dispõe que a ausência de registro perante o CTF sujeita o empreendedor à penalidade de multa, cujo valor pode variar de R$ 900,00 (novecentos reais) a R$ 9.000,00 (nove mil reais), proporcionalmente ao porte do empreendedor. Ademais, a falta do pagamento da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental acarreta multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais e, no caso de eventual inobservância ou violação, a Companhia fica sujeita a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, criminal e civil. Caso a Companhia ou alguma de suas controladas causem ou, de outra forma, sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, poderão ser verificados efeitos adversos em nossos resultados e negócios, inclusive sob o ponto de vista reputacional.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A caracterização da responsabilidade civil ambiental é objetiva, o que significa dizer que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81), o qual terá o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada um para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, na qual qualquer dos agentes poderá responder pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores.

Dessa forma, tanto as atividades desenvolvidas pela Companhia que possam ser caracterizadas como potencialmente poluidoras do meio ambiente, quanto a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço, são devidamente fiscalizadas, evitando-se, assim, qualquer passivo ambiental. Por essa razão, considerando que poderão ser responsabilizados civilmente aqueles que concorrerem indiretamente para a ocorrência de eventual dano ambiental, é fundamental que haja uma gestão conjunta dos riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto específico, bem como exijam e fiscalizem o cumprimento de uma política ambiental adequada de seus clientes, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de uma eventual responsabilização solidária.

Com relação aos administradores, na esfera civil, eles somente poderão ser solidariamente responsáveis se agirem em desacordo com a legislação ambiental ou com o Estatuto Social, uma vez que não podem ser responsabilizados por atos regulares de gestão. Caso não tenha havido conduta em desacordo com a legislação ambiental ou Estatuto Social, a responsabilidade civil ambiental somente poderá alcançar o administrador se ele também acumular a condição pessoal de sócio. No que se refere à responsabilização de administradores em âmbito penal, estes podem vir a responder somente de forma subjetiva, isto é, sendo necessário analisar a conduta do agente envolvido na infração ambiental.

Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento da doutrina e jurisprudência a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de efetiva ocorrência de dano ambiental. As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa de até R$50 milhões, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma, ou suas controladas, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei nº 9.605/1998.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Adicionalmente, a Lei nº 9.605/1998 prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Licenciamento imobiliário

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Restrições para a aquisição de imóveis rurais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, bem como por pessoas jurídicas brasileiras equiparadas a estrangeiras na forma da Lei nº 5.709/1971.

A Lei nº 5.709/1971 estabelece certas condições para a aquisição de imóveis rurais por (i) pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, e (ii) pessoas jurídicas brasileiras com maioria de capital social detida por estrangeiros, dentre as quais a necessidade de aprovação governamental prévia - isto é, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do atual Ministério da Economia – ME (que, a partir de 1º de janeiro de 2019, incorporou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC), podendo ainda haver a necessidade de aprovação de outros órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Conselho de Defesa Nacional – CDN, conforme o caso – para a aquisição de imóveis rurais com áreas que excedam determinados limites. O não cumprimento das referidas condições pode resultar na nulidade de uma transação envolvendo a transferência de imóveis rurais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional Nº 6/1995, houve o entendimento de que as restrições que eram aplicáveis à aquisição de imóveis rurais por pessoas jurídicas brasileiras com maioria de capital social detida por estrangeiros deixaram de ser consideradas válidas.

O Parecer da Advocacia Geral da União ("AGU") AGU-LA-01, publicado em 23 de agosto de 2010 ("Parecer AGU-LA-01/2010") revisou as opiniões exaradas nos pareceres anteriores GQ-22, 1994 e GQ-181, de 1998, alterando o entendimento da AGU vigente até então, no sentido de restabelecer as restrições previstas na Lei nº 5.709/1971 no que se refere à aquisição de imóveis rurais por empresa brasileira cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros (Art. 1º, parágrafo 1º) e as estendeu para empresas controladas por estrangeiros.

Sem prejuízo de eventuais questionamentos à respeito da validade da restrição prevista na Lei nº 5.709/1971 e da interpretação da AGU exarada no Parecer AGU-LA-01/2010, questionamentos, restrições e exigências formais acima expostas, conforme aplicáveis à Companhia e eventuais acionistas, poderão lhe afetar negativamente e/ou limitar as possibilidades de investimento, haja vista que a aquisição ou o arrendamento de imóvel rural que viole as prescrições legais poderá ser considerada nula de pleno direito, nos termos do art. 15 da Lei nº 5.709/1971.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Privacidade e Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas para o tratamento de dados pessoais, ou seja, de toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54, os quais tratam das sanções administrativas, que entrarão em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, de acordo com a Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, altera determinadas disposições do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como prevê sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Relevante destacar, ainda, que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de: (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, inclusive emitindo resoluções sobre a forma como a LGPD deve ser interpretada, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. A estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP foram aprovadas pelo executivo federal por meio do Decreto nº 10.474/2020, publicado em 27 de agosto de 2020 no Diário Oficial da União.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais de seus empregados, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e Parceiros Comerciais.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, inclusive por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do controlador do tratamento de dados; (iv) informações de contato do controlador do tratamento de dados; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição da responsabilidade dos agentes de tratamento envolvidos; e (vii) descrição dos direitos dos titulares de dados.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação brasileira, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como o acesso ou uso não autorizado aos dados pessoais que trata, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Ainda que as sanções previstas na LGPD entrem em vigor em 1º de agosto de 2021, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia possui política de atendimento à legislação ambiental, tanto em suas atividades industriais, quanto florestais, obtendo reconhecidas certificações internacionais quanto à origem e rastreabilidade de seus insumos florestais e aos procedimentos adotados em suas atividades de reflorestamento.

Os selos FSC da Companhia atestam tanto o manejo florestal, quanto as cadeias de custódia, demonstrando as boas práticas no âmbito florestal e fabril. Nesse sentido, a Companhia possui as seguintes certificações:

- "*Responsible Forestry Certified*": válido até 2025, certifica a origem dos insumos florestais da Unidade de Palmas (PR) – Código de certificação: SCS-FM/COC-005239;

- "*Responsible Forestry Certified*": válido até 2024, certifica a política de manejo florestal e de cadeias de custódia de todas as unidades da Companhia – Código da certificação: SCS-COC-002946;

A Companhia também tem boas práticas reconhecidas em sua operação industrial:

- Certificado nº SEM 713103: atesta o sistema de gestão ambiental da Companhia, de acordo com a ISO 14001:2015, válido até 2023.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(c) dependência de patentes, marcas, domínios, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela: (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de algumas marcas registradas no Brasil junto ao INPI, tais como "GUARARAPES", "GUARAPLY - INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES", "GUARAFIBRA" e "RUC MULTIPROTEÇÃO - MDF RESISTENTE A UMIDADE, CUPIM, MICRÓBIOS E FUNGOS", as quais são relevantes para suas atividades.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da *internet*. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

A Companhia é titular de 5 nomes de domínio, quais sejam: "calculadoradomarceneiro.com.br", "guarafibra.com.br", "guaraply.com.br", "guararapes.com.br" e "guararapes-plywood.com.br".

Softwares de terceiros

A Companhia utiliza softwares de terceiros, celebrando com seus titulares contratos de licença que lhe garantem os direitos de uso necessários para o desempenho de suas atividades.

Seus principais contratos de licença de software são celebrados com os seguintes titulares: 4Vision, Aprovador, Arcserve, Arcgis, Autodesk, StradaSoluções, BOXDESK, Copel, Corel, Digifort, Dr. Internet, Proserv, Fortinet, Foxnet, Gati, GGNET, GVT-Vivo ctba, HughesNet, Harbor, Inflor, Microsoft, Neteye, Nexxera, Nutanix, OpenTech, Outplan, OI, Power Financial, Prodwin, Qlik, Redhat, Senior, Sensus, Sysphera, Target, Tiny ERP, Totvs, TrendMicro, Trimble, Vmware e Zoom.

Todos os softwares de terceiros estão com seus respectivos contratos de licença de uso válidos e vigentes, e são utilizados estritamente dentro de seu escopo de contratação.

Para maiores detalhes a respeito dos ativos de propriedade intelectual mais relevantes da Companhia, favor reportar-se ao item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita da Companhia proveniente dos clientes atribuídos ao seu país sede (Brasil) totalizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R$591.011 mil ou 86% da receita bruta da Companhia para o exercício e, no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, R$596.423 mil ou 80% da receita bruta da Companhia para o período.

	Exercício social encerrado em 31/12/2019 (R$ mil)	
	Receita (R$ mil)	**% da Receita Bruta**
País Sede (Brasil)	591.011	86%
	Período de onze meses encerrado em 30/11/2020 (R$ mil)	
	Receita (R$ mil)	**% da Receita Bruta**
País Sede (Brasil)	596.423	80%

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Período de onze meses encerrado em 30/11/2020		
Região	**Receita (R$ mil)**	**% da Receita Bruta**
América do Norte	67.893	11%
América do Sul	27.245	4%
Caribe	6.555	1%
África	1.618	0%
Europa	14.582	2%
Ásia	4.424	1%
Outros	23.362	3%
Total	**145.679**	**20%**

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 31 de dezembro de 2019, a receita total proveniente de clientes estrangeiros totalizou R$94.802 mil ou 14% da receita bruta total da Companhia no exercício. Em 30 de novembro de 2020, a receita total proveniente de clientes estrangeiros totalizou R$145.679 mil ou 20% da receita bruta total da Companhia no período.

	Exercício social encerrado em 31/12/2019 (R$ mil)	
	Receita (R$ mil)	**% da Receita Bruta**
Países Estrangeiros	94.802	14%
	Período de onze meses encerrado em 30/11/2020 (R$ mil)	
	Receita (R$ mil)	**% da Receita Bruta**
Países Estrangeiros	145.679	20%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, não existem medidas como restrições e quotas ou suspensões à importação adotadas por determinados países ou regiões em relação aos produtos comercializados pela Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatório de sustentabilidade, e não possui política de responsabilidade ambiental formalizada.

Não obstante, a Companhia possui Política de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), por meio da qual estabeleceu as diretrizes e regras para a gestão responsável e sustentável do seu negócio, incluindo a observância das normas e regras aplicáveis, principalmente no que se refere às questões ambientais, sociais e de governança, buscando contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, a Companhia utiliza em seu processo produtivo o pinus de reflorestamento, realiza o tratamento de toda água utilizada em seus processos produtivos, além de que os resíduos da madeira utilizada no processo de fabricação do compensado se tornam matéria-prima na produção do MDF. Desta forma, a Companhia entende que o sistema de gestão ambiental atualmente adotado é suficiente para assegurar que as atividades atendam aos requisitos legais e normas ambientais aplicáveis com o compromisso de reduzir os impactos ambientais de seus serviços.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 7 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1- Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, considerando que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios. Para mais informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Os principais bens do ativo não circulante da Companhia se encontram descritos nos itens 9.1(a), 9.1(b) e 9.1(c) deste Formulário de Referência.

Com relação ao ativo imobilizado da Companhia, os principais itens referem-se a terrenos, máquinas e equipamentos, instalações e edificações, conforme descritos no item 9.1(a) deste Formulário de Referência.

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Edificação - Torres ciclones/secador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base lixadeira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base peneira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio substação elétrica	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - ETE/ETA	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base do tanque de óleo	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Vestiários/refeitório	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base prensa	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base refinador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Mezanino	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Pré-prensa	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 tanques de água	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Bases serras/refinador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Sistema água industrial	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base esteira pátio	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base caldeira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base silo cilindro	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Moega biomassa	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Moega cavaco de terceiros	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Pavimentação de pátio	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Silo 500m3	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Balança rodoviária	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Esteira pátio	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Iluminação fábrica	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Sala de iluminação	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base mini caldeira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Rede de ar fábrica	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Rede iluminação fábrica carregamento	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Baias para separar lixos	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Obra depósito de cinzas	Brasil	SC	Caçador	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Edificação - Base silo fibras	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio refeitório/ vestiário	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Silo de pó 300m	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio administrativo/ refeitório	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Salas administrativos	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Barracão 7.500 m2	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Melhorias e adequações da l1 para l2	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Silo 6000 m3 - (ref. Bem 30037)	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações - Controle de acesso a empresa	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações do ambulatório	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações - Containers para entrada de funcionários	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 picador Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 silo cavaco	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 silo biomassa	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 secador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Planta Industrial – Rodovia Avelino Mandelli, km 1, s/nº, Bairro Aeroporto	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 resfriadores	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 desfibrador andritz	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 linha encolagem	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 classificador de fibras	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 linha formadora Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 caldeira Vyncke	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 formadora de pacote	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 lixadeira steinemann Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 esquadrejadeira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 prensa bp iii Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 sub estação 138.000v	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 rede ar comprimido	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 rede de abrandamento	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações l2 poços artesianos	Brasil	SC	Caçador	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Instalações I2 rede de hidrantes	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações I2 laboratório	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações I2 ETE	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações I2 descascador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações I2 grua do descascador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Terrenos - Infra Estrutura Terrenos	Brasil	SC	Caçador	Própria
Terreno - cfe matrículas nº 30439 / 30486	Brasil	SC	Caçador	Própria
Instalações I2 prensa cont.siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Planta Industrial – Rodovia BR 116, km 141,9, s/nº, Bairro Parque Industrial	Brasil	SC	Santa Cecília	Própria
Planta Industrial – Rua Alcina Santos Araújo, nº 411, Bairro São Francisco	Brasil	PR	Palmas	Própria
Edificação - Benfeitorias parte civil geral	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Barracão de estoque na ETE	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Barracão ferro velho 180m2 piso	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Piso pátio de madeiras - oi. 10.109.043	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Cobertura do tanques de resinas	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Plataformas de acessos seguros	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Projeto barracão de químicos	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações - I2 escritório 303 m2	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 picador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 desfibrador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 prensa cont. Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 linha lixamento Siempelkamp	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 bunker	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 grua do descascador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 pipe rack	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 barracão 7.440m2	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 barracão 14.000m2	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 mezanino	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 caldeira	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 silos verticais	Brasil	SC	Caçador	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Edificações I2 silos horizontais	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 descascador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 ETE	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 balança portaria	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificações I2 almoxarifado	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio principal/ refinador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio almoxarifado/oficina	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Benfeitorias pátio	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Casa das bombas reservatório	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Cobertura picador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação – Drenagem	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Piso barracões	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Pipe rack externo	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Pipe rack interno	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Cercas laterais	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Base descascador/picador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio picador	Brasil	SC	Caçador	Própria
Edificação - Prédio caldeira	Brasil	SC	Caçador	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916950905, na classe NCL(11) 40, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 916950930, na classe NCL(11) 35, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916950964, na classe NCL(11) 16, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 916950980, na classe NCL(11) 39, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916950999, na classe NCL(11) 19, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 825835941, na classe NCL(8) 19, para a marca mista "GUARAPLY - INDUSTRIA DE COMPENSADOS	03/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903405504, na classe NCL(9) 19, para a marca mista "GUARAFIBRA"	02/01/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 912305231, na classe NCL(11) 19, para a marca mista "RUC MULTIPROTEÇÃO - MDF RESISTENTE	30/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	calculadoradomarcenei ro.com.br	Até 09/03/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; ou (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, a Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	guarafibra.com.br	Até 20/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; ou (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, a Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registro nº 903405733, na classe NCL(9) 19, para a marca mista “GUARARAPES”	08/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903405750, na classe NCL(9) 35, para a marca mista "GUARARAPES"	08/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Nome de domínio na internet	guaraply.com.br	Até 20/09/2030	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; ou (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, a Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	guararapes.com.br	Até 14/02/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; ou (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, a Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	guararapes-plywood.com.br	Até 14/09/2030	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; ou (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, a Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registro nº 916950875, na classe NCL(11) 20, para a marca mista "GUARARAPES"	19/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Compensados USA Inc.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			A Compensados USA Inc., fundada em 2019, possui objetivo fomentar e consolidar vendas de produtos (painéis de MDF e compensados) no mercado americano. A empresa está sediada no estado de Delaware, USA.	100,000000
30/11/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/11/2020	10.231,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A razão pela manutenção desse investimento é o de fomentar e consolidar as receitas de produtos (tanto painéis de MDF quanto de compensados) no mercado americano.

Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	77.911.261/0001-98	-	Controlada	Brasil	PR	Palmas	Agroindústria de madeiras laminadas serradas e compensadas, importação e exportação, extração de madeiras e exploração florestal.	99,990000
30/11/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/11/2020	185.379,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Os investimentos foram realizados visando à captura de sinergias e a melhoria de sua competitividade no seu mercado de atuação e no mercado externo.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este item 9 do Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras apresentadas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas relativas ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, e com as demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. As referidas demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado por meio do qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas que regulam os tratamentos contábeis de instrumentos financeiros (IFRS 9/ CPC 48) e de receita de contrato com clientes (IFRS 15/CPC 47) emitidas pelo IASB e CPC, respectivamente.

Dado as características de ativos e passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017, as mudanças nas políticas contábeis da adoção do IFRS 9/CPC 48 não resultaram em nenhum efeito na aplicação retroativa da norma. No que diz respeito ao IFRS 15/CPC 47, não foram identificados impactos relevantes na data de transição dessa norma.

As informações financeiras a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários abaixo refletem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as suas atividades, negócios e desempenho, bem como visam a fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao período de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2020, e com as demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência, em 4 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. por meio da aquisição de 100% das quotas do capital social, passando então a consolidar os ativos, passivos, receitas e despesas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados") a partir dessa data. Portanto, a comparabilidade das demonstrações financeiras históricas do período de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2020 com os períodos comparativos de 31 de dezembro de 2019 para o balanço patrimonial e de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2019 para fins da demonstração do resultado está afetada uma vez que a Compensados não era uma empresa controlada anteriormente a 4 de novembro de 2020. Os resultados de nossa operação e a nossa condição financeira em períodos futuros podem não ser necessariamente comparáveis com os resultados de nossas operações e nossa condição financeira para períodos históricos, incluindo aqueles discutidos a seguir.

A administração preparou informações financeiras selecionadas *pro forma* não auditadas do balanço patrimonial da Companhia e sua controlada em 30 de setembro de 2020 como se aquisição tivesse ocorrido em 30 de setembro de 2020 e da demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e para os períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019. O balanço patrimonial *pro forma* e as demonstrações de resultado *pro forma* estão apresentados nas seções 3.9 e 10.9 deste Formulário de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Referência. Para fins de preparação dessas informações financeiras *pro forma*, os ativos relacionados com a atividade florestal da Compensados não estão incluídos no balanço patrimonial pro forma pois a cisão desses ativos aconteceu no mês de setembro de 2020. Tendo em vista, que esses ativos permaneceram registrados na Compensados até a data da cisão, os resultados da atividade florestal da Compensados encontram-se incluídos na demonstração de resultado *pro forma*. Portanto, muito embora a Companhia não espere que este impacto seja relevante, a comparabilidade dos mencionados resultados pro forma está afetada em relação aos períodos futuros dado que os ativos florestais não fazem mais parte do grupo de ativos da Compensados.

Os termos "AH" e "AV" constantes de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha (i) em relação à receita líquida para os exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo somado ao total do Patrimônio Líquido, nos respectivos exercícios, quando da análise do balanço patrimonial.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* de relações com investidores da Companhia (http://ri.guararapes.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta as informações sobre a estrutura financeira a patrimonial da Companhia:

	Consolidado	Controladora	Companhia		
	Em 30 de novembro de	**Em 30 de novembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
(R$ milhares, exceto percentuais)	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
(A) Dívida bruta	**294.901**	**155.559**	**149.876**	**185.129**	**201.235**
Financiamentos	138.406	133.326	**116.499**	**132.499**	**159.484**
LBBW- Landesbank Baden-Württemberg	128.148	128.148	106.439	126.194	130.347
FINAME PSI	5.080	-	2.210	5.154	8.066
NCE – Nota de crédito à exportação	5.178	5.178	7.082	-	19.536
Revitaliza	-	-	768	1.151	1.535
Empréstimos Capital de giro	**156.466**	**22.204**	**31.459**	**50.924**	**40.244**
ACC – Adiantamento sobre contrato de câmbio	24.806		31.307	50.440	17.631
CCE – Cédula de crédito à exportação	28.042	22.204	-	-	21.975
CCB – Cédula de crédito bancário	-	-			
CDC – Crédito direto ao consumidor	306				
PPE – Pré-pagamento de exportação	103.312				
Lei 4131	-	-	152	484	638
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	**-**	**112**	**199**	
Empréstimos partes relacionadas	**-**	**-**	**1.507**	**1.507**	**1.507**
Passivos de arrendamento	**29**	**29**	**299**	**-**	**-**
(B) Caixa, Equivalentes de Caixa	**332.977**	**206.998**	**131.191**	**89.364**	**34.177**
Caixa e bancos	11.590	1.665	14.689	5.561	2.787
Aplicações financeiras	321.387	205.333	116.502	83.803	31.390
(C=A-B) Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(38.076)**	**(51.439)**	**18.685**	**95.765**	**167.058**
(D) Patrimônio Líquido	**1.333.106**	**1.333.106**	**330.760**	**284.730**	**238.095**
(E=C/D) Dívida Líquida (Caixa Líquido)/Patrimônio Líquido	**(0,03)**	**(0,04)**	**0,06**	**0,34**	**0,70**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia possui um portfólio diversificado de produtos consolidados, atualmente, distribuídos entre os segmentos de painéis de MDF e de compensados, todos próprios, produzidos e distribuídos a partir doe estados do Paraná e de Santa Catarina.

Nosso plano de crescimento inclui crescimento orgânico, conforme a Companhia e suas controladas já vêm demonstrando nos últimos anos, bem como potenciais aquisições de ativos e negócios de terceiros que estejam vinculados aos mesmos segmentos de negócio que a Companhia e suas controladas atuam e que possam agregar valor.

A Diretoria da Companhia entende que as receitas consolidadas da Companhia são preponderantemente provenientes das vendas de: (i) painéis de MDF; e (ii) compensados, a partir da aquisição da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. em 4 de novembro de 2020. Ambos os produtos são comercializados nos mercados interno e externo. Embora essas receitas proporcionem à Companhia satisfatórios níveis de geração operacional de caixa, foram efetuados contratos de financiamento, cujos recursos foram investidos na modernização de equipamentos e da produção, e no fortalecimento do caixa, especialmente à luz do cenário de pandemia de COVID-19.

Nos períodos encerrados em 30 de novembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a venda de produtos no mercado interno representou 80%, 86%, 86% e 85% da Receita bruta de vendas da Companhia, respectivamente. Por sua vez, a receita do mercado externo representou 20%, 14%, 14%, e 15% da Receita bruta de vendas da Companhia nos períodos encerrados em 30 de novembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, em linha com a estratégia da Companhia, de manter participação neste mercado e não ser dependente exclusivamente do mercado interno. O aumento da participação da receita do mercado externo de 14% no exercício de 2019 para 20% em 11 meses findos em 30 de novembro de 2020 deve-se principalmente ao aumento das exportações da Companhia nesse período.

A Diretoria confirma que a companhia aplica uma parte significativa de seus recursos pelas atividades operacionais no serviço de dívidas obtidas junto a terceiros, alinhados com os prazos de pagamento junto a estes, além de investir no crescimento e sustentabilidade da companhia. No período de onze meses encerrados em 30 de novembro de 2020, a Companhia pagou R$43.305 mil, a título de principal e juros de dívidas. No ano de 2019, a Companhia pagou R$52.685 mil. No ano de 2018, a Companhia pagou R$95.207 mil. No ano de 2017, a Companhia pagou R$57.569 mil.

Os investimentos em ativo imobilizado pagos pela Companhia totalizaram R$17.470 mil no período de 11 (onze) meses findo em 30 de novembro de 2020. Nos exercícios de 2019, 2018 e 2017, a Companhia investiu R$8.281 mil, R$8.882 mil e R$3.167 mil, respectivamente, em linha com a estratégia da Companhia de crescimento orgânico e modernização das operações.

Apesar da pandemia da COVID-19, os diretores acreditam que o setor passa por um bom momento e apresenta uma tendência de crescimento significativo das atividades e da demanda por seus produtos, seja em razão da forte demanda por materiais de construção e reformas durante o período de isolamento social, seja devido à retomada da economia, com redução de juros, e desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-Americano, o que tem favorecido as exportações dos produtos da Companhia.

A Diretoria entende que a situação financeira da Companhia é sólida e suficiente para atender as suas obrigações com terceiros e à necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento do serviço da dívida, bem como para fazer frente a seu cronograma de investimentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Em 30 de novembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R$1.333.105.796,66, sendo o capital social de R$241.239.491,31, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 97.524.234 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A tabela abaixo apresenta a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

	Controladora	Consolidado	Companhia		
	Em 30 de novembro de:		**Em 31 de dezembro de:**		
(R$ milhares, exceto percentuais)	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Passivo Circulante (a)	110.923	212.624	102.353	114.646	89.431
Passivo Não Circulante (b)	191.352	429.553	184.245	182.717	193.133
Patrimônio Líquido (c)	1.333.106	1.333.106	330.760	284.730	238.095
Total (d)	**1.635.381**	**1.975.283**	**617.358**	**582.093**	**520.659**
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	0,18	0,33	0,46	0,51	0,54
Capital Próprio (c/d)	0,82	0,67	0,54	0,49	0,46

Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia apresentou aumento gradual na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com redução significativa do endividamento líquido, principalmente em razão das amortizações de principal nos últimos exercícios com recursos gerados pelas atividades operacionais.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que a dívida líquida sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, esteja em nível que acreditam confortável, considerando os atuais níveis de geração operacional de caixa, sobretudo observando empresas comparáveis do setor.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

(c) comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas as suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Diretora acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações. Em 2017, a Companhia apresentava um índice de 0,7 de dívida líquida sobre o patrimônio líquido, reduzindo-se para 0,34 em 2018 e fechando 2019 em 0,06. Em 30 de novembro de 2020, o índice do caixa líquido das dívidas estava em 0,03.

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia financiou as suas atividades predominantemente com a geração de capital operacional e financiamentos de terceiros, em especial, através de linhas de capital de giro de longo prazo. As principais linhas de financiamento utilizada pela Companhia no último exercício foram: (i) capital de giro, (ii) financiamentos externos para aumento de capacidade de produção, e (iii)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

financiamentos locais (FINAME PSI). Para mais informações sobre a composição do endividamento da Companhia, vide item 10.1(f).

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia contratou: (i) financiamentos para ampliação da capacidade produtiva de origem externa e interna; e (ii) capital de giro junto a instituições financeiras locais.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 30 de novembro de 2020, a dívida bruta da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos passivos, empréstimos com partes relacionadas e passivos de arrendamento), circulante e não circulante) da Companhia atingiu o montante total de R$294.901 mil, representando um aumento de 97% da dívida bruta quando comparado com a dívida bruta em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia não está sujeita ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants* financeiros).

Em 30 de setembro de 2020, a dívida bruta da Companhia atingiu o montante total de R$177.200 mil, sendo que R$37.121 mil representavam dívidas de curto prazo e R$139.989 mil correspondiam a dívidas de longo prazo. A dívida líquida, por sua vez, em 30 de setembro de 2020 era de R$ 12.699 mil e a dívida líquida em 30 de setembro de 2019 era de R$43.603 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta da Companhia atingiu o montante total de R$149.876 mil, sendo que R$32.397 mil representavam dívidas de curto prazo e R$117.479 mil correspondiam a dívidas de longo prazo. A dívida líquida, por sua vez, em 31 de dezembro de 2019 era de R$18.685 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia atingiu o montante total de R$185.129 mil, sendo que R$42.904 mil representavam dívidas de curto prazo e R$142.225 mil correspondiam a dívidas de longo prazo, representando uma redução de 8,0% sua dívida bruta quando comparado com a dívida bruta em 31 de dezembro de 2017. A dívida líquida, por sua vez, em 31 de dezembro de 2018 era de R$95.765 mil, representando uma redução de 42,7% em sua dívida líquida quando comparado com a dívida líquida em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa, equivalentes de caixa era de R$131.191 mil, representando um aumento de 46,8% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 30 de novembro de 2020, a dívida bruta da Companhia era de R$294.901 mil, enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$332.977 mil, um aumento de 154% em relação a 31 de dezembro de 2019.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte de 6 (seis) Contratos de Empréstimo, 4 (quatro) Cédulas de Crédito à Exportação, 8 (oito) Pré Pagamento à Exportação, 8 (oito) Adiantamento de Contrato de Câmbio e 1 (uma) Nota de Crédito à Exportação vigentes, em favor das seguintes instituições financeiras: (i) Landesbank Baden-Wurttemberg; (ii) Banco Safra S.A.; (iii) Banco Bradesco S.A.; (iv) Banco Santander (Brasil) S.A.; (v) Banco Itaú S.A.; (vi) Banco ABC S.A; e (vii) China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. Os empréstimos celebrados totalizam o montante de R$294,872 milhões, com o saldo devedor de R$294.872 milhões, em 30 de novembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Taxa de juros	Garantia	Vencimento	Valor original *(em R$ milhões)*	Valor em aberto em 30/11/2020 *(em R$ milhões)*	Valor em aberto em 30/09/2020 *(em R$ milhões)*
1	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Safra S.A.	1,80% a.a. / 0,15% a.m.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	13/03/2023	R$10,000	R$5,837	R$6,255
2	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Safra S.A.	2,79% a.a. / 0,23% a.m.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + 50% Recebíveis	17/04/2023	R$12,000	R$6,344	R$7,006
3	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Safra S.A.	2,79% a.a. / 0,23% a.m.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + 50% Recebíveis	17/04/2023	R$15,000	R$7,930	R$8,757
4	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Safra S.A.	2,79% a.a. / 0,23% a.m.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + 50% Recebíveis	17/04/2023	R$15	R$7,930	R$8,757
5	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	100% CDI + 1,7% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	20/09/2022	R$9,000	R$5,178	R$5,148
6	Contrato de Empréstimo	Landesbank Baden-Wurttemberg	EURIBOR + 4,5% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	19/05/2026	EURO 31,405	R$105,617	R$120,375
7	Contrato de Empréstimo	Landesbank Baden-Wurttemberg	EURIBOR + 4,5% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	19/05/2026	EURO 3,530	R$11,791	R$13,378
8	Contrato de Empréstimo	Landesbank Baden-Wurttemberg	EURIBOR + 4,5% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	19/05/2026	EURO 3,200	R$10,738	R$12,182
9	Contrato de Empréstimo	Banco Itaú S.A.	Pré Fixada 6,80% a.a / 0,57% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	21/10/2022	R$318	R$305	0
10	Contrato de Empréstimo	Banco Bradesco S.A.	TLP + 3,35% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	20/09/2024	R$ 4,110	R$3,033	R$3,163
11	Contrato de Empréstimo	Banco Bradesco S.A.	TLP + 3,27% a.a.	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso + Equipamento	15/12/2024	R$ 1,544	R$2,047	R$2,125
12	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Itaú S.A.	4,20% + VC a.a / 0,35% a.m + VC	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	26/08/2023	USD 1,084	R$4,110	R$4,595
13	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Itaú S.A.	4,20% + VC a.a / 0,35% a.m + VC	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	26/08/2023	USD 4,852	R$18,429	R$20,573
14	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Itaú S.A.	4,20% a.a / 0,35% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	26/08/2023	USD 1,539	R$5,845	R$6,525

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

15	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Santander (Brasil) S.A.	5,50% a.a / 0,46% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	28/11/2022	USD3,707	R$6,815	R$7,759
16	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Santander (Brasil) S.A.	4,00% a.a / 0,33% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	27/10/2023	USD449	R$1,447	R$1,610
17	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Santander (Brasil) S.A.	4,00% a.a / 0,33% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	27/10/2023	USD5,751	R$18,513	R$20,608
18	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Bradesco S.A.	4,10% a.a / 0,34% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	20/09/2024	USD10,000	R$45,288	R$50,918
19	Contrato de Pré Pagamento Exportação	Banco Safra S.A.	4,10% a.a / 0,34% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	04/10/2021	USD2,000	R$2,875	R$3,808
20	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco Bradesco S.A.	4,94% a.a / 0,41%	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	13/04/2021	USD500	R$2,753	R$2,880
21	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco Bradesco S.A.	4,94% a.a / 0,41% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	13/04/2021	USD500	R$2,753	R$2,880
22	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco Bradesco S.A.	4,94% a.a / 0,41% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	13/04/2021	USD500	R$2,753	R$2,880
23	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco Bradesco S.A.	4,94% a.a / 0,41%	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	13/04/2021	USD500	R$2,753	R$2,880
24	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco CCB S/A	4,50% a.a / 0,38% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	16/03/2021	USD1.000	R$5,498	R$5,755
25	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.	4,50% a.a / 0,38% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	12/04/2021	USD1.000	R$5,496	R$5,753
26	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.	3,12% a.a / 0,26% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	21/06/2021	USD500	R$2,709	R$2,843
27	Contrato Adiantamento Contrato de Cambio	Banco ABC Brasil S.A.	4,94% a.a / 0,41% a.m	Aval concedido pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso	21/06/2021	USD500	R$76	R$76

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, exceto aquelas descritas neste item.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de novembro de 2020 possui condição contratual ou legal específica de subordinação, exceto no caso de um eventual concurso universal de credores, de forma que a ordem de pagamento das dívidas da Companhia, em um eventual concurso universal de credores, seria determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de contratos de financiamento que continham restrições à alavancagem ou ao endividamento da Companhia.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações relevantes nos itens principais das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2020 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e as demonstrações financeiras consolidadas para o período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, foram preparadas de acordo com as IFRS e os Pronunciamentos do CPC.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstrações dos Resultados

COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE ONZE MESES FINDOS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 E EM 30 DE NOVEMBRO DE 2019

R$ milhares	11M 2020	A.V.	11M 2019	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	607.440	100%	507.436	100%	20%
Custo dos produtos vendidos	(391.650)	-64%	(334.122)	-66%	17%
Lucro bruto	**215.790**	**36%**	**173.314**	**34%**	**25%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(54.533)	-9%	(46.038)	-9%	18%
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.876)	-1%	(2.308)	0%	241%
Despesas gerais e administrativas	(27.786)	-5%	(44.878)	-9%	-38%
Outras receitas (despesas operacionais), líquidas	21.468	4%	4.823	1%	345%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**147.063**	**24%**	**84.913**	**17%**	**73%**
Despesas financeiras	(4.784)	-1%	(5.888)	-1%	-19%
Receitas financeiras	3.506	1%	6.049	1%	-42%
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	6.524	1%	484	0%	1248%
Variação cambial líquida	(31.086)	-5%	(5.420)	-1%	474%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	**(25.840)**	**-4%**	**(4.775)**	**-1%**	**441%**
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	**121.223**	**20%**	**80.138**	**16%**	**51%**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(25.502)	-4%	(18.368)	-4%	39%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.137)	0%	(9.768)	-2%	-78%
Lucro líquido do exercício	**93.584**	**15%**	**52.002**	**10%**	**80%**

Receita Líquida de Vendas

Em 30 de novembro de 2020, a receita líquida de vendas totalizou R$ 607.440 mil, apresentando um aumento de 20% em relação à posição desta conta em 30 de novembro de 2019, quando totalizou R$507.436 mil. Este aumento de R$100.004 mil deve-se, principalmente, ao aumento na demanda dos produtos durante o período de pandemia e incremento de preço nas principais linhas comercializadas sobretudo no mercado externo que no período passou a apresentar uma participação de 20% em relação à receita bruta (13% no mesmo período de 2019). Adicionalmente, em função da aquisição da Compensados em 4 de novembro de 2020, a Companhia consolidou as receitas líquidas da Compensados desde essa data até 30 de novembro de 2020 que totalizam R$ 24.657 mil.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 30 de novembro de 2020, o custo dos produtos vendidos no período de onze meses era de R$ 391.650 mil, apresentando um aumento de 17% ao saldo de 30 de novembro de 2019, para o período de onze meses, de R$334.122 mil. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

volume de vendas e a consolidação dos custos dos produtos vendidos pela Compensados no valor de R$ 11.067 mil no mês de novembro de 2020. Apesar da pressão dos efeitos inflacionários sobre os insumos de produção, os esforços de gestão industrial para ganhos de eficiência e produtividade com os estoques e negociações de preços juntos aos fornecedores de matérias primas e insumos permitiram à Companhia uma redução de 2p.p. de custos de vendas em comparação ao ano anterior, em relação à receita líquida de vendas.

Lucro Bruto

Em 30 de novembro de 2020, o lucro bruto totalizou R$ 215.790 mil, apresentando um aumento de 36% em relação aos R$173.314 mil totalizados em 30 de novembro de 2019. Esse aumento deve-se, conforme explicitado nos itens anteriores, acréscimo da receita em decorrência do incremento no volume de venda de produtos, consolidação das receitas de vendas e dos custos dos produtos vendidos da Compensados de novembro de 2020 e melhora da margem de lucro bruta em 2p.p. em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorrente das ações de eficiência produtiva e redução de custos de produção.

Despesas comerciais

Em 30 de novembro de 2020, as despesas comerciais totalizaram R$ 54.533 mil, apresentando um aumento de 18% em relação ao valor de R$ 46.038 mil em 30 de novembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente a dois fatores principais: (i) aumento nos gastos com fretes e comissões sobre vendas em consonância com o aumento no volume de vendas, (ii) maior gastos com materiais promocionais, iii) consolidação das despesas comerciais da Compensados do mês de novembro de 2020.

Mesmo considerando as ações adicionais acima descritas, as despesas comerciais permaneceram proporcionalmente estáveis, representando 9% em relação à receita líquida de vendas.

Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber

Nesta linha contábil reconhecemos eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes.

Em 30 de novembro de 2020, as despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram R$7.876 mil, um aumento de 241% em relação ao valor de R$2.308 mil em 30 de novembro de 2019. Esse aumento deve-se ao reconhecimento de provisão complementar para perdas a partir de uma análise qualitativa do risco de créditos da carteira de recebíveis face ao aumento do risco de inadimplência no período.

Despesas gerais e administrativas

Em 30 de novembro de 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$27.786 mil, apresentando uma redução de 38% em relação ao valor de R$44.878 mil em 30 de novembro de 2019. Essa redução, deve-se, principalmente a perdas com processos judiciais trabalhistas e despesas de consultoria tributária para assessoria em apuração de créditos tributários transitados em julgado em favor da Companhia.

Outras receitas (despesas operacionais), líquidas

Em 30 de novembro de 2020, as outras receitas operacionais totalizaram R$ 21.468 mil, apresentando um aumento de 345% em relação ao valor de R$ 4.823 mil em 30 de novembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente ao reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em conexão com ação que transitou em julgado em favor da Companhia.

Lucro antes das Receitas (despesas) Financeiras e dos Impostos

Em 30 de novembro de 2020, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos totalizou R$147.063 mil, apresentando um aumento de 73% em relação ao valor de R$84.913 mil em 30 de novembro de 2019, 7p.p. maior em relação à Receita líquida de vendas (de 17% em 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

para 24% em 2020). Esse crescimento deve-se, principalmente, à melhora de margem bruta e variação positiva em outras receitas operacionais líquidas.

Despesas Financeiras

Em 30 de novembro de 2020, as despesas financeiras totalizaram R$ 4.784 mil, apresentando uma redução de 19% em relação ao valor de R$ 5.888 mil em 30 de novembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente à redução dos custos de dívida decorrentes de negociações de contratos de dívidas com encargos financeiros mais reduzidos.

Receitas Financeiras

Em 30 de novembro de 2020, as receitas financeiras totalizaram R$ 3.506 mil, apresentando uma redução de 42% em relação ao valor de R$ 6.049 mil em 30 de novembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente à redução dos rendimentos de aplicações financeiras que no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 totalizaram R$ 2.461 mil e no mesmo período de 2019 totaliza R$ 5.643 mil, principalmente em função da redução de remuneração que está baseada na variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Variação Cambial e Resultado com instrumento de proteção (Hedge)

Em 30 de novembro de 2020, a variação cambial totalizou R$ 31.086 mil negativos, apresentando um aumento de 474% em relação ao valor de R$ 5.420 mil negativos em 30 de novembro de 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao efeito de variação cambial passiva sobre empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, e foi parcialmente compensada pelo aumento de 1248% na linha de resultado com instrumentos de proteção (*hedge*), cujo saldo em 30 de novembro de 2020 foi de R$ 6.524 mil, em comparação a R$ 484 mil no mesmo período do ano anterior. No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, o Real desvalorizou 29% em relação ao Euro (em 31/12 2019 EUR 1,00 era R$ 4,53 e em 30/11/2020 EUR 1,00 era 6,38).

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Em 30 de novembro de 2020, as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 25.840 mil em relação ao valor de R$ 4.775 mil de despesas financeiras líquidas em 30 de novembro de 2019, devido aos motivos anteriormente explicitados.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 30 de novembro de 2020, o lucro antes de imposto de renda e contribuição social totalizou R$121.223 mil, apresentando aumento de 51% em relação ao valor de R$80.138 mil em 30 de novembro de 2019, especialmente devido ao aumento da margem bruta e das outras receitas operacionais, conforme anteriormente explicitado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Em 30 de novembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) totalizaram R$27.639 mil, apresentando uma redução de 2% em relação ao valor de R$ 28.136 mil em 30 de novembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente ao incremento das deduções fiscais no cálculo do imposto de renda e contribuição social corrente.

Lucro Líquido

Em 30 de novembro de 2020, o lucro líquido totalizou R$93.584 mil, ou 80% acima do valor de R$52.002 mil em 30 de novembro de 2019. Esse resultado deve-se, conforme mencionado, aos aumentos da margem bruta e das outras receitas operacionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

R$ milhares	2019	A.V.	2018	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	545.967	100%	502.724	100%	9%
Custo dos produtos vendidos	(355.209)	-65%	(326.045)	-65%	9%
Lucro bruto	**190.758**	**35%**	**176.679**	**35%**	**8%**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(51.151)	-9%	(46.943)	-9%	8%
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.469)	-1%	(1.597)	0%	117%
Despesas gerais e administrativas	(46.861)	-9%	(17.572)	-3%	167%
Outras receitas (despesas operacionais), líquidas	90	0%	(2.231)	0%	-104%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**89.367**	**16%**	**108.080**	**22%**	**-17%**
Despesas financeiras	(7.009)	-1%	(12.057)	-2%	-42%
Receitas financeiras	9.106	2%	5.715	1%	59%
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	129	0%	762	0%	-83%
Variação cambial líquida	(2.053)	0%	(15.153)	-3%	-86%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	**173**	**0%**	**(20.733)**	**-4%**	**-101%**
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	**89.540**	**16%**	**87.347**	**16%**	**3%**
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(27.732)	-5%	(26.186)	-5%	7%
Lucro líquido do exercício	**61.808**	**11%**	**61.161**	**12%**	**0%**

Receita Líquida de Vendas

Em 31 de dezembro de 2019, o somatório da receita líquida de vendas totalizou R$545.967 mil, apresentando um aumento de 9% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 502.724 mil. Este aumento de R$ 43.243 mil deve-se, principalmente, ao aumento na demanda dos produtos no Mercado Interno e incremento de preço nas principais linhas comercializadas pela Companhia. O incremento nas receitas líquidas de mercado interno no exercício de 2019 comparado com 2018 foi de R$ 36.333 mil e do mercado externo foi de R$ 7.166 mil.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do custo dos produtos vendidos era de R$ 355.209 mil, apresentando um aumento de 9% ou R$29.164 mil ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 326.045 mil. Esse aumento deveu-se, principalmente ao aumento no volume de vendas para o Mercado Interno. Apesar da pressão dos efeitos inflacionários sobre os insumos de produção, os esforços de gestão industrial para ganhos de eficiência e produtividade com os estoques e negociações de preços juntos aos fornecedores permitiram à Companhia manter o mesmo patamar de proporcionalidade dos custos de vendas em relação ao ano anterior.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto totalizou R$ 190.758 mil, apresentando um aumento de 8% ou R$14.335 mil em relação aos R$ 176.423 mil totalizados em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, conforme explicitado nos itens anteriores, ao incremento no volume de venda de produtos para o Mercado Interno e ações de melhor gestão sobre os estoques e negociações de preços de insumos junto aos fornecedores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas comerciais

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais totalizaram R$ 51.151 mil, apresentando um aumento de 9% em relação ao valor de R$ 46.943 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se, principalmente a dois fatores principais: (i) maior investimento nas campanhas de *marketing*, materiais promocionais e participação em feiras, visando à alavancagem de vendas, e (ii) maior gasto com fretes de vendas e outras despesas de exportação.

Mesmo considerando as ações adicionais acima descritas, as despesas comerciais permaneceram proporcionalmente estáveis, representando 9% em relação à receita líquida de vendas.

Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber

Nesta linha contábil reconhecemos eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram R$ 3.469 mil, apresentando um aumento de 117% em relação ao valor de R$ 1.597 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente à inadimplência de um cliente em recuperação judicial para o qual foi movida ação judicial para busca do recebimento do valor aproximado de R$ 1.500 mil.

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$46.861 mil, apresentando um aumento de 167% em relação ao valor de R$ 17.572 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente a (i) provisão em conexão com notificação extrajudicial em andamento no valor de R$20.279 mil referente ao cancelamento do contrato de compra de energia elétrica com a Celesc, divulgada no item 4.7 deste Formulário de Referência, (ii) reajustes salariais e benefícios a empregados de R$2.479 mil principalmente em função de dissídio coletivo e enquadramento da nova política de cargos e salários, (iii) despesas com consultoria estratégica no total de R$3.324 mil em razão de projetos para abertura de novos mercados com a Bain & Co e despesas com consultoria para levantamento e análise de créditos tributários aproveitados no período, e (iv) aumento com despesas com materiais de manutenção e de uso e consumo e outros gastos no valor de R$1.897 mil.

Lucro antes das Receitas (despesas) Financeiras e dos Impostos

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos totalizou R$ 89.367 mil, apresentando uma redução de 17% em relação ao valor de R$ 108.080 mil em 31 de dezembro de 2018, 6p.p. menor em relação à Receita líquida de vendas (de 22% em 2018 para 16% em 2019). Essa redução deve-se, principalmente ao aumento nas despesas gerais e administrativas, justificadas nos itens acima.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras totalizaram R$ 7.009 mil, apresentando uma redução de 42% em relação ao valor de R$ 12.057 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deveu-se, principalmente em função da redução da dívida bruta por amortização do saldo do maior financiamento externo (LBBW) referente à aquisição de máquinas e equipamentos e liquidação antecipada do contrato com o BRDE e refinanciamento junto ao Banco SAFRA S.A, com custos de captação reduzidos.

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, as receitas financeiras totalizaram R$ 9.106 mil, apresentando um aumento de 59% em relação ao valor de R$ 5.715 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento do aumento dos rendimentos de aplicações financeiras de R$ 2.823 mil e de juros de atualização monetária do crédito da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins, relacionado com ação judicial já transitada em julgado e com resultado favorável à Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Variação Cambial

Em 31 de dezembro de 2019, a variação cambial totalizou R$ 2.053 mil, apresentando uma redução de 86% em relação ao valor de R$ 15.153 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deve-se, principalmente ao menor efeito de variação cambial sobre empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira tendo em vista a redução do volume de dívidas exposto a variação cambial durante 2019.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Em 31 de dezembro de 2019, as receitas financeiras líquidas totalizaram R$ 173 mil (receitas), em relação ao valor de R$ 20.733 mil de despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2018, devido aos motivos anteriormente explicitados.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, o resultado antes dos tributos sobre o lucro totalizou R$ 89.540 mil, apresentando um aumento de 3% em relação ao valor de R$ 87.347 mil em 31 de dezembro de 2018. Proporcionalmente, o aumento proporcional em despesas gerais e administrativas da Companhia foi compensado pela redução em despesas financeiras, de maneira que a margem se manteve estável em 16%.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) totalizou R$ 27.732 mil, apresentando um aumento de 7% em relação ao valor de R$ 26.186 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente a maior geração de lucro tributável em 2019 pela Companhia.

Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido totalizou R$ 61.808 mil, ficando em linha em relação ao valor de R$ 61.161 mil em 31 de dezembro de 2018. Essa similaridade deveu-se, conforme mencionado, à melhoria do lucro bruto por meio das ações de aumento de vendas e negociações para controles de custos de produção, diminuição das despesas financeiras líquidas, as quais compensaram o aumento proporcional de despesas gerais e administrativas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R$ milhares	2018	A.V.	2017	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	502.724	100%	423.746	100%	19%
Custo dos produtos vendidos	(326.045)	-65%	(308.476)	-73%	6%
Lucro bruto	176.679	35%	115.270	27%	53%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(46.943)	-9%	(38.239)	-9%	23%
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.597)	0%	(112)	0%	1326%
Despesas gerais e administrativas	(17.572)	-4%	(16.129)	-4%	9%
Outras receitas (despesas operacionais), líquidas	(2.231)	0%	6	0%	-37283%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	108.080	22%	61.052	14%	77%
Despesas financeiras	(12.057)	-2%	(15.769)	-4%	-24%
Receitas financeiras	5.715	1%	1.560	0%	266%
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	762	0%	282	0%	170%
Variação cambial líquida	(15.153)	-3%	(21.104)	-5%	-28%
Despesas financeiras líquidas	(20.733)	-4%	(35.031)	-8%	-41%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.347	17%	26.021	5%	236%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(26.186)	-5%	(8.286)	-2%	216%
Lucro líquido do exercício	61.161	12%	17.735	4%	245%

Receita Líquida de Vendas

Em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas totalizou R$ 502.824 mil, apresentando um aumento de 19% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$423.746 mil. Este aumento deve-se, principalmente, ao crescimento da receita de venda de produtos no mercado interno de R$ 69.651 mil e no mercado externo em R$ 8.815 mil, decorrentes do aumento na demanda dos produtos em ambos os mercados.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 31 de dezembro de 2018, o custo dos produtos vendidos foi de R$ 326.045 mil, apresentando um aumento de 6% em relação a 31 de dezembro de 2017 de R$ 308.476 mil. Esse aumento deve-se, principalmente ao maior volume de produtos comercializado. Contudo o custo apresentou uma redução perante a Receita líquida de vendas, de 73% em 2017 para 65% em 2018, em razão dos esforços da gestão para melhor negociação de preços de insumos com fornecedores e da gestão de estoques, visando a minimizar custos e aumentar a eficiência fabril.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto totalizou R$ 176.629 mil, apresentando um aumento de 53% em relação aos R$ 115.270 mil totalizados em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao crescimento da Receita líquida de vendas. A redução da representatividade dos custos em relação a receita operacional resultaram em uma margem bruta de 35% em 2018, comparativamente a 27% no ano fiscal anterior – uma evolução de 8p.p., devido à gestão de custos junto a fornecedores e aumento de eficiência dos processos fabris, conforme anteriormente citado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas comerciais

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas comerciais totalizaram R$ 46.943 mil, apresentando um aumento de 23% em relação ao valor de R$ 38.239 mil em 31 de dezembro de 2017. Apesar do aumento, que está relacionado aos esforços necessários para viabilizar as vendas de produtos, a Companhia manteve as despesas comerciais em 2018 na mesma proporção de 2017 que foi de 9% em relação à Receita líquida de vendas.

Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram R$ 1.597 mil, em comparação ao valor de R$ 112 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento da inadimplência de clientes no período, causado por uma maior exposição ao risco de crédito no mercado da América do Sul.

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 17.572 mil, apresentando um aumento de 9% em relação ao valor de R$ 16.129 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deveu-se, principalmente reajustes de salários de colaboradores e de outros gastos gerais e administrativos. As despesas gerais e administrativas mantiveram-se proporcionalmente no mesmo patamar de 4% em relação às receitas operacionais líquidas de 2018 e 2017.

Lucro antes das Receitas (despesas) Financeiras e dos Impostos

Em 31 de dezembro de 2018, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos totalizou R$ 108.080 mil, apresentando um aumento de 77% em relação ao valor de R$ 61.052 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao significativo aumento de lucro bruto decorrente do incremento nas vendas de produtos e dos esforços de controle dos custos de produção, de despesas comerciais, gerais e administrativas no exercício.

Em termos marginais, o lucro antes das despesas financeiras representou 22% da Receita líquida de vendas, em comparação a 14% em 2017 – um ganho de 8p.p., atribuído ao aumento de margem bruta.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras totalizaram R$ 12.057 mil, apresentando uma redução de 24% em relação ao valor de R$ 15.769 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução deveu-se, principalmente, à diminuição do saldo devedor da dívida do financiamento em moeda estrangeira e de renegociações dos termos e condições (incluindo taxas de juros) dos contratos de empréstimos junto às instituições financeiras credoras.

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, as receitas financeiras totalizaram R$ 5.715 mil, apresentando um aumento de 266% em relação ao valor de R$ 1.560 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente aos incrementos de rendimento de aplicações financeiras de R$ 2.569 mil e dos juros de atualizações monetárias de créditos extemporâneos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins vinculados a ações judiciais que tiveram trânsito em julgado favorável à Companhia.

Variação Cambial

Em 31 de dezembro de 2018, a variação cambial totalizou R$ 15.153 mil, apresentando uma redução de 28% em relação ao valor de R$ 21.104 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução deve-se, principalmente à diminuição da exposição cambial passiva, líquida, em decorrência das amortizações de dívidas atrelada ao câmbio no período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas Financeiras Líquidas

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 20.733 mil, apresentando uma redução de 41% em relação ao valor de R$ 35.031 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução deve-se aos fatores explicitados acima.

Lucro antes imposto de renda e da contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018, o resultado antes dos tributos sobre o lucro totalizou R$87.347 mil, apresentando um aumento de 236% em relação ao valor de R$ 26.021 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao crescimento da margem no lucro bruto em decorrência do aumento no volume de vendas, controle dos custos de produção, das despesas financeiras líquidas e melhor controle sobre as despesas gerais e administrativas.

Proporcionalmente, o resultado antes dos tributos sobre o lucro representou 17% da receita líquida, contra 5% no ano fiscal anterior, devido ao crescimento da margem bruta, diluição de despesas gerais e administrativas e redução significativa em despesas financeiras líquidas, conforme previamente explicitado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) totalizou R$ 26.186 mil, apresentando um aumento de 216% em relação ao valor de R$ 8.286 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento do lucro tributável do exercício de 2018 em comparação ao exercício de 2017.

Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido totalizou R$ 61.161 mil, apresentando um aumento de 245% em relação ao valor de R$ 17.735 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente ao crescimento do lucro bruto, resultante do aumento nas vendas de produtos e maior controle dos custos de produção, gestão das despesas comerciais, gerais e administrativas, e redução das despesas financeiras líquidas em comparação ao exercício de 2017. Estas ações elevaram a margem líquida de 4% em 2017 para 12% em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Consolidado				
R$ milhares	**30/11/2020**	A.V.	**30/11/2019**	A.V.	A.H.
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	332.977	17%	131.191	21%	154%
Contas a receber de clientes	155.607	8%	84.807	14%	83%
Estoques	112.157	6%	76.378	12%	47%
Adiantamentos a fornecedores	22.410	1%	3.044	0%	
Impostos a recuperar	24.997	1%	167	0%	14868%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	560	0%	-	0%	
Outros ativos	5.074	0%	1.712	0%	196%
Total do ativo circulante	**653.782**	**33%**	**297.299**	**48%**	120%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	-	0%	419	0%	-100%
Estoques	17.002	1%	6.010	1%	183%
Impostos a recuperar	10.437	1%	2.839	0%	268%
Depósitos judiciais	249	0%	1.064	0%	-77%
Total do realizável a longo prazo	**27.688**	**1%**	**10.332**	**2%**	168%
Imobilizado	581.290	29%	309.370	50%	88%
Intangível	712.436	36%	-	0%	
Ativo de direito de uso - arrendamento	87	0%	357	0%	-76%
Total do ativo não circulante	1.321.501	**67%**	320.059	**52%**	313%
Total do ativo	**1.975.283**	**100%**	**617.358**	**100%**	220%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Consolidado				
R$ milhares	**30/11/2020**	A.V.	**30/11/2019**	A.V.	A.H.
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	99.594	5%	32.072	5%	211%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	112	0%	-100%
Fornecedores	58.868	3%	29.698	5%	98%
Obrigações tributárias	8.568	0%	3.393	1%	153%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.558	0%	7.607	1%	26%
Obrigações sociais e trabalhistas	23.156	1%	9.093	1%	155%
Dividendos a distribuir	-	0%	16.150	3%	-100%
Passivo de direito de uso - arrendamento	29	0%	213	0%	-86%
Outros passivos	12.851	1%	4.015	1%	220%
Total do passivo circulante	**212.624**	**11%**	**102.353**	**17%**	**108%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	195.278	10%	115.886	19%	69%
Passivo de direito de uso - arrendamento	-	0%	86	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	198.169	10%	34.924	6%	467%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	0%	1.507	0%	-100%
Provisão para contingências	23.754	1%	21.176	3%	12%
Obrigações tributárias	9.650	0%	10.666	2%	-10%
Outros passivos	2.702	0%	-	0%	
Total do passivo não circulante	**429.553**	**22%**	**184.245**	**30%**	**133%**
Patrimônio líquido					
Capital social	1.049.980	53%	137.996	22%	661%
Reservas de lucros	189.542	10%	192.764	31%	-2%
Lucros acumulados	93.584	5%	-	0%	na
Total do patrimônio líquido	**1.333.106**	**67%**	**330.760**	**54%**	**303%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.975.283**	**100%**	**617.358**	**100%**	**220%**

Ativo circulante

Em 30 de novembro de 2020, o ativo circulante era de R$653.782 mil, em comparação com R$297.299 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 33% em 30 de novembro de 2020 e 48% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$356.483 mil ou 120%, decorreu, principalmente do aumento nos saldos de caixa e equivalentes de caixa, de estoques, de adiantamentos a fornecedores e impostos a recuperar.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de novembro de 2020, a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$332.977 mil, apresentando um aumento de 154% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$131.191 mil. Este aumento de R$201.786 mil, deve-se, principalmente, a maior geração operacional de caixa pela Companhia e da consolidação de R$123.571 mil de caixa e equivalente de caixa da Compensados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a receber de clientes

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$155.607 mil, apresentando um aumento de 83% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$84.807 mil. Este aumento de R$70.800 mil ou 89%, deve-se, principalmente à consolidação dos contas a receber registrados pela Compensados no valor de R$ 58.567 mil.

Estoques

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de estoques era de R$ 112.157 mil, apresentando um aumento de 35.779 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$76.378 mil. Este aumento de R$37.779 mil ou 47%, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de estoques registrado pela Compensados no valor de R$ 36.589 mil.

Adiantamentos a fornecedores

Em 30 de novembro 2020, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 22.410 mil, apresentando um aumento em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 3.044 mil. Este aumento de R$ 19.366 mil ou 636%, deve-se, principalmente a consolidação do saldo de adiantamentos a fornecedores registrados pela Compensados no valor de R$ 19.914 mil.

Impostos a recuperar

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de créditos tributários, do ativo circulante, era de R$ 24.997 mil, aumento de R$ 24.830 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$167 mil. Este aumento deve-se, principalmente à consolidação do saldo de impostos a recuperar registrado pela Compensados no valor de R$ 23.754 mil.

Ativo não circulante

Em 30 de novembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 1.321.501 mil, um aumento de 313% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quanto totalizou R$ 320.059 mil. Este aumento de R$ 1.001.442 mil, deve-se, principalmente em função dos efeitos do reconhecimento da Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation*) em conexão com a aquisição da Compensados, conforme explicitado a seguir na rubrica de imobilizado e intangível.

Impostos a recuperar

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar, do ativo não circulante, era de R$ 10.437 mil, um aumento de R$ 7.598 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 2.839 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de impostos a recuperar registrado pela Compensados no valor de R$ 8.094 mil.

Estoques

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de estoques era de R$ 17.002 mil, apresentando um aumento de R$ 10.992 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$6.010 mil. Este aumento, deve-se, principalmente às aquisições de itens de almoxarifado para garantir a manutenção preventiva e detectiva das máquinas e equipamentos e estoque de almoxarifado da Compensados no valor de R$ 3.836 mil que passou a ser consolidado pela Companhia em novembro de 2020.

Imobilizado

Em 30 de novembro de 2020, o ativo imobilizado era de R$ 581.290 mil, um aumento de R$ 271.920 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$309.370 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de imobilizado registrado pela

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Compensados e dos ajustes de valor justo em conexão com o Laudo de Alocação de Preço de Compra *(Purchase Price Allocation)* que totalizam R$272.438 mil.

Intangível

Em 30 de novembro de 2020, o ativo intangível era de R$712.436 mil, um aumento de mesmo valor em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, que era zero. Este aumento, deve-se, principalmente ao reconhecimento dos intangíveis ao valor justo em conexão com o Laudo de Alocação de Preço de Compra *(Purchase Price Allocation)*, representado por Ágio na aquisição de controlada no valor de R$465.774 mil, relacionamentos com clientes no valor de R$243.705 mil e certificações no valor de R$2.957 mil.

Passivo circulante

Em 30 de novembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 212.624 mil, um aumento de R$ 110.271 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 102.353 mil. Este aumento , deve-se, principalmente aos acréscimos de saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e de obrigações sociais e trabalhistas.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de novembro de 2020, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” era de R$ 99.594 mil, um aumento de R$ 67.522 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 32.072 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de empréstimos e financiamentos registrados pela Compensados no valor de R$ 64.053 mil.

Fornecedores

Em 30 de novembro de 2020, o saldo da conta “Fornecedores” era de R$ 58.868 mil, um aumento de R$ 29.170 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 29.698 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de “Fornecedores” registrado pela Compensados no valor de R$ 19.531 mil.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 30 de novembro de 2020, o saldo de Obrigações sociais e trabalhistas era de R$ 23.156 mil, um aumento de R$ 14.063 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 9.093 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de obrigações sociais e trabalhistas registrado pela Compensados no valor de R$ 11.284 mil.

Passivo não circulante

Em 30 de novembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 429.553 mil, um aumento de R$ 245.308 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 184.245 mil. Este aumento, deve-se, principalmente ao aumento no saldo de empréstimos e financiamentos e do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de novembro de 2020, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” do passivo não circulante era de R$ 195.278 mil, um aumento de R$ 79.392 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 115.886 mil. Este aumento, deve-se, principalmente à consolidação do saldo de “Empréstimos e Financiamentos” registrado pela Compensados no valor de R$ 75.288 mil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de novembro de 2020, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$ 198.169, um aumento de R$ 163.245 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 34.924 mil. Este aumento, deve-se, principalmente ao registro de tributos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

diferidos sobre os ajustes de valores justos de imobilizado e intangíveis (relacionamentos com clientes e certificações) por aquisição da alocação do preço de compra *(purchase price allocation)* da aquisição da Compensados.

Patrimônio Líquido

Em 30 de novembro de 2020, o saldo do Patrimônio Líquido era de R$ 1.333.106 mil, um aumento de R$ 1.002.346 mil em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 330.760 mil. Este aumento, deve-se, principalmente ao aumento de capital no valor de R$ 911.984 mil, o lucro líquido do período de R$ 93.584 mil, compensados pela distribuição de dividendos no valor de R$ 3.222 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

R$ milhares	31/12/2019	A.V.	31/12/2018	A.V.	A.H.
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	131.191	21%	89.364	15%	47%
Contas a receber de clientes	84.807	14%	94.947	16%	-11%
Estoques	76.378	12%	57.692	10%	32%
Impostos a recuperar	167	0%	1.653	0%	-90%
Outros ativos	4.756	1%	1.438	0%	231%
Total do ativo circulante	**297.299**	**48%**	**245.094**	**42%**	**21%**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	419	0%	-	0%	0%
Estoques	6.010	1%	7.055	1%	-15%
Impostos a recuperar	2.839	0%	5.538	1%	-49%
Depósitos judiciais	1.064	0%	956	0%	11%
Total do realizável a longo prazo	**10.332**	**2%**	**13.549**	**2%**	**-24%**
Imobilizado	309.370	50%	323.450	56%	-4%
Ativos de direito de uso – arrendamento	357	0%	-	0%	0%
Total do ativo não circulante	**320.059**	**52%**	**336.999**	**58%**	**-5%**
Total do ativo	**617.358**	**100%**	**582.093**	**100%**	**6%**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	32.072	5%	42.705	7%	-25%
Instrumentos financeiros derivativos	112	0%	199	0%	-44%
Fornecedores	29.698	5%	29.993	5%	-1%
Obrigações tributárias	3.393	1%	6.627	1%	-49%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.607	1%	8.397	1%	-9%
Obrigações sociais e trabalhistas	9.093	1%	7.728	1%	18%
Dividendos a distribuir	16.150	3%	14.526	2%	11%
Passivo de arrendamento	213	0%	-	0%	0%
Outros passivos	4.015	1%	4.471	1%	-10%
Total do passivo circulante	**102.353**	**17%**	**114.646**	**20%**	**-11%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	115.886	19%	140.718	24%	-18%
Passivo de –arrendamento	86	0%	-	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.924	6%	30.302	5%	15%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.507	0%	1.507	0%	0%
Provisão para contingências	21.176	3%	805	0%	2531%
Obrigações tributárias	10.666	2%	9.385	2%	14%
Total do passivo não circulante	**184.245**	**30%**	**182.717**	**31%**	**1%**
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					
Capital social	137.996	22%	137.996	24%	0%
Reservas de lucros	192.764	31%	146.734	25%	31%
Total do patrimônio líquido	**330.760**	**53%**	**284.730**	**49%**	**16%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**617.358**	**100%**	**582.093**	**100%**	**6%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 297.299 mil, apresentando um aumento de 21% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 245.094 mil. Este aumento de R$52.205 mil, decorreu, principalmente do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, que aumentou em R$ 41.827 mil (ou 47%) no período e estão justificadas abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$131.191 mil, apresentando um aumento de 47% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 89.364 mil. Este aumento de R$ 41.827 mil, decorreu, principalmente do aumento da geração operacional de caixa, resultante do crescimento no volume de vendas de produtos, com concomitante gestão de fornecedores e custos, além de reduções das despesas financeiras líquidas nos exercícios de 2019 e 2018.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$ 84.807 mil, apresentando uma redução de 11% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 94.947 mil. Esta redução de R$10.140 mil, decorreu, principalmente da gestão de prazos de títulos a receber realizada pela Companhia.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de estoques, do ativo circulante, era de R$ 76.378 mil, apresentando um aumento de 32% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 57.692 mil. Este aumento de R$ 18.686, decorreu, principalmente de decisões estratégicas de vendas para o início de 2020, gerando aumento de compras de insumos e matérias primas do último mês de 2019, com consequente aumento de estoques.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Outros ativos, do ativo circulante, era de R$4.756 mil, aumento de 231% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 1.438 mil. Este aumento de R$ 3.318 mil refere-se, principalmente aos adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 320.059 mil, uma redução de 5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 336.999 mil. Essa redução de R$ 16.940 mil, decorreu, principalmente da variação do saldo do imobilizado, conforme descrita já seguir.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de estoques, do ativo não circulante, era de R$ 6.010 mil, uma redução de 15% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 7.055 mil. Esta redução de R$ 1.045 mil, decorreu, principalmente da transferência para o ativo circulante de itens de almoxarifado das linhas de produção. Esses estoques são mantidos pela Companhia visando a evitar rupturas fabris, no caso da necessidade de substituição de peças de difícil aquisição. As transferências para o ativo circulante foram efetuadas em conexão com o consumo desses itens.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R$ 2.839 mil, uma redução de 49% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou de R$ 5.538 mil. Esta redução de R$ 2.669 mil, decorreu, principalmente em razão de créditos utilizados para compensação de obrigações de IRPJ/CSLL no período.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do imobilizado, era de R$ 309.370 mil, uma redução de 4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 323.450 mil. Esta redução de R$ 14.080 mil, decorreu, principalmente, do efeito líquido entre os investimentos efetuados nas obras em andamento no montante de R$ 8 milhões e as despesas de depreciação do período no montante aproximado de R$ 22 milhões.

Ativos de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das contas de ativos de direito de uso era de R$357 mil, decorrente do registro referente aos direitos de uso de ativos sob contratos de arrendamento em conexão com a adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. Os principais contratos de arrendamento tratam da locação de veículos e maquinários de longo prazo.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 102.353 mil, uma redução de 11% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 114.646 mil. Esta redução de R$ 12.293 mil, decorreu, principalmente da amortização de saldos de empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” era de R$ 32.072 mil, uma redução de 25% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 42.705 mil. Esta redução de R$ 10.633 mil, decorreu, principalmente pela amortização antecipada de linhas de crédito e pelos ganhos de variação cambial sobre dívidas atreladas à moeda estrangeira no período.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Fornecedores” era de R$ 29.698 mil, apresentando-se no mesmo patamar do saldo em 31 de dezembro de 2018 que foi de R$ 29.993 mil.

Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações tributárias era de R$ 3.393 mil, uma redução de 49% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 6.627 mil. Esta redução de R$ 3.234 mil, decorreu, principalmente em razão do aproveitamento de créditos extemporâneos de PIS/Cofins e de créditos de IRPJ e CSLL na compensação com os débitos tributários.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e contribuição socia a pagar era de R$ 7.607 mil, uma redução de 9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 8.397 mil. Esta redução de R$790 mil, decorreu, principalmente em razão da utilização de créditos tributários na compensação com os impostos a pagar.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Dividendos a distribuir

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de dividendos a distribuir era de R$ 16.150 mil, um aumento de 11% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 14.526 mil. Este aumento de R$ 1.624 mil, decorreu, principalmente pela destinação de dividendos a pagar referente ao resultado de 2019 no valor de R$ 15.778 mil e pelo pagamento de R$ 14.154 mil relativo aos dividendos de períodos anteriores.

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das contas de passivo de arrendamento relacionado com direito de uso de ativo era de R$ 213 mil no curto prazo e de R$ 86 mil no longo prazo, decorrente do registro referente a adoção inicial do IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Os principais contratos de arrendamento tratam da locação de veículos e maquinários de longo prazo.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 184.245 mil enquanto o saldo de 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 182.717 mil. Apesar dos saldos apresentarem-se no mesmo patamar, durante o exercício de 2019 houve uma redução no saldo dos empréstimos e financiamentos de longo prazo de R$ 24.832 mil, decorrente principalmente da amortização de empréstimos e financiamentos, aumento no saldo de IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre diferenças temporárias de R$ 4.522 mil e aumento na provisão para contingências no montante de cerca de R$ 20.371 mil.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante era de R$ 115.886 mil, uma redução de 18% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 140.718 mil. Esta redução de R$ 24.832 mil, decorreu, principalmente da amortização antecipada de linhas de crédito e de ganhos com variação cambial sobre dívidas atreladas à moeda estrangeira no período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$ 34.924 mil, um aumento de 15% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 30.302 mil. Este aumento de R$ 4.622 mil, decorreu, principalmente da variação da provisão de IRPJ/CSLL diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para contingências era de R$ 21.176 mil, um aumento de 2.531% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 805 mil. Este aumento de R$ 20.371 mil, decorreu, principalmente do registro de provisão para fazer frente à notificação extrajudicial referente ao cancelamento do contrato de compra de energia elétrica junto à Celesc, cujo risco foi avaliado como perda provável. O status desse assunto está descrito no item 4.7 deste Formulário de Referência.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era de R$ 330.760 mil, um aumento de 16% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 284.730 mil. Este aumento de R$ 46.030 mil, decorreu, principalmente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$61.808 mil, considerando a destinação de dividendos a pagar no montante de R$ 15.778 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R$ milhares	31/12/2018	A.V.	31/12/2017	A.V.	A.H.
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	89.364	15%	34.177	7%	161%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	234	0%	-100%
Contas a receber de clientes	94.947	16%	81.959	16%	16%
Estoques	57.692	10%	49.352	9%	17%
Impostos a recuperar	1.653	0%	11.028	2%	-85%
Outros ativos	1.438	0%	1.379	0%	4%
Total do ativo circulante	**245.094**	**42%**	**178.129**	**34%**	**38%**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	-	0%	812	0%	-100%
Estoques	7.055	1%	4.033	1%	75%
Impostos a recuperar	5.538	1%	4.455	1%	24%
Depósitos judiciais	956	0%	-	0%	0%
Total do realizável a longo prazo	**13.549**	**2%**	**9.300**	**2%**	**46%**
Imobilizado	323.450	56%	333.230	64%	-3%
Total do ativo não circulante	**336.999**	**58%**	**342.530**	**66%**	**-2%**
Total do ativo	**582.093**	**100%**	**520.659**	**100%**	**12%**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	42.705	7%	40.351	8%	6%
Instrumentos financeiros derivativos	199	0%	-	0%	0%
Fornecedores	29.993	5%	26.246	5%	14%
Obrigações tributárias	6.627	1%	3.228	1%	105%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.397	1%	1.337	0%	528%
Obrigações sociais e trabalhistas	7.728	1%	7.585	1%	2%
Dividendos a distribuir	14.526	2%	4.575	1%	218%
Outros passivos	4.471	1%	6.109	1%	-27%
Total do passivo circulante	**114.646**	**20%**	**89.431**	**17%**	**28%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	140.718	24%	159.377	31%	-12%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.302	5%	23.254	4%	30%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.507	0%	1.507	0%	0%
Provisão para contingências	805	0%	372	0%	116%
Obrigações tributárias	9.385	2%	8.623	2%	9%
Total do passivo não circulante	**182.717**	**31%**	**193.133**	**37%**	**-5%**
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido					
Capital social	137.996	24%	137.996	27%	0%
Reservas de lucros	146.734	25%	100.099	19%	-38%
Total do patrimônio líquido	284.730	**49%**	238.095	**46%**	**0%**
Total do passivo e patrimônio líquido	582.093	**100%**	520.659	**100%**	**12%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$ 245.094 mil, apresentando um aumento de 38% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 178.129 mil. Este aumento de R$ 66.965 mil, decorreu, principalmente do aumento dos saldos de caixa, equivalentes de caixa, contas a receber e estoques, em linha com o aumento no volume de produção e vendas da Companhia.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em "Caixa e equivalentes de caixa" era de R$ 89.364 mil, apresentando um aumento de 161% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 34.177 mil. Este aumento de R$ 55.187 mil, decorreu, principalmente em razão do aumento na geração operacional de caixa decorrente do aumento no volume de vendas dos produtos e ampliação do prazo médio de pagamentos juntos aos fornecedores.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$ 94.947 mil, apresentando um aumento de 16% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 81.959 mil. Este aumento de R$ 12.988 mil, decorreu, principalmente em função do aumento no volume de vendas nos últimos dias do ano.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de estoques era de R$ 57.692 mil, apresentando um aumento de 17% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 49.352 mil. Este aumento de R$ 8.340 mil, decorreu, principalmente em razão de decisões estratégicas de compras de insumos e matérias primas para fazer frente às vendas de produtos para o início do exercício seguinte, com consequente aumento de estoques.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R$ 1.653 mil, redução de 85% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 11.028 mil. Esta redução de R$ 9.375 mil, decorreu, principalmente da utilização de créditos de PIS, Cofins e ICMS no período.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R$ 336.999 mil, uma redução de 2% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quanto totalizou R$ 342.530 mil. Esta redução de R$ 5.531 mil, decorreu, principalmente em função da redução do saldo do ativo imobilizado.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de estoques, do ativo não circulante, era de R$7.055 mil, um aumento de 75% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 4.033 mil. Este aumento de R$ 3.022 mil, decorreu, principalmente em razão da compra de estoques de manutenção com baixa movimentação. Esses estoques são mantidos pela Companhia visando a evitar rupturas fabris, no caso da necessidade de substituição de peças de difícil aquisição. O aumento do saldo acompanhou a estratégia de expansão e modernização do parque fabril da Companhia.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo imobilizado era de R$ 323.450 mil, uma redução de 3% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 333.230 mil. Esta redução de R$ 9.780 mil, decorreu, principalmente da depreciação do exercício no montante de R$ 18.567 mil e de adições em Obras em andamento de R$ 8.882 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$ 114.646 mil, um aumento de 28% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 89.431 mil. Este aumento de R$ 25.215 mil, decorreu, principalmente dos aumentos de saldos de imposto de renda e contribuição social a pagar e de dividendos a distribuir, justificados nas rubricas abaixo.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Fornecedores” era de R$ 29.993 mil, um aumento de 14% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 26.246 mil. Este aumento de R$ 3.747 mil, decorreu, principalmente do maior volume de compras para aumento dos estoques.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos”, do curto prazo, era de R$ 42.705 mil, um aumento de 6% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 40.351 mil. Este aumento de R$ 2.354 mil, decorreu, principalmente em razão de decisões estratégicas de redução do endividamento, com amortização mais forte de linhas de crédito que representavam maior custo para a Companhia e realinhamento financeiro.

Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de obrigações tributárias era de R$ 6.627 mil, um aumento de 105% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 3.228 mil. Este aumento de R$ 3.399 mil, decorreu, principalmente em razão do aumento do saldo de ICMS a Recolher vinculado ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC decorrente do aumento das receitas de vendas e, como consequência, do imposto incidente.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Imposto de renda e contribuição social a pagar era de R$ 8.397 mil, um aumento de 528% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 1.337 mil. Este aumento de R$ 7.060 mil, decorreu, principalmente do aumento do lucro tributável do exercício quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Dividendos a distribuir

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Dividendos a distribuir” era de R$14.526 mil, um aumento de 218% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 4.575 mil. Este aumento de R$ 9.951 mil, decorreu, principalmente do efeito líquido decorrente da proposição de dividendos a pagar no valor de R$ 14.526 mil e da redução por pagamento de dividendos no valor de R$ 4.575 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R$ 182.717 mil, uma redução de 5% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 193.133 mil. Esta redução de R$ 10.416 mil, decorreu, principalmente da redução de saldo de empréstimos e financiamentos e do aumento do saldo de IRPJ e CSSL diferidos passivos, justificados a seguir.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” do passivo não circulante era de R$ 140.718 mil, uma redução de 12% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 159.377 mil. Esta redução de R$ 18.659 mil, decorreu, principalmente em razão de decisões estratégicas de redução do endividamento, com amortização de linhas de crédito que representam maior custo e realinhamento financeiro, apresentando uma grande redução do saldo de empréstimos de longo prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$ 30.302 mil, um aumento de 30% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 23.254 mil. Este aumento de R$ 7.048 mil, decorreu, principalmente da provisão de IRPJ e CSLL sobre a variação das diferenças temporárias no exercício.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do Patrimônio Líquido era de R$ 284.730 mil, um aumento de 20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 238.095 mil. Este aumento de R$ 46.635 mil, decorreu, principalmente do lucro líquido do exercício de 2018 no montante de R$ 61.161 mil e da destinação de dividendos a pagar no montante de R$ 14.526 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE ONZE MESES ENCERRADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 E DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Companhia para os períodos indicados:

R$ milhares	30/11/2020	30/11/2019	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**160.894**	**97.941**	64%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(17.442)**	**(6.067)**	187%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(63.207)**	**(52.175)**	21%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**80.245**	**39.699**	102%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**80.245**	**39.699**	102%

Atividades operacionais

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$160.894 mil, comparado ao mesmo período de 2019, quando o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R$97.941 mil, representando, portanto, um aumento do caixa gerado de R$62.953 mil. Este aumento deve-se, principalmente ao aumento da receita líquida de vendas no período.

Atividades de investimentos

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$17.442 mil, comparado com o mesmo período de 2019, quando o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$6.067 mil, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R$11.375 mil. Este aumento deve-se, principalmente a adições ao imobilizado da Companhia no valor de R$ 11.323 mil a maior do que o valor investido no período comparativo.

Atividades de financiamento

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$63.207 mil, comparado com o caixa liquido aplicado de R$52.175 mil para o mesmo período de 2019, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R$11.032 mil. Este aumento deve-se, principalmente amortizações de dívida e distribuição de dividendos realizadas pela Companhia no período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Companhia para os exercícios indicados:

R$ milhares	2019	2018	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**101.880**	**103.046**	-1%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(8.281)**	**(8.882)**	-7%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(51.772)**	**(38.977)**	33%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**41.827**	**55.187**	-24%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**41.827**	**55.187**	-24%

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 101.880 mil, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R$ 103.046 mil, representando, portanto, uma diminuição do caixa gerado de R$ 1.166 mil, ou 1%. Esta redução decorreu, principalmente pelo aumento dos saldos de estoques e pelo aumento do imposto de renda e contribuição social pagos no exercício.

Atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 8.281 mil, comparado com o mesmo período de 2018 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 8.882 mil, o que representa uma diminuição do caixa líquido aplicado de R$ 601 mil. Esta redução decorreu, principalmente dos menores investimentos no imobilizado em 2019 comparados a 2018.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 51.772 mil, comparado com o caixa liquido aplicado de R$ 38.977 mil para o mesmo período de 2018, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R$ 12.795 mil. Este aumento decorreu, principalmente das amortizações de linhas de créditos de financiamento em montante superior ao do ano de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Companhia para os exercícios indicados

R$ milhares	2018	2017	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**103.046**	**61.713**	65%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(8.882)**	**(3.167)**	180%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(38.977)**	**(27.281)**	43%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**55.187**	**31.265**	77%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**55.187**	**31.265**	77%

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 103.046 mil, comparado ao mesmo período de 2017 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R$ 61.713 mil, representando, portanto, um aumento do caixa gerado de R$41.333 mil. Este aumento decorreu, principalmente do significativo aumento de vendas da Companhia em 2018 em comparação a 2017.

Atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 8.882 mil, comparado com o mesmo período de 2017 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 3.167 mil, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado em R$ 5.715 mil. Esta variação decorreu, principalmente do aumento de investimentos em Obras em andamento no exercício de 2018.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$38.977 mil, comparado com o caixa liquido aplicado de R$ 27.281 mil para o mesmo período de 2017, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R$ 11.696 mil. Este aumento decorreu, principalmente das amortizações de linhas de créditos de financiamento em montante superior ao do ano de 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos de vendas de produtos. Sendo que os principais componentes da receita da Companhia em 30 de novembro de 2020 eram de vendas de produtos:

	Período de onze meses findo em 30 de novembro de			Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
(R$ mil, exceto percentuais)	**2020**	**2019**	**Variação (20 x 19)**	**2019**	**2018**	**Variação (19 x 18)**	**2017**	**Variação (18 x 17)**
Receita bruta – Mercado interno[a]	596.423	550.085	8%	591.011	543.235	9%	460.933	18%
Receita bruta – Mercado externo[b]	145.679	85.968	69%	94.802	87.636	8%	78.821	11%
Receita bruta	**742.102**	**636.053**	**17%**	**685.813**	**630.871**	**9%**	**539.754**	**17%**

[a] A Receita Bruta do Mercado Interno apresentada no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 inclui R$ 10.050 mil referente a um mês (novembro de 2020) de consolidação da receita bruta do mercado interno da Compensados, excluindo receitas com vendas intercompany.
[b] A Receita Bruta do Mercado Externo apresentada no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 inclui R$ 19.659 mil referente a um mês (novembro de 2020) de consolidação da receita bruta de mercado externo da Compensados, excluindo receitas com venda intercompany.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas auferidas pela Companhia são provenientes principalmente de venda de produtos. Portanto, o reconhecimento de receita reflete o cumprimento da obrigação de performance vinculada às vendas dos produtos pela Companhia, cujo controle dos bens vendidos já tenha sido transferidos para os clientes. Assim, as receitas da Companhia variaram ao longo dos exercícios de 2019, 2018 e 2017 e do período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020 de acordo com o volume de vendas e aumentos nos preços dos produtos.

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como o crescimento da economia, com redução do desemprego e geração de renda, redução das taxas de juros, volatilidade nas taxas de câmbio, disponibilidade de crédito e alternativas de captação.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia são oriundas principalmente da venda de produtos em condições de preço e volume de mercado, sendo resultado de negociações correntes com uma base dispersa de clientes no Brasil e no exterior. A Companhia não possui contratos de venda ou fornecimento de produtos com preços fixos ou atrelados a quaisquer índices ou indicadores, de forma que quaisquer variações de preços e volume oriundos de inflação e taxas de câmbio é indireta, em função de seus efeitos em condições de mercado. Em linhas gerais, a redução da taxa de juros tem impacto positivo da demanda do setor, portanto no volume e, em alguns casos, no preço dos produtos comercializados pela Companhia. Esse efeito indireto advém do estímulo que a redução da taxa de juros proporciona ao consumo e financiamento de bens imóveis e de mobiliário, principais setores consumidores de painéis de madeira no Brasil e globalmente. Da mesma forma, alterações na taxa de câmbio têm impacto na competitividade de produtos brasileiros comercializados no mercado internacional, o que é o caso de painéis de madeira, produtos comercializados pela Companhia, o que pode influenciar tanto o preço quanto o volume de produtos vendidos em função do ajuste das curvas de oferta e demanda.

Ao longo dos exercícios de 2019, 2018 e 2017 a Companhia não aumentou de forma relevante sua capacidade produtiva e, portanto, seu volume de produtos ofertado ao mercado, sendo qualquer variação de volume sendo resultado de condições de mercado. Por fim, nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 a Companhia não introduziu novos produtos, além da renovação natural das linhas de painéis decorativos em função da evolução de tendências entre os consumidores, que possam ter efeito

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

significativo sobre a receita.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Taxas de Inflação

A Companhia possui contratos de fornecimento de energia no qual o valor pago pela energia é corrigido pelo IGP-M. Com exceção de contratos de fornecimento de energia, a Companhia não possui contratos ou compromissos relevantes indexados às taxas de inflação e, portanto, a variação da taxa de inflação tem somente impactos indiretos adicionais no resultado da companhia em função dos repasses graduais da inflação aos custos de insumos e mão de obra. Dessa forma, o aumento das taxas de inflação tem impacto indireto de aumento nos custos da Companhia. Em contrapartida, aumentos de custos, conforme condições de mercado são também repassados gradualmente aos preços dos produtos vendidos, visando neutralizar o impacto no aumento de custos no resultado operacional.

A variação de taxas de inflação não tem impacto relevante no resultado financeiro da Companhia.

Variação dos principais insumos e produtos

Os principais insumos utilizados pela Companhia são madeira, na forma de toras, toretes e cavacos de madeira, resina, energia elétrica e mão de obra, sendo que esses insumos apresentam dinâmicas de preço diferentes. A madeira, em diferentes formas, é adquirida junto a uma base diversificada de fornecedores em condições de mercado que oscilam em função de dinâmica de oferta e demanda. O preço de resina é regido por um contrato no qual é reajustado de acordo com a variação do preço de seus insumos, principalmente metanol e ureia, *commodities* negociadas no mercado internacional. Os contratos de energia elétrica são indexados ao IGP-M, enquanto custos de mão-de-obra são reajustados anualmente de acordo com os dissídios das categorias de colaboradores da empresa e, apesar de não apresentarem uma indexação direta, no longo prazo possuem uma correlação significativa com a inflação.

Em contrapartida, variações de custos, conforme condições de mercado são também repassados gradualmente aos preços dos produtos vendidos, visando neutralizar o impacto da variação do custo de insumos no resultado operacional da Companhia.

A variação dos principais insumos e produtos não tem impacto relevante no resultado financeiro da Companhia.

Câmbio

O resultado operacional da Companhia é impactado pela variação cambial tanto em termos da receita como em custos. No âmbito da receita, conforme supracitada, a variação tem impacto tanto nos preços em reais dos produtos exportados como no volume, uma vez que impacta a competitividade dos produtos vendidos no mercado internacional. Em linhas gerais, a desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras tem impacto positivo em preço em reais e volume, e vice-versa. Em relação a custos, o custo de resina, um dos principais insumo utilizados pela Companhia em seu processo produtivo, tem o seu custo indexado ao dólar e *commodities* que tem seu preço negociado em dólares. Dessa forma, a desvalorização do real em relação ao dólar acarreta em aumento de custos para a Companhia.

A Companhia possui obrigações financeiras denominadas em moeda estrangeira (dólar americano e euro), cujos saldos e compromissos de pagamento são atrelados à variação dessas moedas em relação ao real. A desvalorização do real em relação a essas moedas acarreta aumento das despesas financeiras da Companhia. A Companhia, no entanto, tem como política interna realizar operações de hedge com o intuito de neutralizar o efeito cambial nas parcelas de pagamento dessas obrigações num período de 12 meses, de forma que o efeito líquido das variações cambiais está principalmente relacionado ao seu impacto no saldo das obrigações financeiras.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Taxa de Juros

A variação da taxa de juros não tem impacto direto relevante no resultado operacional, além dos impactos indiretos de estímulo ao mercado consumidor, conforme discutido anteriormente.

Em relação ao resultado financeiro, a variação da taxa de juros tem impactos diversos sobre o resultado financeiro. A Companhia possui equivalentes de caixa investidos em produtos de renda fixa pré-fixada e pós-fixada. Em linhas gerais, a queda da taxa de juros impacta positivamente o rendimento e, portanto, as receitas financeiras oriundas de aplicações em produtos de renda fixa pré-fixada, com impacto contrário nas aplicações em produtos de renda fixa pós-fixada. Da mesma forma, a Companhia possui obrigações financeiras com taxas pré-fixadas, pós-fixadas ou uma combinação destas. Em linhas gerais, a queda da taxa de juros acarreta uma redução nos custos financeiros da Companhia devido à componente pós-fixada da taxa de juros de parte do endividamento desta. O efeito líquido da variação da taxa de juros, portanto, é efeito combinado de diferentes impactos e depende da proporção, no período de análise, entre (i) equivalentes de caixa e endividamento; e (ii) produtos de investimento pré-fixados e pós-fixados que compõem os equivalentes de caixa.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020. Com a aquisição do controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. em 4 de novembro de 2020 descrito no item “b” a seguir, a Companhia passou a gerir o produto “Compensados” a partir de 4 de novembro de 2020.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em setembro de 2020 a Companhia e seus acionistas iniciaram processo de reorganização societária sob o qual a acionista co-controladora Indústria de Compensados Guararapes Ltda. realizou a cisão de certos ativos não relacionados com a operação de industrialização de compensados em favor de outras *holdings* dos seus sócios-quotistas controladores pessoas físicas, bem como realizou a transferência da totalidade das quotas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. detidas pelos sócios-quotistas pessoas físicas para a holding P&B Participações Ltda., e em ato subsequente em 4 de novembro de 2020 tendo sido obtida a aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica sobre a transação de aquisição, a Companhia adquiriu 100% de participação no capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. por meio do aumento do capital social da Companhia com emissão de novas ações no valor de R$ 912 milhões em favor da holding P&B Participações Ltda.

A aquisição do controle da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. pela Companhia foi realizada visando a captura de sinergias e a melhoria de sua competitividade no seu mercado de atuação e no mercado externo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte da Companhia.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve no exercício social em curso ou nos últimos três exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou que se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Dado as características de ativos e passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017 (período comparativo), as mudanças nas políticas contábeis da adoção do CPC 48 não resultou em nenhum efeito na aplicação retrospectiva da norma. A Companhia também não identificou alterações relevantes na mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável de ativos financeiros) quando da aplicação da nova norma. A classificação dos instrumentos financeiros passou a ser apresentada nas demonstrações financeiras em conformidade com a nova norma, conforme a seguir sumariada:

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia na data-base de 31 de dezembro 2018 (primeiro ano de adoção da norma contábil).

	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
			Em milhares de Reais	
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	89.364	89.364
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	94.947	94.947
Empréstimos bancários com garantia	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	(183.423)	(183.423)
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	Valor justo - instrumento de *hedge*	Valor justo - instrumento de *hedge*	(199)	(199)

CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes

A Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/ IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018. Não houve impactos relevantes na data de transição dessa norma. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

(i) quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

(ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

(iii) quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

(iv) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia se modifiquem como resultado do contrato); e

(v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a Companhia tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A receita da Companhia advém da venda de produtos relacionados à painéis de madeira

Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas. Entende-se, portanto, que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias aos consumidores.

CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Arrendamentos

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil que entrou em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de direito de uso que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a norma anterior – CPC 06.

Na data de início de um contrato de arrendamento, arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo de arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas anteriormente.

A administração da Companhia identificou que determinados contratos de locação de veículos atendem ao alcance da referida norma e passou a registrar o direito do uso do ativo e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2019 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 e interpretações relacionadas.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção da norma CPC 06(R2)/IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais. Ademais, os Diretores da Companhia entendem que, além das alterações citadas no item “a” acima, não houve outras alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve, nas demonstrações financeiras relativas ao período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, e aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração da Companhia elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

A Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Direito de uso de ativo e passivo de arrendamento

A Companhia possui controle para identificar todos os controles de arrendamento para determinar se um contrato contém um arrendamento, para determinar o valor do direito de uso e do passivo de arrendamento. Essas análises levam em consideração as estimativas da administração quanto a probabilidade de renovação dos contratos e para determinar a taxa de juros para descontar os fluxos de caixa a valor presente.

Receita de contrato com clientes

A administração monitora todos os contratos de receita de venda com clientes bem como o cumprimento das obrigações de performance assumidas e os preços definidos nas transações de forma a concluir sobre a adequada mensuração das transações de receitas e de refletir de forma adequada a receita, seja se ela deve ser reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos relevantes detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A administração da Companhia informa que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e no exercício social corrente.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que na data da apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui ativos e passivos materiais não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que na data da apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui ativos e passivos materiais não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que na data da apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui ativos e passivos materiais não evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020, a Companhia realizou investimentos em manutenção de suas unidades industriais totalizando R$17,4 milhões. Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou investimentos em manutenção de suas unidades industriais no montante de R$8,3 milhões, R$8,9 milhões e R$3,2 milhões, respectivamente.

Nos próximos anos, a Companhia pretende alocar recursos no seu projeto de expansão orgânica por meio da ampliação da sua planta industrial de painéis de MDF localizada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, o qual prevê a realização de investimentos de, aproximadamente, R$700 milhões, e término da construção no segundo semestre de 2022. Com a conclusão dessa ampliação, a Companhia estima que a capacidade instalada da planta industrial de Caçador/SC aumentará em aproximadamente 540.000 m^3/ano.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

As tabelas abaixo apresentam as informações contábeis da Companhia para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020:

(em milhares de R$)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020
Capital social	137.996
Reserva de lucros	189.542
Total Ativo Circulante	379.755
Total Ativo Não Circulante	315.367
Lucro Bruto	156.756
Despesas financeiras, líquidas	33.800
Lucro Líquido do Período	51.031
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	55.786.874

Demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2020

COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENTRE OS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

R$ milhares	**9M 2020**	**A.V.**	**9M 2019**	**A.V.**	**A.H.**
Receita líquida de vendas	458.400	100%	404.996	100%	13%
Custo dos produtos vendidos	(301.644)	-66%	(267.973)	-66%	13%
Lucro bruto	156.756	34%	137.023	34%	14%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(41.626)	-9%	(37.067)	-9%	12%
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.083)	0%	(3.885)	-1%	-72%
Despesas gerais e administrativas	(18.867)	-4%	(17.727)	-4%	6%
Outras receitas (despesas operacionais), líquidas	11.765	3%	4.427	1%	166%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	106.945	23%	82.771	20%	29%
Despesas financeiras	(3.952)	-1%	(4.851)	-1%	-19%
Receitas financeiras	2.277	0%	4.809	1%	-53%
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	7.170	2%	164	0%	4272%
Variação cambial líquida	(39.295)	-9%	(2.597)	-1%	1413%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(33.800)	-7%	(2.475)	-1%	1266%
Lucro antes imposto de renda e contribuição social	73.145	16%	80.296	20%	-9%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(22.114)	-5%	(26.244)	-6%	-16%
Lucro líquido do exercício	51.031	11%	54.052	13%	-6%
Lucro líquido por ação - básico e diluído (R$)	0,91475		0,96890		

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita Líquida de Vendas

Em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas totalizou R$ 458.400 mil, apresentando um aumento de 13% em relação à posição desta conta em 30 de setembro de 2019, quando totalizou R$ 404.996 mil. Este aumento de R$ 53.404 mil deve-se, principalmente, ao aumento na demanda dos produtos durante o período de pandemia e incremento de preço nas principais linhas comercializadas sobretudo no mercado externo que no período passou a apresentar uma participação de 18% em relação à receita bruta (13% no mesmo período de 2019).

Custo dos Produtos Vendidos

Em 30 de setembro de 2020, o custo dos produtos vendidos no período de nove meses era de R$301.644 mil, apresentando um aumento de 13% em relação ao saldo de 30 de setembro de 2019, para o período de nove meses, de R$ 267.973 mil. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento no volume de vendas. Apesar da pressão dos efeitos inflacionários sobre os insumos de produção, os esforços de gestão industrial para ganhos de eficiência e produtividade com os estoques e negociações de preços juntos aos fornecedores de matérias primas e insumos permitiram à Companhia manter os custos de vendas no mesmo patamar proporcional em relação à receita líquida de vendas em comparação ao ano anterior.

Lucro Bruto

Em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto totalizou R$ 156.756 mil, apresentando um aumento de 14% em relação aos R$ 137.023 mil totalizados em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, conforme explicitado nos itens anteriores, ao incremento no volume de venda de produtos mantendo a mesma margem de lucro bruta em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorrente de aumento de demanda durante o período de pandemia.

Despesas comerciais

Em 30 de setembro de 2020, as despesas comerciais totalizaram R$ 41.626 mil, apresentando um aumento de 12% em relação ao valor de R$ 37.067 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente a dois fatores principais: (i) aumento nos gastos com fretes e comissões sobre vendas em consonância com o aumento no volume de vendas, e (ii) maior gastos com materiais promocionais.

Mesmo considerando as ações adicionais acima descritas, as despesas comerciais permaneceram proporcionalmente estáveis, representando 9% em relação à receita líquida de vendas.

Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber

Nesta linha contábil reconhecemos eventuais perdas esperadas nas contas a receber de clientes.
Em 30 de setembro de 2020, as despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram R$ 1.083 mil, uma redução de R$ 2.802 mil em relação ao valor de R$ 3.885 mil em 30 de setembro de 2019, tendo em vista uma redução no nível de inadimplência no período.

Despesas gerais e administrativas

Em 30 de setembro de 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$18.867 mil, apresentando um aumento de 6% em relação ao valor de R$ 17.728 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento, deve-se, principalmente a perdas com processos judiciais trabalhistas e despesas de consultoria tributária para assessoria em apuração de créditos tributários transitados em julgado em favor da Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Outras receitas (despesas operacionais), líquidas

Em 30 de setembro de 2020, as outras receitas operacionais totalizaram R$11.765 mil, apresentando um aumento de 166% em relação ao valor de R$ 4.427 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em conexão com ação que transitou em julgado em favor da Companhia.

Lucro antes das Receitas (despesas) Financeiras e dos Impostos

Em 30 de setembro de 2020, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos totalizou R$ 106.945 mil, apresentando um aumento de 29% em relação ao valor de R$ 82.771 mil em 30 de setembro de 2019, 2p.p. maior em relação à Receita líquida de vendas (de 20% em 2019 para 23% em 2020). Esse crescimento deve-se, principalmente, à melhora de margem bruta e variação positiva em outras receitas operacionais líquidas.

Despesas Financeiras

Em 30 de setembro de 2020, as despesas financeiras totalizaram R$ 3.952 mil, apresentando uma redução de 19% em relação ao valor de R$ 4.851 mil em 30 de setembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente à redução dos custos de dívida decorrentes de negociações de contratos com encargos financeiros mais reduzidos.

Receitas Financeiras

Em 30 de setembro de 2020, as receitas financeiras totalizaram R$ 2.277 mil, apresentando uma redução de 53% em relação ao valor de R$ 4.809 mil em 30 de setembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente à redução dos rendimentos de aplicações financeiras que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 1.546 mil e no mesmo período de 2019 totaliza R$ 4.563 mil, principalmente em função da redução de remuneração que está baseada na variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Variação Cambial e Resultado com instrumento de proteção (Hedge)

Em 30 de setembro de 2020, a variação cambial totalizou R$ 39.295 mil negativos, apresentando um aumento de 1413% em relação ao valor de R$ 2.597 mil negativos em 30 de setembro de 2019. Essa variação deve-se, principalmente, ao efeito de variação cambial passiva sobre empréstimos e financiamentos atrelados à moeda estrangeira, e foi parcialmente compensada pelo aumento de 4272% na linha de resultado com instrumentos de proteção (*hedge*), cujo saldo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 7.170 mil, em comparação a R$164 mil no mesmo período do ano anterior. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o Real desvalorizou 32% em relação ao Euro (em 31/12 2019 EUR 1,00 era R$ 4,53 e em 30/09/2020 EUR 1,00 era 6,61).

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Em 30 de setembro de 2020, as despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 33.800 mil um aumento de R$ 31.325 mil em relação ao valor de R$ 2.475 mil de despesas financeiras líquidas em 30 de setembro de 2019, devido aos motivos anteriormente explicitados.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 30 de setembro de 2020, o lucro antes de imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 73.145 mil, apresentando uma redução de 9% em relação ao valor de R$ 80.296 mil em 30 de setembro de 2019, especialmente devido ao aumento de despesas financeiras líquidas, conforme anteriormente explicitado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Em 30 de setembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) totalizaram R$ 22.114 mil, apresentando uma redução de 16% em relação ao valor de R$ 26.244 mil em 30 de setembro de 2019. Essa redução deve-se, principalmente ao incremento do imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre a variação das diferenças temporárias (principalmente diferença entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal).

Lucro Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido totalizou R$ 46.333 mil, ou 21% abaixo do valor de R$ 54.052 mil em 30 de setembro de 2019. Esse resultado deve-se principalmente, conforme mencionado, à desvalorização do real frente ao Euro e decorrente aumento de despesas financeiras líquidas no período.

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Consolidado				
R$ milhares	**30/09/2020**	**A.V.**	**31/12/2019**	**A.V.**	**A.H.**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	189.899	27%	131.191	21%	45%
Instrumentos financeiros derivativos	3.791	1%	–	0%	na
Contas a receber de clientes	111.999	16%	84.807	14%	32%
Estoques	68.311	10%	76.378	12%	-11%
Impostos a recuperar	2.410	0%	167	0%	1343%
Outros ativos	3.345	0%	4.756	1%	-30%
Total do ativo circulante	**379.755**	**55%**	**297.299**	**48%**	**28%**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	-	0%	419	0%	-100%
Estoques	4.804	1%	6.010	1%	-20%
Impostos a recuperar	2.299	0%	2.839	0%	-19%
Depósitos judiciais	21	0%	1.064	0%	-98%
Total do realizável a longo prazo	**7.124**	**1%**	**10.332**	**2%**	**-31%**
Imobilizado	**308.095**	**44%**	**309.370**	**50%**	**0%**
Ativo de direito de uso - arrendamento	**148**	**0%**	**357**	**0%**	**-59%**
Total do ativo não circulante	315.367	45%	320.059	52%	-1%
Total do ativo	**695.122**	**100%**	**617.358**	**100%**	**13%**

	Consolidado				
R$ milhares	**30/09/2020**	**A.V.**	**31/12/2019**	**A.V.**	**A.H.**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	37.121	5%	32.072	5%	16%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	112	0%	-100%
Fornecedores	36.403	5%	29.698	5%	23%
Obrigações tributárias	6.787	1%	3.393	1%	100%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.706	1%	7.607	1%	1%
Obrigações sociais e trabalhistas	12.212	2%	9.093	1%	34%
Dividendos a distribuir	-	0%	16.150	3%	-100%
Passivo de direito de uso - arrendamento	90	0%	213	0%	-58%
Outros passivos	5.805	1%	4.015	1%	45%
Total do passivo circulante	**106.124**	**15%**	**102.353**	**17%**	**4%**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	138.482	20%	115.886	19%	19%
Passivo de direito de uso - arrendamento	-	0%	86	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.739	6%	34.924	6%	11%
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.507	0%	1.507	0%	0%
Provisão para contingências	21.863	3%	21.176	3%	3%
Obrigações tributárias	9.838	1%	10.666	2%	-8%
Total do passivo não circulante	**210.429**	**30%**	**184.245**	**30%**	**14%**
Patrimônio líquido					
Capital social	137.996	20%	137.996	22%	0%
Reservas de lucros	189.542	27%	192.764	31%	-2%
Lucros acumulados	51.031	7%	0	0%	na
Total do patrimônio líquido	**378.569**	**54%**	**330.760**	**54%**	**14%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**695.122**	**100%**	**617.358**	**100%**	**13%**

Ativo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 379.755 mil, em comparação com R$297.299 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 28%, decorreu, principalmente de um aumento em caixa e equivalentes de caixa, além de contas a receber de clientes. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 55% em 30 de setembro de 2020 e 48% em 31 de dezembro de 2019.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de setembro de 2020, a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$189.899 mil, apresentando um aumento de 45% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$131.191 mil. Este aumento decorreu, principalmente, da geração de caixa da Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Contas a receber de clientes

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$111.999 mil, apresentando um aumento de 32% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$84.807 mil. Este aumento decorreu, principalmente, do crescimento da receita e do aumento de participação de receita bruta oriunda do Mercado Externo.

Estoques

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de estoques era de R$ 68.311 mil, apresentando uma redução de 11% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$76.378 mil. Este redução decorre, principalmente, da gestão voltada para um melhor nível de estoque mínimo necessário para atender as necessidades de produção e de estoque de almoxarifado.

Impostos a recuperar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar era de R$ 2.410 mil, apresentando um aumento de 1343% em relação a 31 de dezembro de 2019, quanto totalizou R$ 167 mil. Este aumento decorre, principalmente do reconhecimento de créditos de PIS e Cofins relacionado com processo judicial transitado em julgado em favor da Companhia.

Outros ativos circulantes

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de outros ativos circulantes era de R$3.345 mil, uma redução de 30% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quanto totalizou R$4.756 mil. Esta redução decorreu, principalmente, da baixa de adiantamentos a fornecedores de estoques.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R$315.367 mil, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2019, quanto totalizou R$320.059 mil.

Estoques

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de estoques classificados no ativo não circulante era de R$4.804 mil, apresentando um redução de 20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$6.010 mil. Este redução decorre, principalmente, da busca por uma melhor gestão dos níveis mínimos de estoques de almoxarifado.

Impostos a recuperar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar era de R$ 2.299 mil, uma redução de 19% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$2.839 mil. Esta redução decorreu, principalmente, da utilização da reclassificação desses créditos para o ativo circulante na medida em que a Companhia vai compensando estes créditos com obrigações tributárias.

Imobilizado

Em 30 de setembro de 2020, o ativo imobilizado era de R$ 308.095 mil, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$309.370 mil. No período, as adições ao ativo imobilizado e a despesa de depreciação totalizaram R$ 13.872 mil e R$ 15.147 mil, respectivamente.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R$106.124 mil, um aumento de apenas 4% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$102.353 mil. A variação nas principais contas encontra-se explicitada abaixo.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” era de R$37.121 mil, um aumento de 16% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$32.072 mil. Este aumento relaciona-se principalmente ao efeito da variação cambial sobre dívida em Euro. No período de nove meses o Real desvalorizou 32% frente ao Euro.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta “Fornecedores” era de R$ 36.403 mil, um aumento de 23% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$29.698 mil. Este aumento decorreu, principalmente, de negociações com fornecedores para aumento do prazo de pagamentos.

Obrigações tributárias

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de obrigações tributárias era de R$ 6.787 mil, um aumento de 100% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$3.393 mil. Este aumento, deve-se, principalmente, ao incremento no saldo de COFINS a pagar em decorrência do faturamento do mês de setembro.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar era de R$ 7.706 mil, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$7.607 mil.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta de obrigações sociais e trabalhistas era de R$ 12.212 mil, um aumento de 34% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$9.093 mil. Este aumento decorreu, principalmente, do provisionamento de bônus de curto prazo a empregados e outros encargos trabalhistas no período.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R$210.429 mil, um aumento de 14% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 184.245 mil. Este aumento decorreu, principalmente, do aumento nas contas de empréstimos e financiamentos e imposto de renda e contribuição social diferidos.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” do passivo não circulante era de R$ 138.482 mil, um aumento de 19% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$115.886 mil. Este aumento relaciona-se ao provisionamento de juros e variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o Real desvalorizou 32% em relação ao Euro.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$38.739 mil, um aumento de 11% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$34.924 mil. Este aumento decorreu, principalmente pela variação das diferenças temporárias no período (principalmente aumento da diferença entre a depreciação fiscal e contábil).

Provisão para contingências

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta de provisão para contingências era de R$21.863 mil, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$21.176 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Obrigações tributárias

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta de obrigações tributárias de longo prazo era de R$9.838 mil, em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$10.666 mil. Essa conta registra o ICMS a recolher vinculado ao Programa PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o saldo do Patrimônio Líquido era de R$378.569 mil, um aumento de 14% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$330.760 mil. Este aumento deve-se principalmente ao lucro líquido do período que foi de R$51.031.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 30 DE SETEMBRO DE 2019

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Companhia para os períodos indicados

R$ milhares	De 01/01/2020 até 30/09/2020	De 01/01/2020 até 30/09/2020	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	115.578	74.551	55%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.872)	(4.491)	208%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(42.998)	(37.611)	14%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	58.708	32.449	81%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	57.708	32.449	81%

Atividades operacionais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 115.578 mil, comparado ao mesmo período de 2019 quando o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R$ 74.551 mil, representando, portanto, um aumento do caixa gerado de R$ 41.027 mil. Este aumento decorreu, principalmente do significativo aumento de vendas da Companhia no mercado externo em 2020 em comparação a 2019.

Atividades de investimentos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$ 13.872 mil, comparado com o mesmo período de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 4.491 mil, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado em R$ 9.381 mil. Esta variação decorreu, principalmente do aumento de investimentos em Obras em andamento durante os nove meses de 2020.

Atividades de financiamento

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$ 42.998 mil, comparado com o caixa líquido aplicado de R$ 37.611 mil para o mesmo período de 2019, o que representa um aumento do caixa líquido aplicado de R$ 5.387

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

mil. Este aumento deve-se, principalmente às amortizações de linhas de créditos de financiamento em montante superior ao do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Análise das Informações financeiras pro forma relativas aos períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019

	De 1/01/2020 a 30/09/2020	A.V.	De 1/01/2019 a 30/09/2019	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	775.843	100%	643.795	100%	21%
Custo dos produtos vendidos	(448.404)	-58%	(422.337)	-66%	6%
Lucro bruto	327.439	42%	220.458	34%	49%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(67.117)	-9%	(68.663)	-11%	-2%
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	122	0%	(3.772)	0%	-103%
Despesas gerais e administrativas	(54.700)	-7%	(53.115)	-8%	3%
Outras receitas, líquidas	17.310	2%	5.049	1%	243%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	223.054	29%	99.957	16%	123%
Despesas financeiras	(11.567)	-1%	(10.829)	-2%	7%
Receitas financeiras	4.137	1%	7.149	1%	-42%
Resultado com instrumentos de proteção (Hedge)	7.170	1%	2.513	0%	185%
Variação cambial líquida	(75.842)	-10%	(17.148)	-3%	342%
Despesas financeiras, líquidas	(76.102)	-10%	(18.315)	-3%	316%
Resultado de equivalência patrimonial	2.531	0%	-	n.a	n.a
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	149.483	19%	81.642	13%	83%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(44.948)	-6%	(24.828)	-4%	81%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(36)	0%	1.027	0%	354%
Lucro líquido do período	109.197	14%	59.841	9%	89%

Receita Líquida de Vendas

Em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas pro forma totalizou R$ 778.543 mil, apresentando um aumento de 21% em relação à posição desta conta em 30 de setembro de 2019, quando totalizou R$ 642.795 mil. Este aumento de R$ 133.048 mil deve-se, principalmente, ao aumento na demanda dos produtos durante o período de pandemia e incremento de preço nas principais linhas comercializadas pela Companhia e pela Compensados.

Na demonstração do resultado pro forma, foram eliminas as transações de venda de toretes e cavacos realizas pela Compensados para a Painéis, que os usam como insumos em sua produção. Os valores de R$ 19.325 mil e R$ 19.018 mil, foram eliminados nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, respectivamente.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 30 de setembro de 2020, o custo dos produtos vendidos pro forma no período de nove meses era de R$ 448.404 mil, apresentando um aumento de 6% ao saldo de 30 de setembro de 2019, para o período de nove meses, de R$ 422.337 mil. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento no volume de vendas. Apesar da pressão dos efeitos inflacionários sobre os insumos de produção, os esforços de gestão industrial para ganhos de eficiência e produtividade com os estoques, negociações de preços juntos aos fornecedores e manutenção de demanda pelos produtos durante o período de restrições sociais causadas pelo COVID-19 permitiram à Companhia uma redução de 8p.p. de custos de vendas em comparação ao ano anterior, em relação à receita líquida de vendas – de 66% no período de nove meses de 2019 para 58% no período comparável em 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro Bruto

Em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto pro forma totalizou R$ 327.439 mil, apresentando um aumento de 49% em relação aos R$220.458 mil totalizados em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, conforme explicitado nos itens anteriores, ao incremento no volume de venda de produtos e melhora da margem de lucro bruta em 8p.p. em comparação com o mesmo período do ano anterior, decorrente de aumento de demanda durante o período de pandemia e ações de gestão voltada para redução de custos e maior eficiência produtiva.

Despesas comerciais

Em 30 de setembro de 2020, as despesas comerciais pro forma totalizaram R$ 67.117 mil, apresentando uma diminuição de 2% em relação ao valor de R$ 68.663 mil em 30 de setembro de 2019, portanto com diluição das despesas comerciais, que passaram a representar 9% em relação à receita líquida de vendas (em comparação a 11% no mesmo período do ano anterior).

Despesas gerais e administrativas

Em 30 de setembro de 2020, as despesas gerais e administrativas pro forma totalizaram R$ 54.700 mil, apresentando um aumento de 3% em relação ao valor de R$ 53.115 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente a perdas com processos judiciais trabalhistas e despesas de consultoria tributária para assessoria em apuração de créditos tributários transitados em julgado em favor da Companhia.

Em termos marginais, houve diluição destas despesas, que passaram de 8% da receita líquida de vendas no período de nove meses de 2019 para 7% no período comparável em 2020.

Outras receitas (despesas operacionais), líquidas

Em 30 de setembro de 2020, as outras receitas operacionais pro forma totalizaram R$ 17.310 mil, apresentando um aumento de 243% em relação ao valor de R$ 5.049 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente ao reconhecimento de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS em conexão com ação transitada em julgado em favor da Companhia.

Lucro antes das Receitas (Despesas) Financeiras e dos Impostos

Em 30 de setembro de 2020, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras e dos impostos pro forma totalizou R$ 223.054 mil, apresentando um aumento de 123% em relação ao valor de R$ 99.957 mil em 30 de setembro de 2019, 13p.p. maior em relação à Receita líquida de vendas (de 16% em 2019 para 29% em 2020). Esse crescimento deve-se, principalmente, à melhora de margem bruta e diluição de despesas comerciais, gerais e administrativas.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Em 30 de setembro de 2020, as Despesas financeiras líquidas pro forma totalizaram R$ 76.102 mil, apresentando um aumento de R$ 57.787 mil em relação ao valor de R$ 18.315 mil de despesas financeiras líquidas em 30 de setembro de 2019, especialmente devido ao aumento de 342% em variação cambial passiva líquida sobre dívidas em moeda estrangeira.

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

Em 30 de setembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) pro forma totalizaram R$ 40.286 mil, apresentando um aumento de 69% em relação ao valor de R$ 23.801 mil em 30 de setembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente a despesa com tributos diferidos sobre diferenças temporárias (principalmente a diferença entre a depreciação contábil e a fiscal).

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido pro forma totalizou R$ 109.197 mil, ou 89% acima do valor de R$ 57.841 mil em 30 de setembro de 2019, com ganho de margem líquida de 5 p.p. (de 9% em 30 de setembro de 2019 para 14% no período de nove meses de 2020). Esse resultado deve-se, conforme mencionado, ao aumento de vendas e redução de custos no período, e da variação positiva das "Outras receitas operacionais"..

Informações financeiras selecionadas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda.

Em 4 de novembro de 2020 a Companhia adquiriu o controle da Indústrias de Compensados Guararapes Ltda. por meio da aquisição de 100% das quotas do capital social, passando então a consolidar os ativos, passivos, receitas e despesas da Indústria de Compensados Guararapes Ltda. a partir dessa data. As Informações Financeiras referentes à Compensados encontram-se a seguir.

Demonstração de resultados da Compensados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais	2019 (reapresentado)	AV	2018 (reapresentado)	AV	AH
Receita líquida de vendas	327.975	100%	370.611	100%	-12%
Custo dos produtos vendidos	(223.264)	-68%	(186.816)	-50%	20%
Lucro bruto	104.711	32%	183.795	50%	-43%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(40.619)	-12%	(28.075)	-8%	45%
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber	(410)	0%	(1.221)	0%	-66%
Despesas gerais e administrativas	(15.620)	-5%	(12.592)	-3%	24%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.862	1%	6.688	2%	-72%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos	49.924	76%	148.595	40%	-66%
Despesas financeiras	(6.644)	-2%	(11.821)	-3%	-44%
Receitas financeiras	3.302	1%	3.360	1%	-2%
Resultado com instrumentos de proteção (hedge)	2.349	1%	(2.029)	-1%	-216%
Variação cambial líquida	(12.013)	-4%	(15.713)	-4%	-24%
Despesas financeiras, líquidas	(13.006)	-4%	(26.203)	-7%	-50%
Resultado de equivalência patrimonial	39.485	12%	37.577	10%	5%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	76.403	23%	159.969	43%	-52%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.614)	-3%	(19.947)	-5%	-57%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	846	0%	(2.647)	-1%	-132%
Lucro líquido do exercício	68.635	21%	137.375	37%	-50%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita Líquida de Vendas

Em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas de Compensados totalizou R$ 327.975 mil, apresentando uma redução de 12% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 370.611 mil. Esta redução deve-se, principalmente, pela redução no preço dos produtos em 2019 quando comparado com os preços praticados pelo mercado americano em 2018 que foram bastante favoráveis para a Compensados. O volume de vendas em 2019 manteve-se no mesmo patamar de 2018.

Custo dos Produtos Vendidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do custo dos produtos vendidos de Compensados era de R$ 223.264 mil, apresentando um aumento de R$ 36.448 mil ou 20% ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 186.816 mil. Esse aumento deve-se, principalmente ao: (i) aumento por ajustes inflacionários nos custos de materiais e embalagens no período, (ii) lucro a menor resultante da atividade florestal no valor de 18.364 mil. A variação do lucro da atividade florestal de R$ 18.264 mil consiste de: a) menor ganho no valor justo do ativo biológico de R$ 3.870 mil, b) maior custo com exaustão das florestas em R$ 9.373 mil, e c) menor receita com extração de madeira de R$ 12.861 mil.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto de Compensados totalizou R$ 104.711 mil, apresentando uma queda de 43% em relação aos R$ 183.795 mil totalizados em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deve-se, conforme explicitado nos itens anteriores, à redução de receita em decorrência da redução dos preços dos produtos, do aumento de custo de materiais e embalagens e do menor resultado da atividade florestal.

Despesas comerciais

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais de Compensados totalizaram R$40.619 mil, apresentando um aumento de 45% em relação ao valor de R$28.075 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento nas despesas com frete e logística de produtos.

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas de Compensados totalizaram R$15.620 mil, apresentando um aumento de 24% em relação ao valor de R$ 12.592 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente ao aumento nos gastos com pessoal.

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras líquidas de Compensados totalizaram R$ 13.006 mil em relação ao valor de R$ 26.203 mil de despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2018, devido à redução de despesas com juros sobre dívidas e de uma menor variação cambial passiva sobre as dívidas em moeda estrangeira.

Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido de Compensados totalizou R$ 68.635 mil, 50% menor em relação ao valor de R$ 137.375 mil em 31 de dezembro de 2018, devido aos impactos explicados anteriormente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Balanço patrimonial consolidado da Compensados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Em milhares de Reais Ativo	2019 (reapresentado)	AH	2018 (reapresentado)	AH	AV
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	92.624	10%	53.877	7%	72%
Contas a receber de clientes	37.117	4%	50.578	6%	-27%
Estoques	42.300	5%	38.797	5%	9%
Adiantamentos diversos	6.334	1%	7.060	1%	-10%
Impostos a recuperar	19.805	2%	17.091	2%	16%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	560	0%	560	0%	0%
Outros ativos	11.362	1%	21.415	3%	-47%
Total do Ativo Circulante	210.102	24%	189.378	24%	11%
Não circulante					
Impostos a recuperar	7.364	1%	5.272	1%	40%
Outros ativos	10.373	1%	8.963	1%	16%
Investimentos	308.643	35%	278.436	35%	11%
Ativo biológico	176.563	20%	166.558	21%	6%
Propriedades para investimento	70.682	8%	68.764	9%	3%
Imobilizado	91.530	10%	69.368	9%	32%
Mútuo a receber de partes relacionadas	1.507	0%	1.507	0%	0%
Ativo de direito de uso – arrendamento	5.624	1%	-	0%	Na
Total do Ativo Não Circulante	672.286	76%	598.868	76%	12%
Total do Ativo	882.388	100%	788.246	100%	12%
Passivo	**2019 (reapresentado)**	**AH**	**2018 (reapresentado)**	**AH**	**AV**
Circulante					
Fornecedores	15.873	2%	7.063	1%	125%
Empréstimos e financiamentos	78.229	9%	73.075	9%	7%
Obrigações tributárias	1.434	0%	246	0%	483%
Imposto de renda e contribuição social	1.622	0%	1.923	0%	-16%
Passivo de direito de uso - arrendamento	613	0%	-	0%	na
Instrumentos de proteção (Hedge)	2.349	0%	2.029	0%	16%
Obrigações sociais e trabalhistas	5.933	1%	4.177	1%	42%
Outros passivos	530	0%	1.109	0%	-52%
Passivo Circulante	106.583	12%	89.622	11%	19%
Não circulante					
Fornecedores	1.761	0%	4.500	1%	-61%
Impostos de renda e contribuição social diferidos	76.519	9%	78.572	10%	-3%
Empréstimos e financiamentos	87.593	10%	68.642	9%	28%
Provisão para contingências	5.442	1%	1.429	0%	281%
Obrigações tributárias	1.382	0%	667	0%	107%
Partes relacionadas	800	0%	-	0%	na
Juros sobre o capital próprio a distribuir	55.120	6%	56.488	7%	-2%
Passivo de direito de uso - arrendamento	5.046	1%	-	0%	na
Outros passivos	8.440	1%	17.033	2%	-61%
Passivo Não Circulante	242.103	27%	227.331	29%	6%
Patrimônio líquido					

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Capital social	17.800	2%	18.500	2%	-4%
Reserva de lucros	515.902	58%	452.793	57%	14%
Total do Patrimônio Líquido	533.702	60%	471.293	60%	13%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	882.388	100%	788.246	100%	12%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante de Compensados era de R$ 210.102 mil, apresentando um aumento de 11% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 189.378 mil. Este aumento decorreu, principalmente do aumento de 72% do saldo de caixa e equivalentes de caixa, que aumentou de R$53.877 mil para R$92.624 no período.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante de compensados era de R$ 672.286 mil, um aumento de 12% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 598.868 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento de 11% em investimentos e 32% em imobilizado – em linha com a estratégia da Compensados de ganho de eficiência e modernização de suas linhas de produção.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 106.583 mil, um aumento de 19% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 89.622 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, de aumentos nas linhas de fornecedores (em linha com o aumento de custos no período) e de empréstimos e financiamentos de curto prazo, para fazerem frente ao item anterior.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 242.103 mil enquanto o saldo de 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 227.331 mil, um aumento de 6%, especialmente devido ao aumento na linha de empréstimos e financiamentos de longo prazo, em linha com os investimentos da Compensados em eficiência e modernização da produção.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era de R$ 533.702 mil, um aumento de 13% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 471.293 mil. Este aumento decorreu, do aumento de 14% em reserva de lucros, que passou de R$ 452.793 mil a R$ 515.902 mil.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa da Compensados para os exercícios encerrados em:

R$ milhares	31/12/2019	31/12/2018	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS(1)	60.088	87.142	-31%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS(2)	(35.925)	(15.360)	134%
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS(3)	14.584	(57.916)	-125%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	38.747	13.866	179%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	38.747	13.866	179%

(1) A variação é explicada principalmente pela redução nas receitas líquidas de vendas no exercício de 2019 comparado com 2018.
(2) A variação ocorreu principalmente em decorrência de maiores investimentos em ativo imobilizado no montante de R$ 30.154 mil e no ativo biológico no montante de R$ 11.341 mil em 2019 em comparação aos investimentos de 2018.
(3) A variação ocorreu principalmente em função de acréscimo de captações de dívidas no montante de R$ 151.436 mil e deduzidas por acréscimo de amortizações de R$ 606 mil em 2019 em comparação ao exercício de 2018.

Impactos da COVID-19

A Covid-19 foi descoberta em dezembro de 2019 na China e chegou a diversos países rapidamente, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que sofreu e ainda vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as companhias ficaram expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de
custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

Efeitos econômicos

A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia (até o período findo em 30 de novembro de 2020). A Administração não identificou, até a data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que acompanham o presente Formulário de Referência, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A Companhia tampouco identificou queda nas vendas durante o período findo em 30 de novembro de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

Ações adotadas

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Dentre as medidas adotadas, destacam-se: (i) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (ii) higienização frequente de superfícies de toque; (iii) colaboradores da Companhia, considerados como grupo de risco, foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular; (iv) Colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (*home office*); (v) busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico; (vi) orientação por meio dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus; (vii) disponibilização de álcool gel; e (viii) procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Estatuto Social, no mínimo 2 (dois) membros ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme os critérios de independência estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Será considerado conselheiro independente aquele Conselheiro que atender aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"). Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Observado que, quando, em decorrência do cálculo do percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A Assembleia Geral que eleger os membros para o Conselho de Administração deverá eleger o Presidente do Conselho de Administração.

Além de outras matérias previstas em lei, compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social: (i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovação, alteração e/ou revogação do plano de negócios, do orçamento anual, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia; (iii) distribuir a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral e fixar a remuneração individual dos Diretores, Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, se instalado, e dos membros de qualquer Comitê de Assessoramento da Companhia; (iv) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; (v) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus diretores, bem como atribuir aos diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social; (vi) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento; (vii) fiscalizar e supervisionar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (viii) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (ix) autorizar a emissão, pela Companhia, de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos em lei e no Estatuto Social; (x) autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência aos acionistas, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral; (xii) aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço anual, semestral, trimestral ou mensal; (xiii) aprovação de qualquer investimento ou despesa, (a) não prevista no orçamento anual aprovado, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou (b) cujo valor, individual ou agregado,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

exceda em 10% (dez por cento) o valor originalmente aprovado no orçamento anual; (xiv) aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (xv) aprovação de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, notas promissórias, commercial papers, *bonds*, notes ou outros títulos de dívida de uso comum no mercado de capitais, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior; (xvi) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), compror, vendor, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (xvii) assunção de qualquer obrigação financeira que esteja vinculada à variação cambial, bem como a contratação de instrumentos de derivativos de qualquer espécie cujo valor exceda R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (xviii) celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas à Companhia cujo valor, individual ou agregado, em um período de 12 (doze) meses, exceda R$2.000.000,00 (dois milhões reais); (xix) prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros em operação que não envolvam a própria Companhia e/ou suas subsidiárias; (xx) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da constituição de qualquer afiliada ou coligada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação; (xxi) aprovação das políticas, códigos e regimentos internos da Companhia; (xxii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; (xxiii) definição de voto da Companhia, das suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês das subsidiárias, afiliadas e coligadas da Companhia, que vierem a deliberar exclusivamente sobre matérias elencadas no Estatuto Social; (xxiv) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia com base em recomendação do Comitê de Auditoria, de acordo com o Estatuto Social da Companhia; (xxv) aprovar a realização de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; e (xxvi) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Comitês

Comitê de Ética e Compliance

O Comitê de Ética e *Compliance* ("Comitê de Ética") é órgão não estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, cujo objetivo é assegurar a conformidade dos procedimentos da Companhia e de seus colaboradores com todos os requerimentos e diretrizes legais e regulatórias e também encarregado de regulamentar e supervisionar, com independência e eficiência, o cumprimento das regras contidas no Código de Conduta.

O Comitê de Ética será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) integrantes, todos eleitos pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, além das demais atribuições definidas no Código de Ética, as seguintes responsabilidades: (i) definir os princípios éticos a serem observados por todos os dirigentes e colaboradores constantes do Código de Conduta ou de outros documentos que vierem a ser produzidos para este fim, elaborando sua revisão periódica; (ii) promover a ampla divulgação e aplicação dos preceitos éticos no desenvolvimento das atividades de todos os Colaboradores; (iii) apreciar todos os casos que cheguem ao seu conhecimento sobre o descumprimento dos preceitos éticos previstos no Código de Conduta ou nos demais documentos aqui mencionados, e também apreciar e analisar situações não previstas; e (iv) garantir o sigilo de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

eventuais denunciantes de delitos ou infrações, mesmo quando estes não solicitarem, exceto nos casos de necessidade de testemunho judicial.

Comitê ASG

O Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança ("ASG" e "Comitê de ASG", respectivamente) é órgão não estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, cujo objetivo é que as atividades da Companhia sejam conduzidas de forma a considerar os impactos e consequências sobre a diversidade da sua força de trabalho, mudanças climáticas, engajamento de partes relacionadas, investimento social privado e estratégias de mitigação de riscos socioambientais, bem como a conciliação das questões de desenvolvimento econômico com as de responsabilidade social.

O Comitê ASG será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) integrantes, todos eleitos pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe as seguintes responsabilidades: (i) revisar a estratégia de ASG da Companhia e, se considerar a estratégia adequada, recomendar ao Conselho de Administração a sua aprovação observadas as melhores práticas de mercado e as legislações e regulamentações aplicáveis em vigor; (ii) revisar o plano de ASG da Companhia que consolidará os seus planos de ação, projetos, propostas e iniciativas de ASG, assim como a forma como serão organizados os processos internos e estruturas organizacionais; (iii) acompanhar os compromissos de natureza social, econômica e ambiental assumidos pela Companhia; (iv) dar conhecimento ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria de situações envolvendo temas e abordagens de ASG com potencial risco para a imagem, reputação e patrimônio da Companhia; (v) solicitar análises de risco na área de ASG sempre que julgar necessárias e oportunas para o esforço de prevenção ou a gestão adequada do ASG; (vi) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação de normas e procedimentos corporativos relacionados com as questões de ASG, assim como das ações para a sua divulgação e para o monitoramento do seu cumprimento; (vii) rever os relatórios de ASG, as comunicações institucionais e as iniciativas com repercussão pública relativas a ASG; (viii) recomendar a adesão ou continuidade em "Protocolos", "Princípios", "Acordos" e "Tratados" nacionais ou internacionais, direta ou indiretamente relacionados com ASG; (ix) propor a inclusão da Companhia em "Rankings", "Índices" nacionais e internacionais, referenciados à sustentabilidade empresarial em seu mais alto nível; (x) acompanhar os indicadores sociais, ambientais e econômicos da Companhia; e (xi) manter estreita cooperação e coordenação com os Comitês de Auditoria e a Diretoria de Recursos Humanos nos assuntos e eventos que sejam de interesse ou responsabilidade mútua, podendo isto se dar por meio de comunicações, participação de membros em comitê diversos, reuniões conjuntas ou outros meios que forem adequados ao contexto, circunstâncias e necessidades do assunto ou evento.

Conselho Fiscal

A Companhia terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado até a data deste Formulário de Referência.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) comitê de auditoria estatutário

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Os objetivos do Comitê de Auditoria são avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 membros, sendo, no mínimo: (i) 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. Compete ao Comitê de Auditoria: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Ademais, no tocante aos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, determina que compete a este: (i) avaliar a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iii) propor ao Conselho os níveis de tolerância para exposição aos riscos; (iv) debater e analisar com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos; (v) demandar da gestão ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação; (vi) acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia; (vii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (viii) ser informado pela Auditoria Interna e pelo Canal de Denúncias de temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo os procedimentos de investigação a serem adotados; (ix) zelar para que a Diretoria desenvolva controles internos confiáveis; (x) estabelecer canal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; (xi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. A íntegra do regimento interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no *website* de relações com investidores (www.ri.guararapes.com.br) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Regimento Interno de Comitês”.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Conselho de administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Os resultados e apontamentos de risco da auditoria são avaliadas nas reuniões do Conselho de Administração e constam em ata. A Companhia não adota uma política de contratação e serviços extra-auditoria com o auditor independente.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com base em proposta de composição apresentada pelo Diretor Presidente, pelo

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria possui 7 (sete) Diretores eleitos, sendo que o Diretor Financeiro poderá acumular as funções do Diretor de Relações com Investidores.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (i) seu diretor presidente ou pelo diretor financeiro agindo em conjunto com qualquer outro diretor; (ii) por qualquer diretor agindo em conjunto com um procurador, devidamente constituído; (iii) por dois procuradores, devidamente constituídos com poderes específicos, agindo em conjunto; e (iv) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, devidamente constituído, (a) perante órgãos, repartições e entidades públicas e em atos que não impliquem responsabilidade financeira para a Companhia, (b) para assinatura de correspondências, inclusive para bancos, na medida em que tais correspondências não impliquem ou resultem responsabilidade financeira para a Companhia, (c) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia, (d) para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, ou arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; ou (v) por 1 (um) procurador, devidamente constituído com poderes específicos para celebrar contratos e escrituras (incluindo dação em pagamento), na qualidade de credora, relacionadas ao recebimento de garantias de operações comerciais realizadas pela Companhia com seus clientes.

Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social, compete à Diretoria: (i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo: (a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas; (b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios; (f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Estatuto Social; (iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos; (vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e pelo Estatuto Social.

Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

observância da lei e do Estatuto Social; (vi) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (vii) administrar os assuntos de caráter societário em geral; (viii) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; e (ix) indicar nomes de candidatos a ocupar outros cargos na Diretoria da Companhia.

Diretor Financeiro: Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da Diretoria Financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade e de planejamento financeiro, segundo as orientações do Estatuto Social, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Diretor de Relação com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Diretor Industrial: (i) gerir e administrar a produção industrial da Companhia; (ii) planejar, orientar, e controlar as atividades industriais; (iii) orientar a realização de treinamentos, cursos, seminários e conferências sobre as atividades industriais, visando ao aprimoramento técnico científico dos colaboradores do setor industrial; (iv) supervisionar e controlar a aquisição de maquinários e matérias primas necessários para o desenvolvimento da produção industrial; e (v) aprimorar e desenvolver a produção industrial da Companhia, com pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, lançamentos de novos produtos no mercado interno e externo, e controle de qualidade dos produtos da sociedade; e (vi) assegurar os insumos necessários à produção bem como o material de almoxarifado necessário à manutenção industrial; (vii) participar do orçamento anual da companhia para assegurar o planejamento e manutenção da atividade industrial.

Diretor de Exportação: (i) supervisionar os processos de exportação da Companhia; (ii) analisar mercados e tendências, com o intuito de desenvolver estratégias para o negócio; (iii) supervisionar os processos de logística internacional, bem como transações comerciais de acordo com normas mercantis, alfandegárias e fiscais de cada país; (iv) garantir os compromissos contratuais, como prazos de entrega e condições de pagamento, nas relações com clientes e fornecedores; (v) colaborar com as diretrizes para a expansão e o aumento de competitividade na área de negócios; e (vi) interagir com a área produtiva para assegurar o planejamento e programação da produção necessária visando ao cumprimento das necessidades para vendas aos clientes e o orçamento anual da Companhia.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

A Companhia não dispõe de um Conselho Fiscal permanente. Nos termos da lei, a Companhia poderá instalar o Conselho Fiscal a pedido dos acionistas, não tendo sido ele instalado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 ou no exercício social corrente.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria conforme políticas e práticas adotadas internamente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, anualmente, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respetivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia, a qual é realizada anualmente e cujo resultado será divulgado somente ao respetivo Diretor que foi objeto de avaliação.

Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação anual do Conselho de Administração, tanto do órgão como de cada conselheiro, bem como pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

Comitê de Auditoria e demais comitês

Os Comitês da Companhia realizam avaliações anuais do órgão colegiado, bem como de seus respectivos membros, de forma individual. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia. A avaliação dos comitês deverá ser realizada prioritariamente pelos órgãos internos da Companhia, sendo que a contratação de consultoria externa poderá ser feita em caráter excepcional, conforme aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia adota metodologia avaliação de sua administração levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e dos Diretores, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Nesse sentido, os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês são: (i) participação nos debates das matérias deliberadas; (ii) interação frequente com os demais membros da administração e proatividade no processo de tomada de decisão; e (iii) comprometimento com as atividades desempenhadas. Para fins da avaliação dos Diretores, deverão ser avaliados pelo mesmo mecanismo que os demais colaboradores da Companhia, que é baseado em indicadores de desempenho corporativo e metas individuais, que são definidos pelo Conselho de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e dos Diretores são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados pela Administração como um todo, o que possibilita o mapeamento e definição de estratégias para aprimoramento do funcionamento da administração da Companhia. A partir dos resultados obtidos, a Companhia desenvolve e implementa planos de ações, como reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária ou, ainda, no prazo determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral instalar-se-á: (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir *quórum* mais elevado e observadas as disposições do Estatuto Social; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

(b) competências

Cabe a Assembleia Geral, além das competências que lhe cabem por força de lei: a) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado; b) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; c) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; d) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; e) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social, exceto pelo previsto no parágrafo 1°, do artigo 7°, do Estatuto Social; f) deliberar sobre qualquer emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, observado o item (ix) do artigo 22 do Estatuto Social; e g) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, s/nº, bairro Aeroporto, CEP 89500-000; e (ii) *internet*: *website* da Companhia (http://ri.guararapes.com.br); *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e *website* da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação em vigor e em seu Estatuto Social, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, dos seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do parágrafo 1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas. O acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade: (a) documento de identificação com foto, para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento. No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notarização e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, o Banco Bradesco S.A., nos termos do convênio firmado com a Companhia, receberá em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, conforme normas divulgadas pelo escriturador, o boletim de voto de seus acionistas, que não detenham ações objeto de depósito centralizado. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Agente Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se ele prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: http://ri.guararapes.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral;

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; e

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Também não disponibiliza mecanismos de participação à distância ou um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais. Ressalta-se que, considerando o disposto no artigo 21-C da Instrução CVM 481, tais sistemas não são obrigatórios à Companhia, ainda que, se verificada a necessidade de sua implementação em um futuro próximo, a Companhia poderá implementá-los.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como matérias que sejam consideradas pertinentes para inclusão na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Regras Gerais

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração da Companhia deverão obedecer os prazos estipulados na Instrução CVM 481 para tanto, quais sejam, (i) 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização de Assembleia Geral Extraordinária neste caso, exclusivamente para solicitações de inclusão de candidatos a

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

membro do Conselho de Administração, nas assembleias gerais extraordinárias que venham a ser convocadas para este fim; e deverão ser encaminhadas diretamente à Companhia, endereçado ao departamento de Relação com os Investidores, na Cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000, ou quando enviado por *e-mail*, para o endereço: http://ri.guararapes.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes do termo final do prazo indicado nos subitens "i" e "ii" acima.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter: local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso, toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da documentação comprobatória de representação do acionista indicada na alínea "f" deste item 12.2

Ainda, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

Por fim, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Por fim, nos termos do inciso II do artigo 21-L da Instrução CVM 481, somente poderão encaminhar solicitações de inclusão de propostas de deliberação no âmbito das assembleias gerais ordinárias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 5,0% (cinco inteiros por cento) do capital social total da Companhia. Por sua vez, nos termos do inciso I do artigo 21-L da Instrução CVM 481, poderão encaminhar indicações de candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia no âmbito das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias destinadas a deliberar sobre estas matérias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total das ações de mesma espécie e/ou classe de ações emitidas pela Companhia.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

A Companhia, em razão de não ter ações em circulação, não está sujeita à Instrução CVM 481, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º da referida Instrução, que regula, entre outros, o voto em assembleia geral por meio de boletim de voto a distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem. No último exercício social, o Conselho de Administração realizou 10 (dez) reuniões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 6 (seis) reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

De acordo com o Acordo de Acionistas da Companhia atualmente vigente e arquivado em sua sede, a P&B Participações Ltda. e o Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações deverão fazer com que os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados por eles cumpram com o disposto no Acordo de Acionistas. Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, ver item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Exceto pela Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

Em reunião realizada em 15 de dezembro de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (http://ri.guararapes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de indicação".

(ii) principais características

A Política de Indicação estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a indicação de membros ao Conselho de Administração, Diretoria e membros de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da nossa Companhia. Como diretriz geral, a Política prevê que o processo de indicação de candidatos deve visar que os cargos elegíveis sejam preenchidos por membros de perfil diversificado, levando-se em conta conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Adicionalmente, os indicados aos cargos deverão ser profissionais altamente qualificados, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, com reputação ilibada.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(a) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Conduta e suas políticas internas;

(b) reputação ilibada;

(c) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

(d) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(e) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(f) experiência profissional em temas diversificados;

(g) estar isento de conflito de interesse com a Companhia (salvo dispensa da assembleia geral); e

(h) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

> **(i)** cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e
>
> **(ii)** currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos acima.

O cumprimento dos requisitos estabelecidos acima será verificado pela diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia, sendo que, em qualquer caso, se o candidato indicado não cumprir com os requisitos elencados na referida Política, será vedada a sua indicação para aprovação da Assembleia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

Por fim, a proposta de reeleição de membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o desempenho do candidato, assim como sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que ela seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, dos regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Valerí Sberse	27/01/1964	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2020	2 anos	4
377.946.390-34	Economista	19 - Outros Diretores	15/12/2020	Sim	0.00%
O Sr. Valerí exerce também o cargo de membro titular do Comitê de Ética e Compliance.					
Fabio de Freitas Leitão Torres	18/02/1978	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2020	2 anos	2
272.621.488-69	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/12/2020	Sim	0.00%
O Sr. Fabio exerce também o cargo de membro titular do Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG).					
José Carlos Januario	02/06/1963	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2020	1 ano	8
479.211.299-00	Empresário	19 - Outros Diretores	15/12/2020	Sim	0.00%
Diorgenes Bertolin	26/12/1978	Pertence apenas à Diretoria	15/12/2020	1 ano	8
027.386.819-56	Industrial	19 - Outros Diretores	15/12/2020	Sim	0.00%
João Carlos Ribeiro Pedroso	19/06/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/12/2020	1 ano	8
251.054.189-72	Industrial	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/12/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Maria Cecília Andreucci Cury	22/09/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/12/2020	1 ano	1
572.841.729-91	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/12/2020	Sim	100.00%
A Sra. Cecília exerce também o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia.					
Pedro Jaime Cervatti	20/12/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/12/2020	1 ano	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
655.644.058-20	Administrador de empresas e contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/12/2020	Sim	100.00%
O Sr. Pedro exerce também o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia.					
Tomaz Grisanti de Moura	10/05/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/12/2020	1 ano	5
290.370.998-07	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/12/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Ricardo Pedroso	05/07/1979	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	15/12/2020	1 ano	8
027.359.639-00	Administrador de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	15/12/2020	Sim	100.00%
O Sr. Ricardo exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Valerí Sberse - 377.946.390-34

O Sr. Valerí Sberse é pós-graduado em gestão contábil, auditoria e finanças, pela INBRAPE - FECEA - Londrina, graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica RS. O Sr. Valerí possui conhecimento baseado em 30 anos de experiência no planejamento e execução de estratégias e operações financeiras, 10 anos como Diretor, atuando em processos de IPO (negociação com bancos e gestores de coordenadores, advogados, CVM, investidores, market maker, prospectos, etc.), M&A, APO (investidores internacionais), emissão de títulos e gestão de área de investidores. Além disso, o Sr. Valerí possui experiência nas áreas de contabilidade, com procedimentos de auditoria interna e externa (PwC, KPMG, Deloitte e Ernst & Young), controladoria, planejamento tributário, gerenciamento de riscos, tesouraria, recursos humanos, IT/IM, jurídico e administrativo.
O Sr. Valerí Sberse não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fabio de Freitas Leitão Torres - 272.621.488-69

O Sr. Fabio de Freitas Leitão Torres é formado em engenharia civil pela POLI-USP e tem mestrado em administração de empresas, com honras, na The University of Chicago Booth School of Business. Antes de se juntar à Guararapes, Fabio atuou durante 12 anos como profissional de investimentos de private equity na 2bCapital (divisão de private equity do Bradesco), Gávea Investimentos e Darby Private Equity. Fábio iniciou sua carreira em consultoria de gestão e estratégia na Booz Allen Hamilton, onde atuou por 6 anos.
O Sr. Fabio de Freitas Leitão Torres não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Carlos Januario - 479.211.299-00

O Sr. José Carlos Januário iniciou a carreira como auxiliar de escritório em uma pequena empresa da região de Palmas-PR, em 1986 foi convidado pelo Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso a gerenciar a área administrativa da Industria de Compensados Guararapes Ltda. Em 1994, tornou-se Sócio Gerente respondendo pelas áreas de Vendas para Exportação, Logística Internacional e Finanças. Atualmente o Sr. José Carlos responde por toda a área internacional da empresa.
O Sr. José Carlos Januario não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Diorgenes Bertolin - 027.386.819-56

O Sr. Diorgenes Bertolin cursou o 8° período de Economia, na Universidade Unisc na cidade de Palmas, Paraná e é um dos principais Gestores das Empresas do Grupo Guararapes, com 31 anos de experiência na área fabril, iniciou sua carreira profissional na Companhia ainda aos 12 anos de idade, como auxiliar de produção na Unidade de Compensados em Palmas no Paraná, aos 15 foi inserido a área florestal, aos 18 anos atuou como Supervisor de Manutenção e aos 21 assumindo a Supervisão de Produção.
Em 2002 o Sr. Diorgenes foi transferido para a montagem e instalação da Unidade de Compensados em Santa Cecília assumindo a função de Gerente Geral da planta, com o crescimento da Companhia, o Sr. Diorgenes assumiu a Direção Industrial na implementação da Unidade de Painéis em Caçador, hoje atuando na Direção Industrial coorporativa do Grupo Guararapes.
O Sr. Diorgenes Bertolin não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

João Carlos Ribeiro Pedroso - 251.054.189-72

O Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso é empresário e empreendedor. O Sr. José Carlos, em 1984, fundou na cidade de Palmas-PR, juntamente com Walderez Bertolin, a Indústria de Compensados Guararapes Ltda., sendo um dos pioneiros da área de compensados na região. Em 2002 ampliou suas atividades, iniciando uma filial em Santa Cecília-SC. Em 2009 entrou no ramo de Painéis de MDF fundando a Guararapes Painéis S.A. na cidade de Caçador-SC. Atualmente ocupa o cargo de Presidente Executivo da Industria de Compensados Guararapes Ltda. e de Presidente do Conselho de Administração da Guararapes Painéis S.A.
Possui diversos outros empreendimentos pessoais nas áreas de reflorestamento, construção civil, geração de energia, startups e ramo imobiliário, participando ativamente como administrador.
O Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

770

Maria Cecília Andreucci Cury - 572.841.729-91

A Sra. Maria é bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conta com mais de vinte anos de atuação nas áreas de Marketing, Comunicação e Planejamento Estratégico de empresas como AMBEV, Souza Cruz, Pão de Açúcar, Multibrás e Livraria Cultura.

A Sra. Maria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Maria em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que a Sra. Maria tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Maria não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Pedro Jaime Cervatti - 655.644.058-20

O Sr. Pedro Jaime Cervatti é graduado em administração de empresas e ciências contábeis pela Faculdade Ítalo-Brasileira e pós-graduado em ciências contábeis pela PUC-SP. É conselheiro de administração certificado pelo IBGC e recentemente foi certificado como membro do comitê de auditoria também pelo IBGC. O Sr. Pedro atua há 6 anos em conselhos de administração e comitês de auditoria. Atualmente é membro do conselho de administração e coordenador do comitê de auditoria do Grupo Boticário; membro do comitê de auditoria da Linx S.A., da D1000 Varejo e Farma S.A. e da Química Amparo Ltda. Professor e palestrante no curso de formação de conselheiros independentes e de membros do comitê de auditoria pelo IBGC. Anteriormente atuou como conselheiro consultivo das empresas Aker Solutions S.A.; Verzani e Sandrini; Grupo Transguara e da Câmara Americana - AMCHAM Curitiba. Foi sócio de auditoria da KPMG Auditores Independentes e também, membro do comitê executivo e COO da KPMG Brasil. Foi professor do IBMEC Curitiba e EBS Curitiba nos módulos de contabilidade gerencial e governança corporativa e gestão de riscos.

O Sr. Pedro não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Pedro em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Pedro tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Pedro não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Tomaz Grisanti de Moura - 290.370.998-07

O Sr. Tomaz Grisanti de Moura é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e possui MBA pela Harvard Business School. Está na indústria de Private Equity desde 2002, quando ingressou na Votorantim Novos Negócios, braço de Venture Capital e Private Equity do Grupo Votorantim, analisando oportunidades de investimento em diversos setores da economia. Neste período, foi membro do conselho como ouvinte e o principal responsável pelo acompanhamento do investimento na Telefutura, uma das líderes brasileiras em serviços de call center e BPO, que mais tarde deu origem à Tivit. Em 2009, ingressou no time de Private Equity da BRZ Investimentos. O Sr. Tomaz é responsável por todo o ciclo de investimento, desde originação, análise de oportunidades, negociação de termos da transação e contratos, acompanhamento do investimento e desinvestimento. Atualmente, é membro do conselho da Regina Festas, Guararapes, Amata, Ducoco, Agrovia, Eco Florestas e Grupo Vittia.
O Sr. Tomaz Grisanti de Moura não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Ricardo Pedroso - 027.359.639-00

O Sr. Ricardo Pedroso é graduado em Administração de Empresas, e possui pós-graduação em Administração com ênfase em Gestão de Negócios e Marketing, além de MBA em Gestão Empresarial. O Sr. Ricardo desde muito jovem no ramo madeireiro, aos 12 anos de idade no período de férias já trabalhava na Industria Guararapes no setor operacional da empresa. Aos 16 anos o Sr. Ricardo foi efetivado no Grupo Guararapes passando pelos cargos de Supervisor, Coordenador à Gerente da fábrica, até chegar a Diretor Presidente da Industria de Compensados. Atualmente gere as Empresas Guararapes Painéis e a Indústria de Compensados, totalizando 25 anos de experiência no ramo.
O Sr. Ricardo Pedroso não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Valerí Sberse - 377.946.390-34	
N/A	
Fabio de Freitas Leitão Torres - 272.621.488-69	
N/A	
José Carlos Januario - 479.211.299-00	
N/A	
Diorgenes Bertolin - 027.386.819-56	
N/A	
João Carlos Ribeiro Pedroso - 251.054.189-72	

N/A

Maria Cecília Andreucci Cury - 572.841.729-91

N/A

Pedro Jaime Cervatti - 655.644.058-20

N/A

Tomaz Grisanti de Moura - 290.370.998-07

N/A

Ricardo Pedroso - 027.359.639-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
José Edson Ramiro	Comitê de Auditoria		Outros	22/04/1969	15/12/2020	1 ano
709.242.109-82		Consultor	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário Aderente à Instrução CVM 308/09	15/12/2020	1	100.00%
Não aplicável.						
Pedro Jaime Cervatti	Comitê de Auditoria		Outros	20/12/1953	15/12/2020	1 ano
655.644.058-20		Administrador de empresas e contador	Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário Aderente à Instrução CVM 308/09	15/12/2020	1	100.00%
O Sr. Pedro exerce também o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.						
Maria Cecília Andreucci Cury	Comitê de Auditoria		Outros	22/09/1966	15/12/2020	1 ano
572.841.729-91		Administradora	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário Aderente à Instrução CVM 308/09	15/12/2020	1	100.00%
A Sra. Cecília Andreucci exerce também o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia.						
Matheus Campanhã Forte	Outros Comitês		Outros	05/12/1992	15/12/2020	1 ano
055.447.719-01	Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	Engenheiro ambiental	Coordenador do Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	15/12/2020	1	100.00%
Não aplicável.						
Andreas Hoffmann	Outros Comitês		Outros	26/03/1975	15/12/2020	1 ano
016.118.309-31	Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	Engenheiro	Membro titular do Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	15/12/2020	1	100.00%
Não aplicável.						
Fabio de Freitas Leitão Torres	Outros Comitês		Outros	18/02/1978	15/12/2020	1 ano
272.621.488-69	Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	Engenheiro	Membro titular do Comitê de Assuntos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)	15/12/2020	1	100.00%
O Sr. Fabio exerce também o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia.						
Luiz Adelmo Bundandt Junior	Outros Comitês		Outros	21/12/1959	15/12/2020	1 ano

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
385.727.109-49	Comitê de Ética e Compliance	Engenheiro	Coordenador do Comitê de Ética e Compliance	15/12/2020	1	100.00%
Não aplicável.						
Valerí Sberse	Outros Comitês		Outros	27/01/1964	15/12/2020	1 ano
377.946.390-34	Comitê de Ética e Compliance	Economista	Membro titular do Comitê de Ética e Compliance.	15/12/2020	1	100.00%
O Sr. Valerí exerce também o cargo de Diretor Financeiro da Companhia.						
Ricardo Pedroso	Outros Comitês		Outros	05/07/1979	15/12/2020	1 ano
027.359.639-00	Comitê de Ética e Compliance	Administrador de Empresas	Membro titular do Comitê de Ética e Compliance	15/12/2020	1	100.00%
O Sr. Ricardo também exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e de Diretor Presidente.						

774

Experiência profissional / Critérios de Independência

José Edson Ramiro - 709.242.109-82

O Sr. José Edson Ramiro é graduado em Ciências Contábeis e Direito pela FAE Curitiba e UNIPAR Cascavel/PR, atua há mais de 30 anos como consultor, tendo atuado em empresas como Consult Auditores Independente e, Crowe Consult Consultoria.

O Sr. José não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. José em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. José tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Pedro Jaime Cervatti - 655.644.058-20

O Sr. Pedro Jaime Cervatti é graduado em administração de empresas e ciências contábeis pela Faculdade Ítalo-Brasileira e pós-graduado em ciências contábeis pela PUC-SP. É conselheiro de administração certificado pelo IBGC e recentemente foi certificado como membro do comitê de auditoria também pelo IBGC. O Sr. Pedro atua há 6 anos em conselhos de administração e comitês de auditoria. Atualmente é membro do conselho de administração e coordenador do comitê de auditoria do Grupo Boticário; membro do comitê de auditoria da Linx S.A., da D1000 Varejo e Farma S.A. e da Química Amparo Ltda. Professor e palestrante no curso de formação de conselheiros independentes e de membros do comitê de auditoria pelo IBGC. Anteriormente atuou como conselheiro consultivo das empresas Aker Solutions S.A.; Verzani e Sandrini; Grupo Transguara e da Câmara Americana - AMCHAM Curitiba. Foi sócio de auditoria da KPMG Auditores Independentes e também, membro do comitê executivo e COO da KPMG Brasil. Foi professor do IBMEC Curitiba e EBS Curitiba nos módulos de contabilidade gerencial e governança corporativa e gestão de riscos.

O Sr. Pedro não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Pedro em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Pedro tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Pedro não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Maria Cecília Andreucci Cury - 572.841.729-91

A Sra. Maria é bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conta com mais de vinte anos de atuação nas áreas de Marketing, Comunicação e Planejamento Estratégico de empresas como AMBEV, Souza Cruz, Pão de Açúcar, Multibrás e Livraria Cultura.

A Sra. Maria não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

775

A Companhia não tem conhecimento da participação da Sra. Maria em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que a Sra. Maria tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Maria não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Matheus Campanhã Forte - 055.447.719-01

O Sr. Matheus Campanhã Forte é graduado em engenharia ambiental pela PUC-PR. Atua há sete anos no ramo de sustentabilidade e meio ambiente, tendo sido consultor responsável por mais de 50 empreendimentos sustentáveis certificados LEED (Leadership in Energy and Environmental Design), Fitwel e Green Building Brasil, responsável técnico ambiental por mais de 30 empreendimentos de geração de energia renovável, para empresas como Grupo Madero, AG7 Realty, MRV, Tishman Speyer, Viposa S/A, Cidade dos Lagos, MDGP Inc., Grupo Bom Jesus, Grupo Ergon e Grupo Prestes.

O Sr. Matheus não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

A Companhia não tem conhecimento da participação do O Sr. Matheus em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Matheus tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Matheus não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Andreas Hoffmann - 016.118.309-31

Fabio de Freitas Leitão Torres - 272.621.488-69

O Sr. Fabio de Freitas Leitão Torres é formado em engenharia civil pela POLI-USP e tem mestrado em administração de empresas, com honras, na The University of Chicago Booth School of Business. Antes de se juntar à Guararapes, Fabio atuou durante 12 anos como profissional de investimentos de private equity na 2bCapital (divisão de private equity do Bradesco), Gávea Investimentos e Darby Private Equity. Fábio iniciou sua carreira em consultoria de gestão e estratégia na Booz Allen Hamilton, onde atuou por 6 anos.
O Sr. Fabio de Freitas Leitão Torres não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luiz Adelmo Bundandt Junior - 385.727.109-49

O Sr. Luiz Adelmo Budandt Junior é graduado em Engenharia Química pela UFPR-PR, atua há 20 anos em gestão de organizações industriais no Brasil, México e Canadá, tendo passado por empresas como Masisa e Arauco do Brasil.

A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Luiz em entidades do terceiro setor.

A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Luiz tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Valerí Sberse - 377.946.390-34

O Sr. Valerí Sberse é pós-graduado em gestão contábil, auditoria e finanças, pela INBRAPE - FECEA - Londrina, graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica RS. O Sr. Valerí possui conhecimento baseado em 30 anos de experiência no planejamento e execução de estratégias e operações financeiras, 10 anos como Diretor, atuando em processos de IPO (negociação com bancos e gestores de coordenadores, advogados, CVM, investidores, market maker, prospectos, etc.), M&A, APO (investidores internacionais), emissão de títulos e gestão de área de investidores. Além disso, o Sr. Valerí possui experiência nas áreas de contabilidade, com procedimentos de auditoria interna e externa (PwC, KPMG, Deloitte e Ernst & Young), controladoria, planejamento tributário, gerenciamento de riscos, tesouraria, recursos humanos, IT/IM, jurídico e administrativo.
O Sr. Valerí Sberse não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Ricardo Pedroso - 027.359.639-00

O Sr. Ricardo Pedroso é graduado em Administração de Empresas, e possui pós-graduação em Administração com ênfase em Gestão de Negócios e Marketing, além de MBA em Gestão Empresarial. O Sr. Ricardo desde muito jovem no ramo madeireiro, aos 12 anos de idade no período de férias já trabalhava na Industria Guararapes no setor operacional da empresa. Aos 16 anos o Sr. Ricardo foi efetivado no Grupo Guararapes passando pelos cargos de Supervisor, Coordenador à Gerente da fábrica, até chegar a Diretor Presidente da Industria de Compensados. Atualmente gere as Empresas Guararapes Painéis e a Indústria de Compensados, totalizando 25 anos de experiência no ramo.
O Sr. Ricardo Pedroso não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
José Edson Ramiro - 709.242.109-82	
N/A	
Pedro Jaime Cervatti - 655.644.058-20	
N/A	
Maria Cecília Andreucci Cury - 572.841.729-91	
N/A	
Matheus Campanhã Forte - 055.447.719-01	
N/A	

Andreas Hoffmann - 016.118.309-31

N/A

Fabio de Freitas Leitão Torres - 272.621.488-69

N/A

Luiz Adelmo Bundandt Junior - 385.727.109-49

N/A

Valerí Sberse - 377.946.390-34

N/A

Ricardo Pedroso - 027.359.639-00

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Ricardo Pedroso	027.359.639-00	Guararapes Painéis S.A.	08.810.422/0001-34	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
João Carlos Ribeiro Pedroso	251.054.189-72	Guararapes Painéis S.A.	08.810.422/0001-34	
Presidente do Conselho de Administração				
Observação				

778

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores, controladas e controladores da Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui vigente apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O) de nº 03.001.110.000070 para membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, que visa garantir aos executivos da Companhia, no exercício de suas funções, o pagamento ou reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros, custos de defesa e acordos celebrados com prévia anuência da seguradora, em virtude de atos praticados por esses administradores no exercício de suas funções.

A atual apólice da Companhia está vigente até 25 de fevereiro de 2021, e prevê cobertura aos segurados em um limite (único e agregado) de até R$30 milhões, com um prêmio total de R$31.500,00.

Ademais, a Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais movidos contra administradores da Companhia, em decorrência do exercício de suas funções.

Por fim, a Companhia informa que não prestou compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleais gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais

De modo a garantir aos investidores o acesso a informações importantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais, segue abaixo relação das assembleias gerais da Companhia realizadas nos 3 últimos exercícios sociais:

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
31/01/2017	Assembleia Geral Ordinária	100%
02/05/2017	Assembleia Geral Extraordinária	100%
10/03/2018	Assembleia Geral Ordinária	100%
07/05/2018	Assembleia Geral Extraordinária	100%
27/02/2019	Assembleia Geral Ordinária	100%
07/05/2019	Assembleia Geral Extraordinária	100%
24/01/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
31/01/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
10/03/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
19/06/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
04/11/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
02/12/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
15/12/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

As informações referentes ao Comitê de Auditoria foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência. Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade. A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

12.12 - Outras informações relevantes

Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2020, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (http://ri.guararapes.com.br).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

Remuneração fixa

Pró-labore. A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, exceto em casos em que os conselheiros também atuem como executivos, é composta por uma remuneração mensal fixa. A remuneração fixa tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia, sendo estabelecida de acordo com a legislação e os padrões de mercado.

Remuneração variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões ou comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração não inclui nenhum benefício. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Participação em Comitês

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria

Remuneração fixa

Pró-labore. Nossos executivos (diretores estatutários) fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia.

Remuneração variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (Bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os benefícios que compõem a remuneração de nossos diretores são: plano de saúde, automóvel designado e seguro de vida em grupo. No entanto, ressaltamos que o valor deste plano não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	61,95%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	38,05%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
T O T A L	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	70,40%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	29,60%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
T O T A L	100,00%	100,00%	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100,00%	70,65%	N/A	N/A
Remuneração Variável	0,00%	29,35%	N/A	N/A
Baseada em Ações	0,00%	0,00%	N/A	N/A
T O T A L	100,00%	100,00%	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores globais pagos aos administradores da Companhia são calculados e atualizados anualmente pelo IPCA (IBGE), aprovados pela assembleia geral de acionistas e, posteriormente, distribuídos entre os administradores pelo Conselho de Administração da Companhia.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item “c” abaixo.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia

A Companhia acredita que o pagamento de bônus baseado em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de “dono”, conforme sejam remunerados pelos resultados positivos da Companhia.

(v) membros não remunerados

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para cada função necessária, com relevante experiência e que não são remunerados pelas participações no Conselho de Administração, com exceção do Diretor Presidente que possui a função executiva e de membro titular do Conselho de Administração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos administradores da Companhia são subdivididos em dois grupos:

(i) Grupo Corporativo: o EBITDA, o volume de produção e lucro líquido da Companhia; e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) Grupo Individual: responsabilidades de cada cargo, desempenho individual, expansão dos negócios e performance em relação aos resultados da Companhia. O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos administradores é estruturada pela evolução dos indicadores de desempenho individuais ou coletivos.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O Diretor Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia (“Executivos”) farão jus a um bônus extraordinário, eventual e não garantido, a ser pago pela Companhia, caso sejam alienadas ações da Companhia e de titularidade do Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações (“Brasil FIP”) para qualquer terceiro que não seja um cotista ou parte relacionada do Brasil FIP (“Bônus Extraordinário”). Assim, mediante a liquidação financeira de uma eventual oferta pública de distribuição de ações da Companhia e de titularidade do Brasil FIP, a Companhia deverá pagar aos Executivos o montante correspondente do Bônus Extraordinário, o qual deverá ser sempre feito em dinheiro e nunca em ações de emissão da Companhia ou quaisquer outros bens ou direitos. Para mais informações sobre o Bônus Extraordinário, ver itens 13.5 a 13.8 deste Formulário de Referência.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, a título de remuneração será determinado pela Assembleia Geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. A remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores, Conselheiros e membros do Conselho fiscal, se instalado, é distribuída pelo Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A remuneração é estabelecida pelo Conselho de Administração e tem como objetivo o alinhamento dos executivos com a estratégia de longo prazo definida pelo Conselho, é estabelecida de acordo com a Política de Remuneração da Companhia, a qual se orienta em pesquisas de mercado e em critérios que visam a manter a meritocracia e o equilíbrio competitivo com o mercado e entre os membros.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política de Remuneração anualmente, quando da aprovação do orçamento anual do ano subsequente, no que se refere à remuneração do quadro de pessoal.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,54	0,00	7,54
Nº de membros remunerados	4,00	2,54	0,00	6,54
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	808.648,79	1.651.499,16	0,00	2.460.147,95
Benefícios direto e indireto	1.069,82	104.843,42	0,00	105.913,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	161.729,76	330.299,83	0,00	492.029,59
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.183.112,88	0,00	1.183.112,88
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	971.448,37	3.269.755,29	0,00	4.241.203,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	855.257,72	1.480.165,48	0,00	2.335.423,20
Benefícios direto e indireto	2.483,03	78.379,07	0,00	80.862,10
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	171.051,54	296.033,10	0,00	467.084,64

Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	909.289,92	0,00	909.289,92
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	1.028.792,29	2.763.867,57	0,00	3.792.659,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	817.635,68	1.153.701,20	0,00	1.971.336,88
Benefícios direto e indireto	360,00	72.153,04	0,00	72.513,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	163.527,14	230.740,24	0,00	394.267,38
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	485.055,60	0,00	485.055,60
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	981.522,82	1.941.650,08	0,00	2.923.172,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	796.928,40	1.118.034,08	0,00	1.914.962,48
Benefícios direto e indireto	240,00	69.932,01	0,00	70.172,01
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	159.385,68	223.606,82	0,00	382.992,50
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	464.451,68	0,00	464.451,68
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	956.554,08	1.876.024,59	0,00	2.832.578,67

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020 (em R$)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5	3	N/A	8
Número de membros remunerados (1)	4	3	N/A	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	591.556,44	N/A	591.556,44
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.183.112,88	N/A	1.183.112,88
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	1.183.112,88	N/A	1.183.112,88
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	N/A	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (em R$)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5	2	N/A	7
Número de membros remunerados (1)	4	2	N/A	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	454.644,96	N/A	454.644,96
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	909.289,92	N/A	909.289,92
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	909.289,92	N/A	909.289,92
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	N/A	0

(2) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (em R$)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5	2	N/A	7
Número de membros remunerados (1)	4	2	N/A	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	343.629,75	N/A	343.629,75
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	687.259,50	N/A	687.259,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	687.259,50	N/A	687.259,50
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	N/A	0

(3) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (em R$)				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	5	2	N/A	7
Número de membros remunerados (1)	4	2	N/A	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	334.391,56	N/A	334.391,56
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	668.783,12	N/A	668.783,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	668.783,12	N/A	668.783,12
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	N/A	0

(4) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor. Entretanto, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários (incluindo membros da administração e colaboradores chave), dentre outros aspectos, serão descritos neste item 13 tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral de acionistas da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Embora a Companhia não tenha, na data deste Formulário de Referência, um plano de remuneração baseado em ações em vigor, ressalta-se que o montante a ser pago a título de Bônus Extraordinário está atrelado ao valor de ações virtuais (*phantom shares*) que venham a ser adquiridas pelos Executivos. Os Executivos poderão adquirir em cada exercício social, de maneira hipotética e pelo Valor de Aquisição, o número de ações equivalente ao valor bruto do bônus anual a ser definido pela Companhia e pago aos Executivos.

Desse modo, a Companhia informa que, até a data deste Formulário de Referência, não foram pagas qualquer remuneração a título de Bônus Extraordinário, em função de não ter ocorrido qualquer alienação, pelo FIP, de ações de emissão da Companhia e de sua titularidade, bem como de não ter ocorrido qualquer evento que ensejasse o pagamento antecipado, conforme descrito no item 13.8(c) abaixo.

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	2
Nº total de membros remunerados	-	2
Outorga de opções de compras de ações:		
Data da Outorga	N/A	Data da celebração dos contratos: 01/11/2017 e 15/12/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	381.543
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Opções em aberto no início do exercício	N/A	225.095
(b) Opções perdidas durante o exercício	N/A	0
(c) Opções exercidas durante o exercício	N/A	0
(d) Opções expiradas durante o exercício	N/A	0
(e) Valor justo das opções na data de outorga		
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não há emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Outorga de opções de compras de ações:		
Data da Outorga	N/A	Data da celebração do contrato: 01/11/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	278.900
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, observado que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Opções em aberto no início do exercício	N/A	189.639
(b) Opções perdidas durante o exercício	N/A	0
(c) Opções exercidas durante o exercício	N/A	0
(d) Opções expiradas durante o exercício	N/A	0
(e) Valor justo das opções na data de outorga		
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não há emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Outorga de opções de compras de ações:		
Data da Outorga	N/A	Data da celebração do contrato: 01/11/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	278.900
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Opções em aberto no início do exercício	N/A	211.871
(b) Opções perdidas durante o exercício	N/A	0
(c) Opções exercidas durante o exercício	N/A	0
(d) Opções expiradas durante o exercício	N/A	0
(e) Valor justo das opções na data de outorga		
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não há emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Outorga de opções de compras de ações:		
Data da Outorga	N/A	Data da celebração do contrato: 01/11/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	278.900
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o Bônus Extraordinário somente será pago em caso de alienação de ações da Companhia detidas pelo Brasil FIP.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Opções em aberto no início do exercício	N/A	235.233
(b) Opções perdidas durante o exercício	N/A	0
(c) Opções exercidas durante o exercício	N/A	0
(d) Opções expiradas durante o exercício	N/A	0
(e) Valor justo das opções na data de outorga		
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não há emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	2
Nº total de membros remunerados	-	2
Em relação às opções não exercíveis		
Quantidade[1]	N/A	240.189
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Em caso de alienação, pelo Brasil FIP, de ações de emissão da Companhia e de sua titularidade.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, tendo em vista que o mesmo somente poderá ser exercido enquanto o FIP detiver ações da Companhia.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis:		
Quantidade	-	N/A
Prazo Máximo para Exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	-	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia exercício social	-	N/A

[1] A remuneração baseada em ações realizada pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações físicas aos Executivos, por ser *phantom shares*. Refere-se à quantidade de *phantom shares* pendentes de aquisição pelos Executivos, o qual poderá ser alterado a depender da variação do IPCA.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Em relação às opções não exercíveis		
Quantidade[1]	N/A	278.900
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Em caso de alienação, pelo Brasil FIP, de ações de emissão da Companhia e de sua titularidade.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, tendo e vista que o mesmo somente poderá ser exercido enquanto o FIP detiver ações da Companhia.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis:		
Quantidade	-	N/A
Prazo Máximo para Exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	-	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia exercício social	-	N/A

[1] A remuneração baseada em ações realizada pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações físicas aos Executivos, por ser *phantom shares*. Refere-se à quantidade total de *phantom shares* passível de aquisição pelos Executivos.

13.6 - Opções em Aberto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Em relação às opções não exercíveis		
Quantidade[1]	N/A	278.900
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Em caso de alienação, pelo Brasil FIP, de ações de emissão da Companhia e de sua titularidade.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, observado que o mesmo somente poderá ser exercido enquanto o FIP detiver ações da Companhia.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis:		
Quantidade	-	N/A
Prazo Máximo para Exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	-	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia exercício social	-	N/A

[1] A remuneração baseada em ações realizada pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações físicas aos Executivos, por ser *phantom shares*. Refere-se à quantidade total de *phantom shares* passível de aquisição pelos Executivos.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	-	1
Nº total de membros remunerados	-	1
Em relação às opções não exercíveis		
Quantidade[1]	N/A	278.900
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Em caso de alienação, pelo Brasil FIP, de ações de emissão da Companhia e de sua titularidade.
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	Não aplicável, observado que o mesmo somente poderá ser exercido enquanto o FIP detiver ações da Companhia.
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não haverá transferência de ações.
Prazo médio ponderado do exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis:		
Quantidade	-	N/A
Prazo Máximo para Exercício das opções	-	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	-	N/A
Prazo médio ponderado do exercício	-	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	N/A
Valor justo do total das opções no último dia exercício social	-	N/A

[1] A remuneração baseada em ações realizada pela Companhia não prevê a entrega efetiva de ações físicas aos Executivos, por ser *phantom shares*. Refere-se à quantidade total de *phantom shares* passível de aquisição pelos Executivos.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou o pagamento de qualquer valor referente ao Bônus Extraordinário para os Executivos, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no exercício social corrente.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O pagamento do Bônus Extraordinário está condicionado à venda, pelo Brasil FIP, de ações da Companhia de sua titularidade a qualquer terceiro que não seja um cotista ou parte relacionada do FIP, incluindo em uma potencial oferta secundária de ações ("IPO"). Desta forma, para fins de precificação do Bônus Extraordinário (*phantom shares*), o valor a ser pago a título de Bônus Extraordinário será o resultado da multiplicação do Valor de Alienação e dos Tributos, onde: (i) Valor de Alienação significa (a) o preço por ação de emissão da Companhia efetivamente recebido pelo Brasil FIP em caso de alienação onerosa, parcial ou total, de suas ações de emissão da Companhia (incluindo em caso de oferta secundária pelo FIP no âmbito IPO), multiplicado (b) pelo número de ações de emissão da Companhia hipoteticamente detidas pelos respectivos Executivos; e (ii) Tributos significa a diferença entre (a) a tributação total incidente sobre o recebimento do Bônus Extraordinário, e (b) a tributação total que incidiria caso as *phantom shares* fossem ações de emissão da Companhia adquiridas pelos Executivos pelo Valor de Aquisição e alienadas pelo Valor de Alienação.

Para fins do Bônus Extraordinária, o Valor de Aquisição possui o valor de R$5,62, corrigido pelo IPCA mais 8,5% (oito vírgula cinco por cento) ao ano. O Valor de Aquisição será ajustado a menor no mesmo montante dos dividendos ou juros sobre o capital próprio por ação pagos pela Companhia desde 1° de outubro de 2014 e até a data da alienação de ações de emissão da Companhia pelo Brasil FIP, bem como será ajustado a menor no mesmo montante pago por ação a título de redução de capital. Sendo assim, o Valor de Aquisição para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 foi de, respectivamente, R$8,93, R$9,99 e R$11,31.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Conforme mencionado no item 13.8(a) acima, foi apurado o valor de R$5,62 como preço inicial das *phantom shares*. Adicionalmente, considerando que o preço das ações somente será apurado quando da alienação das ações da Companhia pelo Brasil FIP, não há outras premissas relevantes utilizadas para a precificação do Bônus Extraordinário.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

O Bônus Extraordinário poderá ser pago aos Executivos de forma antecipada em decorrência de renúncia, destituição ou não renovação de seus respectivos mandatos, sem justa causa, aposentadoria (compulsória ou facultativa), invalidez (temporária ou permanente), ou incapacidade. Nesta hipótese, a Companhia pagará aos Executivos o Bônus Extraordinário antecipadamente, considerando-se para o cálculo do Valor de Alienação um preço por ação hipotético equivalente a um múltiplo de 6,0x sobre o EBITDA apurado nos 12 meses anteriores ao desligamento do Executivo, descontado do valor da dívida líquida da Companhia na mesma data-base e dividido pelo número de ações em circulação.

Caso o Brasil FIP venha alienar para terceiro (excetuados cotistas ou partes relacionadas do Brasil FIP) sua participação societária na Companhia dentro de um prazo de 12 meses após o pagamento antecipado do Bônus Extraordinário aos Executivos, estes farão jus a um complemento entre o preço por ação hipotético calculado conforme acima e o valor efetivamente recebido pelo Brasil FIP (se houver). Caso a alienação seja feita por um preço por ação inferior ao hipotético considerado, nada será devido de parte à parte.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, visto que no modelo do Bônus Extraordinário não foi considerada a volatilidade das ações no cálculo para apuração da bonificação.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, visto que não há outras características do Bônus Extraordinário incorporadas na mensuração de seu valor.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Em 31/12/2019

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	307.508	0,55%
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2020, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	78.705,00	52.596,39	51.182,38	45.010,58	42.891,70	41.282,70	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	46.608,32	44.414,73	43.220,68	9.132,36	8.702,46	8.376,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.381.933,33	970.765,04	937.892,24	257.114,75	245.380,70	239.168,52	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

804

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2019	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2018	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2017	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Santa Catarina				
Administrativo	53	50	51	51
Operacional	483	465	458	453
Total	536	515	509	504
Paraná				
Administrativo	13	12	10	12
Operacional	0	0	0	0
Total	13	12	10	12
Pernambuco				
Administrativo	2	2	2	2
Operacional	0	0	0	0
Total	2	2	2	2
TOTAL	551	529	521	518

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não aplicável, visto que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não contrata serviços terceirizados.

(c) índice de rotatividade

O cálculo do índice de rotatividade (*turnover*) é efetuado dividindo-se a média anual do total de desligamentos pela quantidade de colaboradores do final do exercício imediatamente anterior. A tabela abaixo contém o índice de rotatividade para os períodos indicados.

30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
1,52%	2,23%	2,03%	1,65%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia adota uma prática salarial que acredita estar alinhada à sua estrutura organizacional, baseada na meritocracia, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor madeireiro.

Aumentos salariais podem ser concedidos em bases anuais, assim como gratificações por méritos espontâneos que visam demonstrar o reconhecimento do desempenho de seus colaboradores.

Além disso, a Companhia possui um programa de Participação nos Lucros e Resultados, com premissas definidas que contemplam seus empregados.

(b) política de benefícios

A Companhia concede aos seus funcionários os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho, celebrados com os sindicatos da categoria. Adicionalmente, a Companhia oferece benefícios espontâneos, quais sejam: seguro de vida em grupo, vale transporte, refeições, cesta básica, bolsa de estudos e assistência médica.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Não aplicável, considerando que não existe plano de remuneração baseado em ações para os empregados da Companhia.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia reconhece a liberdade sindical, ou seja, respeita o direito de trabalhadores e empregadores de constituir as organizações sindicais que reputarem convenientes, na forma que desejarem, ditando suas regras de funcionamento e ações que devam ser empreendidas, podendo nelas ingressar ou não, permanecendo enquanto for sua vontade.

A Companhia adota como premissa o cumprimento na forma da lei dos procedimentos que regulam as relações sindicais e trabalhistas, reconhecendo as Convenções Coletivas de Trabalho como elemento regulador do contrato coletivo de trabalho e da representação sindical, e cumprindo com os direitos trabalhistas de seus colaboradores, previstos na Legislação, nos Acordos Coletivos de Trabalho e em suas Normas Internas. A construção de uma relação transparente de parceria entre os colaboradores e a Companhia, visando à satisfação e ao comprometimento do quadro de pessoal, deve-se pautar na prevenção e antecipação de eventuais conflitos localizados. As reivindicações e o processo de negociação com as entidades representativas dos colaboradores devem ser tratados de forma ética e respeitosa, buscando soluções negociadas que fortaleçam as relações de confiança e respeito mútuo.

A Companhia mantém relações com os seguintes sindicatos representantes de seus empregados: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Caçador – SITICON.

A Companhia se comunica com todos os seus colaboradores continuamente, independentemente de representação sindical, garantindo a comunicação direta por meio dos gestores corporativos.

Não houve paralizações ou greves na Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, em nenhuma localidade ou região.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações					
11.160.957/0001-11	Brasileiro	Sim	Não	04/11/2020	
Não					
17.790.434	18,240%	0	0,000%	17.790.434	18,240%
José Carlos Januario					
479.211.299-00	Brasileiro	Sim	Não	04/11/2020	
Não					
11.800	0,010%	0	0,000%	11.800	0,010%
P&B Participações Ltda.					
36.759.464/0001-23	Brasileiro	Sim	Não	04/11/2020	
Não					
79.143.800	81,150%	0	0,000%	79.143.800	81,150%
João Carlos Ribeiro Pedroso					
251.054.189-72	Brasileiro	Sim	Sim	04/11/2020	
Não					
307.508	0,320%	0	0,000%	307.508	0,320%
Leoni Margarida Bertolin					
741.653.139-04	Brasileira	Sim	Não	04/11/2020	
Não					
270.692	0,280%	0	0,000%	270.692	0,280%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
97.524.234	100,000%	0	0,000%	97.524.234	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
P&B Participações Ltda.				**36.759.464/0001-23**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
João Carlos Ribeiro Pedroso					
251.054.189-72	Brasileiro	Não	Sim	30/09/2020	
Não					
361.655.124	52,100	0	0,000	361.655.124	52,100
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Leoni Margarida Bertolin					
741.653.139-04	Brasileira	Não	Não	30/09/2020	
Não					
317.705.571	45,900	0	0,000	317.705.571	45,900
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
13.935.305	2,000	0	0,000	13.935.305	2,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
P&B Participações Ltda.				36.759.464/0001-23	
TOTAL					
693.296.000	100,000	0	0,000	693.296.000	100,000

818

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/12/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas da Guararapes Painéis S.A. ("Acordo")	
Partes	P&B Participações Ltda. João Carlos Ribeiro Pedroso Leoni Margarida Bertolin João Carlos Januário Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações
Data de celebração	10 de outubro de 2014, conforme aditado em 4 de novembro de 2020.
Prazo de vigência	(i) 20 anos podendo ser prorrogado mediante acordo celebrado entre os acionistas; ou (ii) até a ocorrência da realização do IPO da Companhia, que resulte em um percentual de ações em circulação igual ou superior a 25%; o que ocorrer primeiro. Assim, em caso de liquidação do IPO, o Acordo de Acionistas estará automaticamente extinto.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Os acionistas exercerão seus direitos de voto nas assembleias gerais de forma a cumprir os dispositivos do Acordo de Acionistas da Companhia, e deverão fazer com que seus representantes no Conselho de Administração ajam da mesma forma.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	A eleição de conselheiros vinculados aos Acionistas da Companhia, deverá ocorrer de acordo com o seguinte procedimento: (i) a P&B Participações Ltda., o Sr. João Carlos Ribeiro Pedroso, a Sra. Leoni Margarida Bertolin e o Sr. José Carlos Januário (em conjunto, "Acionistas Iniciais") terão o direito de indicar dois membros do Conselho de Administração vinculados, e o Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações terá o direito de indicar dois membros do Conselho de Administração vinculados e seus respectivos suplentes; e (ii) a indicação, eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração pelos Acionistas Iniciais, deverá ser realizada sempre em conjunto pelos Acionistas Iniciais e seus eventuais sucessores.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Os acionistas terão direito de preferência para participar de qualquer aumento de capital da Companhia ou da emissão, pela Companhia, de outros valores mobiliários conversíveis ou intercambiáveis em ações da Companhia, na proporção do número de ações que cada acionista detiver no capital social da Companhia, observado o prazo de 30 dias no caso de aumento de capital. Ademais, se qualquer acionista deixar de exercer seu direito de preferência e aumento de capital dentro do período inicial de 30 dias, esse direito de preferência será proporcionalmente transferido, livre de ônus, aos acionistas remanescentes, que poderão exercer tal direito dentro do prazo de 5 dias subsequente aos 30 dias mencionados acima. O referido direito de preferência não poderá ser transferido a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, dos outros acionistas da Companhia, podendo, entretanto, ser transferido para outros acionistas. Consequentemente, as ações emitidas em aumento de capital da Companhia somente poderão ser subscritas por terceiros não acionistas que figurem dentre as transferências permitidas descritas no Acordo de Acionistas, mediante aprovação prévia e por escrito de todos os acionistas da Companhia.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Nas assembleias gerais ou reuniões do Conselho de Administração em que compuser a ordem do dia a aprovação de qualquer transação com partes relacionadas, os Acionistas ou conselheiros vinculados aos Acionistas da Companhia que apresentem conflitos de interesses para a aprovação da matéria em questão abster-se-ão de votar na respectiva deliberação.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, visto que nos últimos três exercícios sociais e no período de onze meses encerrado em 30 de novembro de 2020, não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Combinação de negócios da Companhia com a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. ("Compensados")
Principais condições do negócio	A Companhia em 04 de novembro de 2020 aprovou em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital no valor de R$103.243.051,31, mediante a emissão de 41.737.360 novas ações, as quais foram subscritas e integralizadas, em sua totalidade, pela P&B Participações Ltda. ("P&B") através da conferência de 129.999.999 quotas, com valor nominal unitário de R$1,00 cada, representativas de 99,99% do capital social da Compensados ("Operação").
Sociedades envolvidas	Guararapes Painéis S.A., P&B Participações Ltda. e a Indústria de Compensados Guararapes Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Após a realização da Operação a Companhia passou a ser detentora direta de 99,99% das quotas da Compensados.
Quadro societário antes e depois da operação	

Quadro societário antes da Operação

Acionistas	Ações	Participações (%)
Compensados	37.406.440	67,05
Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	31,89
João Carlos Ribeiro Pedroso	307.508	0,55
Leoni Margarida Bertolin	270.692	0,49
José Carlos Januário	11.800	0,02
TOTAL	55.786.874	100,00

Quadro societário antes da Operação

Acionistas	Ações	Participações (%)
P&B	79.143.800	81,15
Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações	17.790.434	18,24
João Carlos Ribeiro Pedroso	307.508	0,32
Leoni Margarida Bertolin	270.692	0,28
José Carlos Januário	11.800	0,01
TOTAL	97.524.234	100

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Os termos e condições da Operação, juntamente com o laudo de avaliação, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 4 de novembro de 2020. Além disso, os termos e condições da Operação foram acordados, por meio de Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas da Companhia.

Evento	Cisão Parcial da Compensados
Principais condições do negócio	A Compensados em 30 de setembro de 2020 aprovou cisão de parcela do seu patrimônio para a Palmasplac Agropastoril Ltda. ("Palmasplac"), a P&B e a Hunter Participações Ltda. ("Hunter" e, em conjunto a Palmasplac e a P&B, "Receptoras"), nos termos do artigo 7º e 8º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (Lei das Sociedades por Ações) ("Cisão Parcial"). Para tanto, foi elaborado balanço patrimonial especial, aprovado em Reunião de Sócios Quotistas da Compensados, de forma que determinou-se, através de laudo de avaliação, que o patrimônio líquido da sociedade a ser transferido às Receptoras é equivalente a R$536.296.029,03, sendo: (i) R$234.836.879,72 para a Palmasplac; (ii) R$305.940.212,97 para a P&B; e (iii) R$22.518.936,34 para a Hunter.
Sociedades envolvidas	Indústria de Compensados Guararapes Ltda., Palmasplac Agropastoril Ltda., P&B Participações Ltda. e a Hunter Participações Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Consequentemente à realização da Cisão Parcial houve a diminuição do capital social da Compensados, sendo que este passou de R$693.296.000,00 para R$130.000.000,00, dividido em 130.000.000 quotas. Adicionalmente, houve o aumento do capital social das Receptoras, que foram integralizados pelos seus atuais sócios quotistas de acordo com a proporção de cada um no capital social.

15.7 - Principais Operações Societárias

Quadro societário antes e depois da operação

Quadro societário da Guararapes antes da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	361.655.124	52,16
Leoni Margarida Bertolin	317.705.571	45,83
José Carlos Januário	13.935.305	2,01
TOTAL	693.296.000	100,00

Quadro societário da Guararapes depois da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	67.813.987	52,16
Leoni Margarida Bertolin	59.573.002	45,83
José Carlos Januário	2.613.011	2,01
TOTAL	130.000.000	100,00

Quadro societário da P&B antes da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	159.597.606	52,12
Leoni Margarida Bertolin	140.202.775	45,88
José Carlos Januário	6.149.619	2,00
TOTAL	305.950.000	100,00

Quadro societário da P&B depois da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	227.411.593	52,16
Leoni Margarida Bertolin	199.775.777	45,83
José Carlos Januário	8.762.630	2,01
TOTAL	435.950.000	100,00

Quadro societário da Palmasplac antes da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	5.364.558	52,12
Leoni Margarida Bertolin	4.721.357	45,88
José Carlos Januário	205.835	2,00
TOTAL	10.291.750	100,00

Quadro societário da Palmasplac depois da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	127.865.962	52,16
Leoni Margarida Bertolin	112.335.976	45,83
José Carlos Januário	4.926.062	2,01
TOTAL	245.128.000	100,00

Quadro societário da Hunter antes da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	5.212	52,12
Leoni Margarida Bertolin	4.588	45,88
José Carlos Januário	200	2,00
TOTAL	10.000	100,00

Quadro societário da Hunter depois da Cisão Parcial		
Quotistas	Quotas	Participações (%)
João Carlos Ribeiro Pedroso	11.751.638	52,16
Leoni Margarida Bertolin	10.323.548	45,83
José Carlos Januário	452.814	2,01
TOTAL	22.528.000	100,00

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Os termos e condições foram aprovados, bem como laudo de avaliação, em Reunião de Sócios Quotistas da Compensados realizada em 30 de setembro de 2020, bem como em reunião de sócios quotistas de cada uma das Receptoras, realizadas em 30 de setembro de 2020.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se aplica à Companhia, suas Partes Relacionadas, conforme aplicável, e seus colaboradores. A principal diretiva da Política de Transação com Partes Relacionadas, visa assegurar que todas as decisões, relacionadas às transações com Partes Relacionadas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Adicionalmente, a Companhia segue a regras estabelecida na Lei das Sociedades por Ações que proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política define ainda, de maneira objetiva, conceitos sobre Partes Relacionadas e transações com Partes Relacionadas, além de conflito de interesses e pessoal chave da administração, estabelecendo exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia http://ri.guararapes.com.br.

Por fim, a Companhia adota Políticas de Indicação de Membros da Administração, Regimento Interno do Conselho de Administração, Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Política de Gestão de Riscos Corporativos, Política de Remuneração, Política de Negociação e Política de Divulgação, aplicáveis para todas as sociedades de seu grupo econômico, tendo como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

Não obstante, a prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia entende que as práticas descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e os preços e condições de mercado.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Palmasplac Agropastoril Ltda.	10/10/2014	7.761.331,24	N/A	R$7.761.331,24	15 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	A Palmasplac Agropastoril Ltda. é sociedade sob controle comum da Companhia.
Objeto contrato	Fornecimento de toras e cavacos de madeira de pinus e eucaliptos pela Palmasplac para a Indústria de Compensados Guararapes Ltda. e para a Companhia.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	O Contrato será rescindido caso: (i) não seja verificado o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, desde que não remediado dentro do prazo de 30 dias; (ii) estado de insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou pedido de falência ou liquidação extrajudicial de qualquer das Partes; ou (iii) evento de caso fortuito ou força maior, conforme previsto no artigo 393, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que perdure por mais de 90 dias consecutivos.
Natureza e razão para a operação	Contrato de fornecimento de toras e cavacos de madeira de pinus e eucaliptos, que são materiais utilizados nas operações da Companhia.
Posição contratual do emissor	Outra
Especificar	Compradora

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antes de sua celebração, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, bem como as instruções emitidas pela CVM, além das condições compatíveis com as de mercado. Em função disso, foi elaborada Política de Transações com Partes Relacionadas.

Considera-se, ainda, em tais operações a sinergia existente entre as Partes Relacionadas, em comparação com aquelas decorrentes da celebração do negócio com terceiros.

Em situações em que qualquer transação com Partes Relacionadas exija a aprovação prévia nos termos da Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a Política de Transações com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O processo atinente às Transações com Partes Relacionadas, visa primordialmente: (i) prevenir situações de conflito de interesses, garantindo a proteção da Companhia e de suas controladas; (ii) evitar prejuízo da Companhia ou de suas controladas ou de seus públicos de interesse em benefício de parte relacionada; e (iii) assegurar que todos os contratos celebrados com partes relacionadas respeitem condições de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados em relação aos que seriam verificados em transações equivalentes, se contratadas com demais contrapartes.

Neste sentido, visando a dar cumprimento a estes objetivos, as transações com partes relacionadas realizadas fora do curso ordinário dos negócios são avaliadas previamente pela Diretoria e submetidas ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação, além de observarem alçadas internas específicas.

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas será apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, perante outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A fim de garantir a verificação de seu caráter comutativo, a submissão das transações com partes relacionadas ao Conselho de Administração da Companhia deverá vir acompanhada das seguintes informações:

a) tipo de relacionamento com a parte relacionada;
b) informações sobre a natureza e extensão do interesse da parte relacionada na operação;
c) comprovação de que a transação observa condições semelhantes àquelas aplicáveis a partes independentes, inclusive, quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas;
d) justificativa para realizar a transação com a parte relacionada em vez de com uma parte independente;
e) informações sobre transações previamente existentes com a mesma parte; e
f) benefícios esperados com a celebração do contrato.

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, as transações com partes relacionadas foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia.

Fornecimento de Madeira. A Companhia é, atualmente, parte de um contrato de fornecimento de madeira com a Palmasplac Agropastoril Ltda. ("Palmasplac"), sociedade sob controle comum à Companhia ("Contrato de Fornecimento"), o qual observa especificações técnicas para verificação da qualidade do produto, sendo que o valor para compra é determinado pelo preço posto de fábrica, definido com base no preço médio ponderado das compras de madeira de terceiros não relacionados à Companhia, ou seja, com base no preço praticado no mercado em que a Companhia atua. A Companhia, como parte compradora do Contrato de Fornecimento, poderá, a qualquer momento, contratar auditor independente para verificar se o preço da madeira está dentro dos parâmetros de mercado, sendo que, em caso de divergência entre os valores apurados pela auditoria e pelos fornecedores, deverão prevalecer os valores apurados pela auditoria. Por essas razões, a Companhia entende que as disposições acordadas no Contrato de Fornecimento foram celebradas em condições comutativas atendendo, portanto, aos melhores interesses da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia informa que está em processo de negociação dos termos e condições de contrato de fornecimento de toras e cavacos de madeira de pinus e eucaliptos com a Palmasplac, o qual substituirá em sua totalidade o contrato atualmente existente, conforme descrito no item 16.2 acima. Tão logo tal contrato seja celebrado, seus principais termos serão divulgados neste item 16 do Formulário de Referência, o que deverá ocorrer até o lançamento da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Em complemento às informações prestadas neste item 16, a Companhia informa que está, atualmente, em fase de negociação com a Palmasplac Agropastoril Ltda., sociedade sob controle comum à Companhia, visando à celebração de contrato de prestação de serviços para uso de aeronave comercial de propriedade desta, o qual será celebrado em termos e condições comutativos e de mercado. Tão logo o contrato seja efetivamente formalizado, a Companhia divulgará os seus principais termos e condições neste item 16 do Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
15/12/2020	241.239.491,31		97.524.234	0	97.524.234
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
15/12/2020	241.239.491,31		97.524.234	0	97.524.234
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
15/12/2020	241.239.491,31		97.524.234	0	97.524.234
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/12/2020	0,00		300.000.000	0	300.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
04/11/2020	Assembleia Geral Extraordinária	04/11/2020	159.593.593,25	Subscrição particular	41.737.360	0	41.737.360	1,25000000	159.593.593,25	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Aporte de 129.999.999 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, representativas de 99,99% do capital social da Indústria de Compensados Guararapes Ltda., ao preço total de R$159.593.593,25, nos termos do laudo de avaliação aprovado.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no período de onze meses findo em 30 de novembro de 2020.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não aplicável, pois não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos das seguintes importâncias: destinada à constituição de reserva legal; destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos da Lei nº 6.404/76, sendo que esta não é obrigatória no exercício em que ela for incompatível com a situação financeira da Companhia. No exercício em que o dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Por deliberação da Diretoria da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar aos acionistas, juros sobre o capital próprio.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Para o reembolso de ações ao acionista que exercer o direito de retirada, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), será considerado o valor econômico da Companhia, a ser apurado em avaliação realizada nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão no Estatuto Social sobre condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes além das mencionadas acima.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Além disso, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, uma vez que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente não existiam valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e no exercício social corrente, não existiam ou existem outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 30 de novembro de 2020, não existiam outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados brasileiros.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, visto que a Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, e no exercício social corrente.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia nunca realizou oferta de aquisição de ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou nenhum plano de recompra nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes – recompra / tesouraria

Não há outras informações adicionais que a Companhia julgue relevantes em relação à Seção 19 deste Formulário de Referência que já não tenham sido tratadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**15/12/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os colaboradores com acesso à informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das suas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000; e (ii) internet: site da Companhia (http://ri.guararapes.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos "Períodos de Impedimento à Negociação", que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas, como informações trimestrais da Companhia (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP); e (ii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios. Além disso, a Companhia deverá se abster de negociar valores mobiliários de sua emissão até a divulgação de anúncio de encerramento de oferta pública de valores mobiliários, exceto nas hipóteses de (i) operações claramente destinadas a acompanhar índice de ações, certificado ou recibo de valores mobiliários; e (ii) operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes do início do período de vedação decorrentes de: (a) empréstimos de valores mobiliários; ou (b) exercício de opções de compra ou venda por terceiros.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a políticas pode ser consultada

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;

- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;

- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 15 de dezembro de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Guararapes Painéis S.A." ("Política de Divulgação"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 ("Destinatários"). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação.

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação de ato ou fato relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.guararapes.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante (Anexo I da Política de Divulgação da Companhia), conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerado um "Ato ou Fato Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este, difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;
- exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- em quaisquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Em relação a qualquer oferta pública de valores mobiliários da Companhia, os Destinatários deverão, até que tal oferta seja divulgada ao mercado, limitar a revelação de informação relativa à oferta ao que for necessário para os objetivos dela, advertindo os destinatários acerca do caráter reservado da informação transmitida; e (b) a utilização da informação reservada estritamente aos fins relacionados com a preparação da oferta; e abster-se de se manifestar na mídia (ii) sobre a oferta ou o ofertante até a divulgação de anúncio de encerramento da oferta, nos 60 dias que antecedem o protocolo do pedido de registro da oferta ou desde a data em que a oferta foi decidida ou projetada, o que ocorrer por último. A vedação descrita acima não se aplica às informações habitualmente divulgadas no curso normal dos negócios da Companhia.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, na Rodovia Avelino Mandelli, KM 01, S/N, bairro Aeroporto, CEP 89500-000; e (ii) internet: site da Companhia (http://ri.guararapes.com.br); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o administrador responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação.

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, promover alterações à Política de Divulgação, as quais serão prontamente comunicadas pelo Diretor de Relações com Investidores aos seus destinatários, à CVM, aos mercados de negociação e às entidades de mercado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia estejam admitidos à negociação, passando a se aplicar a todos na data de ciência.

Se sobrevier alteração legislativa ou regulamentar às normas aplicáveis, em especial a Instrução CVM 358, referida alteração sobrepor-se-á às disposições desta Política de Divulgação e em razão disso, o Conselho de Administração da Companhia promoverá sua alteração e adaptação em conformidade com o novo ordenamento.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.